



Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Centro de Educação e Humanidades

Faculdade de Comunicação Social

Silvana Lemos de Almeida

**Jornalistas mulheres sob ameaça: riscos para o exercício da profissão no
Rio de Janeiro**

Rio de Janeiro

2022

Silvana Lemos de Almeida

Jornalistas mulheres sob ameaça: riscos para o exercício da profissão no Rio de Janeiro



Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação Social. Linha de pesquisa: Cultura das Mídias, Imaginário e Cidade

Orientadora: Prof.^a Dra. Sonia Virgínia Moreira

Rio de Janeiro

2022

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CEH/A

A447 Almeida, Silvana Lemos de
Jornalistas mulheres sob ameaça: riscos para o exercício da profissão no Rio de Janeiro / Silvana Lemos de Almeida. – 2022.
180 f.

Orientadora: Sonia Virgínia Moreira.
Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
Faculdade de Comunicação.

1. Comunicação – Teses. 2. Mulheres jornalistas – Teses. 3. Violência contra a mulher – Teses. I. Moreira, Sonia Virgínia. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Comunicação. III. Título.

bs CDU 316.77

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

Assinatura

Data

Silvana Lemos de Almeida

Jornalistas mulheres sob ameaça: riscos para o exercício da profissão no Rio de Janeiro

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Comunicação Social. Linha de pesquisa: Cultura das Mídias, Imaginário e Cidade

Aprovada em 12 de dezembro de 2022.

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a. Sonia Virgínia Moreira (Orientadora)
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Cíntia San Martin
Faculdade de Comunicação Social - UERJ

Prof.^a Dr.^a. Suzy Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^a Dr.^a. Jacqueline da Silva Deolindo
Universidade Federal Fluminense – UFF

Prof.^a Dr.^a. Mônica Christina Pereira de Souza
Universidade Veiga de Almeida – UVA

Rio de Janeiro

2022

DEDICATÓRIA

Dedico esta pesquisa a Lúcia Stella Lemos de Almeida e a Sebastião Messias de Almeida, minha mãe e meu pai, que me ensinaram a gostar de estudar e a denunciar as injustiças sociais.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento especialíssimos aos colegas jornalistas pelo apoio na coleta de dados e, em especial, a Mirela Adams, por disponibilizar o mailing da sua empresa para realização da pesquisa. E, também, ao amigo Iran Pitthan, que segurou na mão e não me deixou desistir.

RESUMO

ALMEIDA, Silvana Lemos. *Jornalistas mulheres sob ameaça: riscos para o exercício da profissão no Rio de Janeiro*. 2022. 180f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

Esta tese aborda os riscos de exercer a profissão de jornalista no Brasil, o impacto que isto causa na perspectiva das mulheres jornalistas cariocas e como isto afeta o seu cotidiano pessoal e profissional. Os ataques sempre atingem seus corpos e sua moral carregando a marca do patriarcado e evidenciando um machismo e misoginia em uma relação desproporcional de poder. As intimidações são utilizadas para descredenciar a profissional, sua reputação e impor o seu silêncio. A violência, o estresse e a precarização do trabalho têm causado adoecimento e colocado em xeque o acesso à liberdade de imprensa e à liberdade de expressão, trazendo consequências aos direitos civis em uma sociedade democrática. Aponta a necessidade de construir políticas de equidade de gênero nas empresas de comunicação para garantir maior proteção às jornalistas mulheres, que são maioria na profissão.

Palavras-chave: Jornalistas mulheres. Violência de gênero. Ameaças *online*. Democracia.
Liberdade de expressão

ABSTRACT

ALMEIDA, Silvana Lemos. *Women Journalists under Threat: Risks to the Practice of the Profession in Rio de Janeiro*. 2022. 180f. Tese (Doutorado em Comunicação) – Faculdade de Comunicação Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

This thesis addresses the risks of practicing the profession of journalism in Brazil and the impact this has on the perspective of women journalists from Rio de Janeiro and how this affects their personal and professional daily lives. The attacks always hit their bodies and their morals carrying the mark of patriarchy and evidencing a machismo and misogyny in a disproportionate power relationship. Intimidations are used to discredit the professional, her reputation, and to impose her silence. The violence, the stress, and the precariousness of the work have caused sickness and put in jeopardy the access to freedom of expression, bringing consequences to civil rights in a democratic society. It points out the need to build gender equity policies in communication companies to ensure greater protection for women journalists who are the majority in the profession.

Keywords: Women journalists. Gender violence. Online threats. Democracy. Freedom Of Expression.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Domicílios com acesso à internet	34
Figura 2 - Usuários de internet	35
Figura 3 - Reprodução da foto de jornalistas confinados na cobertura da posse do Presidente Jair Bolsonaro	42
Figura 4 - Evolução da circulação total (impresso + digital)	53
Figura 5 - Fake News com o jornalista vencedor do Prêmio Nobel da Paz	70
Figura 6 - Liberdade de Imprensa no Brasil em Declínio (Artigo 19, 2021)	76
Figura 7 - Linha do Tempo: violações a jornalistas no Brasil (Artigo 19, 2020).....	78
Figura 8 –Quem são os agressores	91
Figura 9 - Ilustração violência por tipo de mídia (reprodução).....	92
Figura 10 - Termos mais usados para ofender jornalistas negras, indígenas e asiáticas	119

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Perda de autoconfiança	60
Gráfico 2 - Quantas vezes sentiu tristeza.....	61
Gráfico 3 - Quantidade de horas trabalhadas.....	61
Gráfico 4 - Remuneração jornalistas cariocas	62
Gráfico 5 - Demissão durante a pandemia.....	64
Gráfico 6 - Apoio das empresas durante a pandemia	64
Gráfico 7 - Violações à liberdade de imprensa e de expressão no Brasil.....	94
Gráfico 8 - Tipos de crimes online contra mulheres.....	106
Gráfico 9 - Tipos de violência contra mulheres jornalistas	110
Gráfico 10 - Nível de escolaridade das jornalistas cariocas	137
Gráfico 11 - Veículos em que trabalham as jornalistas	138
Gráfico 12 - Casos de ameaças ou agressões	139
Gráfico 13 - Tipos de Ameaças	140
Gráfico 14 - Locais onde acontecem as agressões	141
Gráfico 15 - Frequência dos ataques	142
Gráfico 16 - Ameaça atingiu mais alguém da família	143
Gráfico 17 - Consequências emocionais.....	144
Gráfico 18 - Suporte às jornalistas pelos veículos de comunicação.....	144
Gráfico 19 - Pensou em mudar de profissão em função dos ataques	147
Gráfico 20 - Mudanças de hábitos por causa dos ataques	147
Gráfico 21 - Solicitou algum tipo de proteção legal.....	148

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 - Mapa Mundial de Liberdade de Expressão (Artigo 19, 2021).....	74
Mapa 2 - Mapa Mundial de Restrições à Mídia (Artigo 19, 2021)	75
Mapa 3 - Ranking de Liberdade de Imprensa no Mundo (RSF, 2021)	83
Mapa 4 - Mapa de risco dos Programas de Proteção a Jornalistas na América Latina	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Renda mensal bruta dos jornalistas	57
Tabela 2 - Tipos de violência contra jornalistas	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Tendência e trajetória dos indicadores de democracia na América Latina.....	31
Quadro 2 - Vetores de expressão das desigualdades de gênero no jornalismo	58

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABERTI	Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão
ABRAJI	Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo
CDH	Comissão de Direitos Humanos
CNDH	Conselho Nacional de Direitos Humanos
FEANJ	Federação Nacional de Jornalistas
ICFJ	International Center of Journalists
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada
IURD	Igreja Universal do Reino de Deus
LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados
MIT	Instituto de Tecnologia de Massachusetts
OBJETHOS	Observatório de Ética Jornalística
ONU	Organizações das Nações Unidas
REBRAPD	Rede Brasileira de População e Desenvolvimento
RSF	Repórteres Sem Fronteiras
RETIJ	Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade dos Jornalistas
UNESCO	Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura
WJS	<i>Worlds of Journalism Study</i>

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO.....	15
1	DEMOCRACIA, LIBERDADE DE IMPRENSA E DESINFORMAÇÃO NO BRASIL.....	26
1.1	Sobre os riscos para a liberdade de imprensa e a democracia.....	30
1.2	Como as redes sociais contribuem para disseminar desinformação.....	35
2	ORGANIZAÇÕES DE MÍDIA E JORNALISTAS NO RIO DE JANEIRO.....	47
2.1	Grupos de mídia e o trabalho dos jornalistas.....	50
2.2	Jornalistas: demografia, formação, precarização do trabalho....	55
2.2.1	<u>O trabalho dos jornalistas na pandemia do Covid-19 (2020-2021)....</u>	62
2.3	O trabalho do jornalista: autonomia e papéis.....	65
3	ANÁLISE DE RELATÓRIOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS SOBRE RISCOS NA PROFISSÃO.....	69
3.1	Relatórios internacionais de riscos e ameaças a jornalistas.....	71
3.1.1	<u>Relatório Global de Liberdade de Expressão – Artigo 19.....</u>	71
3.2	Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa - Repórteres Sem Fronteiras.....	81
3.3	Como operam os programas de proteção a jornalistas na América Latina.....	85
3.4	Relatórios de órgãos representativos brasileiros.....	88
3.4.1	<u>Relatórios FENAJ 2019, 2020, 2021 e 2022.....</u>	88
3.4.2	<u>Relatório ABERT.....</u>	94
4	CASOS DE VIOLÊNCIA E ATAQUES CONTRA JORNALISTAS MULHERES.....	97
4.1	O crescimento da violência online e offline contra mulheres	102
4.2	Jornalistas mulheres são alvos de ataques.....	108
4.2.1	<u>Elvira Lobato.....</u>	112
4.2.2	<u>Patrícia Campos Melo.....</u>	115
4.3	Os ataques avançam no governo Bolsonaro (2019-2022).....	117

5	OS RISCOS PARA JORNALISTAS MULHERES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO.....	132
5.1	O método do questionário e a coleta de dados em ambiente de trabalho.....	133
5.2	Análise dos resultados da pesquisa.....	136
5.3	Correlação dos dados com pesquisas nacionais e internacionais.	149
	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	153
	REFERÊNCIAS.....	161
	APÊNDICE A — Questionário da pesquisa.....	175
	APÊNDICE B — Mensagem enviada para convidar jornalistas a responderem a pesquisa.....	180

INTRODUÇÃO

Em 1995, integrei a comitiva de 300 mulheres brasileiras na IV Conferência Mundial das Mulheres, realizada em Beijing, na China. Naquele momento, há 27 anos, o Brasil estava listado entre os países progressistas e teve a oportunidade de sentar-se à mesa nas negociações com a ONU, para incluir o direito das mulheres como um direito humano na pauta da Organização. A Declaração e a Plataforma de Ação de Beijing estabeleceram uma agenda inovadora no campo de garantias de direitos humanos. O foco era o empoderamento de meninas e meninos, ratificadas por 189 governos em 12 áreas: pobreza, educação e formação, saúde, violência, conflitos armados, economia, poder e tomada de decisão, mecanismos institucionais, direitos humanos, meios de comunicação social, ambiente e meninas.

Um dos principais avanços da IV Conferência Mundial sobre a Mulher foi a definição do conceito de gênero para a agenda internacional, empoderamento das mulheres e a transversalidade das políticas públicas com a perspectiva de gênero. Para a ONU¹, “a transformação fundamental de Pequim foi o reconhecimento da necessidade de mudar o foco da mulher para o conceito de gênero reconhecendo que toda a estrutura da sociedade, e todas as relações entre homens e mulheres dentro dela, tiveram que ser revalidadas”.

Só por essa fundamental reestruturação da sociedade e suas instituições poderiam as mulheres ter plenos poderes para tomar o seu lugar de direito como parceiros iguais aos dos homens em todos os aspectos da vida. Essa mudança representou uma reafirmação de que os direitos das mulheres são direitos humanos e que a igualdade de gênero era uma questão de interesse universal, beneficiando a todos. (ONU, 2014)

As mudanças políticas, sociais e econômicas vivenciadas pelo Brasil no período entre 1985 e 1995 expressam-se na agenda dos direitos das mulheres com a abertura política no marco do processo de redemocratização, contou com forte mobilização de *advocacy* desempenhada pelo movimento feminista na Assembleia Nacional Constituinte conhecido como *lobby do batom*. Em 2022, os acordos estabelecidos em Beijing completam 27 anos. Apesar de muitos progressos, os desafios para alcançar uma sociedade igualitária ainda são enormes. A igualdade de gênero é meta a ser atingida na maioria dos países. São contextos de profundas desigualdades sociais e estruturais que afetam as vidas de meninas e mulheres em todo o mundo.

Depois de participar da IV Conferência Mundial sobre a Mulher em Beijing, voltei com a certeza de que era preciso aprofundar o debate sobre a relação de poder entre mulheres e

¹ Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

homens. Ouvi relatos doídos no Tribunal de Guerras, como o de uma japonesa que foi estuprada por 100 soldados americanos em fila, quando tinha oito anos, depois de ver toda sua família sendo assassinada na guerra. O momento foi de reflexão sobre o quão distante estávamos dessa realidade, e pensei que jamais voltaria a acontecer o estupro de mulheres em meio a guerra – erro meu de jovem feminista à época. Hoje, continuamos a testemunhar nas guerras, que persistem em acontecer, o número indefinido de mulheres e meninas violentadas, com seus corpos usados sexualmente como armas de guerra, causando marcas para o resto da vida nas sobreviventes.

O Brasil ocupa a 93^a posição global em igualdade de gênero segundo levantamento do Fórum Econômico Mundial 2021 – Global Gender Gap². O relatório avalia que a pandemia de covid-19 agravou esta desigualdade e, se antes a projeção era de que seriam necessários mais 99,5 anos para vencer esta lacuna, atualmente serão necessários 135,6 anos para ser conquistada. Entre os 25 países da América Latina que participaram do levantamento, o Brasil ficou em 25º lugar. De acordo com a pesquisa, o progresso em direção à paridade de gênero está estagnado em várias grandes economias e indústrias. Isso se deve, em parte, ao fato de as mulheres serem mais frequentemente empregadas nos setores afetados pelos bloqueios, combinados com as pressões adicionais de cuidados com a casa e com os idosos.

O Relatório Brasil 25 anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – 5 Anos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, elaborado pela Rede Brasileira de População e Desenvolvimento (REBRAPD, 2020), avalia que o país está muito aquém das recomendações dos quatro eixos da Conferência, tais como: apoiar os movimentos e liderança das mulheres, usar a tecnologia para a igualdade de gênero, garantir que ninguém seja deixado para trás e apoiar os compromissos com recursos. As desigualdades estão impressas num contexto em que persistem padrões patriarcais, discriminatórios e de violência, presentes na escola, nos meios de comunicação, na institucionalidade política, na cultural e na econômica, conforme conclui a pesquisa da REBRAPD. Segundo o relato, há uma amplitude e visibilidade dos grupos fundamentalistas, ultraconservadores e antidireitos que protagonizam campanhas contra a igualdade de gênero e os direitos das mulheres.

Um dos pontos do Relatório é a baixíssima participação das mulheres na vida pública. Apenas em 2011 o Brasil elegeu a primeira mulher para a Presidência, Dilma Rousseff. A baixa representatividade de mulheres na política se reflete em todas as esferas. A bancada feminina

² Global Gender Gap Report – Disponível em: [//efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf](https://efaidnbmnnnibpajpcglclefindmkaj/https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf) Acesso em: 06 jun. 2022.

na Câmara dos Deputados deste mandato (2019-2022) é composta por 77 mulheres, o que representa 15% das cadeiras, enquanto no Senado Federal elas somam 14 senadoras, num total de 81 representantes que compõem a casa legislativa.

O Relatório Brasil ressalta também que o período 2019-2022 (governo Jair Bolsonaro) foi marcado por reformas ministeriais que impactaram diretamente a efetivação de políticas públicas para as mulheres, com a fusão da Secretaria de Políticas para as Mulheres, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial e a Secretaria de Direitos Humanos. A análise da equipe do Relatório dos dados orçamentários do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, mostra que em 2020 o governo federal empenhou para a pasta R\$ 106 milhões, mas o recurso efetivamente gasto para investir em políticas para as mulheres foi de apenas R\$ 2 milhões, valor irrisório para uma pasta ministerial com orçamento destinado (REBRAPD, 2020).

De modo geral, entre 2019 e 2022 vários retrocessos foram registrados nas pautas de conquistas de direitos, com afirmação política de ódio, situações de violência que se afirmam no machismo e que pioram as formas de discriminação contra as mulheres. De acordo com o Relatório, o país vive hoje seu pior momento no que diz respeito à defesa da pauta de gênero, com agravamento dos indicadores de desigualdade. “As mulheres estão perdendo, em grande escala, seus meios de vida, espaços e oportunidades de trabalho, estão cada vez menos inseridas em sistemas de proteção social e de garantias de direitos” (REBRAPD, 2020, p. 16).

Durante esse período também, o Brasil conviveu com um presidente que desrespeita continuamente a imprensa e a liberdade de expressão. O Chefe maior do Estado brasileiro é apontado por todas as pesquisas de organizações não governamentais internacionais e pelos relatórios de organizações de representações de jornalistas como o principal agressor a jornalistas no Brasil. Infelizmente, esta não é uma realidade restrita ao Brasil, tem estado presente no contexto díspar em que atuam os profissionais da imprensa comum em países ibero-americanos, especialmente da América do Sul avaliaram os pesquisadores Sonia Virgínia Moreira e Martín Alonso.

[...] tipos distintos de governos autoritários e ditatoriais; mudanças abruptas de influências e tendências políticas; transições de regimes totalitários para democráticos nas últimas décadas; baixo nível de desenvolvimento democrático; acentuada assimetria ideológica e política; caráter inter/multicultural e cultura híbrida/ mestiça; liberalização econômica com tentativas parciais e isoladas de emancipação; grandes desafios sociais a serem superados – como crises recorrentes, desigualdade endêmica, violência endógena, corrupção, segregação, polarização etc.; exclusão tecnológica e analfabetismo digital; e clientelismo, instrumentalização e concentração de mídia, entre outras (MOREIRA & ALONSO, 2018, p. 317).

Os ataques à imprensa e aos seus profissionais em uma campanha de descrédito põem em risco a democracia e o direito ao acesso à informação. Ser jornalista no Brasil se tornou uma profissão perigosa, sujeita a agressões físicas, ofensas, perseguições e ataques *online* como comprova o dossiê “Ataques ao Jornalismo e ao seu Direito à Informação” realizado em parceria pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e pelo Observatório de Ética Jornalística (OBJETHOS/UFSC 2022).

Estudo das organizações feministas CFEMEA, Marialab, Blogueiras Negras e SOS Corpo de 2013 já apontava a velocidade e a ferocidade desses retrocessos calcados na perseguição às políticas de gênero, às mulheres e aos grupos LGBTQI+. Os políticos e instituições do Estado, como a polícia, têm trabalhado para impedir protestos e organizações, e os cidadãos têm absorvido o discurso antidireitos humanos, como comprova o relatório que, infelizmente, segue tão atual.

As leis que criminalizam ativistas dos movimentos sociais, em geral, têm ganhado mais aliados, tanto no discurso quanto na prática. As mulheres são as que sofrem este retrocesso de forma mais intensa. O posicionamento de feministas, mulheres negras, trans e de movimentos urbanos e rurais tem sido abafado não só pelo silenciamento cotidiano, mas, principalmente, pelas culturas da intolerância, da demonização e da criminalização dos movimentos reproduzidas na rede. Mesmo antes da chegada de Jair Bolsonaro ao poder, no período da campanha eleitoral de 2018, já se observou o crescimento dos ataques contra a liberdade de expressão e contra os direitos humanos. A imprensa e os profissionais de comunicação passaram a ser atacados com frequência, afetando o cotidiano pessoal e profissional das mulheres jornalistas.

Mas os ataques à jornalistas é histórico e se entrelaçam aos números de violência contra mulheres como foi o assassinato da jornalista Sandra Gomide pelo seu chefe quando tinha 32 anos, o jornalista Antônio Pimenta Neves, de 63 anos, então diretor do jornal O Estado de São Paulo. Mesmo tendo testemunha e assumido o crime, o caso só foi julgado seis anos depois do crime e a sentença só saiu onze anos após.

De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública³, uma mulher é estuprada a cada oito minutos no país. O Brasil fica atrás apenas de El Salvador, Colômbia, Guatemala e Rússia. Segundo outra fonte, o Atlas da Violência 2021, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 3.737 mulheres foram assassinadas no país em 2019. O número ficou 17,3%

³ Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anoario-brasileiro-seguranca-publica> . Acesso em: 15 mai. 2020.

abaixo do registrado em 2018, mas a pesquisa sugere que há contradições em relação ao aumento de mortes por causas não identificadas.

Especificamente para o caso de homicídios femininos, enquanto o SIM/Datasus indica que 3.737 mulheres foram assassinadas no país em 2019, outras 3.756 foram mortas de forma violenta no mesmo ano, mas sem indicação da causa – se homicídio, acidente ou suicídio –, um aumento de 21,6% em relação a 2018 (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2021, p. 36)

O estado do Rio de Janeiro foi uma das 22 unidades da federação que apresentou queda nas taxas de homicídios femininos, de 43,1%. O Ceará teve o maior recuo, com 53,8%. O Atlas pontua que Rio de Janeiro e Ceará estão entre os cinco estados com maior aumento do número de casos de mortes violentas sem causa definida. No Rio de Janeiro, o número de mortes com causa indeterminada cresceu 231,6% no período. Esse é um percentual assustador e, por meio de análise, com base na minha experiência de repórter policial, é um fato a ser investigado, já que poderia ser um dos indícios de condutas de ações de organizações criminosas com envolvimento da corporação de segurança pública.

Conforme o Atlas da Violência 2021, os números absolutos revelam maior desigualdade na intersecção entre raça e sexo, que também são atravessados por intersecções como baixa renda, baixa escolaridade e falta de trabalho. A filósofa e feminista Sueli Carneiro (2003) entende que o racismo deve ser compreendido como um eixo articulador das desigualdades que impacta nas relações de gênero:

Raça e sexo são categorias que justificam discriminações e subalternidades, construídas historicamente e que produzem desigualdades, utilizadas como justificativas para as assimetrias sociais, que explicitam que mulheres negras estão em situação de maior vulnerabilidade em todos os âmbitos sociais (CARNEIRO, 2017, p. 19).

Em 2019, foram registrados 1.246 homicídios de mulheres nas residências, o que representa 33,3% do total de mortes violentas. As pesquisas ratificam que dos homicídios cometidos dentro de casa, a maior parte é de autoria de pessoas conhecidas pela vítima. Esse crime foi tipificado no Brasil como “feminicídio” em 2015, sendo incorporado ao Código Penal. A Lei nº 13.104/2015⁴ considera feminicídio um tipo específico de homicídio doloso, cuja motivação está relacionada aos contextos de violência doméstica ou ao desprezo do sexo feminino. Mesmo constando na legislação, esta categoria não é transcrita nos atestados de óbito produzidos pelo Sistema Único de Saúde.

⁴ Lei no. 13.104/2015 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113104.htm. Acesso em 06 maio 2022.

O recorte da pesquisa com jornalistas mulheres da Cidade do Rio de Janeiro trabalha com a seguinte hipótese principal: que os ataques às profissionais mulheres carregam a marca do patriarcado, podem atingir seus corpos, põem em xeque sua moral e sua credibilidade profissional, com consequências que podem afetar sua saúde, atingir seus familiares e interferir diretamente no *modus operandi* do exercício da profissão.

Objetivo geral

Investigar se – e como – ocorrem assédios, ameaças e casos de violência contra jornalistas mulheres que trabalham em redações da Cidade do Rio de Janeiro, pessoalmente e de forma *on-line*, e quais são as consequências na vida pessoal e profissional destas profissionais.

Objetivos Específicos

- 1- Analisar relatórios de organizações representativas profissionais brasileiras (FENAJ e ABERT) e do exterior (Repórteres sem Fronteiras e Artigo 19) sobre violência contra jornalistas, com foco em jornalistas mulheres;
- 2- Identificar e listar tipos de assédio, ameaça e violência mais frequentes contra as jornalistas mulheres cariocas;
- 3- Verificar o ambiente em que esses casos ocorrem com mais frequência – *online* ou *offline*;
- 4- Coletar, por meio de questionário, as consequências físicas e psicológicas das ameaças no cotidiano profissional das mulheres jornalistas;
- 5- Checar se as empresas de comunicação têm programas internos de apoio à segurança física, emocional e jurídica das profissionais.

O tema que no início da pesquisa era secundário, ou seja, aparecia timidamente nas pesquisas do Sindicato dos Jornalistas e das organizações não governamentais que trabalham com esta perspectiva de violência de gênero, passou a ter destaque em pesquisas internacionais e até na própria imprensa nacional.

As ameaças à imprensa e aos jornalistas, os ataques à liberdade de expressão e o aumento da violência de gênero que justificam esta pesquisa de doutorado tratam especificamente dos riscos enfrentados por jornalistas mulheres cariocas e está distribuída em cinco capítulos.

O primeiro, “Democracia, liberdade de imprensa e desinformação no Brasil”, aborda as democracias sob ameaça e como a internet tem sido utilizada para disseminar desinformação. Considera o quanto a democracia no mundo tem se transformado e se distanciado do seu *ethos* original de participação social e de garantias de direitos, colocando em contraditório o humano e o capital. Trabalha com autores como Steven Levitsky & Daniel Ziblitz (2018), Giuliano Da Empoli (2019) e Luís Felipe Miguel (2017; 2019), para quem os Estados Unidos, a Itália e o Brasil são exemplos de países que são ou foram conduzidos por chefes de Estado populistas⁵, com situações de restrições de liberdade de expressão e de direitos humanos.

O segundo capítulo, “Organizações de mídia e jornalistas no Rio de Janeiro”, destaca os veículos de comunicação de massa na cidade do Rio de Janeiro e sua audiência. São prioridades neste estudo os veículos com equipes de jornalismo que produzem notícias diariamente para impressos (jornais e revistas), TV, rádio e portais de notícias. Os dados são apresentados considerando-se dois contextos de perfis dos jornalistas brasileiros: aquele apurado pela pesquisa *Worlds of Journalism Study* – capítulo Brasil, 2ª fase (WJS, 2016), e os resultados preliminares da pesquisa *Perfil do Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho*, com dados coletados na pesquisa sobre o perfil da categoria em 2021, empreendido pela Rede de Estudos sobre Trabalho e Identidade dos Jornalistas (RETIJ/SBPJor, 2021). A precarização do trabalho dos jornalistas, o aumento da quantidade de horas, as interações pelo WhatsApp, a característica de profissional multitarefas e a baixa remuneração também são fatores que corroboram esta situação, segundo apontam as pesquisas.

O terceiro capítulo, “Representações de jornalistas nos relatórios das experiências profissionais”, apresenta resultados de coletas de dados internacionais e nacionais sobre liberdade de expressão, de imprensa e violência contra jornalistas como temas interconexos. No Brasil, a liberdade de imprensa e a violência contra jornalistas foram agravadas no governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), com aumento dos ataques registrados já a partir da campanha eleitoral de 2018. Os dados que sustentam este capítulo foram coletados e publicados por duas organizações não-governamentais – Artigo 19 (Relatório Global de Liberdade de Expressão, 2021) e Repórteres Sem Fronteiras (Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa, 2021) – e por

⁵ Populismo pode ser entendido como um conceito político que se baseia em três elementos essenciais: estratégia, ideologia e estilo. A diferença fundamental consiste no que se entende por “povo” e como este é construído e legitimado de forma discursiva. Populistas de direita alimentam uma visão étnica ou até mesmo racista de um povo homogêneo. Já populistas de esquerda compreendem o povo como os pobres, desfavorecidos e explorados.

dossiês sobre o tema “violência contra jornalistas” organizados pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) em 2019, 2020 e 2021 e pela Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) em 2021. O relatório da ONG Artigo 19, que explora o acesso à liberdade de expressão e à informação em 161 países; o dos Repórteres Sem Fronteiras, que avalia o cerceamento à liberdade de imprensa em 111 países; e os documentos da FENAJ e da ABERT, que mapeiam informações a partir de denúncias dos sindicatos e dos próprios jornalistas em todo o território sobre formas de ataque e ameaças profissionais.

O quarto capítulo, “Casos de violência e ataques contra jornalistas mulheres”, parte da cultura patriarcal e seus domínios nas relações de gênero para examinar a violência contra a mulher, especificamente a violência contra jornalistas mulheres. Elas são os principais focos de injúrias, ameaças, intimidações e violências entre jornalistas. Na internet, reconhece Da Empoli (2019) não haver mais espaço público nem privado, se consideramos que robôs são programados para distribuírem, reforçarem preconceitos e acentuarem as diferenças, com base em recursos de desinformação para, assim, produzirem *fake news*.

O quinto e último capítulo, “Os riscos apurados entre jornalistas mulheres no Rio de Janeiro”, apresenta resultados da análise qualitativa e quantitativa das respostas obtidas com a aplicação de questionário (Apêndice 1). Enviado a 50 jornalistas mulheres atuantes em redações de veículos de imprensa da cidade do Rio de Janeiro, selecionadas de duas bases de dados: os *mailings* das agências de comunicação PULSO e Viveiros de Castro. Do universo de respostas obtidas, 80% das respondentes declararam terem sofrido algum tipo de ataque, em sua maioria intimidações em coberturas externas ou, inclusive, de colegas no ambiente de trabalho.

Metodologia

Pesquisa empírica e documental, esta tese usa como estratégia o método do estudo de caso com o objetivo de entender os principais desafios profissionais enfrentados por jornalistas mulheres que trabalham em redações de meios de comunicação na cidade do Rio de Janeiro, em especial os riscos e a violência no exercício da profissão. O estudo de caso foi selecionado como metodologia por se tratar de uma investigação empírica sobre um fenômeno contemporâneo: a violência contra jornalistas mulheres em meio aos ataques constantes contra a imprensa, as relações que se estabelecem em relação à credibilidade da mídia e como essas condições convergem em casos de ameaça à democracia, considerando que os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente evidentes como argumenta Yin (2015, p. 39).

“A habilidade de ouvir também precisa ser aplicada à inspeção da evidência documental, assim como à observação das situações da vida real”, diz Yin (2015, p. 96) ao indicar que para os estudos de caso é preciso “ouvir”, ou seja, estarmos abertos para receber informações via múltiplas modalidades. Ouvir, no caso desta tese, foi a forma de registrar qualquer mensagem importante sobre o aumento da violência contra mulheres, os ataques e perseguições na internet propagados pelo presidente Jair Bolsonaro, seus filhos e aliados contra mulheres e minorias e a proliferação de denúncias. Pesquisas que incluem os profissionais da imprensa completam a análise. A escolha do estudo de caso como método se fortaleceu com os ajustes no trabalho de campo durante o percurso da pesquisa, e se mostrou como recurso fundamental no processo de coleta de informações sobre o tema.

As estratégias metodológicas se distribuem em cinco etapas: 1) Revisão bibliográfica de autores que dialogam sobre temas como ameaças à democracia, liberdade de expressão e de imprensa e violência de gênero: contra mulheres e contra jornalistas profissionais; 2) Compilação de dados de pesquisas de organizações não governamentais internacionais sobre liberdade de expressão e de imprensa e sobre violência contra jornalistas no Brasil e também de pesquisas e relatórios de organizações representativas; 3) Definição do estudo de caso como estratégia; 4) Seleção de jornalistas cariocas para aplicação de questionário sobre o objeto da pesquisa; 5) Análise qualitativa e quantitativa dos dados para refletir sobre casos locais de ataques a jornalistas mulheres que trabalham no Rio de Janeiro.

A ideia inicial era aplicar questionários a 50 mulheres jornalistas do Rio de Janeiro, em diferentes veículos de comunicação, selecionadas a partir de lista do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro. Como o sindicato não abriu a possibilidade de mediar o contato com profissionais, foi necessário alterar a estratégia de definição do conjunto de profissionais para entrevistas a fim de identificar e fazer contatos iniciais com possíveis entrevistadas. Duas assessorias de comunicação, a PULSO e a Viveiros de Castro, que fazem essa interlocução rotineiramente e dispõem de um *mailing* de contatos de profissionais nas redações, disponibilizaram listas que serviram de base para o trabalho de campo de entrevistas. A fase preparatória da coleta de dados usou elementos da pesquisa “Estresse, Superação e Resiliência dos Jornalistas” iniciada em 2018, como atividade conjunta de uma equipe conduzida pelas professoras Sallie Hughes, da Universidade de Miami (EUA), e Sonia Virgínia Moreira, nas universidades do Estado do Rio de Janeiro e Federal de Juiz de Fora. O questionário elaborado para aplicação na pesquisa coordenada por Hughes e Moreira contém 44 perguntas e foi elaborado para conhecer e documentar situações de trabalho associadas ao

risco e ao estresse no cotidiano de jornalistas brasileiros em dois estados (Minas Gerais e Acre), assim como suas práticas e estratégias para superá-las. Buscou-se identificar situações de ameaças físicas e emocionais a partir de perguntas abertas. Registrou-se período, frequência, o medo pessoal / profissional, como isso afetou a relação familiar e os sentimentos que despertou. O propósito das perguntas foi esclarecer como o grupo de profissionais entrevistados (52 no total) enfrentou a situação e as ameaças profissionais.

Nesta tese, a seleção das jornalistas mulheres da Cidade do Rio de Janeiro, em uma base confiável, utilizou duas plataformas, contratadas pela assessoria de comunicação Viveiros de Castro e pela agência de comunicação PULSO, com acesso autorizado da autora ao *mailing* das empresas.

A Viveiros de Castro utiliza os serviços da plataforma *Max Press*, na qual foram identificadas 130 nomes de jornalistas mulheres nos seguintes veículos: Jornais O Globo, Extra, Valor Econômico e O Dia; canais de TV aberta Record, Globo, Band, SBT, EBC Rio de Janeiro; canal de TV por assinatura Globo News; portal G1; revistas Época e Veja (sucursal Rio); e rádios Tupi e CBNJ. Jornalistas *freelancers* não foram consideradas, já que o critério principal do levantamento de dados era de profissionais com contrato e ligados às redações.

A agência PULSO trabalha com a assinatura de mailing de imprensa do portal *Comunique-se*. Foram identificados na cidade do Rio de Janeiro 2.102 jornalistas cadastrados, dos quais 708 mulheres. Como apenas sete jornalistas responderam ao primeiro envio, uma nova estratégia foi desenhada com a elaboração de um questionário específico e diminuição da base de envios para 50 profissionais. O detalhamento do envio e coleta dos questionários, as alterações necessárias no período, assim como a análise dos dados serão apresentados no Capítulo 5.

Um ponto importante no contexto de produção desta tese foi considerar a situação de trabalho dos jornalistas profissionais na pandemia do Covid-19, enfrentando três temores: o medo de contrair a doença, o de perder o emprego e o de enfrentar as ameaças do presidente Jair Bolsonaro. E também o stress do uso das redes sociais para apuração e entrevistas, o que impactou também na coleta de dados desse trabalho, facilitando por um lado a divulgação do link do questionário em alguns grupos de WhatsApp, ao mesmo tempo que era mais uma informação em meio a um amontado de outras tantas.

Pesquisa da Federação Internacional dos Jornalistas traçou um panorama sobre as condições de trabalho na profissão durante a pandemia. Os jornalistas brasileiros corresponderam a 22% do total de respostas, evidenciando o aumento de ansiedade e do estresse

em mais da metade do total de profissionais entrevistados (61,5%). As coberturas de protestos violentos e a investidas da polícia contra a imprensa também são apontadas como causa, sem contar o medo da exposição ao vírus do Covid-19.

A pesquisa do Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho (CPCT) da ECA-USP avalia que a pandemia da Covid-19 encontrou o setor da comunicação em profunda crise, com um quadro bastante dramático para o mundo do trabalho dos comunicadores: demissões, contratos precários, rebaixamento salarial, densificação do trabalho, todo tipo de estresse, além do quadro de incertezas sobre o futuro (CPCT, 2020, p. 11).

Não tem como deixar de citar o quanto a pandemia do Covid-19 também incidiu na produção desta pesquisa, um atravessamento de sentimentos, inclusive, se valeria continuar já que o futuro era tão incerto. A ambivalência se deu também como companhia nas leituras em meio a tanta solidão, na meta que seria importante finalizar, nas trocas com os colegas do doutorado que passavam pelo mesmo processo.

Na definição de Lelo (2019, p.3), há um “sofrimento ético notável” quando os profissionais de imprensa manifestam suas preocupações com o esgotamento do sistema público de saúde, com a morte, com o risco de contagiar seus familiares e a dificuldade de se adaptar às novas rotinas produtivas. Trata-se de um problema contemporâneo que reforça o quanto a comunicação está imbricada no desenvolvimento histórico de produção da vida em sociedade, e que está cravado nas disputas e nas lutas entre as classes sociais (FIGARO, 2018, p. 178).

No momento em que esta introdução era elaborada, foi anunciado o desaparecimento do jornalista britânico Dom Phillips e do indigenista Bruno Pereira. Ambos estavam no meio da floresta amazônica, investigando a pesca predatória, o garimpo e o tráfico de drogas na região conhecida como Vale do Javari. Seus corpos foram localizados mais de uma semana depois do desaparecimento. A demora no início das buscas pelo governo federal e as informações desencontradas fizeram parte de mais uma manobra do governo Bolsonaro, em junho de 2022, com um chefe de estado que exalta a ditadura militar e é defensor da execução e da tortura.

1 DEMOCRACIA, LIBERDADE DE IMPRENSA E DESINFORMAÇÃO NO BRASIL

In every community, in every country – if we are to address the serious global challenges we face – Expression must be at the heart of new power relationships.⁶

Artigo 19 Report, 2021

Este primeiro capítulo da pesquisa aborda conceitos de democracia, expõe a fragilidade de direitos ao acesso à informação, colocados à prova durante a pandemia da Covid-19, quando ciência e informação foram chaves para proteger a saúde da população mundial. Presenciamos e sentimos a igualdade de direitos serem esfaceladas e ameaçadas pelas democracias que têm como base o capital, a exploração do humano, com a cegueira sobre o social demarcando a separação entre direito e condições de usufruto. Estabelecer regras, para que todas e todos usufruam dos mesmos direitos, tem sido o desafio da humanidade.

Igualdade era um atributo da pólis e não dos homens, no pensamento grego. Era “uma virtude da condição de cidadão, que se sobrepunha a uma natureza humana percebida como desigual” (ARENDDT, 2011, p.59). Neste contexto, surge a democracia na Antiguidade com o propósito de ser o governo da “multidão”, o governo dos pobres. A origem etimológica da palavra *democracia* tem o significado de o “poder do povo” ou “governo do povo”.

A democracia é um sistema que regula e atua sobre as diferenças e conflitos que surgem como resultado das desigualdades de poder em uma sociedade, para permitir a expansão civil, política e social da cidadania, segundo Mounk (1996, p.202). Para o autor, a democracia como organização social pressupõe aspectos fundamentais: 1) um regime político com base na existência de um Estado e de uma nação, que definem os limites do poder e a quem se limita este poder; 2) tem uma dimensão processual que determina quem está permitido acessar os principais postos governamentais, as formas e canais de acesso ao governo, as regras formais e informais que regem o exercício do poder e de tomada de decisões; e 3) uma dimensão de conduta de aceitação de regras e procedimentos para conduta política dos atores e cidadãos (MOUNK, 1996, p. 202).

⁶ Tradução livre da autora: “Em cada comunidade, em cada país - se tivermos que endereçar um grande desafio global – a Expressão deve estar no coração do novo poder das relações”.

O regime político como componente da organização democrática – a representativa – implica em autoridades públicas eleitas, eleições livres e limpas, sufrágio universal, liberdade de expressão, acesso à informação alternativa, liberdade de associação e de executar políticas públicas com poderes independentes e uma sistema legal que define as liberdades e as garantias políticas, os direitos civis do conjunto da população e a responsabilidade que compete a cada um.

Mounk (2018) já falava do risco eminente de uma ditadura quando a democracia chamada liberal agrada a gregos e troianos ao propagar: para as massas, a promessa de deixar que deem as cartas; para as minorias, a promessa de proteger seus direitos contra a maioria opressiva; e, para as elites econômicas, de que vão poder conservar sua riqueza imprimindo a ela uma estabilidade inigualável (p. 75).

Sempre adjetivada para tentar explicar o seu cerne, a democracia segundo Guilherme O'Donnell, pesquisador do regime político adotado em alguns países da América Latina, a denomina democracia delegativa. “Uma maioria que autoriza alguém a se tornar, por um determinado número de anos, a encarnação e o intérprete dos altos interesses da nação” (1991, p. 27).

As eleições em democracias delegativas são um processo muito emocional e que envolve altas apostas: vários candidatos concorrem para saber quem será o ganhador, num jogo absolutamente soma zero, da delegação para governar o país sem quaisquer outras (mas não menos do que com elas, como veremos) restrições a não ser aquelas impostas pelas relações de poder nuas — isto é, não institucionalizadas. Depois da eleição, espera-se que os eleitores/delegantes retornem à condição de espectadores passivos, mas quem sabe animados, do que o presidente faz (O'DONNELL, 1991, p. 27).

No século XX, o sentido de democracia é assepsiado e sua vinculação com a promoção dos interesses dos grupos desfavorecidos é apagada (MIGUEL, 2019, p. 38). A pandemia da Covid-19 acentuou a distensão das forças: mesmo que estas tenham operado seletivamente. Ainda de acordo com MIGUEL (2019, p. 38), ao esgarçar as pontas, o elástico mais uma vez arrebenta no lado dos mais vulneráveis, mas a diferença é que, ao mesmo tempo, chicoteia qualquer privilegiado.

Foi um vírus letal que nos fez entender a “globalização como um componente espacial de redes geográficas que se instalam nos espaços nacionais com seus nós e linhas e seguem lógicas conhecidas” (FONSECA, 2007, p.112), como o capital de exploração do trabalho apontado por Marx, em que foi posto à prova o humano versus o dinheiro.

O centro das escalas extinguiu-se tal qual uma concepção de poder fixada no espaço mais do que no tempo, defendida por Raffestini (1993). A geometria do poder parou no tempo

e o desenho do fluxo de pessoas, bens, serviços e mensagens precisa mais uma vez ser redesenhado. Certamente, nem Castells (2015) nem qualquer um de nós poderia imaginar o quanto, ao nos depararmos com um vírus que atravessou continentes, isso dizimaria milhões de pessoas e o quanto dependeríamos de conhecimento científico, intercâmbio de informações e de mudanças nas relações interpessoais.

O sempre lúcido e à frente do seu tempo, o sociólogo Edgar Morin (2020), com sua máxima “espere pelo inesperado” fazia previsões, mas assim mesmo se surpreendeu: “a experiência das irrupções do inesperado na história penetrou com dificuldade nas consciências. A chegada do imprevisto era previsível, mas não sua natureza”⁷. Morin se refere ao agravamento da crise política e da estagnação caso não surja uma nova forma e mais sustentável de se fazer política.

Podemos temer fortemente a regressão generalizada observada já durante o curso dos vinte primeiros anos deste século (crise da democracia, corrupção e demagogia triunfantes, regimes neautoritários, retomadas nacionalistas, xenóforas, racistas). Todas essas regressões (e na melhor das hipóteses estagnações) são prováveis enquanto não emergir uma nova via política-ecológica-econômica-social guiada por um humanismo regenerado (MORIN, 2020)

O populismo se apoia na eterna promessa de dar livre expressão à voz do povo e demarcar as fronteiras em que considera a política como devida a alguns cidadãos, mas não a outros, pois “reivindicam um monopólio moral de representação e dirigem sua ira contra grupos minoritários” (MOUNK, 2018, p. 62). Jamais houve esse momento de participação popular perfeita, segundo Mounk, e o “copo sempre esteve cheio pela metade, mas hoje corre o perigo de ficar vazio” (2019, p.81). Os desmandos acontecem em todas as esferas de poder, como aparelhamento da corte, com impedimento de magistrados e sua substituição por aliados partidários.

Assim, os elos vão se diluindo e colocando toda uma população à deriva, num jogo duro de combate institucional cujo objetivo é derrotar o adversário sem se preocupar com a continuidade do jogo democrático.

Jogadores que não possam ser comprados têm que ser enfraquecidos por outros meios. Enquanto ditadores da velha guarda costumavam prender, exilar ou até matar seus rivais, os autocratas contemporâneos tendem a esconder sua repressão debaixo de um verniz de legalidade” (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 86).

⁷ Entrevista com Edgar Morin sobre o livro *Um Festival de Incertezas*, produzida pela Editora Gallimard como parte da série Tracts de Crise. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/599773-um-festival-de-incerteza-artigo-de-edgar-morin?fbclid=IwAR2IIE7scxgEUNScnwaeVrrILaIlxV2oWPa2fFgdwnwqHldnbfuae24MQY>. Acesso em: 5 jul. 2020.

À medida que desaparece a tolerância, os políticos se veem cada vez mais tentados a abandonar a reserva institucional e tentar vencer a qualquer custo, estimulando a ascensão de grupos antissemitas, com rejeição total às regras democráticas, reforçam Levitsky & Ziblitz (2018, p. 87). A democracia não está perto de enfrentar a angústia do conforto e o “governo de qualquer um está fadado ao ódio infundável de todos aqueles que têm de apresentar títulos para o governo dos homens: nascimento, riqueza ou ciência”, sinaliza Rancière (2014, p. 119).

Os seres humanos têm uma capacidade limitada de lidar com pessoas que se comportam de maneira divergente dos padrões compartilhados. A rejeição às regras democráticas do jogo, a negação da legitimidade dos oponentes políticos, a tolerância ou o encorajamento à violência e a propensão a restringir liberdade civis de oponentes, inclusive da mídia, são os quatro principais indicadores do comportamento autoritário que vai se delineando (LEVITSKY & ZILBLATT, 2018 p. 34).

As evidências que antes eram de certa forma escamoteadas e se alternavam, se personificaram na eleição de Donald Trump para a Casa Branca em 2016. Pela primeira vez a democracia mais antiga e poderosa do mundo elegeu um presidente que negava e desprezava abertamente as regras democráticas, ressalta Mounk (2018, p. 16). Donald Trump e seus eleitores derrubaram o otimismo de um futuro que parecia pertencer à democracia liberal. Esse não foi um caso isolado no mundo – há exemplos em outros países, como a vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018, no Brasil, e de políticos extremistas em outros países: na Rússia (Vladimir Putin), Hungria (Viktor Orbán), Turquia (Recep Tayyip Erdogan), Venezuela (Hugo Chávez).

Na Hungria, a filósofa Agnes Heller (2018) avalia o governo de Viktor Orbán⁸ como “iliberal”, por ser fruto de uma votação majoritária em que não há mais direitos humanos nem pluralismo, é totalmente centralizado.

Nesse tipo de regime assistimos a uma “refeudalização” progressiva. O poder transforma em renda o que dependia anteriormente do lucro redistribuído pelo capitalismo, e cria sua própria oligarquia. Falar sobre esses regimes como se falava do nazismo ou do stalinismo é não perceber o que está acontecendo, nem compreender os seus perigos. Se Orbán conseguiu captar o ressentimento dos húngaros, que não conseguiram se adaptar à democracia liberal, foi porque entendeu que era preciso uma ideologia para conquistar o poder numa sociedade de massa. Essa ideologia é o nacionalismo étnico. Ele faz uso dela como um instrumento de poder (HELLER, 2018).

⁸ Entrevista concedida ao *Le Nouvel Observateur* - Tradução de Milena Piraccini. O Globo, 15/12/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/nossa-unica-chance-de-sobreviver-preservar-democracia-liberal-diz-filosofo-hungara-agnes-heller>. Acesso em: 13 jun. 2020.

Esta transformação, as dissociações de democracias se tornando cada vez mais autoritárias, é um fenômeno global. Nos países da América Latina governos autoritários têm sido uma tradição, mas, nos últimos quatro anos, há alguns avanços que devem ser considerados neste território.

1.1.Sobre os riscos para a liberdade de imprensa e a democracia

Os dezoito países que compõem a América Latina (que compreende as Américas do Sul e Central) passaram por transições nos últimos 30 anos: golpes de estado, governos autoritários e democracias instáveis. Com grave arcabouço de vulnerabilidade social e econômica, em quadro que se agravou com a pandemia do Covid-19, 50 milhões de pessoas atingiram a margem da pobreza na região. O Informe Latinobarômetro 2021 – um estudo de opinião pública que se aplica anualmente, com vinte mil entrevistas em 18 países da América Latina – que é produzido pela organização não governamental *Corporación Latinobarómetro*, reforça a queda e a diminuição dos processos democráticos na América Latina, como foi a transformação da Nicarágua em país autocrático, e da Venezuela em ditatorial.

O Informe aponta para o desencanto com a política, provocado por uma crise de representação e pela incapacidade de acabar com a desigualdade e com a discriminação, ressaltando que a pandemia aprofundou as iniquidades na América Latina. Países com perfis políticos ambivalente e autoritário, desconfiança nas instituições e insatisfação com a democracia, o que se alinha a explicação de Mounk (2019) para o declínio, refletiu a insatisfação popular com casos de liberalismo antidemocrático. O relatório avalia que regimes que, por um lado, respeitam o Estado de direito e protegem minorias, por outro, falham em traduzir preferências populares em políticas públicas. “Essa insatisfação estimularia ainda a ascensão de movimentos e líderes que ameaçam liberdades individuais, agravando o quadro da erosão democrática”, conclui o documento (2021, p.3).

O estudo identifica as origens dessa falha em dois pontos: 1) a atuação de instituições que retiram áreas políticas e decisões do controle democrático, cujos principais exemplos são agências burocráticas autônomas, bancos centrais, cortes judiciais e tratados comerciais; 2) o insulamento dos políticos com relação a quem os elege, em razão do papel crescente do dinheiro na política e do distanciamento entre as experiências pessoais e profissionais dos políticos, assim como suas condições de vida e a situação da maioria dos eleitores (2021, p.4).

O resultado desta equação são democracias incivilizadas, que sofrem com deslegitimação das instituições das leis e da justiça, numa escalada entre ambas, o que dá apoio a medidas ilegais de controle, penetrante obstrução de princípios da legalidade, e desigual distribuição dos direitos dos cidadãos (CALDEIRA & HOLSTON, 2018, p.692). Bonifácio (2020) ao pesquisar o declínio dos indicadores da democracia na região faz a seguinte classificação a seguir:

Quadro 1 - Tendência e trajetória dos indicadores de democracia na América Latina

Variável	Tendência	Trajectoria do indicador
Índice de Democracia Liberal	Declínio	Descendente de 2009 a 2018, com uma queda não ininterrupta e variações pequenas. Segundo pior índice da série.
Apoio à democracia	Declínio	Descendente de 2010 a 2018, com uma queda não ininterrupta e acentuada. Segundo pior valor da série histórica.
Satisfação com a democracia	Declínio	Descendente de 2010 a 2018, com uma queda não ininterrupta e acentuada. Segundo pior valor da série histórica.
Confiança nos partidos políticos	Declínio	Descendente de 2013 a 2018, com uma queda ininterrupta e acentuada. Segundo pior valor da série histórica.
Confiança no Poder Legislativo	Declínio	Descendente de 2011 a 2018, com uma queda ininterrupta e acentuada. Segundo pior valor da série histórica.
Confiança no governo	Declínio	Descendente de 2010 a 2018, com uma queda ininterrupta e acentuada. Pior valor da série histórica.
Importância do voto	Declínio	Descendente de 2009 a 2016, com uma queda ininterrupta e acentuada. Pior valor da série histórica.
Governo de poderosos	Ascensão	Ascendente de 2009 a 2018, com elevação não ininterrupta e acentuada, mas muita oscilação. Pior valor da série histórica.

Fonte: BONIFÁCIO, 2020, p.8

De acordo com Caldeira & Holston (2018, p. 692), nestas democracias “politicamente incivilizadas”, violência, injustiça e impunidade são constantemente normais, a regra da lei se torna brutalmente feroz e sem eficácia no combate à opressão. Na Bolívia, Evo Morales não poderia se candidatar a um quarta mandato, elegeu seu sucessor mas perdeu a maioria nas eleições departamentais. No Peru, todos os partidos tradicionais ficaram fora da disputa e nos últimos três meses antes das eleições, um candidato com vínculo ao grupo organizado Sandero Luminoso vence o pleito.

A América Latina tem se destacado no cenário de democracias que não combatem a violência e a insegurança, e o agravamento das iniquidades tem se alastrado. Governos eleitos não têm tido capacidade institucional para reformar ou controlar o poder local das facções políticas e do crime organizado, saíram do autoritarismo para regras colonialistas. (WAISBORD *apud* HUGHES, MELLADO, ARROYAVE et al, 2017).

O Brasil é citado como uma democracia frágil ao eleger Jair Bolsonaro com maioria popular e defender uma pauta homofóbica, racista e misógina. O “gabinete do ódio” –apontado pela imprensa como sendo o local de onde se produz e se disparam notícias falsas – atua no Congresso Nacional, e vem sendo comandado pelos filhos do presidente Jair Bolsonaro. Coelho enfatiza que o único modo de se chegar a um acordo quando se fala de democracia é o de considerá-la caracterizada por um conjunto de regras primárias ou fundamentais que estabeleçam quem está autorizado a tomar as decisões coletivas e com quais procedimentos (2014, p. 129).

Coelho resgata a definição de Sergio Buarque, para quem a democracia no país foi sempre um lamentável mal-entendido. O autor contrapõe os valores do liberalismo ao patrimonialismo brasileiro, com suas origens na família patriarcal que transferiu para o espaço sua visão particularista, vinculando a política a uma extensão do espaço privado familiar (2014, p. 130). Coelho complementa que a escolha dos homens que irão exercer funções públicas se faz de acordo com a confiança pessoal que mereçam os candidatos e não com suas capacidades próprias. Falta a tudo a ordenação impessoal que caracteriza a vida no estado burocrático (2014, p. 131).

[...] A família patriarcal fornece o modelo no qual vão se fixar, na vida política, as relações entre governantes e governados. É dela que nasce o predomínio do privado sobre o público e do comportamento sedimentado primordialmente em laços de sangue afetivos (COELHO, 2014, p. 131).

Duas eleições, que aconteceram posteriormente à conclusão do relatório, merecem ser citadas: a da Colômbia, com maior participação desde 1998; e a primeira eleição em 24 anos de um presidente de esquerda, ex-guerrilheiro, vitória de um líder estudantil com 35 anos à presidência do Chile, em 2022. Os chilenos foram às ruas em intensas manifestações em 2019, exigindo direitos e a convocação de uma Assembleia Constituinte. O fato é que a eleição de Gabriel Boric trouxe esperança para a esquerda da América Latina, confirmada com os resultados do pleito colombiano: de Gustavo Petro como presidente e da vice-presidente Francia Marques, primeira mulher negra a ocupar o cargo naquele país.

O cerceamento à liberdade dos cidadãos e dos profissionais de imprensa se intensificou em âmbito mundial durante a pandemia do Covid-19 e foi motivo de denúncia da Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, Michele Bachellet, em nota publicada em junho de 2020⁹. Bachellet considerou alarmantes os casos de repressão à liberdade de expressão em alguns países da Ásia-Pacífico. Muitos países da região têm leis para regular notícias falsas e a mídia na internet, que estão sendo usadas para deter o debate público, as críticas ao governo e também para reprimir a liberdade de expressão.

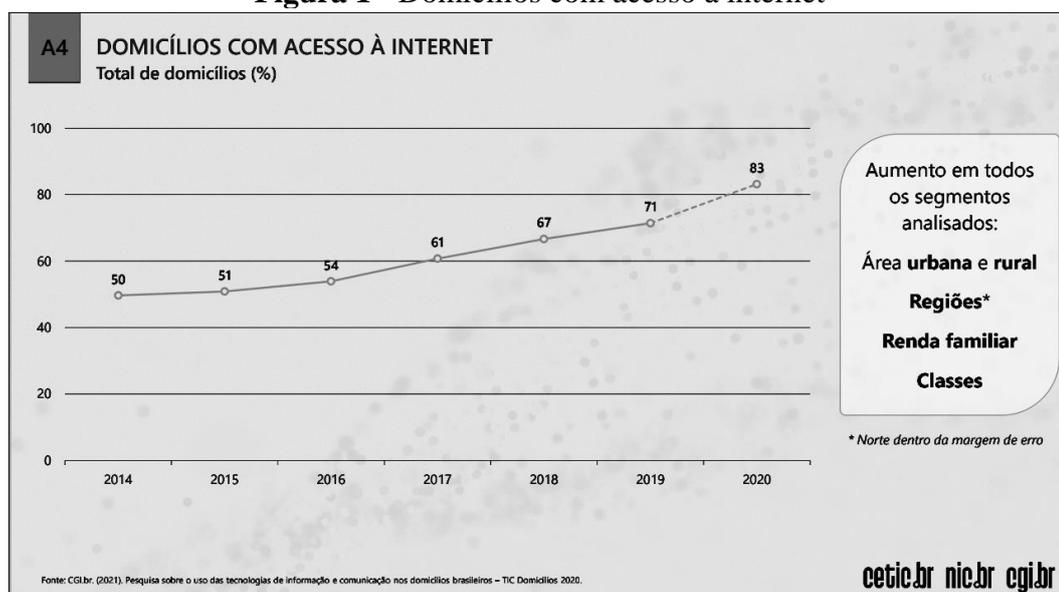
Desde o início da pandemia, vários países daquela região estão acirrando a censura a críticos dos governos, executando prisões e detenções arbitrárias a jornalistas e reprimindo pessoas que simplesmente compartilham informações e opiniões sobre a pandemia. A comissária mencionou incidentes em países como Bangladesh, Camboja, China, Índia, Indonésia, Malásia, Mianmar, Nepal, Filipinas, Sri Lanka, Tailândia e Vietnã. Abaixo, a lista de relatos recebidos sobre incidentes em vários países.

(...) No Camboja, 30 indivíduos foram presos incluindo seis mulheres e uma menina de 14 anos por comentários e postagens sobre a Covid-19 nas redes sociais. Várias foram indiciadas por “rebelião contra o governo” e disseminação de “fake news”. Dos 14 que permanecem detidos, 10 pertencem ao maior partido de oposição, que foi extinto em 2017. Vários jornalistas e pelo menos um médico foram indicados na Índia por criticarem, publicamente, a resposta das autoridades indianas à pandemia. (...) Na Malásia, um correspondente do jornal South China Morning, de Hong Kong, está sendo investigado por ter feito uso impróprio de servidores de internet e de “insultar” intencionalmente autoridades para gerar tumulto. O estado de Kayin condenou o editor-chefe da agência de notícias Dae Pyaw a dois anos de prisão. (...) No Vietnã, mais de 600 usuários do Facebook foram intimados a depor após comentarem o surto. Muitos foram repreendidos e tiveram suas postagens apagadas da internet. Pelo menos dois usuários foram indiciados por crimes de notícias falsas sobre a Covid-19 incluindo nove meses de detenção e multas de mais de US\$ 1 mil (BACHELLET, 2020).

⁹ Boletim de Notícias da ONU. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2020/06/1715572> Acesso em: 10 jun. 2020.

Com ambiente de tensão permanente, de intensificação das ameaças, o medo opera na conservação do poder quando cria a distinção entre aqueles que estão ameaçados e aqueles que ameaçam (AHMED, 2004, p. 64). A tecnologia, a internet e as redes sociais têm sido ocupadas e utilizadas com este fim. Os pesquisadores Pierskalla e Hollenbach (2018) apontam a incidência de aumento dos níveis de violência política pelo uso da tecnologia e da informação em áreas onde a cobertura de celular foi introduzida (p. 180).

Figura 1 - Domicílios com acesso à internet

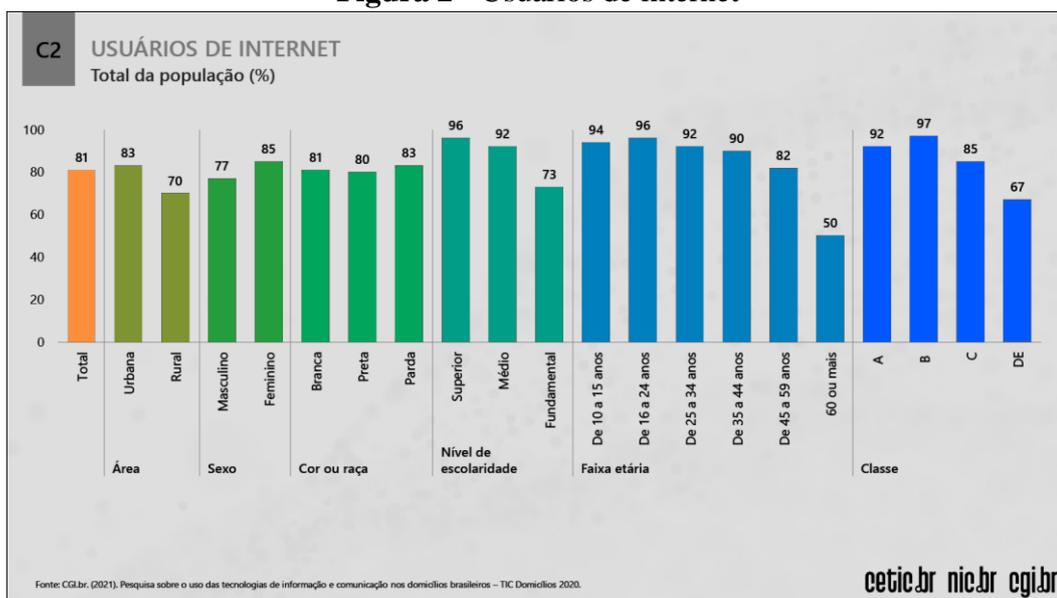


Fonte: CGI.br. (2021). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2020 in Comitê Gestor da Internet - CGI.Br, 2020

Em 2020, o Brasil tinha 152 milhões de usuários de internet, o que correspondia a 81% da população do país com 10 anos ou mais, o que sinaliza também um aumento de 7% em relação a acesso por habitante, se comparado a 2019. Os dados são da pesquisa TIC Domicílios 2020¹⁰ (Edição Covid 19 – Metodologia adaptada). Pela primeira vez, o quantitativo de domicílios conectados foi maior (83%) do que de indivíduos (81%).

A pesquisa detectou um aumento da conexão de moradores das áreas rurais (de 53% em 2019 para 70% em 2020), entre os habitantes com 60 anos ou mais (de 34% para 50%), entre aqueles com Ensino Fundamental (de 60% para 73%), entre as mulheres (de 73% para 85%) e nas classes DE (de 57% para 67%).

¹⁰ Disponível em <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/indicadores/> Consultado: 05.03.2022

Figura 2 - Usuários de internet

Fonte: CGI.br. (2021). Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros – TIC Domicílios 2020 *in* Comitê Gestor da Internet - CGI.Br, 2020

Outro dado importante é que o serviço de *zero rating* (acesso a pacote de informações gratuitamente), oferecido pelas operadoras, permite acesso livre ao Facebook e ao WhatsApp. No país, 60% dos brasileiros têm WhatsApp – o Brasil é o segundo país no mundo com maior número de usuários da ferramenta, espaço ideal para a circulação de informação, desinformação ou *fake news*, seja esta qual for e como estejam criptografadas. É quase impossível ter acesso aos conteúdos disparados.

1.2. Como as redes sociais contribuem para disseminar desinformação

Com esta capilaridade de uso, é pelo WhatsApp que ataques por meio de mensagens de ódio têm se virilizado no Brasil. Este é um dos temas mais controversos a ser regulado na internet. De um lado, pessoas de grupos mais vulneráveis são expostas a agressões, humilhações e outros ataques a sua dignidade. Do outro lado, o excesso de regulação tem comprometido a liberdade de expressão e tolerado ofensas e hostilidades. A violência dos ataques de ódio disparados na internet e principalmente pelas redes sociais é um tema novo que aquece os debates. A Convenção Americana de Direitos Humanos é categórica ao estabelecer que discurso de ódio incita a violência e não é protegido pela liberdade de expressão.

No período pré-eleitoral à eleição presidencial de 2018, a pesquisa Monitor da Internet do Projeto “Eleições Sem Fake” (2018), coordenada na UFMG pelo professor Fabrício Benevenuto, colheu centenas de postagens disparadas pelo WhatsApp com ataques e campanha

difamatória dirigida ao Partido dos Trabalhadores, contra o candidato à presidência Fernando Haddad, com inversão dos números e projetos econômicos exitosos na gestão do PT, e contra mulheres, negros e população LGBTQI+. Uma delas dizia o seguinte: “Haddad: o candidato do kit gay. As crianças de 8 anos terão aula de homossexualidade nas escolas”. Esse foi o alerta da imagem que circulou em grupos de WhatsApp, em 26 de outubro de 2018, durante a corrida eleitoral presidencial, em que o então candidato à presidência, Jair Bolsonaro (PSL), apontava para uma suposta manchete de jornal.

O termo “kit gay” foi designação criada pela bancada evangélica do Congresso Nacional, formada por 38% dos deputados (195 dos 513 deputados), ao projeto do MEC “Escola sem Homofobia”, que seria destinado a alunos de Ensino Médio para combater o preconceito contra homossexuais. Devido à polêmica provocada pela ala conservadora, o projeto foi suspenso pela Presidente Dilma Rousseff, em 2011, um exemplo de como o fenômeno da desordem da informação se consolidou no Brasil, um fato distorcido, vinculado a uma pauta política que é disseminada em massa em redes sociais.

Essa desordem da informação ganhou relevância mundial no cenário político após a vitória de virada do presidente norte-americano, Donald Trump, nas eleições de 2016. Na ocasião, se tornou público o método usado pela empresa de marketing *Cambridge Analytica*, contratada pela campanha do republicano, que se baseou no uso de Big Data para disparar propagandas e notícias, de acordo com a personalidade dos eleitores, traçada a partir do conteúdo compartilhado, sobretudo, na rede social Facebook. De forma resumida, a empresa categorizava o eleitor com adjetivos como “neurótico”, “entusiasta”, “alegre”, “raivoso”, “contente”, por exemplo, e, por meio do conteúdo disparado, aumentava a chance de o internauta votar em um determinado candidato.

No início da internet, a crença é que teríamos acesso a um meio essencialmente democrático. Acreditava-se que as pessoas dispostas a participar de assuntos de interesse público teriam pensamentos democráticos. “Não há nada que garanta que o compartilhamento de arquivos e a distribuição massiva de conteúdos ampliem o gosto pela democracia e liberdade” (AMADEU, 2021, p. 291). O autor adverte que nossa liberdade de expressão é gerenciada e, muitas vezes, bloqueada pelos algoritmos que operam as plataformas.

A capacidade prática de falar está sujeita às decisões dos proprietários de infraestruturas privadas que operam os espaços digitais. A rede distribuída não impediu a concentração de audiências nem impossibilitou a vigilância massiva realizada pelos Estados, mercado e suas empresas privadas (AMADEU, 2021, p.250).

Devemos fazer uma distinção fundamental entre poder distribuído e democrático. Uma forma de poder é democrática se muitas pessoas participarem dela e da tomada de decisões sobre como empregá-la. Uma forma de poder é distribuída se opera em muitos lugares diferentes e afeta muitas pessoas e situações diferentes. De certa forma, a internet e suas tecnologias digitais associadas tornaram o poder mais democrático. Mas, de outra forma a internet possibilitou que o poder fosse amplamente distribuído, mas não democratizado” (BALKIN Apud AMADEU, 2021, p. 249).

A velocidade como ferramenta de poder fez com que a produtividade e a competitividade dependam da capacidade de agentes econômicos de aplicar, com rapidez inaudita, os dados e conhecimentos obtidos de acordo com MORAES (2009 p;61).

A informação assumiu a dianteira como fonte alimentadora de engrenagens indispensáveis à hegemonia do capital. O controle da informação, estocada, processada, em andamento ou atualização, situa-se no vértice de estruturas de dominação, e não apenas no âmbito econômico-financeiro, pois está correlacionado também à dimensão geopolítica (MORAES, 2009 p.61).

O conhecimento público do método do *Cambridge Analytics* levou o fundador do Facebook, Mark Zuckerberg, em abril de 2018, ao Senado dos Estados Unidos para explicar o vazamento de dados de mais de 87 milhões de usuários da rede social, o que tornou possível a emergência desse fenômeno. Segundo Giuliano Da Empoli (2019), é no terreno virtual que a adesão ao movimento nacional-populista encontra sua realização mais completa, espaço em que os *engenheiros do caos* entenderam que tal mal-estar poderia se transformar em um formidável recurso político, então utilizaram sua magia para multiplicá-lo e dirigi-lo para seu próprio fim (p. 169).

Lá, os algoritmos desenvolvidos e instaurados pelos engenheiros do caos dão a cada indivíduo a impressão de estar no coração, de estar em um levante histórico, e de, enfim, ser ator de uma história que ele achava que estaria condenado a suportar passivamente como figurante (DA EMPOLI, 2019, p. 169).

A disseminação pela internet de notícias falsas em grande escala, potencializadas por redes sociais como Facebook e Twitter, gerou reações também na União Europeia que, em 2016, iniciou a regulamentação de uso de dados na rede, visando maior controle, bem como meios de identificar e responsabilizar irregularidades. Em dezembro de 2018, antecipando as eleições do parlamento europeu de maio de 2019, o bloco anunciou uma série de medidas para combater a disseminação de notícias falsas e emitiu um alerta para seus 28 países, entre elas a denúncia do uso de robôs em campanhas de redes sociais e a cooperação na verificação da veracidade de notícias.

O Estudo “*The Spread of True or False News Online*” (*Science*, 9 de março de 2018) do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT) sobre a rapidez de propagação de *fake news*

demonstrou que uma informação falsa tem, em média, 70% a mais de probabilidade de ser compartilhada na internet. Segundo os pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT), a verdade consome seis vezes mais tempo que uma *fake news* para atingir 1.500 pessoas nas redes sociais (DA EMPOLI, 2019, p. 78).

No Brasil, as eleições de 2018 foram marcadas pela guerra informacional, em que os factoides deram a tônica, ainda que beirassem à fantasia. E a manipulação da palavra, segundo Breton (1999), seria tão mais eficaz em seus efeitos quanto mais invisível e despercebida ela passasse. O pleito no Brasil representaria a concretização do “grande acidente”, o efeito negativo de uma sociedade atravessada pelos fluxos informacionais instantâneos e pelo *ethos* do ciberespaço, sobre a democracia previsto por Virilio

Outro elemento importante: nunca há informações sem desinformação. E uma desinformação do novo tipo parece possível agora, não tendo nada a ver com a censura voluntária. É uma espécie de asfixia de significado, uma perda de controle da razão. Existe aqui, causado pela ciência da computação e multimídia, outro grande risco para a Humanidade (Virilio, 1995, p. 56).

O pensador diagnostica que a *dromologia* (a ultravelocidade dos fluxos informacionais) inaugura uma nova forma de perspectiva: “O tempo real agora supera o espaço real e a geosfera” (VIRILIO, 1995, p. 89). Para Dardot & Laval (2017) a hegemonia do tempo é igualmente inescapável, uma ameaça à organização política no Ocidente, à liberdade e ao comum.

A atividade de pôr em comum que faz existir o comum da comunidade política. Não que se trate do exercício de um poder constituinte no sentido moderno do termo, mas simplesmente porque pôr em comum é a atividade que propicia a existência do comum e o ampara em toda a sua duração. Dito de forma mais geral e indo muito além do sentido estrito do discurso aristotélico, todo verdadeiro comum político deve sua existência a uma atividade contínua e constante de pôr em comum (DARDOT & LAVAL, 2017, p. 247-248).

Quando a capacidade de fixação afetivo-cognitiva, de imobilizar a consciência, é bombardeada por estímulos de forma ininterrupta, o que acontece é uma espécie de letargia, de anestesia da percepção. Dessa forma, os fluxos informacionais provocariam um embotamento sensível do sujeito que nas últimas décadas encontrou no ciberespaço um novo modo de relação social, econômica, afetiva, um novo modelo de vida. Uma forma de biopoder, como diz Foucault (1979) ao considerar a subjugação de corpos e de controle. O que se deu nas redes sociais, em plataformas digitais e, em menor grau, na mídia jornalística hegemônica *online*, foi justamente uma hiperexcitação sensível, operada pelo bombardeio de mensagens cujo conteúdo distribuído empregou todo o repertório da desinformação.

A manipulação das emoções e de afetos usou o medo para espriar a desinformação, lançando mão do temor do velho comunismo, da pobreza e do endividamento, ameaças que representam o pesadelo ancestral da classe média. Aqui caberia uma rápida consideração daquilo que Souza (2009) percebe como o medo da classe média de vir a se tornar mero corpo, condenado à invisibilidade social e alvo do extermínio numa sociedade de controle:

[...] o aspecto mais central e mais importante, por isso mesmo o mais reprimido e obscurecido pela visão superficial e enganosa dominante, é a “invisibilidade” social, analítica e política do que chamamos provocativamente de “ralé” estrutural brasileira. Essa é a classe, que compõe cerca de 1/3 da população brasileira que está abaixo dos princípios de dignidade e expressivismo, condenada a ser, portanto, apenas “corpo” mal pago e explorado, e por conta disso é objetivamente desprezada e não reconhecida por todas as outras classes que compõem nossa sociedade [...] É apenas por serem percebidos como meros “corpos”, numa sociedade que valoriza a disciplina e o autocontrole acima de tudo, é que essa classe desprezada é vista como tendencialmente perigosa e como assunto da “polícia”, e não da “política”. (SOUZA, 2009, p. 122).

Além desse temor da queda na pirâmide social, diversos medos manipulados nos conteúdos distribuídos nos fluxos sociotécnicos diagnosticaram o perigo da “desintegração” da moral e dos costumes perpetrados pelas esquerdas. A segurança sob a capa da pauta religiosa-moral também mirou alvos como movimentos identitários (negro, quilombola e indígenas), minoritários (LGBTQ e feministas) e, na política, a pecha de “esquerda” ou “comunista” era colada em qualquer um que não representasse o ideário neoliberal e neopentecostal.

Na biopolítica, o corpo é exemplar de uma etnia ou aspecto populacional – não se trata mais de individuação, algo da esfera do exemplar unitário da espécie. Esse gerenciamento da vida seria a principal característica do biopoder. O racismo de Estado mobiliza o aparato para condenar à morte e o biopoder (como gestão da vida) toma para si a reprodução da vida e a hegemonia da morte – para tanto, lança mão do racismo.

Para Foucault (1979), esse racismo seria a produção de um contingente de indesejáveis: transgêneros, pretos, feministas, quilombolas, favelados, indígenas, desempregados, aposentados, velhos, doentes, imigrantes. Seria o que Agamben (2007) cunhou como vida nua: aquela reduzida a seu sentido biológico mínimo, destituída de seus direitos e dignidade. O capitalismo investiu no corpo recursos que só poderiam ser mobilizados pelo Estado para abarcar contingentes populacionais em espaços abertos para assujeitá-los. No biopoder, a economia política e a estatísticas são saberes que atuam de forma total. Os Estados necessitam do racismo, pois sem ele não teriam como requerer o ‘direito’ de matar.

O saber se iguala ao poder, ao dizer e ao não dizer, à construção de regimes de verdade em curso e à criação de uma moral (regra instituída nos corpos para dizer o que se pode e o que não se pode fazer-dizer). Não há regimes em que a *verdade* não se expresse. O poder se dá em

relações, num fluxo ininterrupto, formando diagramas que nunca se tornam estáticos, pois sua natureza está em constante reconfiguração. Forma, por assim dizer, instantâneos, como as fotos de um mar revolto, cujas ondas sucessivas se repetem. E nessa ação de repetição cria a diferença, refeita a cada instante.

Nas eleições de 2018, as mídias convencionais (sobretudo a televisão e o rádio), assumiram o papel secundário de fontes de informações na corrida eleitoral. Deslocando a análise do ambiente de consumo para o cenário dos meios de comunicação, a partir da leitura de Certeau (1990), é possível fazer alusão à campanha bolsonarista na posição de tática, entendendo o seu mecanismo como contrassistêmico, ao recorrer aos disparos de notícias falsas no WhatsApp em oposição às estratégias das pautas factuais, veiculadas pelas mídias tradicionais. Certeau chama a tática de a arte do fraco. Se pensarmos em termos de credibilidade, porém, no cenário eleitoral a orquestração da tática superou o posicionamento hegemônico dos meios tradicionais.

Chamo de estratégia o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder (uma empresa, um exército, uma cidade, uma instituição científica) pode ser isolado. (...) Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. (...) Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento dentro do campo de visão do inimigo (CERTEAU, 1990, p. 99)

De acordo com o relatório de Segurança Digital no Brasil¹¹, do Laboratório de Cibersegurança da PSafe, mais de 4,8 milhões de notícias falsas foram detectadas somente no trimestre de julho a setembro de 2018. Após o fim da eleição, ainda não havia um número definido sobre o total de desinformações compartilhadas em redes sociais durante a campanha eleitoral. Diferente da campanha eleitoral americana de 2016, não foi o Facebook o campo de batalha da desordem da informação no Brasil, mas o WhatsApp.

Para Santos, Aldé & Santos (2018), a circulação de informações entre grupos não está concentrada em poucos atores no WhatsApp por ser assimétrica, grupos com o mesmo número de participantes podem ter papéis completamente diferentes devido à dinâmica coletiva da circulação de informações na rede.

No lugar de uma rede de pessoas conectadas através de grupos, o WhatsApp também pode ser entendido como uma rede de grupos interconectados por participantes em comum que regulam o intercâmbio de informação e permitem lógicas de difusão viral de notícias falsas dentro de uma rede fechada (SANTOS, ALDÉ & SANTOS, 2018, p. 5).

¹¹ Fonte: Relatório da Segurança Digital no Brasil. Disponível em: <https://www.psafe.com/dfndr-lab/pt-br/relatorio-da-seguranca-digital/>. Acesso em: 09jan2019.

A centralidade do WhatsApp, assumindo um espaço público relevante de discussão política no Brasil, sendo propulsor de *fake news*, gera este tipo de rebaixamento do debate público na forma como ele está estruturado, afirma o cientista político João Brant. Parafraseando Marshall McLuhan, Brant defende que não se pode separar o tipo de mensagem da tecnologia que ela carrega. “O meio, neste caso, é a mensagem. E é uma mensagem de baixíssima qualidade no sentido de ampliação e de preservação da integridade da esfera pública” (BRANT, 2018).

Com a eleição do presidente Jair Bolsonaro, os disparos de *fake news* com manipulação do discurso e ataques a mulheres, LGBTs, negros, ciência e a imprensa continuam. O cerceamento ao exercício do jornalismo tem sido uma das estratégias desde a posse de Bolsonaro em 2019, quando foram restringidos o acesso e as condições de confinamento ao trabalho de cobertura da imprensa nacional e internacional, já na cerimônia de posse em 1º de janeiro.

Os jornalistas tiveram de chegar ao Centro Cultural Banco do Brasil em Brasília, onde funcionava o governo de transição, às sete horas da manhã, para serem transportados em ônibus oficial para os locais em que foram realizadas as diversas etapas da cerimônia. No Ministério das Relações Exteriores, os profissionais da imprensa ficaram confinados por seis horas em uma sala sem janelas (Figura 3) e, inicialmente, sem acesso aos banheiros. Foi a primeira vez que uma cobertura de posse à presidência da República teve tantas restrições aos jornalistas no Brasil.

Figura 3 - Reprodução da foto de jornalistas confinados na cobertura da posse do Presidente Jair Bolsonaro



Fonte: Website Congresso em Foco, 1º/01/2019.

Na ocasião, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) divulgou no seu canal no Twitter a seguinte nota, criticando a restrição ao trabalho dos jornalistas:

Um governo que restringe o trabalho da imprensa ignora a obrigação constitucional de ser transparente. Os brasileiros receberão menos informações sobre a posse presidencial por causa das limitações impostas à circulação de jornalistas em Brasília. Confinados desde as 7h, alguns com acesso limitado a água e a banheiros, eles não puderam interagir com autoridades e fontes, algo corriqueiro em todas as cerimônias de início de governo desde a redemocratização do país. A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) protesta contra este tratamento antidemocrático aos profissionais que estão lá para levar ao público o registro histórico deste momento (ABRAJI, 2019)¹².

A Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ)¹³ também se manifestou contra as medidas consideradas excessivas no esquema de segurança.

[...] Na história recente do país, nunca houve restrições ao trabalho dos jornalistas para a cobertura das posses dos presidentes eleitos pelo povo brasileiro. (...) A segurança não pode ser justificativa para medidas autoritárias e abusivas, que visam, na verdade, dificultar o trabalho dos jornalistas e restringir a produção e a livre circulação da informação. O verdadeiro aparato de guerra montado para a posse revela que a tática de Bolsonaro de espalhar o medo, utilizada na campanha eleitoral, será mantida no governo. (...) A Federação também cobra das empresas de comunicação postura mais firme na defesa de seus profissionais e da liberdade de imprensa. A maioria das empresas nem mesmo denunciou as medidas restritivas imposta pelo governo e o tratamento desrespeitoso dispensado aos jornalistas. Não

¹² Fonte: Abraji. Disponível em: <https://twitter.com/abraji/status/1080149458090934272>. Acesso em: 10 jan. 2020.

¹³ Disponível em: <https://fenaj.org.br/novo-governo-desrespeita-jornalistas-e-ameca-liberdade-de-imprensa/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

podemos naturalizar medidas antidemocráticas, para que não se tornem a regra. A democracia exige vigilância e estaremos vigilantes (FENAJ, 2019).

No Brasil, no decorrer dos dois primeiros anos do governo Bolsonaro, foram inúmeros os cerceamentos, as mentiras, as ameaças e hostilizações que os jornalistas e os veículos de comunicação sofreram. O caso de perseguição à jornalista Patrícia Campos Mello, do Jornal Folha de São Paulo, ao revelar a rede de *fake news* montada pela equipe do atual presidente para disparar informações mentirosas no período eleitoral, foi emblemático. A repórter foi alvo de uma série de publicações difamatórias, associando-a ao Partido dos Trabalhadores (PT) e recebeu ameaças de morte. Seu celular foi invadido e as mensagens, além de misóginas, duvidavam da veracidade da notícia. Este caso será relatado em detalhes no terceiro capítulo desta pesquisa.

Da posse presidencial até maio de 2020, os jornalistas que cobrem o Palácio da Alvorada sofreram violência e assédios físicos e morais no “cercadinho”, espaço reservado à imprensa, montado no portão principal, da parte dos “fiéis” que aguardavam o Presidente. Em 25 de maio de 2020, os jornais Folha de São Paulo, O Globo, Valor Econômico, redes de TV como Bandeirantes e Globo, a rádio CBN e os sites G1 e Metrópolis comunicaram que, enquanto não tivessem um lugar seguro para trabalhar, como sempre tiveram na história democrática do país, não cobririam mais o dia a dia do Presidente da República.

O governo Bolsonaro voltou a ser alvo de críticas, por se aproveitar da pandemia do Covid-19 e violar a liberdade da imprensa na primeira semana de julho de 2020, pelo governo da Suíça, durante reunião da Comissão de Direitos Humanos da ONU.

A Suíça lamenta profundamente que muitos Estados tenham explorado a situação de emergência para restringir desproporcionalmente os direitos humanos, incluindo o direito à liberdade de expressão. Observamos tais restrições ou medidas desproporcionais contra jornalistas e mídia independentes, em particular nos seguintes países: Bangladesh, Brasil, Camboja, Cuba, China, Egito, Iraque, Nicarágua, Rússia, Tanzânia e Venezuela”, afirmou a delegação europeia. A Suíça pede a todos os Estados que garantam os direitos à liberdade de expressão e acesso à informação e que garantam que os atores da sociedade civil, jornalistas e defensores dos direitos humanos possam trabalhar livremente (CDH/ONU, 2020)¹⁴

Em “Preparando o cenário: dos obstáculos aos riscos e resiliência no jornalismo latino-americano contemporâneo”, Hughes & Moreira (2019) destacam que há quase 15 anos, no período em que

¹⁴ Disponível em <https://noticias.uol.com.br/colunas/jamil-chade>. Acesso em: 06 jul. 2020.

As rupturas da democracia neoliberal ainda não haviam fragmentado a região em um mosaico de sistemas midiáticos, separados pela polarização política, Hughes e Lawson (2005) resumiram o que consideravam como obstáculos para o fortalecimento e a sustentabilidade da produção profissional de um jornalismo investigativo, independente e focado no cidadão dos países da América Latina (HUGHES & MOREIRA, 2019, p. 1).

Essas barreiras incluíam: a) fragilidade generalizada do Estado de direito, b) legislação autoritária remanescente, c) propriedade oligárquica de meios de comunicação, d) padrões jornalísticos desiguais, e) acesso limitado da audiência a fontes distintas de informação. Todas se faziam presentes no cotidiano brasileiro, com as instituições jurídicas e de direito sendo chacoalhadas, os meios de comunicação sendo controlados por políticos e religiosos, as redes sociais sendo utilizadas para disseminar desinformação e discurso de ódio e, ainda, acesso limitado em determinadas áreas do país.

Levitsky & Ziblatt (2018) relatam como os governos da Venezuela e do Equador têm feito uso do controle sobre árbitros para marginalizar “legalmente” a mídia de oposição, com frequência através de processos de calúnia ou difamação. Na Venezuela, quando o presidente Hugo Chávez promoveu uma escalada de ataques aos meios de comunicação mais importantes do país, eles pararam de cobrir política, praticando a autocensura.

É por isso que a ascensão inicial de um demagogo ao poder tende a polarizar a sociedade, criando uma atmosfera de pânico, hostilidade e desconfiança mútua. As palavras ameaçadoras do novo líder têm um efeito bumerangue. Se a mídia se sente ameaçada, pode abandonar o comedimento e padrões profissionais, num esforço desesperado para enfraquecer o governo (LEVITSKY & ZIBLATT, 2018, p. 79).

Para Moreira & Alonso (2018, p. 317), o papel do jornalismo, os níveis de confiança e autonomia dos jornalistas e os padrões éticos da profissão se estabelecem a partir da interação com o contexto. Segundo os autores, os jornalistas das democracias em evolução nos países ibero-americanos têm como expectativa profissional o apoio ao desenvolvimento nacional e denúncias de abusos de poder e casos de corrupção como forma de reforçar a força dos cidadãos. Esta utopia distópica esbarra nos diversos poderes das grandes corporações que ora corroboram com determinados grupos políticos, ora os confronta, conforme seus interesses econômicos de manutenção de certo *status quo*. E os jornalistas vão sendo espremidos, neste ínterim, na precarização do trabalho, em redações repletas de calouros que, mesmo sendo bons na técnica e na ousadia, não têm a história nem a maturidade para avaliar o jogo ao qual estão submetidos.

Como consequência, o eleitor médio hoje se sente mais alienado da política do que nunca, olha para os políticos sem reconhecê-los e, quando olha para as decisões que tomam, não vê o reflexo de suas prioridades:

Este papel profissional proativo, associado à responsabilidade social do jornalismo, encontra, na prática, vários obstáculos motivados por interesses econômicos e políticos dos proprietários de mídia, políticos de plantão e jornalistas como parte interessada. São algumas das circunstâncias e peculiaridades que favorecem a transgressão de códigos de ética e de códigos profissionais no jornalismo ibero-americano, impedindo-o de atingir níveis de profissionalismo que lhe permitiriam o reconhecimento como uma profissão consolidada em âmbito regional e global (MOREIRA & ALONSO, 2018, p. 325)

Da Empoli (2019) entende que o ponto de ruptura da democracia se aproxima perigosamente e cita o presidente Trump nos EUA, Salvini na Itália e Bolsonaro no Brasil como destinados, cedo ou tarde, a frustrar as demandas que geraram e a perder o consenso dos eleitores.

O estilo político que eles introduziram, feito de ameaças, insultos, mensagens racistas, mentiras deliberadas e complôs, depois de ter ficado à margem do sistema durante décadas, já ocupa o centro nevrálgico. As novas gerações que observam hoje a política estão recebendo uma educação cívica feita de comportamentos e palavras de ordem que irão condicionar suas atitudes futuras. Uma vez os tabus quebrados, não é mais possível colar de novo: quando os líderes atuais saírem de moda, é pouco provável que os eleitores, acostumados às drogas fortes do nacional-populismo, peçam de novo a camomila dos partidos tradicionais. Sua demanda será por algo novo e ainda mais forte (DA EMPOLI, 2019, p. 164).

As estratégias de cerceamento e coerção ao trabalho dos jornalistas têm sido amplamente disseminadas no decorrer do governo Bolsonaro, não que antes não acontecesse, mas o que o exemplo de outros países e as pesquisas têm evidenciado é o crescimento e a organização dos ataques, por meio do uso da tecnologia, para cercear o trabalho da imprensa, utilizando-se de notícias falsas e até mesmo difamatórias. O fato é que, em “democracias em vertigem”, parafraseando o título do filme da cineasta Petra Costa, “governos podem usar seu controle sobre árbitros para marginalizar *legalmente* a mídia de oposição, com frequência, através de processos de calúnia ou difamação” (LEVITSKY & ZIBLAT, 2018, p. 86), imprimindo um estado de alerta e a prática da autocensura.

Há muitos interesses em jogo, a autonomia e a assertividade do trabalho jornalístico sempre estiveram dependentes do contexto social e organizacional, bem como das teorias ou filosofias dominantes do papel do jornalismo na sociedade. O que a contemporaneidade brasileira tem nos mostrado é que convicção também se constrói e que, quando usada por meio

da fé, chega à cegueira, utilizando-se de uma retórica em rede, devidamente robotizada e capilarizada nos territórios.

2 ORGANIZAÇÕES DE MÍDIA E JORNALISTAS NO RIO DE JANEIRO

Aos ignorantes, ensinaí-lhes o mais que pudeses:
a sociedade é a única culpada por não ministrar a
instrução gratuita e tornar-se responsável pelas
trevas que produz. O pecado comete-se no meio
da escuridão que envolve as almas. O culpado
não é quem peca, mas sim quem produziu a
sombra.

(Victor Hugo, Os Miseráveis, 1862)

Este capítulo aborda as organizações de mídia e as respectivas audiência dos veículos presentes na cidade do Rio de Janeiro. Terão destaque aqueles que têm equipes de jornalismo, produzindo notícias diariamente seja para o impresso (jornais e revistas), TV, rádio ou internet. Serão apresentados ainda os resultados da pesquisa “Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho” elaborada pela Rede Estudos, Trabalho e Identidade dos Jornalistas (RETU/SBPJOR), coordenada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Uma análise das condições de trabalho dos comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19 elaborado pelo Centro de Pesquisa Comunicação & Trabalho da Escola de Comunicação e Artes da USP também será abordada.

Parte do pressuposto de que a comunicação, assim como o trabalho, é uma atividade fundante do ser social como define Figaro (2018, p. 178). Assim, comunicação e trabalho é um processo fundamental do desenvolvimento das forças produtivas:

A comunicação verbal está presente em todas as trocas para a realização do trabalho: as oficiais e as informais, as restritas ao desempenho da tarefa e aquelas relativas à sociabilidade necessária para a vida saudável e inteligente do ser que trabalha. São, desse modo, as relações de comunicação que se instituem como elemento que permite o trabalho (FIGARO, 2018, p. 181).

A linguagem do mundo do trabalho manifesta-se, segundo Figaro, como expressão do poder e de contraposição das forças políticas e econômicas. No mundo do trabalho do jornalista, este poder está presente na hierarquização, na resistência ou no constrangimento frente às normas, como também no prestígio social da empresa de comunicação. “A própria empresa reitera ora seu lugar de empreendimento com finalidades de lucro, ora como empreendimento detentor da missão de reportar a verdade dos fatos à sociedade” (FIGARO, 2018, p. 181). O mundo do trabalho do jornalista tem sido alterado da mesma forma que os dispositivos

comunicacionais. Se na década de 1990 a redação física de um jornal era hierarquizada, no mundo contemporâneo digital, as redes são formadas em multiplataformas e por profissionais multitarefas, “substituindo o *modus operandi* anterior” (FIGARO, 2018, p.186).

A história do jornalismo no Brasil sempre esteve entrelaçada com os poderes (políticos, econômico e judiciário) e com os valores patriarcais de brancos, descendentes de europeus. Nada nem ninguém poderia abalar o seu *status quo*. “Os erros do entendimento humano não se destroem senão por meio dos argumentos e, quando se impede o seu curso livre, se destrói o único meio que há de ilustrar a verdade e fazê-la conhecida; porque a força nunca pode proibir a convicção”. Essa era a defesa do valor da informação de Hipólito José da Costa no século passado (MELO, 2012, p. 51).

Estudiosos do campo consideram como o primeiro texto jornalístico publicado no país a Carta de Pero Vaz de Caminha, ao anunciar terras alvissareiras com um povo nu.

Dali avistamos homens que andavam pela praia, obra de sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro. Então lançamos fora os batéis e esquifes, e vieram logo todos os capitães das naus a esta nau do Capitão-mor, onde falaram entre si. E o Capitão-mor mandou em terra no batel a Nicolau Coelho para ver aquele rio. E tanto que ele começou de ir para lá, acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que, ao chegar o batel à boca do rio, já ali havia dezoito ou vinte homens. Eram pardos, todos nus, sem coisa alguma que lhes cobrisse suas vergonhas. Nas mãos traziam arcos com suas setas. Vinham todos rijos sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram. Ali não pôde deles haver fala, nem entendimento de proveito, por o mar quebrar na costa. Somente deu-lhes um barrete vermelho e uma carapuça de linho que levava na cabeça e um sombreiro preto. Um deles deu-lhe um sombreiro de penas de ave, compridas, com uma copazinha de penas vermelhas e pardas como de papagaio; e outro deu-lhe um ramal grande de continhas brancas, miúdas, que querem parecer de aljaveira, as quais peças creio que o Capitão manda a Vossa Alteza, e com isto se volveu às naus por ser tarde e não poder haver deles mais fala, por causa do mar (trecho da Carta de Pero Vaz de Caminha, Fundação Biblioteca Nacional, 1500)¹⁵.

Marques de Melo (2012) nos lembra que a pesquisa sobre fenômenos jornalísticos no país só se inicia após a segunda metade do século XIX, porque o período histórico entre os reinados de D. João VI e D. Pedro I foi marcado por restrições legais, de cerceamento à liberdade de imprensa. Frei Caneca, um religioso, político que como jornalista esteve à frente do Typhis Pernambucano¹⁶, foi aguerrido em sua crítica à monarquia e aos portugueses, sem deixar de lado o registro do cotidiano persecutório da violência com quem relatava o fato. (...) “Sucedeu que, entrando cinco assassinos pela casa do redator, o deixaram como morto, com

¹⁵ Disponível em: http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/livros_eletronicos/carta.pdf . Acesso em: 15 jan. 2020.

¹⁶ Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Typhis_Pernambucano. Acesso em: 15 jan. 2020.

dois dedos cortados, três cuteladas na cabeça, e todo o corpo passado de feridas, e amassado a pau, afogado em seu próprio sangue” (MELO, 2012, p.54). Os relatos poéticos e orais disseminados pelos trovadores, que percorriam os castelos medievais e levavam informações às cortes europeias, se fizeram aqui por pessoas letradas, no que agora conhecemos por “literatura de cordel”.

O que diferenciou de fato as duas narrativas é que, na Europa, aqueles considerados intelectuais contavam com os benefícios da tipografia e do prelo manual e, no Brasil, os relatos eram orais, nos púlpitos e nas tribunas. Segundo Marques de Melo, a imprensa foi elemento imprescindível na formação da nacionalidade europeia, ao contrário das áreas periféricas, onde ajudou a impor os valores dos conquistadores, esmagando as culturas autóctones (2012, p. 171). Ele ressalta que na América Latina esta influência aconteceu mais tarde, devido à quantidade de pessoas analfabetas (MELO, 2012, p. 171). À medida que a liberdade política nutriu a construção de uma sociedade democrática e a liberalização econômica beneficiou o exercício do jornalismo, o progresso tecnológico possibilitou a massificação dos jornais.

Aquilo que o jornal sabe fazer de melhor é contar histórias bem contadas com contextualização, interpretação, análise e opinião. Mas ele está longe de ter atingido o ponto ótimo nessas tarefas. Na verdade, o jornal está mais estruturado para contar “o que” do que para explicar o “porque” (SANT’ANNA, 2008 apud MELO, 2012, p.180).

As repúblicas hispano-americanas e o império luso-brasileiro contaram com meios de comunicação governados pela doutrina da liberdade de expressão e de opinião, consolidando um modelo para as elites, já que a maioria da população era iletrada, composta de trabalhadores livres ou escravos, justifica Marques de Melo (2012, p. 188). Quando se fala em censura no Brasil é comum se pensar no período ditatorial instalado pelos militares em 1964. Penha & Veloso (1992), porém, remontam que o ódio contra a imprensa é registrado desde os tempos do Império e ainda segue em plena democracia.

[...] é um ódio antigo, secular, proveniente de espíritos sempre anacrônicos, em conflito com os avanços da democracia. Rebento do autoritarismo, o arbítrio do establishment, da intolerância dos mandões a serviço do poder, da estreiteza mental do cabra-macho e do rancor animalesco do fecho-bodegas desabotinado, capaz de ter a coragem de mamar na onça. (JORGE, apud PENHA & VELOSO 1992, p.4)

O primeiro assassinato de jornalista registrado na história do Brasil segundo Penha & Veloso foi na noite de 20 de novembro de 1830. Líbero Badaró, um italiano que se fixou em São Paulo, fundou e dirigiu o Jornal O Observador Constitucional que se destacava por defender princípios liberais.

O jornalista foi vítima de uma emboscada. Dois homens o atacaram e um deles, o alemão Henrick Stock, deu-lhe um tiro de pistola. Os gritos de Badaró alertaram a vizinhança, enquanto os assassinos fugiam. Sangrando, o jornalista teria dito: “Não me iludam, eu sei que vou morrer. Não importa. Morre um liberal, mas não morre a liberdade.” (PENHA & VELOSO, 2014, p 5.).

O histórico de agressões, portanto, existe há muito tempo e sempre envolve o governo e principais mandatários da história da nação. Penha & Veloso relataram em 2014 que um dos chefes do Executivo mais rude e agressivo, até então, foi o general João Baptista de Figueiredo. Tratamentos como “Considero asnática esta pergunta”, “Indague a Jesus Cristo”, “Imbecis travestidos de intelectuais”, “Vocês só entram trotando no meu gabinete” foram alguns dos insultos coletados por Jorge Apud Penha & Veloso (2014, p.6). Os autores afirmam que o general sempre se refere à imprensa de forma áspera, “o general, refletia em suas palavras, uma antipatia descomunal pelos jornalistas”,

No dia 10 de abril de 1979, exibindo sinais de profunda irritação, ele respondeu a uma pergunta da seguinte forma: “O único problema que tenho aqui são vocês”...em 19 de junho de 1980 reclamou: “A imprensa usa de todos os meios para difundir o que é mau e esconde justamente aquelas coisas que o governo tem feito com sacrifício em benefício do povo brasileiro”. Em 15 de novembro de 1982, acresceu a seguinte frase à sua biografia: “Não faz pergunta senão leva coice”. (PENHA & VELOSO, 2014, p.6).

Esta tensão sempre marcou o trabalho da imprensa, principalmente ao denunciar situações que interfiram no *status quo* das forças dominantes de poder. No Brasil, esta situação se agrava mais ainda com o conglomerado de empresas privadas de comunicação em mãos de empresas familiares à frente de concessões públicas de estações de rádio e canais de televisão.

2.1. Grupos de mídia e o trabalho dos jornalistas

Oligopólios midiáticos administram a economia gerada pelo mercado da publicidade, determinam qual notícia será veiculada e empresas familiares têm vínculos explícitos com o poder, mantendo relações com políticos, representantes do judiciário e religiosos, o que ratifica um tipo de *coronelismo* para além do eletrônico no contexto brasileiro. Aires & Santos (2017) exploram o conceito ao categorizarem enunciados hereditários do coronelismo:

[...] a circunscrição a um momento de transição da política nacional; as relações clientelistas com alto grau de reciprocidade; a debilidade da distinção entre interesses público x privado; o controle dos meios de produção baseado no poder político em detrimento do poder econômico; o isolamento da municipalidade. destacam a convergência (AIRES & SANTOS, 2017, p.7).

O coronelismo também já cunhado de *mandonismo*, no início atravessado pela relação dos fazendeiros com o governo, atualmente perpassa os poderes mantendo uma relação

intrínseca de parentesco quando, por exemplo, a maioria das televisões estão no nome das mulheres das famílias, esposas, noras, filhas (AIRES & SANTOS, 2017, p.15). O negócio de mídia e telecomunicações no Brasil é majoritariamente privado, aponta o Estudo de Propriedade e Concentração de Mídia no Brasil¹⁷.

Metade dos cinquenta veículos que detêm a maior audiência no Brasil são controlados por apenas cinco famílias: Marinho, Saad, Macedo, Sirotsky e Mesquita, segundo o relatório da pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia¹⁸ (2017), produzido pelas organizações não governamentais Intervezes em parceria com a Repórteres Sem Fronteiras. O Grupo Globo, da família Marinho, é o maior, com nove veículos. Além de ser líder de audiência na TV aberta com a Rede Globo, o grupo tem 31 canais a cabo como a GloboNews; no rádio, conta com a CBN e a Rádio Globo e, na mídia impressa, com os jornais O Globo, Extra, Valor Econômico e a revista Época.

Em seguida, são citadas as famílias Saad, dona do grupo Bandeirantes e a família de Edir Macedo, da Record, com cinco veículos cada uma. O Grupo RBS – Rádio Gaúcha, Jornal Zero Hora, RBS TV como a maior filiada da Globo, com 11 repetidoras no interior do Rio Grande do Sul, tem quatro veículos na lista de maior audiência. O Grupo RBS mudou seu modelo de negócio para se tornar uma holding, a TKPar Holding, mantidas pela Maromar Investimentos, cujo dono é o neto fundador da RBS Mauricio Sirotsky Neto e a Tornak Holding, dirigida por Fernando Tornaim. Já a família Frias do Jornal Folha de S. Paulo tem três veículos.

Se acrescentarmos a esta lista o Grupo Estado, da família Mesquita, do Jornal O Estado de São Paulo; o Grupo Abril, da família Civita, que também passou a ser administrado por uma holding, a Calvary Investimentos, no início de 2019, da revista Veja; e o grupo Editorial Sempre Editora, da família de Vittorio Medioli – chega-se a um número de oito famílias que controlam 32 dos 50 maiores veículos de comunicação no país.

Essa configuração infringe o parágrafo 5º do artigo 220 da Constituição Brasileira, que estabelece que “os meios de comunicação social não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de monopólio ou oligopólio”. Não só incidindo arbitrariamente nas concessões públicas de rádio e televisão, mas também na propriedade cruzada de mídias, o que não tem nenhuma

¹⁷ Disponível em: <http://www.meiosnobrasil.com.br>. Acesso em: 25 jul. 2022.

¹⁸ Disponível em: <https://intervezes.org.br/projetos/monitoramento-da-propriedade-de-midia-no-brasil-mom/>. Acesso em: 20 ago. 2021.

regulação no Brasil. Grandes redes nacionais de tv aberta pertencem a grupos que também são proprietários de emissoras de rádio, portais de internet, revistas e jornais impressos.

Além do Grupo Globo, a Record, por exemplo, tem os canais de TV aberta e fechada (RecordTV e RecordNews), o Jornal Correio do Povo e o portal R7, além de controlar a Igreja Universal do Reino de Deus, que possui a Rede Aleluia de Rádio e produz o jornal gratuito de maior tiragem no Brasil, a Folha Universal.

O relatório também destacou a existência significativa de veículos com interesses religiosos, sendo cinco direcionando todo o seu conteúdo em defesa dos valores de sua religiosidade específica e mais seis que não se denominam como religiosos, embora apresentem conteúdo de denominações religiosas em suas páginas de internet e em grades de programação de rádio e televisão como é o caso da própria TV Record.

Com esse contexto de concentração de audiência, concentração de propriedade, concentração de propriedade privada, de transparência no controle da mídia e de controle político de financiamento da mídia, o Brasil foi classificado como de alto risco para se estabelecer uma mídia plural que garanta a representatividade e a diversidade de vozes. Em risco médio, seguindo em direção ao risco alto, a pesquisa Monitoramento da Propriedade da Mídia aponta a falta de transparência na propriedade da mídia e também o controle privado sobre veículos e redes de distribuição.

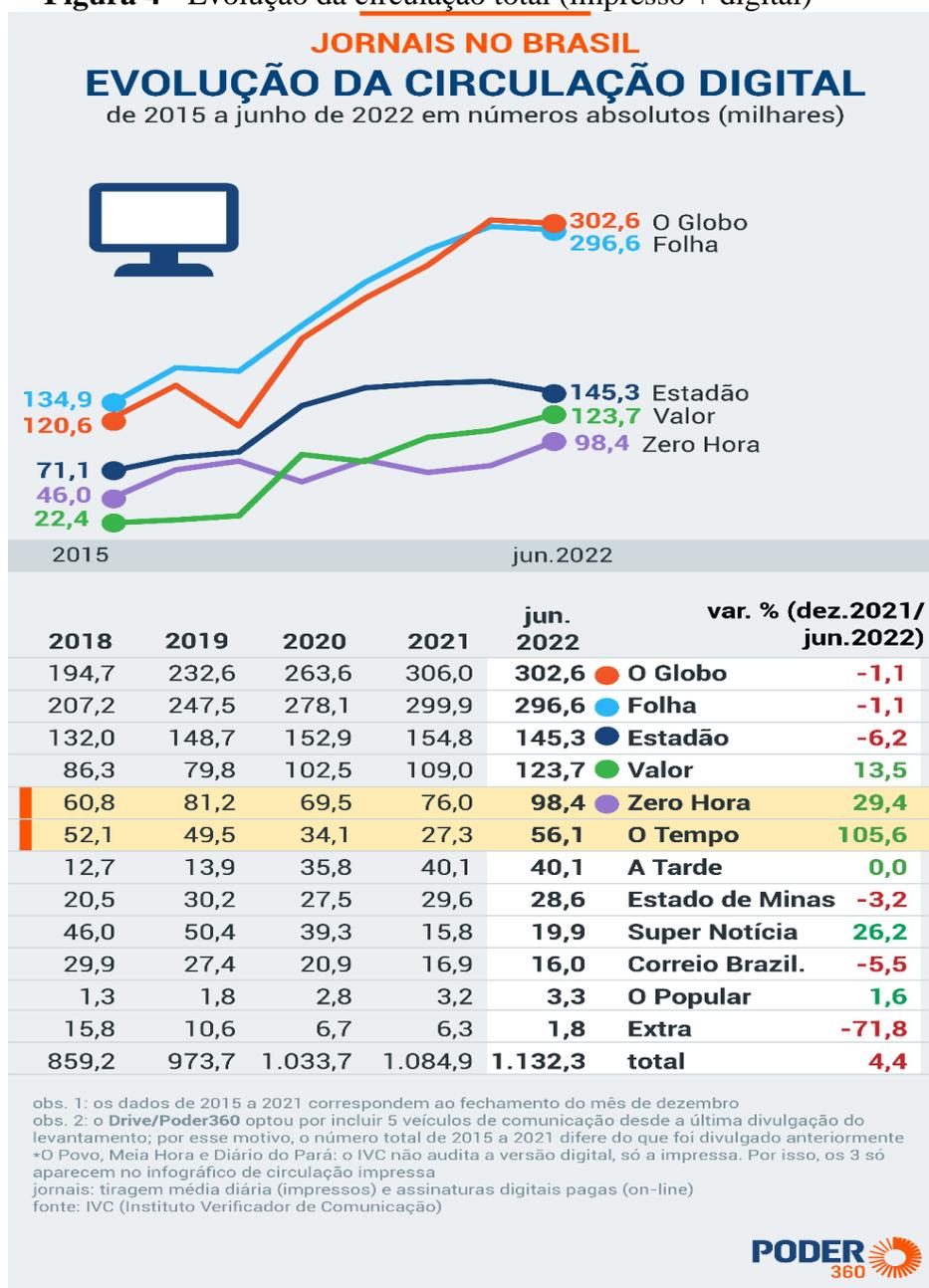
Somada a essa análise, há ainda alguns fatores que precisam ser considerados como a migração dos veículos para o digital, o impacto da pandemia da Covid-19 nos processos de trabalho e a queda no faturamento das empresas. De acordo com o Instituto Verificador de Comunicação, a circulação impressa dos principais jornais do país teve mais um ano de queda expressiva em 2021, 12,8% em comparação com 2020 e já apresentou uma retração de mais 7% nos primeiros seis meses de 2022 em relação a dezembro de 2021.

O jornal popular mineiro Super Notícia segue na frente, com uma tiragem de 70.570 exemplares, mas, se comparado a dezembro de 2021, apresenta queda de 8,5% no número de impressão diária. O Jornal Folha de São Paulo apresenta pior retração, caiu de 66.188 exemplares diários para 55.881.

Por outro lado, a versão digital de jornais impressos segue avançando desde 2018. Somadas, as 15 publicações listadas abaixo alcançam 1.132.324 assinaturas *on-line* pagas. O Globo encabeça a lista da vez, seguido pela Folha de S. Paulo, que vem alternando a liderança nos últimos anos.

A pior retração foi do Jornal Extra do Grupo Globo, com -71,8%, como pode ser observada no quadro a seguir. Importante pontuar também como a crise econômica atinge justamente o perfil do leitor do Jornal Extra, com maioria, 58%, da classe C, 25% da classe B e 15% das classes D e E. Seu maior público é o feminino e tem mais de trinta anos, 22% entre 30 e 39 anos, 22% entre 40 e 49 anos, e 18% entre 50 e 59 anos. Os leitores com mais de 60 anos são 15%. A maior escolaridade dos seus leitores tem ensino médio, com 56%.

Figura 4 - Evolução da circulação total (impresso + digital)



Fonte: Dados IVC Brasil organizados pelo portal Poder 360, 2021

Conforme o balanço 2021 do maior grupo de mídia do Brasil, a Globo Comunicação e Participação teve seu pior desempenho no período e em sua história. Fechou 2021 com R\$ 173,8 milhões negativos. No ano anterior, havia alcançado lucro líquido de R\$ 167, milhões. As receitas aumentaram em 15% no ano de 2021 com a volta da produção de entretenimento devido à vacinação, R\$ 14,4 bilhões em relação aos R\$ 12,5 bilhões de 2020, mas esse crescimento não foi suficiente para compensar as perdas decorrentes da pandemia da Covid-19, com os custos extras de operações técnicas, reagendamento de eventos esportivos e reajuste no valor de direitos de transmissão.

Com o desafio das despesas fixas aumentarem na mesma proporção que a entrada de receita, a solução que a empresa está realizando é o corte de contratos longos e a demissão de artistas. Diminuição de equipes também no jornalismo tem sido recorrentes, além da sobrecarga de trabalho e a mesma remuneração para produção de notícias para vários veículos do mesmo grupo.

Como a concentração dos grupos de maior audiência estão também na região sudeste, e as redações dos veículos de comunicação se concentram nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, esta última capital sendo o foco desta pesquisa, a seguir serão apresentados os dados de audiência das emissoras de rádio na cidade. O Guia da Mídia aponta 35 rádios FMs no *dial* da cidade do Rio de Janeiro e mais oito AM, das quais destacamos as emissoras que têm equipes de jornalistas, tais como Rádio Globo, Rádio Tupi, Rádio CBN, Rádio BandNews, Rádio MEC.

Segundo pesquisa Kantar Ibope, com base no *ranking* aferido pela empresa no período de dos três primeiros meses de 2022, o Rio de Janeiro tem, atualmente, oito rádios que superam a marca de um milhão de ouvintes em 30 dias, com a seguinte ordem de audiência: FM O dia, JB-FM, Rádio Globo, Tupi, Mix, 93FM e Transamérica. Importante observar que nesse destaque há apenas duas emissoras AM com tradição de produção de jornalismo radiofônico: Rádios Globo e Tupi.

A pesquisa¹⁹ referente à audiência das emissoras de televisão na praça Rio de Janeiro, também do Kantar Ibope, aferida no período de 22 de agosto a 28 de agosto de 2022, revela o *ranking* dos programas em um universo de 26.828 domicílios e 71.601 indivíduos. Destacaremos os programas jornalísticos como o Jornal da Band que ocupa a quarta posição dos programas mais vistos na emissora. Vale destacar que o Programa de eleições, criado pela emissora justo no período aferido, está à frente na pesquisa, índice provocado pelo canal ter

¹⁹ Disponível em: <https://www.kantaribopemedia.com/dados-de-audiencia-pnt-top-10-com-base-no-ranking-consolidado-22-08-a-28-08-2022/> Acesso em: 28 ago 2022.

sido o primeiro a promover um debate entre os 5 candidatos mais cotados à presidência da República.

Na Rede Globo, o Jornal Nacional aparece em terceiro lugar após Cine Hollywood e a novela Pantanal. O Jornal da Record também está em terceiro lugar de audiência dos programas da emissora, perdendo para o Domingo Espetacular e o Canta Comigo Teen. Já a Rede TVNews da Rede TV está em décimo lugar de audiência, se comparado aos demais programas do canal aberto de televisão. Com o SBT Brasil, não é muito diferente, com a oitava posição em termos de audiência na emissora. Os primeiros lugares estão com o programa Silvio Santos e o Domingo Legal. A TV Globo lidera tanto nos programas jornalísticos quanto nos de entretenimento, se comparada às concorrentes do mesmo segmento.

2.2. Jornalistas: demografia, formação, precarização do trabalho

A queda na receita, a hibridização dos meios de veiculação de mídia e o seu processo de produção impactam diretamente na relação de trabalho com os jornalistas. Segundo pesquisa do Volt Data Lab (2018), pelo menos 2.327 jornalistas brasileiros foram demitidos de empresas de mídia. Entre 2013 e 2016, foram perdidos 6.749 postos de trabalho. Uma retração de 14,06% dos empregados formais nos cargos de jornalista, editor, repórter, assessor de imprensa, diretor de redação, produtor de texto, revisor de texto, arquivista segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS).

Quem ocupa a função de jornalista nas redações de jornais, televisões, rádios, portais de notícias, agências de comunicação e assessorias de imprensa tem o perfil profissional formado majoritariamente por mulheres jornalistas, brancas, solteiras, com até 40 anos. A conclusão é da Rede de Estudos Trabalho e Identidade dos Jornalistas, vinculada à Associação Nacional dos Pesquisadores em Jornalismo (SBPJOR), que realizou a pesquisa “Perfil dos Jornalista Brasileiro 2021: características sociodemográficas, políticas, de saúde e do trabalho”, coordenada pelos Programas de Pós-Graduação em Jornalismo (PPGJOR) e Sociologia e Ciência Política (PPGSP) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), e executada pelo Laboratório de Sociologia do Trabalho (Lastro/UFSC).

A pesquisa, que sucede à anterior de 2012, teve por objetivo responder à pergunta “Quem é esse profissional do começo da terceira década do século 21?”, suas características demográficas, interesse político e condições de saúde e do trabalho.

Desde a última pesquisa sobre o perfil do jornalista brasileiro de 2012, o que se havia constatado foi a moderada correlação entre as condições de trabalho e o desempenho

profissional, concluindo que a precariedade do trabalho pode afetar negativamente a qualidade do trabalho dos profissionais, com o aumento da intensidade do trabalho, exercício de multifuncionalidade, demissões, vínculos precários, longas jornadas e baixa remuneração. Em 2012, a juvenilização e a feminização do mercado brasileiro jornalístico foram as características mais marcantes identificadas, as mulheres sendo maioria nas redações, porém ocupando menos cargos de gestão, saindo mais cedo da profissão e ganhando menos.

De acordo com a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro 2022, São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais concentram os estados com maior número de jornalistas com 61,5% dos profissionais. São Paulo segue tendo o maior número com 36,5% seguido por Minas Gerais, 11,6% e Rio de Janeiro, 11,1%. Também no Sudeste, o Espírito Santo concentra 2,4% dos jornalistas brasileiros e é o nono estado com maior volume de profissionais.

Mesmo com um aumento em relação à pesquisa anterior no quesito raça, a diferença para os brancos, que predominam com 67,8%, é bastante significativa. Consideram-se pardos/as 20,6% dos jornalistas, pretos/as 9,3% e amarelos/as 1,3%. O percentual de jornalistas negros e negras (pretos/as e pardos/as) cresceu e superou os 30% em relação à pesquisa anterior, “provavelmente como resultado de políticas de ação afirmativa no ensino superior” pontua a conclusão do documento. Os indígenas representam apenas 0,4%, o mesmo percentual da pesquisa realizada em 2012.

Os que declararam ter graduação em Jornalismo e/ou Comunicação Social com habilitação em Jornalismo representam 91,9%. A pesquisa reafirmou a aferida anteriormente sobre a juvenilização da profissão com a presença significativa de jovens: 23 a 30 anos: 24,1%; entre 31 a 40 anos: 30,3%.

O percentual de jornalistas com que trabalham mais de oito horas diariamente é de 42,2%. Apenas 24,2% dos jornalistas respondentes trabalham de sete a oito horas por dia. A renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista ou docente em jornalismo gira 20,3% entre R\$ 5.501 a R\$ 11 mil; 11,7% de R\$ 4.401 a R\$ 5.500,00; 10,1% de R\$ 2.201 a R\$ 3.300,00; e 9,8% recebe de R\$ 3.301,00 a R\$ 4.400,00. O que significa que a renda média de 60% dos jornalistas é inferior a R\$ 5,5 mil por mês e apenas 12% recebem acima de R\$ 11 mil como pode ser visualizado no quadro a seguir:

Tabela 1 - Renda mensal bruta dos jornalistas

RENDA	PERCENTUAL
Sem renda	1,0
Até R\$ 1.100,00	3,2
De R\$ 1.101 a R\$ 2.200,00	8,5
De R\$ 2.201 a R\$ 3.300,00	10,1
De R\$ 3.301 a R\$ 4.400,00	9,8
De R\$ 4.401 a R\$ 5.500,00	11,7
De R\$ 5.501 a R\$ 11.000,00	20,3
De R\$ 11.001 a R\$ 22.000,00	7,3
Acima de R\$ 22.001	1,6
Não quis informar	1,2
Questionários não respondidos	25,4

Fonte: Tabela adaptada da Pesquisa Perfil dos Jornalistas Brasileiros referente à questão: Qual a sua renda bruta mensal proveniente do trabalho como jornalista ou docente em jornalismo?

A maioria, 43,1%, atua na imprensa, em veículos de comunicação, arranjos alternativos de mídia/mídia independente ou *startup* jornalística. Os outros 26,1% atuam em assessoria de imprensa ou comunicação, produtora de conteúdo para mídias digitais, e 5,5% são docentes de formação superior ou outras áreas de conhecimento.

O principal vínculo empregatício dos respondentes ainda é o de carteira assinada (CLT), com 45,8%. Em seguida, aparecem os servidores públicos (10,5%), acompanhados de perto pelos Microempreendedores Individuais (MEIs), com 8,9%. Completam os cinco primeiros tipos de vínculos mais citados: o cargo comissionado (6,4%) e freelancer (6,1%).

A pesquisa conclui que a precarização do trabalho avançou significativamente a partir de vários indicadores como a redução do volume de vínculos CLT e o aumento das formas precárias com *filas*, prestação de serviços sem contrato, PJ (pessoa jurídica) e MEI (micro empreendedor individual), chegando a 24%. Outro fator é o percentual, 42,2%, que trabalha mais do que oito horas por dia. O estudo aponta ainda que todos os indicadores de saúde confirmam a deterioração das condições de trabalho e o efeito nocivo sobre os jornalistas, como o alto nível de estresse e a disseminação das formas de assédio moral.

O assédio moral no trabalho foi apontado por 40,6% dos jornalistas respondentes e o assédio sexual confirmado por 11,1% das respostas. Já quanto à violência no ambiente laboral, 32,7% afirmaram ter sofrido violência verbal, enquanto 2,6% responderam já terem sido

agredidos fisicamente no trabalho ou em decorrência dele, enquanto 29,1% acusaram terem sofrido ataques ou ameaças virtuais.

A vigilância e monitoramento digital por superiores aconteceu para 27,1% dos jornalistas e mais de 40% respondeu ter sido constrangido por gestores e superiores. A pesquisa apurou também um aumento da identificação ideológica dos/das jornalistas, com a esquerda do espectro político e com a recusa à autoidentificação conservadora.

Mesmo a maioria sendo mulheres, não há nessa pesquisa indicadores que apontem uma menor desigualdade no quesito remuneração e acesso a cargos de direção, diferente do que constatou o pesquisador Thales Vilela Lelo, em 2019, que identificou não só diferencial salarial como empecilhos para a mulher jornalista ascender na carreira.

Quadro 2 - Vetores de expressão das desigualdades de gênero no jornalismo

1. Divisão sexual do trabalho	A) Dupla jornada de trabalho inconciliável com a intensificação dos fluxos de produção jornalística; B) Predominância de profissionais jovens, solteiras e sem dependentes. C) Discriminação sofrida por mulheres casadas e com filhos. D) Tendência de flexibilização dos contratos de trabalho no intuito de conciliar a dupla jornada. E) Abandono precoce da carreira e dificuldade de posterior reintegração aos quadros funcionais.
2. Cultura organizacional	A) Cultura organizacional que idealiza a figura masculina. B) Segregação vertical. C) Desigualdade salarial (a despeito de maior formação escolar). D) Homossocialidade masculina. E) Exercício de “rituais de reparação” em cargos de chefia. F) Avaliação do desempenho tacitamente ancorada em gênero. G) Avaliação profissional baseada em padrões estéticos, em produtos audiovisuais. H) Intimidação, assédio e violência sexual. I) Ausência de políticas para coibir casos de assédio nas empresas de comunicação.
3. Cultura profissional	A) Valores profissionais atrelados ao universo masculino. B) Maior prestígio atribuído aos profissionais do gênero masculino. C) Segregação horizontal (por pautas, editoriais, estilo de escrita). D) “Neutralização” da expressão de gênero por mulheres que almejam não serem avaliadas em função de suposta “feminilidade” intrínseca.
4. Rotinas produtivas	A) Reprodução de binarismos de gênero nas redações. B) Intimidação, descrédito profissional, assédio e violência perpetrados por fontes de informação e entrevistados (sobretudo autoridades públicas, membros das elites financeiras e celebridades). C) Hipersexualização na relação com as fontes. D) Acesso restrito a determinados espaços e maior risco de sofrer violência na cobertura de acontecimentos públicos. E) Intimidação e ameaça na interlocução com a audiência (sobretudo na cobertura de temas supostamente ligados ao universo masculino e em reportagens sobre questões de gênero e sexualidade). F) Silenciamento de profissionais vítimas de assédio. G) Ausência de políticas nas empresas incumbidas de oferecerem amparo psicológico e jurídico às profissionais.

Fonte: LELO, 2019

Os dados específicos dos jornalistas no Rio de Janeiro foram cedidos para esta pesquisa pelo professor Samuel Pantoja Lima da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenador geral da pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro 2021.

Do total de 3.100 respostas válidas em todo país, o Rio de Janeiro recebeu 343 respostas das 464 coletadas, representando 7,04% da amostra nacional, sendo o terceiro estado com maior número de respondentes. São Paulo teve o maior percentual, 17,17%, com 1.132 respostas; seguido por Minas Gerais, com 9,31% ou 380 respondentes. Da amostragem coletada no estado do Rio de Janeiro, 57,1% são mulheres jornalistas, com 265 respondentes, seguindo a tendência nacional da pesquisa, que apontou um número maior de mulheres jornalistas no mercado de trabalho.

De todos os respondentes no estado do Rio de Janeiro, 426 tem formação em Jornalismo e Comunicação, 22 são formados em Rádio e TV, 19 em Publicidade Propaganda, 16 em Áudio Visual e Cinema, 7 em Relações Públicas e 32 marcaram outras formações. A maioria dos jornalistas cariocas têm entre 31 e 40 anos, com 25,6% do total.

Já a faixa etária de 51 a 64 anos representa 22,6% do total. No entanto, a faixa etária entre 23 e 30 anos representa 20,7% do total, e a de 41 a 50 anos tem 20,5%. Acima de 64 anos, apenas 33 respondentes, representando 7,1%. No quesito raça, a esmagadora maioria é branca, 75%; preta, 10,10%; parda; 14%; e amarela e indígena, cada uma 0,20%. Os jornalistas do Rio são solteiros com 46,10%; 28,90% são casados; 13,80% têm união estável; 6,20% são divorciados; e 3% separados.

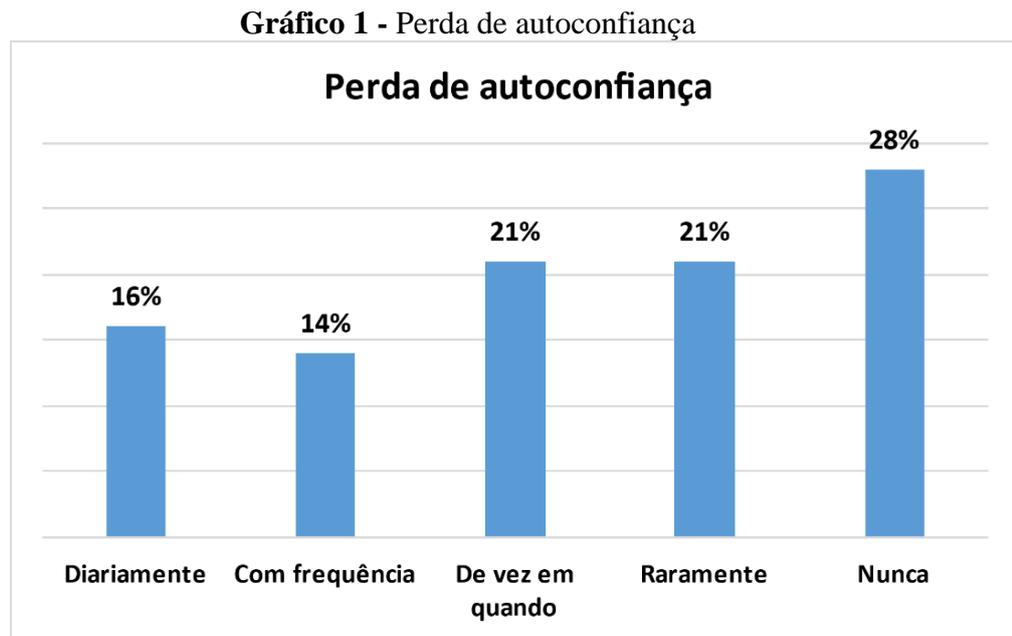
De 304 respondentes, 83 disseram tomar antidepressivo, 54 acusaram ter sido diagnosticado com algum transtorno em relação ao trabalho. Os declarantes de alteração de sono diariamente (19%), com frequência (19%) e de vez em quando (21%) somados são maioria. Sintomas como dores de cabeça chamaram atenção na coleta de dados: metade dos entrevistados cariocas responderam terem dores de cabeça diariamente (13%), com frequência (16%) e de vez em quando (20%).

Dos transtornos relatados, 188 responderam se sentirem estressados. Os percentuais de diariamente (16%), com frequência (19%), de vez em quando (22%) e raramente (22%) somam 79% das respostas. Interessante observar as consequências físicas e psicológicas referentes ao estresse com o trabalho jornalístico, de acordo com os relatos de distúrbio digestivo, agressividade, perda de autoconfiança, cansaço extremo e tristeza.

Dos jornalistas cariocas entrevistados, 51% declarou sentir um cansaço extremo com as jornadas intensas, o atendimento a multiplataformas e ainda salários baixos. A precariedade no

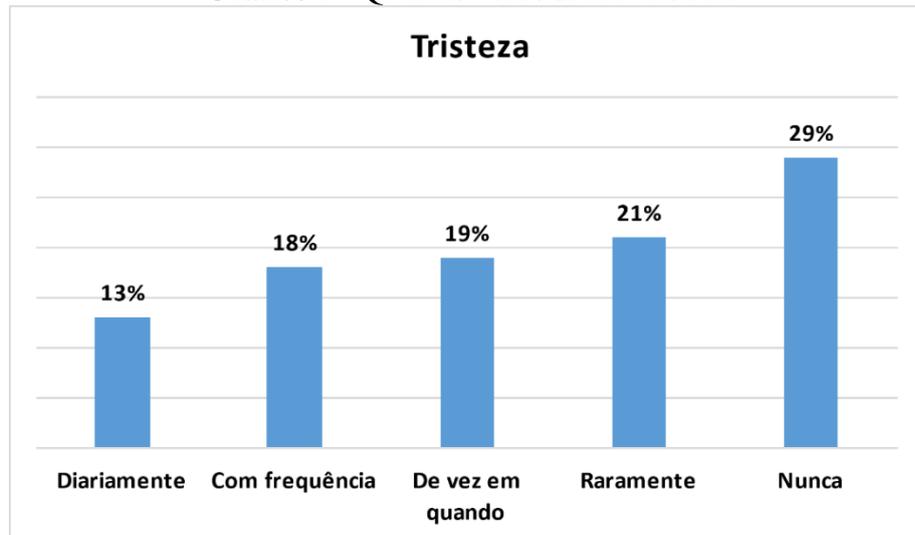
cotidiano profissional dos jornalistas provoca, ainda, comportamentos agressivos, notados diariamente por 19% dos respondentes, com frequência por 15% e de vez em quando por 19%.

Todos estes sintomas geram perda de autoconfiança, como exemplifica o gráfico a seguir em que 16% tem este sentimento diariamente, 14% com frequência e 21% de vez em quando.



Fonte: Pesquisa Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021

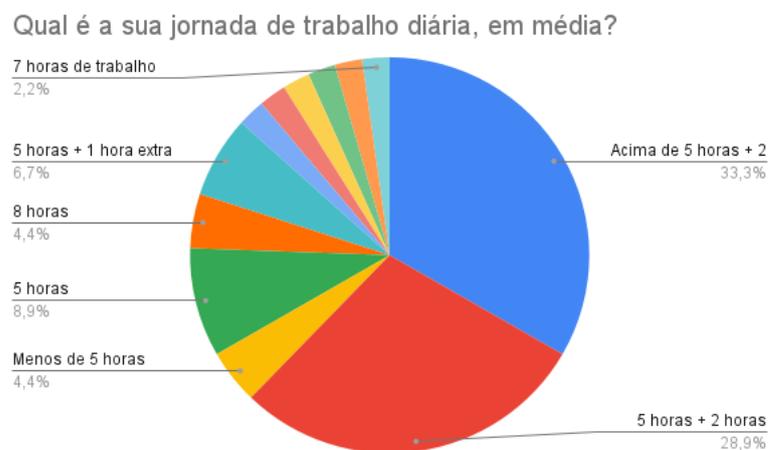
O adoecimento psicológico registrado também pode ser concluído pelos depoimentos que afirmaram sentir tristeza diariamente (13%), com frequência (18%) e de vez em quando (19%), perfazendo um total de 50%. Obviamente que, em especial neste quesito, soma-se uma pandemia que durou dois anos (2020-2021), confrontando a todos com a eminência da possibilidade de adoecer e morrer, além da convivência com perdas de familiares, amigos, amigos dos amigos.

Gráfico 2 - Quantas vezes sentiu tristeza

Fonte: Pesquisa Perfil dos Jornalistas Brasileiros 2021

Todos estes indicadores confirmam um adoecimento e a deterioração das condições de trabalho que têm produzido efeitos nocivos sobre jornalistas, em especial o nível de estresse e a disseminação das formas de assédio moral.

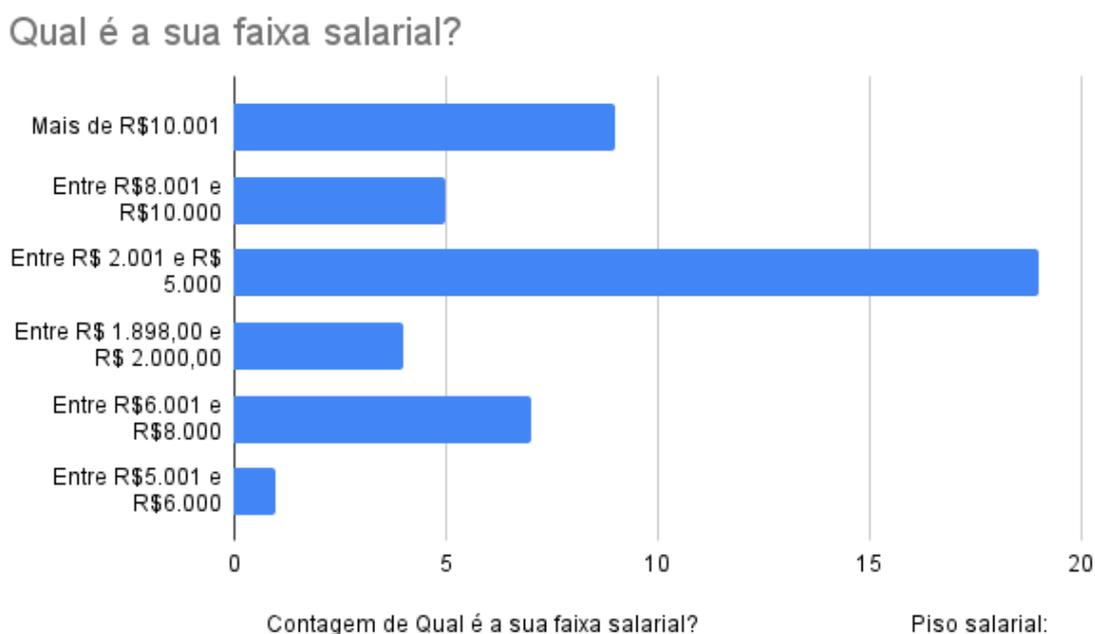
O Sindicato dos Jornalistas do Estado do Rio de Janeiro aproveitou a campanha salarial 2022 para fazer uma pesquisa junto a sua base. Mais da metade ds entrevistados da pesquisa, 55,6%, responderam que trabalham em emissoras de televisão e assessorias de comunicação. Os dados reforçam a apuração feita pela pesquisa Perfil dos Jornalistas Brasileiros, que também destacou o aumento abusivo das horas trabalhadas diariamente no exercício profissional.

Gráfico 3 - Quantidade de horas trabalhadas

Fonte: Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro (2022)

Quando a pergunta foi sobre remuneração, a pesquisa revelou que a maioria das empresas paga mal aos jornalistas. Quem atua em rádio recebe em média R\$ 1.879,15, em televisão: R\$ 2.111,52 e em jornal/revista R\$ 2.128,00. De acordo com a pesquisa, a grande maioria dos jornalistas trabalha em regime CLT, mas quase 30% responderam atuarem como pessoa jurídica, freelancer ou contratos temporários.

Gráfico 4 - Remuneração jornalistas cariocas



Fonte: Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro

Um reajuste de 100% dos salários e a garantia do emprego são as maiores preocupações dos respondentes. Já 73,3% dos jornalistas consideram muito importante as empresas criarem normas de segurança sanitárias e normas de segurança e proteção a ataques físicos e virtuais.

2.2.1. O trabalho dos jornalistas na pandemia do Covid-19 (2020-2021)

De acordo com a Federação Nacional do Jornalista (FENAJ), nos três primeiros meses de 2021, morreram mais profissionais vítimas da Covid-19 do que em todo ano de 2020. A pandemia da Covid-19 se deu em meio a uma crise profunda do setor da comunicação: demissões, contratos precários, rebaixamento salarial, todo tipo de estresse, além das incertezas futuras de acordo com a pesquisa realizada pelo Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho – CPCT da ECA-USP/CNPq.

A maioria das respondentes são jovens com até 35 anos, mulher, com nível superior completo e que se declara jornalista. Durante o período mais crítico da pandemia, as empresas adotaram as modalidades de trabalho *home-office* e híbrida (parte presencial e parte em casa). Os profissionais tiveram que arcar com os custos para realizar o trabalho de casa como aumentar a qualidade da internet, o aumento da conta de luz, a obtenção de uma cadeira ou mesa adequada, conserto de computadores particulares. O sofrimento classificado como ético por Lelo (2019, p. 15) é notável com a adaptação às novas rotinas produtivas, com o esgotamento do sistema de saúde, com a necessidade do afastamento social, com a morte, e com o contágio que podem provocar a seus familiares.

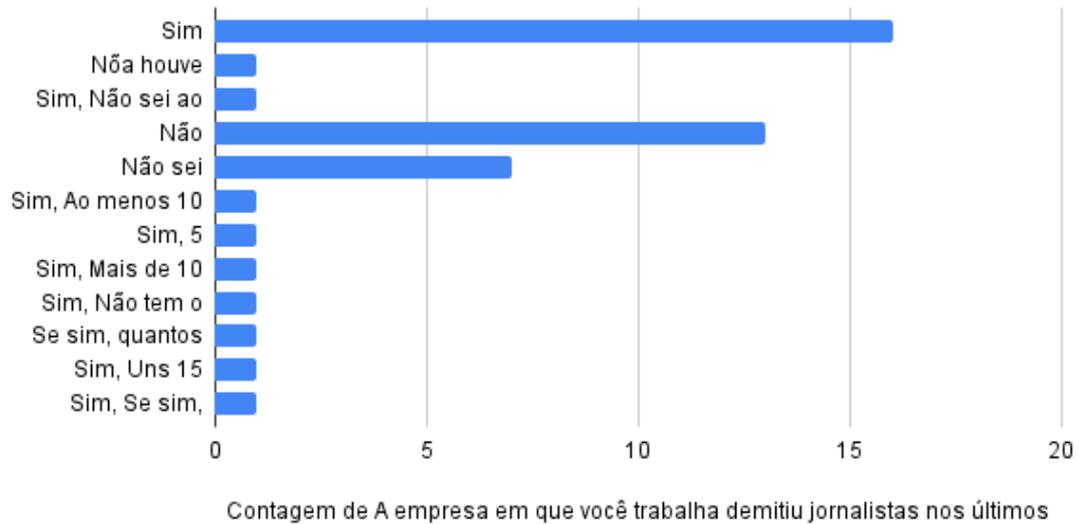
O confronto entre os espaços de trabalho e doméstico e a sobrecarga das tarefas para as jornalistas mães foram as causas que mais ressaltaram dificuldades, estresses e tensões na realização dessa gestão, de acordo com a pesquisa. O deslocamento do espaço de trabalho dificultou a gestão do tempo laboral e pessoal, provocou aumento da jornada e implicou questões importantes a serem consideradas: constante sensação de cansaço, estresse e pressão (2021, p.13). Muito além da pandemia, o que o relatório evidenciou é que a maioria dos respondentes adoeceu no período.

Cerca de 20% contraiu Covid-19, parcela expressiva de respondentes declara sofrer distúrbios do sono, irritação, medo, insegurança e depressão. Com relação aos constrangimentos no trabalho há afirmações de todo tipo, o que permite verificar um amplo leque de categorias de sofrimento (2021, p 17).

Os dados apurados pelo Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro revelam que a grande maioria dos respondentes relatou ter havido demissões no local de trabalho, enquanto 22,2% tiveram redução de salário e de jornada, com base na Medida Provisória 936/2020.

Gráfico 5 - Demissão durante a pandemia

A empresa em que você trabalha demitiu jornalistas nos últimos 12 meses?

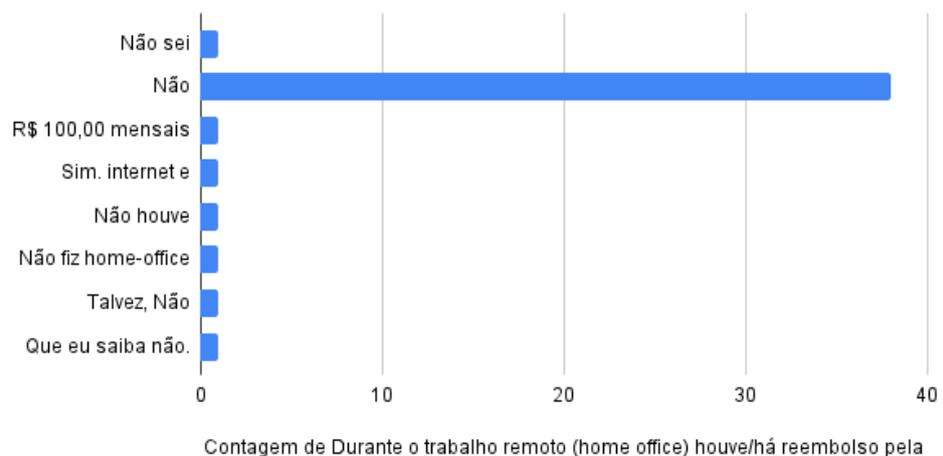


Fonte: Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro

Dos respondentes, 42,2% continuam em trabalho remoto, 22,2% já voltaram ao presencial e 15,6% nunca trabalharam remotamente. Para 33,3%, o trabalho remoto beneficia o jornalista, pois ele economiza tempo de deslocamento. Porém, 26,7% apontam que só a empresa ganha e o trabalhador é ainda mais explorado, como evidencia o gráfico abaixo:

Gráfico 6 - Apoio das empresas durante a pandemia

Durante o trabalho remoto (home office) houve/há reembolso pela empresa das despesas com internet e energia elétrica?



Fonte: Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro.

A falta de apoio das empresas aos profissionais de comunicação, mesmo tendo sido esta uma função essencial no que tange à divulgação de informações durante a pandemia da Covid-19, reforça a negligência não só com o cuidado da vida do profissional assim como com a oferta de condições dignas e seguras para o desenvolvimento do trabalho.

2.3.O trabalho do jornalista: autonomia e papéis

Formar a opinião pública é uma operação ideológica “estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de encontro entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força” (GRAMSCI, 2002: 265). Como nos reforça Moraes, é impossível conceber o campo midiático como um todo harmonioso e homogêneo, “pois está atravessado por sentidos e contrassentidos, imposições e refugos, aberturas e obstruções” (2009, p.47), que impactam na vida dos jornalistas e no exercício do seu trabalho.

Historicamente, quanto mais experiente é o profissional da imprensa mais legitimidade e autonomia eram a ele/ela atribuídas. Segundo Hamada, as forças políticas organizadas são percebidas pelos jornalistas de forma subjetiva ou estão na percepção dos processos que determina a autonomia e a segurança do profissional (2021, p.2). Jornalistas estão sempre sujeitos a vários tipos de ataques e ameaças por causa do papel crítico que exercem na sociedade.

Desta forma, de acordo com Hamada, a autonomia do profissional tem sido vista por meio da história como condicionante de liberdade e autonomia. “No entanto, quando eles estão num ambiente inseguro durante período de paz ou guerra em sistemas autoritários ou democráticos, a autonomia do jornalista está sempre em risco” (HAMADA, 2021, p.4) com tradução livre da pesquisadora.

Para Hamada, sobre qualquer limite de liberdade individual do jornalista, é a organização para qual trabalha ou a sociedade na qual está inserido que vai determinar sua autonomia ou ameaça à sua segurança.

When journalists are not allowed to be autonomous actors due to internal and/or external pressures, they do not feel safe. On the other hand, when journalists are physically, politically or socially threatened during war or peace times they lack their autonomy. (HAMADA, 2021, p. 4).

Para o autor, a liberdade de imprensa está diretamente relacionada com o nível de democracia do país. Jacob apud Hamada (2021, p.4) classifica a liberdade de imprensa servindo

a três propósitos para alcançar a autonomia: 1 – como um instrumento de realização da verdade; 2 – um instrumento democrático de autogovernança; 3 – um aspecto de autorrealização da dignidade humana.

As análises de Hamada estão baseadas em dados de pesquisa com profissionais da imprensa de 65 países, coordenada pelo *Worlds of Journalism Study*, que identificou a insegurança e a pouca autonomia dos jornalistas. Ameaças, insultos, assédios contra jornalistas têm se tornado corriqueiros. Hamada alerta que a violência ou ameaça de violência impede os jornalistas de investigar e denunciar repressão e corrupção (2021, p.8) .

A violência contra jornalistas tem diferentes formas ao redor do mundo. Nerone (apud HAMADA, 2021, p.8) dividiu os padrões de violência em três categorias: excludente, incluyente e barulhenta.

Exclusionary violence aims to prevent media attention from certain events. In contrast, inclusionary violence tends to force media attention toward specific issues. Noise refers to violence that has no clear purpose (NERONE Apud HAMADA, 2021, p:8).

Segundo Hamada, os jornalistas lutam séria batalha para retomar sua autonomia daqueles que querem silenciá-los. “É uma batalha entre transparência e segredo, pelo direito das pessoas de serem informadas e o desejo de ditadores de controlar o fluxo das notícias e informações” (HAMADA, 2021 p. 8).

Nearly every week, a journalist somewhere in the world is killed. Violence does not Only affect the workings of the press, but overall it severely limits the capacity for any civic institution to contribute to the public debate (Waisbord 2007).

Atualmente, a influência do poder autoritário em várias partes do mundo mantém na rédea o controle das mídias locais impressas e veiculadas, assim como restringe a independência de visões segunda Hamada (2021, p. 9). Esses governos estão envolvidos nos casos de mortes e prisões dos profissionais que se recusam a ter sua autonomia ameaçada. A pesquisa relata que em alguns países do Oriente Médio jornalistas podem tomar chibatadas. O que não significa que outros grupos fora atores governamentais também não possam estar envolvidos nos ataques contra jornalistas como grupos terroristas, traficantes, e acrescentaria milicianos.

O estudo *Worlds of Journalism Study* (2017) classificou o grau de influência no cotidiano do trabalho dos jornalistas em quatro campos: econômico, político, organizacional e relacional. Segundo Amado (2017, p.11), mesmo tendo a maioria dos jornalistas latino-americanos se declararem autônomos e com altos níveis de liberdade para tomar decisões,

[...] la agregación de los factores que conforman cada uno de esos campos de influencia muestra que, de acuerdo a la opinión de los entrevistados latinoamericanos, la influencia política y de los grupos de pertenencia es más fuerte que las constricciones económicas o procedimentales. Y que estos factores operan de diferente manera en cada país, por lo que es difícil sacar conclusiones generales acerca de pesos que tienen los factores económicos o políticos en el periodismo (AMADO, 2017, p. 11)

No capítulo sobre o Brasil da pesquisa *Worlds of Journalism Study 2012-2016*, Moreira (2017) reportou um grau moderado de autonomia dos jornalistas. Metade dos respondentes (54,2%) disse ter completa ou alguma liberdade na seleção das estórias e, também, para decidir qual aspecto poderia ser abordado em uma nova história (53,9%). Menos da metade dos entrevistados (41,1%) participam da coordenação editorial (MOREIRA, 2017, p.3). A pesquisadora avalia que os jornalistas brasileiros são influenciados por múltiplos fatores contextuais. A ética jornalística foi citada como a mais importante, de acordo com os respondentes (78%). De acordo com Moreira, a maioria dos jornalistas acha seu trabalho substantivamente constrangido pelo limite de tempo para apurar as informações.

O capítulo sobre o Brasil ressalta o constante estado de mudança na profissão de jornalista. Moreira avalia que, de 2012 a 2016, houve mudanças profundas como a interação com a audiência, as habilidades tecnológicas e o uso de alguns processos, ao mesmo tempo em que declararam a enorme deterioração das condições trabalhistas. A maioria dos entrevistados, 57%, também destacou a queda na credibilidade do jornalismo como um dos fatores de deterioração da profissão.

A pesquisa *Worlds of Journalism Study 2020-2023*, que tem como foco a violência contra jornalistas, a relação de trabalho, a concepção que os jornalistas têm da sua atividade e suas implicações com a sociedade, e os princípios que norteiam o seu cotidiano, está sendo atualizada, inclusive no Brasil. Há que se considerar que a pandemia do Covid-19, iniciada em 2020, e a guerra da Rússia contra Ucrânia, a partir de fevereiro de 2022, estão atrasando e dificultando a coleta das entrevistas com os profissionais nas redações em vários países.

Dados preliminares da pesquisa *Brasil: Estudo de Risco e Resiliência entre Jornalistas* (reunindo pesquisadores da Universidade de Miami, da UERJ e da UFJF entre 2018-2020) sobre segurança de jornalistas, realizada em dois estados brasileiros, com coletas nos estados do Acre e de Minas Gerais, ressaltam o quanto tem sido arriscado e perigoso o exercício da profissão de jornalista no Brasil, especialmente para aqueles que cobrem relatos de violência.

Vários autores têm trabalhado essa correlação como uma estrutura macro de mudanças na política econômica, como ter uma identidade cultural baseada em sistema normativo

opressor, incluindo agressões partidárias e extremistas, e os riscos originários do enfraquecimento das leis com os casos de corrupção nos governos, e as ameaças de forças de segurança e de grupos criminais organizados.

Iesue et al (2021, p. 63) chamam atenção para que a vitimização do trabalho do jornalista, não consideram o estresse causado nem as emoções individuais decorrentes destas violências. As autoras definem os riscos no desenvolvimento da política econômica da mídia: ameaças às regras das leis por/com motivação cultural de violência, baseada na identidade do jornalista, orientação sexual, raça entre outros. Quando este ambiente está concentrado nas mãos de poucos donos e correlatas a políticos, empresas privadas ou poder judiciário, muitas vezes as denúncias seguem sem uma averiguação e punição adequados.

3 – ANÁLISE DE RELATÓRIOS INTERNACIONAIS E NACIONAIS SOBRE RISCOS NA PROFISSÃO

Não existe história muda. Por mais que a queimem, por mais que a quebrem, por mais que mintam, a história humana se recusa a fechar a boca.

Eduardo Galeano (2020)²⁰

Este capítulo mapeia pesquisas internacionais e nacionais sobre liberdade de expressão e liberdade de imprensa no mundo, na América Latina e no Brasil dos anos de 2019, 2020 e 2021. Mesmo tendo cruzamentos importantíssimos como a identificação do cerceamento à liberdade de expressão como tendência mundial, e fortemente representada no país com os frequentes ataques do presidente Jair Bolsonaro a jornalistas relatados em todas as pesquisas, cada uma opera com um conceito, o que dificulta estabelecer um quadro comparativo.

As pesquisas internacionais são o Relatório Global de Liberdade de Expressão 2021, da organização Artigo 19, e mais dois relatórios da Organização Repórteres Sem Fronteiras: “Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa” (RSF, 2021) e “Sob Risco: Como superar as falhas dos programas de proteção a jornalistas na América Latina” (2022). As investigações das organizações representativas nacionais incluem um comparativo das pesquisas sobre violência contra jornalistas da Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ, 2019, 2020 e 2021) e também o Relatório Anual da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão – ABERT, intitulado “Violações à Liberdade de Expressão” (2021).

O relatório da Artigo 19 explora o acesso à liberdade de expressão e à informação em 161 países, enquanto o material dos Repórteres Sem Fronteiras avalia o cerceamento à liberdade de imprensa em 111 países, em especial na América Latina. As pesquisas da FENAJ relatam a escalada de violência contra os jornalistas brasileiros nos últimos três anos, enquanto o da ABERT tipifica os casos em categorias e número de vítimas.

No que pode ser identificado como um retrocesso mundial do acesso à informação como um direito humano, o Prêmio Nobel da Paz de 2021 foi concedido a dois jornalistas investigativos, a filipina Maria Ressa e ao russo Dmitry Muratov, em reconhecimento pela Academia Real das Ciências da Suécia, ao trabalho combativo dos profissionais em defesa da

²⁰ Citação feita no final do filme “Madres Paralelas” de Pedro Almodóvar lançado em 2020.

liberdade de expressão em meio a injustiças, às desigualdades mundiais e ao enfrentamento crescente à desinformação.

O trabalho dos profissionais reforça a fragilidade dos processos democráticos e demonstra a importância de garantir o acesso à informação como um direito humano. Maria Ressa é cofundadora e diretora-executiva da empresa de mídia digital de jornalismo investigativo, a Rappler²¹. Ressa tem exposto o abuso de poder do regime de Rodrigo Duterte, o uso da violência e o crescente autoritarismo nas Filipinas. As denúncias mostram como as redes sociais são usadas para espalhar *fake news*, assediar oponentes e manipular o discurso público naquele país no período de 2016 a 2022.

O comitê do Prêmio Nobel também destacou o jornalismo baseado em fatos e a integridade profissional do Jornal Novaya Gazeta²² dirigido por Dmitry Muratov. Desde a sua fundação, em 1993, o jornal teve seis jornalistas assassinados. Apesar das mortes, Dmitry Muratov se recusa a abandonar a política independente do veículo, o qual se tornou uma importante fonte de informações sobre aspectos censuráveis da sociedade russa. As reportagens revelaram corrupção, violência policial, prisões arbitrárias, fraude eleitoral, uso de forças militares russas dentro e fora do país.

Figura 5- Fake News com o jornalista vencedor do Prêmio Nobel da Paz



Fonte: Meme colhido no Twitter em 08.10.2021

Logo após o anúncio dos jornalistas laureados, a foto/card acima circulou nas redes sociais russas, em uma reação já esperada, que evidencia como a retórica ocidental na defesa da liberdade, da democracia e dos direitos fundamentais está extremamente fragilizada. O discurso antiamericano de Rodrigo Duterte e as aproximações crescentes com a China tornaram as Filipinas um ator importante nesse novo cenário geopolítico. Desde o fim da Guerra Fria, em

²¹ Disponível: <https://www.rappler.com/> Acesso em 10 out. 2021.

²² Disponível: <https://novayagazeta.ru/> Acesso em 10 out. 2021.

dezembro de 1991, a Europa não se via tão ameaçada pela Rússia num momento de crise profunda da OTAN e do gradual distanciamento dos EUA dos interesses europeus.

Duterte e Putin são dois ditadores que têm utilizado ferramentas antigas e modernas para consolidar o poder, minar o pouco de arroubo democrático em seus países, calar e dominar a oposição. A imprensa livre, por óbvio, é inimiga primária. Para além deles, há muitos aliados do Ocidente que adotam a mesma estratégia, muitas vezes de maneira ainda mais explícita como Recep Tayyip Erdoga na Turquia, Mohammad bin Salman na Arábia Saudita e com Hosni Mubarak no Egito, por 30 anos, até sua morte, sendo sucedido por Abdel Faltah al-Sisi, mais um ditador.

3.1. Relatórios internacionais de riscos e ameaças a jornalistas

3.1.1. Relatório Global de Liberdade de Expressão – Artigo 19

A organização Artigo 19 estima em seu Relatório Global de Liberdade de Expressão 2021 que dois terços da população mundial vivem hoje com sua liberdade de expressão totalmente ou parcialmente cerceada. O documento avaliou a liberdade de expressão em 161 países por meio de 25 indicadores para criar uma escala de 1 a 100 em categorias de livre acesso à informação e expressão. O Relatório registra que, em 2020, ano que entrou para a história como da maior pandemia, é vital que haja o acesso à informação de confiança, clara e precisa numa crise global de saúde.

Aponta, também, que a pandemia trouxe uma encruzilhada, na qual governos e iniciativa privada se depararam com escolhas duras, sérias restrições e aberturas, sempre no limiar entre benefícios econômicos e conveniências. Além disso, adverte que deveria se aproveitar a oportunidade para construir um mundo baseado nos direitos à liberdade de expressão e informação ou iremos vivenciar um rápido declínio da liberdade, que sustenta a robustez e o engajamento das sociedades.

As análises do relatório apontaram o quanto a participação pública retrocedeu no ano da pandemia do Covid-19, o ano 2020: governos tomaram decisões sem fazer consultas, centralizou o poder e restringiu a transparência das decisões. O relatório critica também o uso do motivo da pandemia para sobrecarregar ainda mais uma economia baseada em inteligência artificial. O texto introdutório ao documento tem tom de manifesto ao apontar como falsa a

dicotomia entre direito à liberdade de expressão versus saúde pública, assim como direitos humanos versus recuperação da economia.

[...] o estado da democracia global vem se deteriorando há pelo menos uma década. Sabemos que a expressão é o ponto mais sensível, quando se trata de ataques aos nossos direitos, e certos estados e outros atores usaram a pandemia praticamente como uma carta branca para acelerar esses ataques e até mesmo induzir antigos “defensores” da expressão a adotar políticas retrógradas. O poder odeia prestar contas: por isso vimos os ataques a jornalistas e à censura *online* se intensificarem em muitos países. O ponto de inflexão requer uma decisão – recuar nos processos de autocratização, que sempre começam com ataques à mídia e às vozes independentes. Requer que estejamos alertas para o subsequente enfraquecimento das instituições e dos processos democráticos (Artigo 19, 2021, p. 5).

O Relatório destaca que a liberdade de expressão foi um dos direitos humanos mais atingidos na pandemia: mundialmente dois terços dos países impuseram restrições à mídia em nome da crise humanitária; 4,9 bilhões de pessoas, dois terços da população mundial, estão vivendo em países com alta restrição à liberdade de expressão, a maior da última década; muitos países decretaram estado de emergência, opondo-se a direitos humanos estabelecidos; o fluxo da informação passou a ser controlado, em muitos governos que estavam mais interessados em controlar a narrativa em torno da pandemia do que controlar a pandemia em si (2021, p.7). Importante ratificar que a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão estão garantidas na Constituição Brasileira, respectivamente nos capítulos 5º e 11º.

No período pandêmico, sete países, com uma população total em torno de 72 milhões de pessoas, vivenciaram declínio da liberdade de expressão e muitos outros entraram mais em retrocesso do que avançaram, de acordo com o estudo. Sri Lanka está entre os países na categoria restrito à liberdade de expressão, enquanto Uganda e Índia na categoria mais restrito. Na categoria dos países em crise, Arábia Saudita e Venezuela aparecem com novas restrições à democracia. Botswana figura com pouca violação da democracia em comparação com outros países da mesma categoria.

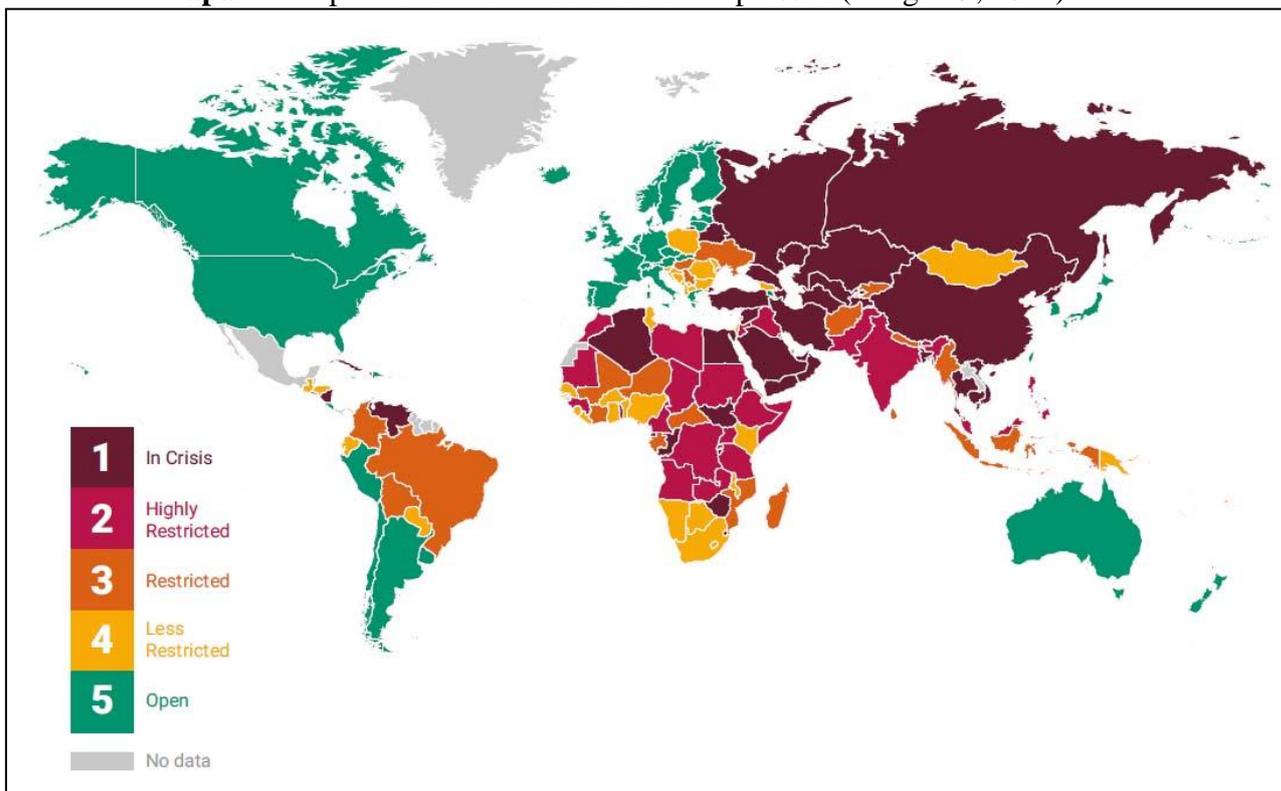
O Relatório aponta também que o compartilhamento em escala mundial de desinformação tem sido tão veloz quanto qualquer vírus, em meio a legislações frágeis, vagas ou inexistentes. Sem contar os próprios governos que espalham desinformação enquanto silenciam, ameaçam e prendem profissionais da imprensa. O poder está cada vez mais concentrado nas esferas governamentais dos diversos países, o que tem imposto grave ameaça à democracia e ataque constante à imprensa.

Ainda de acordo com Relatório Global de Liberdade de Expressão 2021, 62 jornalistas foram assassinados e um número recorde de 274 profissionais da imprensa foram presos. Em

sua maioria, as prisões foram arbitrárias e as detenções e perseguições ocorreram pela crítica a resposta dos governos à COVID-19. A China, a Turquia e o Egito foram os países campeões em prisão dos jornalistas. Nos primeiros 14 meses da pandemia, das 620 violações contra liberdade de expressão, 34% foram de ataques físicos e verbais a jornalistas; outros 34% de jornalistas presos, ou de cobranças feitas por governantes contra jornalistas e empresas de comunicação; e os 14% restantes são de restrições ao acesso à informação impostas por governos.

O Relatório aponta ainda que as prisões quadruplicaram em três meses, de março a maio de 2020, e assédio e ataques físicos ocorreram no Brasil, Itália, Kenya, Senegal e Nigéria. Jornalistas, blogueiros, defensores dos direitos humanos e ativistas políticos foram convocados a depor e foram presos por expressarem suas opiniões sobre COVID-19 e por compartilharem informação, com destaque para Palestina, Polônia, Madagascar, Índia, Tunísia, Nigéria e Camarões (2021, p. 16).

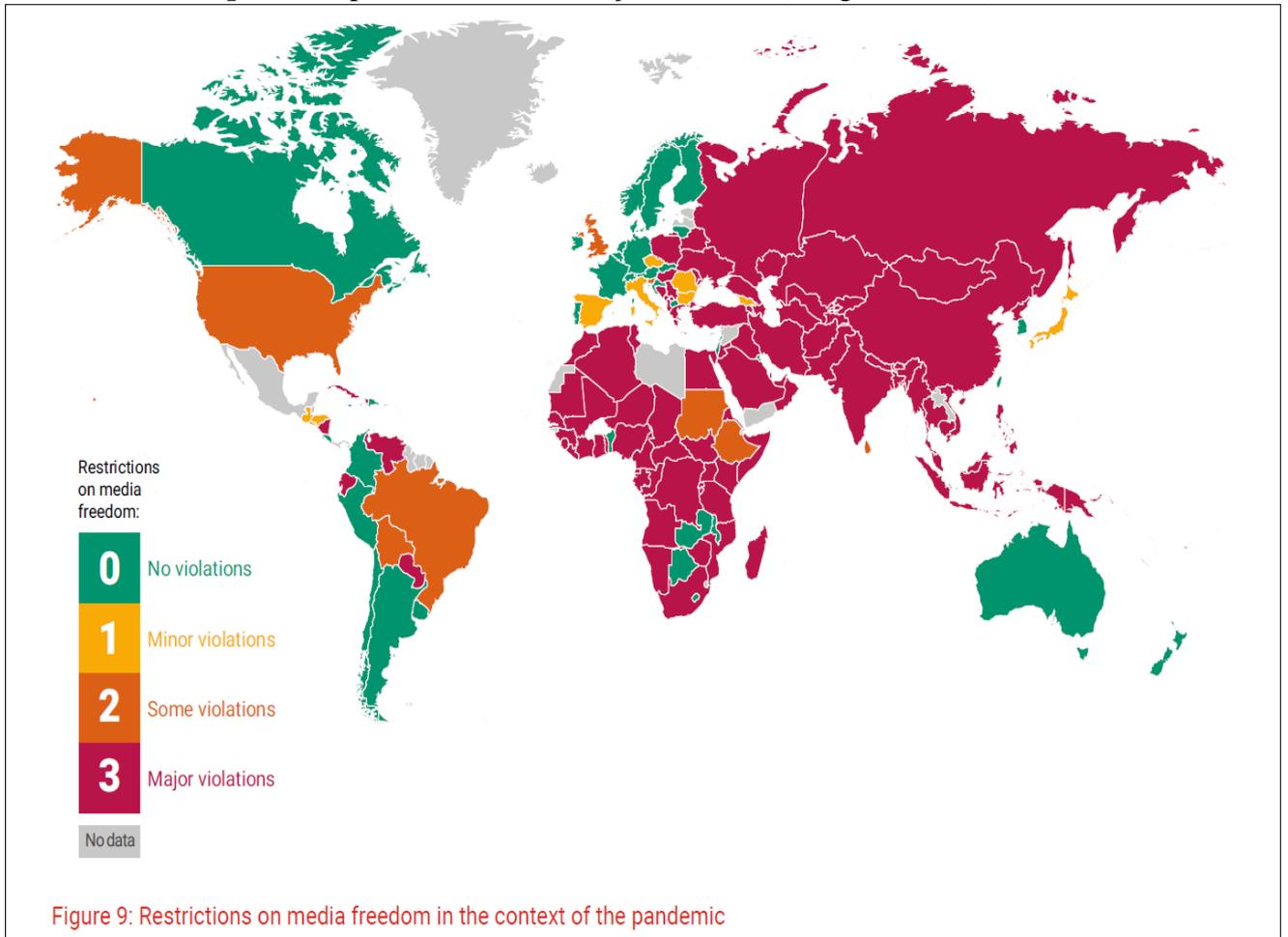
A maior parte desta violência e assédio acontece num contexto de total impunidade. O assédio contra jornalistas mulheres em todas as regiões do mundo tem sido um desafio, agravado pela comunicação virtual, em que o assédio é comum, sempre envolvendo anonimato e impunidade. Em 2020, três quartos das mulheres jornalistas vivenciaram abusos e assédios *online*.

Mapa 1 - Mapa Mundial de Liberdade de Expressão (Artigo 19, 2021)

Fonte: The Global Expression Report 2021, p. 20-21.

O relatório identificou ainda que os defensores de direitos humanos estão ameaçados. Ao menos 31 foram assassinados em 2020, 69% eram mulheres que atuavam em defesa da terra e dos direitos indígenas. Nos cinco países de floresta tropical – Brasil, Colômbia, República Democrática do Congo, Indonésia e Peru – governos têm aproveitado a pandemia para retroceder em direitos sociais, leis, regulações e garantias, priorizando megaprojetos e explorações de direitos de comunidades vulneráveis. A maioria dos defensores assassinados são da América Latina. A Colômbia, sozinha, acumula 53% das mortes. Brasil e Colômbia são citados como os países mais perigosos para os ativistas.

Mapa 2 - Mapa Mundial de Restrições à Mídia (Artigo 19, 2021)



Fonte: The Global Expression Report 2021, p.30.

O Brasil também figurou na lista dos países que mais retrocederam no quesito liberdade de expressão durante a pandemia. O país é comparado à Índia, que, mesmo em uma crise sanitária, continuou a atacar vozes dissidentes e minar as democracias. Suas políticas de controle e as medidas de saúde pública foram usadas indevidamente para limitar e suprimir reportagens críticas e oposição política.

Figura 6 - Liberdade de Imprensa no Brasil em Declínio (Artigo 19, 2021)

Fonte: The Global Expression Report 2021, p.64.

O Relatório da Artigo 19 destacou que, à medida que a pandemia empurrava grande parte do mundo para a internet em busca de interações e troca social, profissional, educacional e econômica, os direitos digitais sofreram numerosos ataques. Mais governos recorreram a desligamentos e restrições – ocorreram pelo menos 155 desligamentos em 29 países. Novas leis, restringindo o discurso *online*, sob o pretexto de lidar com questões como cibercrimes ou incitamento, proliferaram e foram aplicadas de forma abusiva, visando a comunicadores *online* e discurso crítico. A privacidade foi rotineiramente violada em 2020, com a normalização da vigilância e práticas inadequadas de dados sob o pretexto de monitorar o contágio ou impor o *lockdown*.

Nada menos que 95 países (66%) cometeram violações moderadas ou graves à democracia durante esse período. De acordo com dados do Instituto Varieties of Democracy, o V-Dem²³, o nível de democracia desfrutado pelo cidadão médio global em 2020 caiu para os mesmos níveis encontrados pela última vez por volta de 1990. Atualmente, 68% da população mundial vive em autocracias, contra 48% em 2010. De acordo com o relatório, a gestão da pandemia foi caracterizada por uma combinação de legislações precipitadas e táticas que:

²³ Disponível: <https://www.v-dem.net/en/publications/democracy-reports/> Acesso em: 12 nov. 2021.

transferiram o poder dos executivos; corroeram o sistema de freios e contrapesos; não definiram adequadamente termos como “pandemia”, “*fake news*” e “causar pânico”; e, ainda, implementaram penalidades criminais desnecessárias.

Desde 2014 o Brasil deixou de ser um dos países com maior pontuação mundial para ser considerado uma democracia em crise de liberdade e de expressão. O Relatório Global de Liberdade de Expressão 2020 classifica a situação do Brasil como uma “perfeita avalanche contemporânea de problemas” de liberdade de expressão: populismo, autocracia, desinformação, desigualdade severa, e controle tecnológico. Numa escala que vai de zero (categoria de país em crise na liberdade de expressão) a 100 (país com total liberdade de expressão), o Brasil foi classificado em 2020 com 52 pontos. Esta é a pontuação mais baixa desde a primeira medição em 2010. Para chegar a este número, a publicação analisa e traz métricas quanto à liberdade de expressão em todo o mundo, refletindo sobre a garantia de direitos de jornalistas, da sociedade civil e de cada indivíduo de se expressar e se comunicar, sem medo de assédio, repercussões legais ou represálias.

Em meio à crise sanitária provocada pela Covid-19 em 2020, o Relatório da Artigo 19 apontou que Jair Bolsonaro emitiu 1.682 declarações falsas e enganosas, uma média de 4,3 por dia, contribuindo para o aumento dos casos de contaminação da doença e de óbitos, causando uma crise de informação no Brasil. Em relação à imprensa, foram registradas 464 declarações públicas feitas pelo Presidente da República, seus ministros ou assessores próximos que atacaram ou deslegitimaram profissionais da imprensa e seu trabalho, “nível de agressão pública que não é visto desde o fim da ditadura militar”, declarou a diretora executiva da Artigo 19 no Brasil, Denise Dora, por ocasião do lançamento do relatório no site da instituição.

As violações contra jornalistas e comunicadores somaram 254 casos. Deles, quase 50% (123 violações) foram cometidas por agentes públicos, e 18% (46 casos) continham expressões racistas, sexistas ou LGBTQIA+ fóbicas. Houve 20 casos de violações graves (homicídios, tentativas de homicídios e ameaças de morte) em 2020. As ameaças contra mulheres, negros e LGBTQI+ aumentaram, bem como contra os meios de comunicação que cobram questões de direitos humanos e ambientais. Pelo menos, 83 (33%) foram perpetradas *online*, com as mulheres sendo atacadas de forma desproporcional.

O discurso estigmatizado tem sido uma característica definidora do regime Bolsonaro, aponta o relatório. Em agosto de 2020, o presidente ameaçou socar o rosto de um repórter; em março, o então ministro da Saúde Luiz Henrique Mandetta descreveu os meios de comunicação como “sórdidos” e “tóxicos” e exortou os brasileiros a desligarem a televisão.

O relatório conclui que o atual governo brasileiro busca a destruição do espaço cívico por meio do enfraquecimento da participação e da manifestação social. Há um intenso esforço legislativo para criminalizar a ação política. Além dos inúmeros projetos de lei que buscam ampliar a Lei Antiterrorismo (Lei no. 132.60/2016), o governo brasileiro e seus apoiadores têm feito uso frequente da Lei de Segurança Nacional (Lei no.7170/1983) – formulada durante o período ditatorial para fins de perseguição política, especialmente contra comunicadores e ativistas.

Agentes políticos ligados ao governo federal brasileiro como políticos, familiares, Ministros e o próprio presidente da República Jair Bolsonaro cometeram 449 violações a jornalistas, entre janeiro de 2019 e setembro de 2020. O estudo é da Organização não Governamental Artigo 19 no Brasil, publicado em setembro de 2020. Em 38% dos casos o discurso estigmatizante contra a imprensa prevaleceu. Segundo relatório da organização, os ataques e violações reiterados geram um ambiente de deterioração do trabalho da imprensa.

As principais violações categorizadas foram as seguintes: 1) discurso estigmatizante; 2) deslegitimação do trabalho da imprensa; 3) exposição do jornalista/comunicador; 4) impedimento informativo; 5) intimidação institucional; 6) mobilização de conteúdos discriminatórios; e 7) omissão institucional. Acontecem de forma mais evidente por meio de insultos, ameaças e intimidações, ataques verbais, virtuais e impedimento de cobertura em determinadas situações. O monitoramento revela que 104 jornalistas (23% do total de casos) foram expostos individualmente por meio de acusações, exposição de fotos e de nomes – gerando, na maioria das vezes, ataques virtuais em massa.

A Artigo 19 traçou uma linha do tempo com todas as acusações públicas contra comunicadores, proferidas pelo presidente Jair Bolsonaro, seus filhos e aliados políticos em 2019. A mesma será reproduzida a seguir com 12 dos principais ataques disparados contra jornalistas no período de um ano, atravessando o primeiro ano da pandemia do Covid-19.

Figura 7 - Linha do Tempo: violações a jornalistas no Brasil (Artigo 19, 2020)

AUTOR: JAIR BOLSONARO 28/08/2020

Intimidação institucional

O Presidente Jair Bolsonaro disse que tinha vontade de “encher tua boca com uma porrada” para o jornalista que o questionou sobre os depósitos de R\$ 89 mil de Queiroz na conta de sua mulher, Michelle Bolsonaro.

Saiba mais: [ARTIGO 19 condena ameaça de Bolsonaro de agressão física a jornalista](#)

AUTOR: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO 15/06/2020



Intimidação institucional

A conta oficial da Secretaria de Comunicação compartilha charge de Renato Aroeira em post de Ricardo Noblat com uma legenda que menciona que ambos “responderão por esse crime”.

AUTOR: JAIR BOLSONARO 28/05/20

Discurso estigmatizante, Exposição de jornalista/comunicador

A jornalista Bianca Santana foi acusada de disseminar ‘fake news’ em *live* de Jair Bolsonaro, por um artigo publicado que mostrava relações entre os acusados do assassinato de Marielle Franco e a família do presidente.

O caso foi denunciado na 44ª sessão do Conselho de Direitos Humanos da ONU (veja no vídeo). Posteriormente o presidente se retratou e pediu desculpas à jornalista. Entretanto, a exposição decorrente da acusação gerou uma série de ataques a mesma.

Saiba mais: [Ataques do governo Bolsonaro a mulheres jornalistas são denunciados ao Conselho de Direitos Humanos da ONU](#)

AUTOR: EDUARDO BOLSONARO – 18/03/2020

Exposição de jornalista/comunicador

Eduardo Bolsonaro compartilha montagem comparando Vera Magalhães com um boneco Playmobil, dizendo “Ok, atualizada com sucesso. Falta só o óculos. Alguém me ajuda?”

AUTOR: ABRAHAM WEINTRAUB – 23/02/2020



Impedimento Informativo, Exposição de jornalista/comunicador

Abraham Weintraub compartilha print, no qual mostra que bloqueou os jornalistas Reinaldo Azevedo, Eliane Cantanhêde e Chico Pinheiro no Twitter, dizendo: “E o resultado é: block geral! Eles que virem seguidores do sem nome, do capiroto, do sete-peles etc! No Carnaval mantereí a máxima de “Meu Twitter minhas regras”. No mesmo dia, o ministro fez o mesmo com Lauro Jardim, Mônica Bérghamo e Patrícia Campos Mello.

AUTOR: JAIR BOLSONARO 12/02/2020



Deslegitimação do trabalho da imprensa

Ao ser questionado sobre o desmonte da Biblioteca do Palácio, o presidente diz “vocês só se preocupam com besteira. (...) quem age dessa maneira merece outra banana”, e gesticula o sinal de ‘dar uma banana’ aos jornalistas mais uma vez, em referência à coletiva de imprensa do dia 08/02.

AUTOR: JAIR BOLSONARO – 19/01/2020



Omissão institucional

Jair Bolsonaro compartilha em seu Twitter notícia da UOL que traz pesquisa apontando que ele foi autor de 58% dos ataques contra jornalistas em 2019 com uma risada de legenda.

2019

AUTOR: JAIR BOLSONARO – 20/12/2019

Mobilização de conteúdo discriminatório, Deslegitimação do trabalho da imprensa

Após responder uma série de perguntas sobre investigações sobre ele e seus filhos com muita agressividade e ironia, **Jair Bolsonaro diz “você tem uma cara de homossexual terrível, nem por isso eu te acuso de ser homossexual. Se bem que não é crime ser homossexual”** ao jornalista que o indagava. (registrado no minuto 0:46 do vídeo)

AUTOR: CARLOS BOLSONARO – 02/11/2019

Discurso estigmatizante

Carlos Bolsonaro escreve: “A mídia podre está toda unida em torno de mais uma narrativa boçal, ignorando os verdadeiros criminosos e forçando uma atmosfera de ruminantes, espalhando achismos e boçalidades. Forçam uma imbecilidade se tornar um fato político em prol do sistema corrupto! Isso é Brasil!”.

AUTOR: ABRAHAM WINRAUB – 07/10/2019

Exposição de jornalista/comunicador

O ministro Abraham Weintraub compartilha matéria do Estadão e diz: “Hoje fui surpreendido pelo péssimo “jornalismo” de Isabela Palhares, que infelizmente “trabalha” no Estadão. Vejam a matéria desta “jornalista” e comparem com o vídeo inteiro de minha fala (8 minutos).”

AUTOR: JAIR BOLSONARO – 20/07/2019

Exposição de jornalista/comunicador

Jair Bolsonaro expôs a repórter Isadora Peron, do Jornal Valor Econômico, após ser questionado sobre suas declarações pejorativas em relação à região Nordeste do país, o presidente respondeu: “pelo amor de Deus, né. Se eu te chamar de feia agora, acabou o mundo. Todas as mulheres vão estar contra mim”.

Saiba mais: [ARTIGO 19 repudia ataques às jornalistas Miriam Leitão e Isadora Peron](#)

AUTOR: JAIR BOLSONARO – 19/07/2019

Discurso estigmatizante, Exposição de jornalista/comunicador

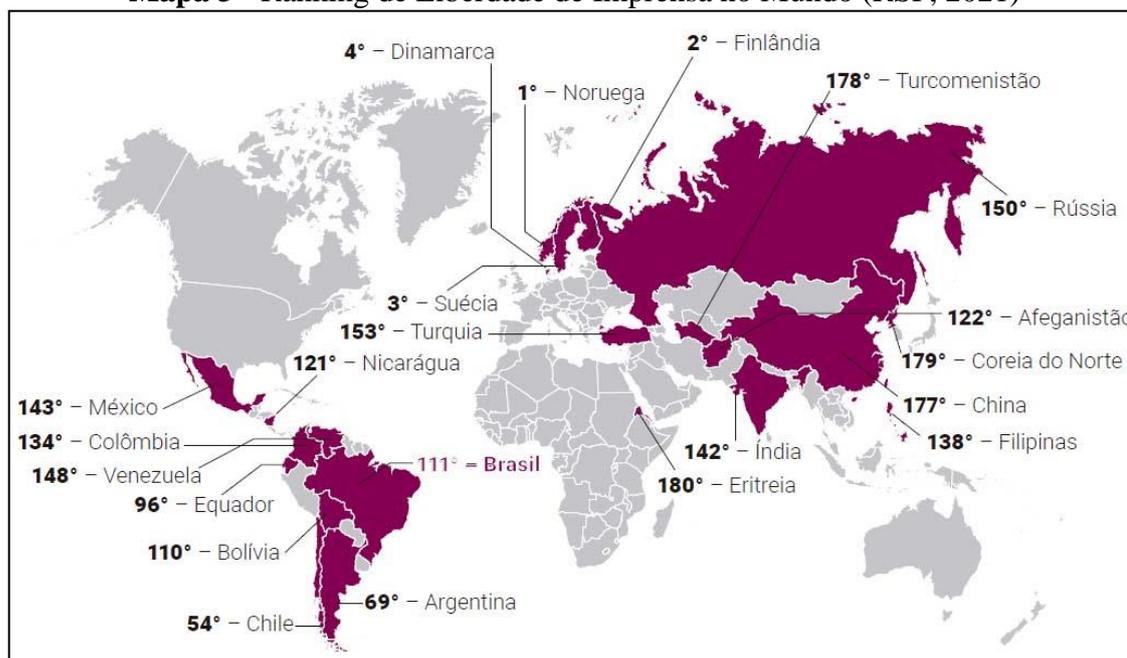
A jornalista Miriam Leitão foi exposta por Jair Bolsonaro, quando questionado sobre o cancelamento da participação da mesma na 13ª Feira do Livro de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. O Presidente da República ao se manifestar sobre o acontecimento teria dito inverdades sobre a vida da jornalista.

Fonte: Artigo 19: 2020

3.2. Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa - Repórteres Sem Fronteiras

O Brasil caiu quatro posições no *ranking* de liberdade de imprensa de acordo com Ranking Mundial de Liberdade de Imprensa da organização Repórteres Sem Fronteiras (2021). O país foi classificado na 111ª posição, entrou na zona vermelha, o que sinaliza que a situação da imprensa no Brasil está difícil. A organização avalia de acordo com os seguintes critérios de nível de liberdade de imprensa: branca (muito boa), amarela (boa), laranja (problemática), vermelha (difícil) e preta (muito grave). O documento avaliou que desde que o presidente Jair Bolsonaro assumiu o poder, o ambiente de trabalho dos jornalistas se tornou tóxico.

A edição 2021 da galeria de predadores da liberdade de imprensa da Repórteres Sem Fronteiras inclui 37 chefes de Estado e de governo, dos quais 17 figuram pela primeira vez no *ranking*. Todos são chefes de Estado ou de governo que impõem repressão massiva, por meio de aparatos de censura, prisão arbitrária de jornalistas e incitamento à violência contra eles. A idade média dos integrantes da lista é de 66 anos e mais de um terço (13) desses governantes vêm da Ásia.

Mapa 3 - Ranking de Liberdade de Imprensa no Mundo (RSF, 2021)

Fonte: Repórteres Sem Fronteira

De acordo com o relatório, alguns desses “predadores da liberdade de imprensa” estão em ação há mais de duas décadas, enquanto outros são novos nesta lista, que tem a particularidade, em 2021, de incluir pela primeira vez duas mulheres e um europeu. 16 dos predadores estão em países classificados na cor preta e 19 se encontram em países em vermelho, ou seja, países onde a situação é considerada muito grave ou difícil para o exercício do jornalismo. A maioria com idade média de 66 anos, da região da Ásia-Pacífico, onde está 1 dos 37 tiranos identificados pela Repórteres Sem Fronteiras.

Entre os recém-chegados, três se destacam: o príncipe herdeiro saudita Mohammed bin Salman, o presidente brasileiro Jair Bolsonaro e o húngaro Viktor Orbán. O saudita concentra todos os poderes e está à frente de uma monarquia que não tolera qualquer mídia livre. O príncipe exerce uma repressão multifacetada, composta de espionagem, ameaças que às vezes levam a sequestros e atos de tortura. A trajetória belicosa e grosseira contra a imprensa é o destaque de Bolsonaro. Autoproclamado partidário da “democracia liberal”, Viktor Orbán não cessou, desde o seu regresso ao poder em 2010, de atacar de maneira eficaz o pluralismo e a independência dos meios de comunicação.

É da Ásia o registro das duas mulheres predadoras, uma das quais, Carrie Lam, chefe do Executivo da Região Administrativa Especial de Hong Kong, que tem apoiado as políticas contra a liberdade de imprensa como marionete do presidente chinês Xi Jinping. Tal política levou à extinção do principal diário independente de Hong Kong, o Apple Daily, assim como à

prisão de seu fundador, Jimm Lai. A outra predadora é Sheika Hasina, que governa Bangladesh desde 2009. Entre outros atos, ela aprovou uma lei de segurança digital em 2018, o que serviu de base para processar mais de 70 jornalistas e blogueiros.

Alguns predadores aparecem há mais de vinte anos na lista estabelecida pela Repórteres Sem Fronteiras. O presidente sírio, Bashar Al-Assad, e o líder da revolução iraniana, Ali Khamenei. Para cada um dos predadores, a organização elaborou uma ficha, revelando seus métodos de predação, que detalham: a forma como a censura ou a repressão é organizada; os alvos preferidos, que especificam qual tipo de jornalistas; e quais os meios de comunicação estão em suas mãos.

Jair Bolsonaro é classificado como predador desde que chegou ao poder, por meio de insultos, humilhações e ameaças vulgares. Seu alvo predileto são mulheres jornalistas, analistas políticos e o grupo Globo. Para o presidente, a imprensa é “inútil” e não passa de “rumores e mentiras constantes”. O seu discurso oficial é grosseiro segundo a análise que também destacou as seguintes declarações:

Alguns meios de comunicação são “piores do que o lixo, porque o lixo é reciclável”. “O Brasil está quebrado e eu não consigo fazer nada. (...) Eu queria mexer na tabela do imposto de renda, mas teve esse vírus, potencializado por essa mídia que nós temos, essa mídia sem caráter” (6 de janeiro de 2021).

“A imprensa é responsável pelo pânico no país e pela perda de vidas durante a pandemia, uma vergonha nacional” (7 de janeiro de 2021, durante intervenção ao vivo no Facebook, transmitida pela conta da presidência).

Os jornalistas podem ir “pra a puta que o pariu” e “é para encher o rabo de vocês da imprensa, essas latas de leite condensado” (27 de janeiro de 2021).

“Canalhas, patifes, querem acabar com o Brasil. (...) O jornalismo que vocês fazem é podre, canalha, sem escrúpulos! Vocês não prestam! Não prestam! Vocês só publicam mentiras!” (Trecho de um vídeo de 24 minutos divulgado em 29 de outubro de 2019 no qual Jair Bolsonaro se dirige ao grupo Globo).

Levantamento da Repórteres Sem Fronteiras e do Instituto de Tecnologia e Sociedade aponta meio milhão de *tuites* ofensivos à imprensa em um período de três meses, sendo 20% deles com alta probabilidade de terem sido disparados por comportamentos automatizados. A pesquisa monitorou as *hashtags* mais frequentes de ataque à imprensa no período de 14 de março a 13 de junho de 2021: #imprensaliixo, #extreamaimprensa, #globalixo, #cnnlixo e #estadaofake. Os pesquisadores mapearam episódios de assédio nas redes contra perfis de jornalistas como Maju Coutinho (TV Globo), Daniela Lima e Pedro Duran (CNN Brasil), Marlizi Pereira Jorge, colunista da Folha e Rodrigo Menegat (DW News).

Segundo o levantamento, a quantidade de *tuítes* mencionando jornalistas mulheres foi 13 vezes maior do que aqueles que se referiram aos colegas homens. Em 10% dos *tuítes* estavam presentes termos depreciativos e palavrões como safada(o), vagabunda(o), puta(o), burra(o), ridícula(o), idiota, arrombada e imbecil. A incidência desses termos foi 50% maior quando direcionados às jornalistas mulheres, em relação aos homens. O estudo aponta o uso de contas automatizadas, indicando mobilizações orquestradas com objetivo de ampliar artificialmente movimentos de ataques à imprensa no *Twitter*.

Em 2020, a Repórteres Sem Fronteiras monitorou o discurso da família Bolsonaro – do presidente Jair e dos filhos, o senador Flávio, o deputado Eduardo e o vereador Carlos, e de ministros, do vice-presidente Hamilton Mourão e o da própria Secretaria de Comunicação Social da Presidência em relação à imprensa. Juntos, eles fizeram 580 ataques, sendo 85% deles de autoria exclusiva do presidente e seus três filhos com cargos eletivos.

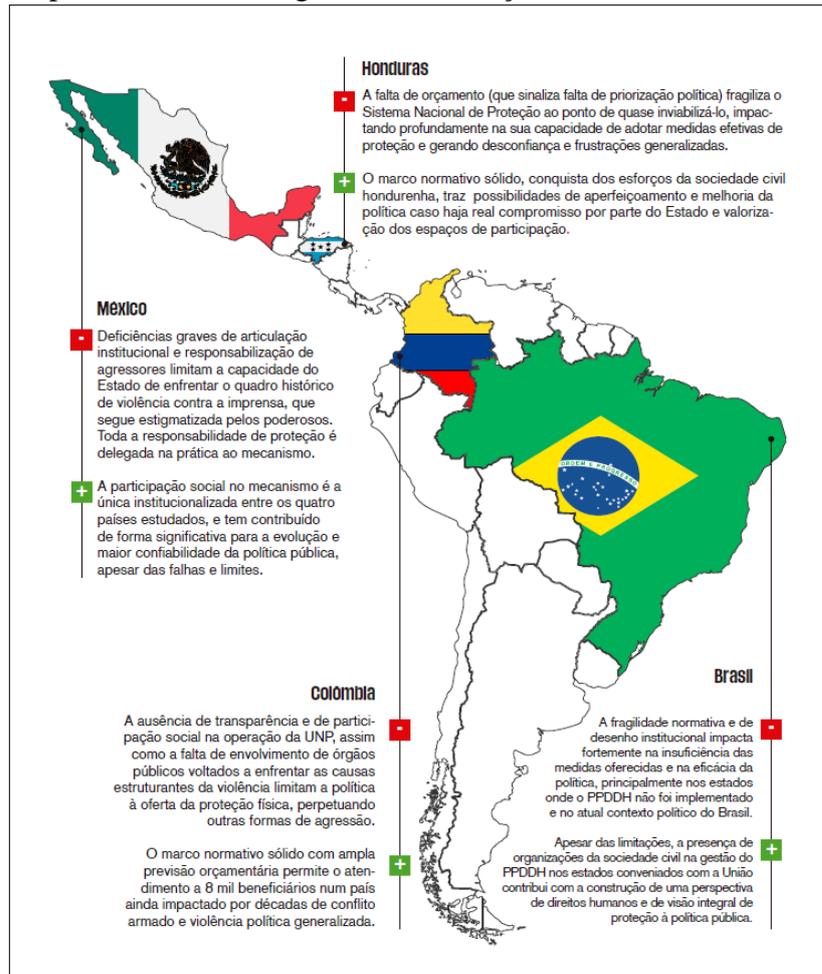
No primeiro semestre de 2021, a Repórteres Sem Fronteiras documentou 31 ataques, partindo da mesma metodologia, considerando sobretudo agressões morais como ameaças, xingamentos e exposições de jornalistas e veículos de comunicação de maneira vexatória em declarações públicas, entrevistas e postagens em redes sociais. O trabalho da imprensa brasileira tornou-se especialmente complexo desde que Jair Bolsonaro foi eleito presidente, em 2018. Insultos, difamação, perseguição, humilhação e ataques misóginos passaram ser a marca registrada do presidente. Cada cobertura da mídia, revelando fatos que ameacem os seus interesses ou de seu governo, desencadeia uma série de ataques verbais violentos, que fomentam um clima de ódio e desconfiança contra os e as jornalistas.

3.3. Como operam os programas de proteção a jornalistas na América Latina

De acordo com levantamento da Repórteres Sem Fronteiras, no período de 2011 a 2020, ao menos 139 jornalistas e comunicadores foram assassinados por motivos diretamente relacionados com suas atividades de informar no México, no Brasil, em Honduras e na Colômbia, o que representa 80% dos casos registrados na América Latina. A pesquisa aponta que em sua grande maioria, os jornalistas foram executados de forma planejada, com ameaças prévias e por assassinos profissionais (92% dos casos). A maior parte das vítimas cobria as áreas de política, casos de corrupção e à atuação do crime organizado em veículos de cidades de pequeno e médio porte. Em 2021, foram oito comunicadores assassinados nos quatro países. Em 2022, somente nos dois primeiros meses do ano, mais sete.

Considerado a forma mais extrema de censura existente, o assassinato de jornalistas é apenas a ponta do iceberg de uma espiral de violência contra a imprensa que inclui agressões físicas e verbais, ameaças de todas as ordens, sequestros, destruição de equipamentos, espionagem, detenções arbitrárias e processos judiciais abusivos. Uma prática que faz parte de um cenário mais amplo de violência estrutural na América Latina, atingindo de maneira sistemática todos os que trazem a público denúncias contra grupos que ocupam espaços de poder – seja o poder político formalmente instituído, seja o poder paralelo de organizações criminosas. (RSF, 2022, p. 4)

Mapa 4- Mapa de risco dos Programas de Proteção a Jornalistas na América Latina



Fonte: Repórteres Sem Fronteiras (RSF, 2022)

Segundo os dados acima, da pesquisa Sob Risco “Como superar as falhas dos programas de proteção a jornalistas na América Latina” (RSF, 2022, p. 122), nos quatro países pesquisados, os atores apontados como principais perpetradores da violência contra jornalistas e comunicadores são agentes públicos, autoridades estatais das mais diferentes esferas de poder: policiais, políticos, operadores do sistema de justiça, servidores, representantes do Estado. As autoridades do mais alto escalão do poder promovem discursos estigmatizados contra a imprensa em um contexto histórico de mobilização do aparato estatal para intimidar, perseguir e até criminalizar jornalistas. O documento ressalta a desconfiança dos profissionais da

imprensa em solicitar proteção junto ao Estado nesse ambiente no qual são os próprios agentes públicos os perpetradores.

A violência contra jornalistas e comunicadores não constitui apenas um ataque à integridade de um indivíduo, mas um atentado contra o direito coletivo à liberdade de expressão de toda uma sociedade. O exercício do jornalismo só pode acontecer livremente quando as pessoas que o realizam não são vítimas de ameaças ou de agressões físicas, psíquicas e morais, ou de outros atos de hostilidade. Sem garantias para o livre exercício do jornalismo, não há democracia. (RSF, 2022, p.15)

A pesquisa destaca que, nessa década, o Brasil se tornou um país particularmente violento para a imprensa, o segundo da América Latina com o maior número de jornalistas assassinados em dez anos (2011-2020). Como nos demais países da pesquisa, os locutores de rádio, repórteres, blogueiros cobriam histórias relacionadas a corrupção, políticas públicas ou crime organizado em cidades de pequeno e médio porte. Foram agressões físicas, ameaças, assédios judiciais e campanhas massivas de difamação são algumas das violações que compõem um cenário hostil ao exercício do jornalismo no país.

A investigação, coordenada pela jornalista Bia Barbosa, afirmou também que a impunidade diante dessas violências contribuiu para a perpetuação de um círculo sistêmico de agressões aos jornalistas brasileiros. Em um balanço publicado em 2019 pelo Conselho Nacional do Ministério, somente 50% dos casos de assassinatos de jornalistas, praticados entre 1995 e 2018, haviam sido solucionados pela justiça. O Brasil apareceu em 2020, pelo décimo ano consecutivo, no Índice Global de Impunidade do Comitê de Proteção dos Jornalistas.

No Brasil, o programa de proteção é o PPDDH (Programa de Proteção a Defensoras e Defensores de Direitos Humanos). Quando um caso chega ao PPDH, seja via governo federal ou programa estadual, o solicitante é contatado para uma análise da pertinência do pedido – um relato histórico das ameaças e situações de risco. Por vezes, são solicitados documentos que possam viabilizar uma análise do contexto. Entre as medidas protetivas estão: – solicitação de proteção aos órgãos de segurança pública, em caso de grave ameaça; – acolhimento provisório; – realização de audiências públicas, mesas de diálogo, reuniões e outras ações que possam contribuir para sanar ou diminuir os riscos e ameaças; – articulação de ações para adoção de providências com qualquer dos poderes da União, estados, Distrito Federal e município, que visem à superação ou à diminuição das causas que possam gerar ou agravar e ameaça.

A Coordenação Estadual do programa pode disponibilizar câmeras de segurança e circuito interno de tv na residência da vítima, infraestrutura comunitária, atendimento e acompanhamento jurídico-psicossocial. Os casos que apresentam risco acentuado são

acompanhados pelas organizações policiais no território de atuação do defensor, por meio de rondas ou, quando necessário, escoltas.

O Programa teve dificuldades para ser implementado nos últimos anos no Estado do Rio de Janeiro. Após a repercussão do assassinato da vereadora Marielle Franco, em março de 2018, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos cobrou do Estado Brasileiro proteção para sua companheira, Monica Benício. O então governador Wilson Witzel chegou a vetar o projeto aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Os parlamentares derrubaram o veto para que a Lei Defensora Marielle Franco fosse promulgada. Em mais de 15 anos de funcionamento, o PPDDH ainda não conseguiu se consolidar como um programa de proteção a defensores e efetivamente nacional.

É importante constatar que o número dos beneficiários é de defensores ligados à luta pelo direito à terra e ao território, além de ambientalistas. Com o aumento preocupante dos índices de violência contra jornalistas e as agressões à liberdade de expressão, principalmente por agentes políticos, há apenas sete comunicadores sob proteção do programa, sendo quatro no Estado do Rio de Janeiro, o que revela o tamanho do desafio existente.

Somente Honduras e México dispõem de promotorias especiais dedicadas a crimes contra a liberdade de expressão quando se trata de responsabilizar os agressores. Assim mesmo, de acordo com a pesquisa da RSF, a coordenação entre os mecanismos de proteção e os promotores é precária e insuficiente para atender a celeridade dos casos. Além disso, de acordo com o estudo, nenhum dos quatro programas considera as especificidades das mulheres jornalistas ou oferece medidas adequadas para suas necessidades. “Os planos de proteção, em geral, ignoram as formas de violência de gênero que afetam as mulheres e a população LGBTQIA+ e o impacto que as ameaças e atos de agressão sobre elas e suas famílias” (RSF, 2022). Sobre este tema, detalharemos no capítulo seguinte.

3.4. Relatórios de órgãos representativos brasileiros

3.4.1. Relatórios FENAJ 2019, 2020, 2021, 2022

O ano de 2020 foi o mais violento para os jornalistas brasileiros, desde o início da série histórica dos registros dos ataques à liberdade de imprensa feitos pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), iniciada na década de 1990. Foram 428 casos de violência, 105,77% a mais que o já alarmante número de 208 ocorrências, registradas em 2019. A explosão de casos está associada à sistemática ação do presidente da República, Jair Bolsonaro, para

descredibilizar a imprensa e, também, à ação de seus apoiadores contra veículos de comunicação social e contra os jornalistas. Tal aumento começou em 2019 e agravou-se em 2020, quando a cobertura jornalística da pandemia, provocada pelo novo coronavírus, foi pretexto para dezenas de ataques do presidente e dos que o seguiram na negação da crise sanitária.

A descredibilização da imprensa foi, portanto, a violência mais frequente. Dos 428 casos, 152 (35,51%) foram discursos que buscavam desqualificar a informação jornalística. Armações como “a mídia mente o tempo todo”, “a mídia é uma fábrica de fake news”, “você são lixo” e “TV Funerária”, referindo-se a empresas jornalísticas e a jornalistas, são expressões repetidas reiteradas vezes, a maioria delas pelo próprio presidente. Sozinho, Bolsonaro foi responsável por 145 casos de descredibilização da imprensa, por meio de ataques a veículos de comunicação e a profissionais, e outros 26 registros de agressões verbais, duas ameaças diretas a jornalistas e dois ataques à FENAJ, totalizando 175 casos, o que corresponde a 40,89% do total.

Para o número geral de casos de violência contra jornalistas e ataques à liberdade de imprensa mais que dobrar em 2020, em comparação com ano anterior pela FENAJ, houve aumento de quase todos os tipos de violência e também o registro de três categorias não identificadas em 2019: Ataques cibernéticos, atentado e Sequestro/Cárcere privado.

A elevação da violência foi bastante expressiva nas categorias de Censuras (750% a mais) e Agressões verbais/Ataques virtuais (280% a mais). As censuras passaram a ocupar o segundo lugar no número de ocorrências: foram 85 casos (19,86% do total), enquanto em 2019 foram dez. O aumento deveu-se ao registro de 76 casos de censura dentro da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), empresa federal que possui um conglomerado de mídia no Brasil para prestar serviço de radiodifusão pública e gerir as emissoras de rádio e TV públicas do país. A gestão da EBC no governo Bolsonaro atua para eliminar o caráter de empresa pública de comunicação, impõem a orientação governamental na condução dos projetos culturais e jornalísticos. As agressões verbais/ataques virtuais cresceram significativamente na esteira dos incentivos do presidente Bolsonaro à violência contra jornalistas. De acordo com a FENAJ, em 2020, foram 76 casos (17,76%), 56 a mais do que os 20 registrados em 2019. Jornalistas passaram a ser agredidos por populares nas ruas e os ataques virtuais, por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens, tornaram-se comuns.

Em 24 de setembro de 2020, a jornalista Julie Alves, repórter da CNN, foi agredida por um servidor público na porta de uma unidade de saúde em Japeri, município da Região

Metropolitana do Rio de Janeiro. O homem deu um tapa na mão da jornalista, e derrubou o microfone que ela segurava. Quando ela baixou para pegar o microfone, viu que o agressor ia em direção ao repórter cinematográfico que a acompanhava, mas foi contido por outro servidor público. A jornalista também sofreu injúria racial. O servidor público a chamou de “macaca”. Julie e o repórter cinematográfico tiveram picos de pressão alta e precisaram ser medicados.

Apesar do aumento significativo de casos de ameaças, é provável que exista subnotificação dos casos, porque muitos profissionais não denunciam o ataque sofrido. Também houve aumento nos casos de agressões físicas e de cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais. As agressões físicas foram a violência mais comum até 2018, mas diminuíram em 2019 e, em 2020, voltaram a aumentar: foram 32 casos.

O “Relatório da Violência contra Jornalistas e Liberdade de Imprensa no Brasil”, publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ), é anual, com base em dados coletados pela própria Federação e pelos Sindicatos de Jornalistas no país. A coleta dos dados se dá por meio de denúncias à Federação ou a um dos Sindicatos de Jornalistas, feitas pelas próprias vítimas da violência ou outros profissionais da mídia, além da compilação de notícias publicadas pelos variados veículos de comunicação.

Esse Relatório faz um estudo de caso de acordo com algumas categorias tais como: assassinato, assassinato de radialistas e comunicadores populares, agressões físicas, agressões verbais e ataques virtuais, ameaças/intimidações, ataques cibernéticos, atentados, censuras, cerceamento à liberdade de imprensa por ações judiciais, descrédibilização da imprensa, detenções/prisões, impedimento ao exercício profissional, injúria racial/racismo, violência contra a organização dos trabalhadores.

Os casos são agrupados em categorias de tipos de violência, que podem variar de ano para ano, em razão das ocorrências registradas. Para a contagem do número de casos, observa-se os episódios/ocorrências de violência. Assim, um mesmo episódio pode resultar em mais de uma vítima, quando se refere à agressão direta a jornalista, ou em mais de uma citação, quando se trata de ataque genérico à imprensa.

Tabela 2 - Tipos de violência contra jornalistas

Censura 140 casos	32,56%
Descrédibilização da imprensa/131 casos	30,46%
Agressões verbais/ataques virtuais/58 casos	13,49%
Ameaças/Intimidações/ 32 casos	7,67%
Agressões físicas/ 26 casos	

Cerceamento à liberdade de imprensa por meio de ações judiciais/15 casos	3,49%
Violência contra a organização dos trabalhadores/sindical/8 casos	1,86%
Impedimento ao exercício profissional/7 casos	1,63%
Ataques cibernéticos/4 casos	0,93%
Atentados/ 4 casos	0,93%
Assassinato/ 1 caso	0,23%
Injúria racial/racismo/1 caso	0,23%

Fonte: Elaborado com base no Relatório 2021 - Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil, FENAJ

Em 2021 o número de agressões a jornalistas e a veículos de comunicação se manteve alto e chegou a novo recorde: 430 casos, dois a mais do que os 428 registrados em 2020, ano de explosão das violações à liberdade de expressão no país.

Figura 8 – Quem são os agressores



Fonte: Reprodução, Relatório 2021 Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil, FENAJ, p.14.

Assim como em 2020, o presidente da República foi o principal agressor de jornalistas em 2021, responsável por 147 casos (34,19% do total), sendo 129 episódios de descredibilização da imprensa e 18 agressões verbais a jornalistas. Pela primeira vez, desde 2019, a categoria *censura* ultrapassou a descredibilização da imprensa (quando o agressor ataca veículos de comunicação: a mídia e os/as jornalistas de forma genérica, com o objetivo de desqualificar e desacreditar o jornalismo), o que predominou em 2020 e 2019. A *censura* estava em quinto lugar em 2019. Segundo o relatório, a mudança foi consequência direta das censuras ocorridas na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), sob direção do governo Bolsonaro.

O Centro-Oeste manteve-se como a região mais violenta e o Distrito Federal como a unidade federativa com maior número de casos, justamente em decorrência das censuras da EBC. Os principais agressores continuam sendo os políticos, com destaque para o próprio presidente da República. Os jornalistas mantiveram-se como maior número de vítimas no geral, mas as mulheres foram as que mais sofreram agressões verbais e ataques virtuais.

Figura 9 - Ilustração violência por tipo de mídia (reprodução)



Fonte: Reprodução do Relatório 2021 Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil, FENAJ, p.12.

A pesquisa destaca a perseguição contínua aos trabalhadores da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), identificada separadamente no estudo por aglutinar vários veículos de comunicação (TV, rádio, site e agência de notícias) como os mais atingidos pelas restrições à

liberdade de imprensa, no ano de 2021. Ocorreram 138 casos de censura praticados dentro da empresa.

A televisão ficou em segundo lugar com 94 de jornalistas atingidos com agressões diretas aos profissionais da categoria, representando 25,47% do total de vítimas. Na classificação por tipo de mídia, os jornalistas que trabalham em portais, sites e blogs (mídia digital) ficaram em terceiro lugar, com 44 casos de agressão registrados, representando 11,93% do total. Os jornalistas que trabalham em jornais foram vítimas em 33 episódios de agressão, o que representa 8,94% do total.

Quando o profissional da comunicação é mulher, as ameaças costumam atingir seus corpos, agora estendidos ao mundo virtual, com insultos machistas e misóginos. Na internet, continua a existir a relação de poder, e o medo tem papel importante na conservação deste poder também no ambiente virtual, possibilitando movimentos de expansão de alguns corpos e contendo outros (AHMED, 2004, p. 71). Maquiavel antevia que o medo é um seguro instrumento de poder para punição e que nunca falha (apud AHMED, 2004. p. 71).

Em 2021, o Dossiê Ataques ao Jornalismo e ao seu Direito à Informação da FENAJ e do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS) da Universidade Federal de Santa Catarina revela que a violência contra esses profissionais e contra a liberdade de imprensa registrou recorde com 430 casos. Um aumento de 425,7% no número de ataques, se comparados a 2016. O documento alerta que o objetivo da agressão é o silenciamento, intimidar para fazer parar. “A frieza dos números pode esconder o fato que seres humanos estão tendo sua atividade profissional afetada, muitos com sequelas e, em muitos casos, os fazem temer pela sua segurança e de suas famílias” (Dossiê FENAJ/objetos, 2022, p. 11)

O dossiê elencou os dez perfis de profissionais mais atacados: 1- repórteres de TV/Vídeo; 2- repórter de site/portal; 3- repórter de jornal/revista; 4- repórteres cinematográficos; 5- repórter fotográfico; 6- colunista; 7- apresentador de TV; 8- apresentador de rádio; 9- jornalista independente; e 10- jornalistas em mídias digitais. A constância de assédios morais, sexuais, precarização do trabalho, tem afetado a vida pessoal, a perspectiva de futuro e a saúde dos profissionais, segundo o dossiê. O adoecimento mental e a sobrecarga no trabalho foram também relatadas no *Perfil do Jornalismo Brasileiro 2021*.

Os desafios são imensos, tanto para as organizações de mídia, quanto para os profissionais de comunicação, governos e para a sociedade, no esforço de garantir a proteção dos indivíduos ao acesso à informação e à liberdade de expressão. Segundo o coordenador para Segurança e Proteção dos Jornalistas da Artigo 19 no Brasil, Thiago Firbida, esta violência

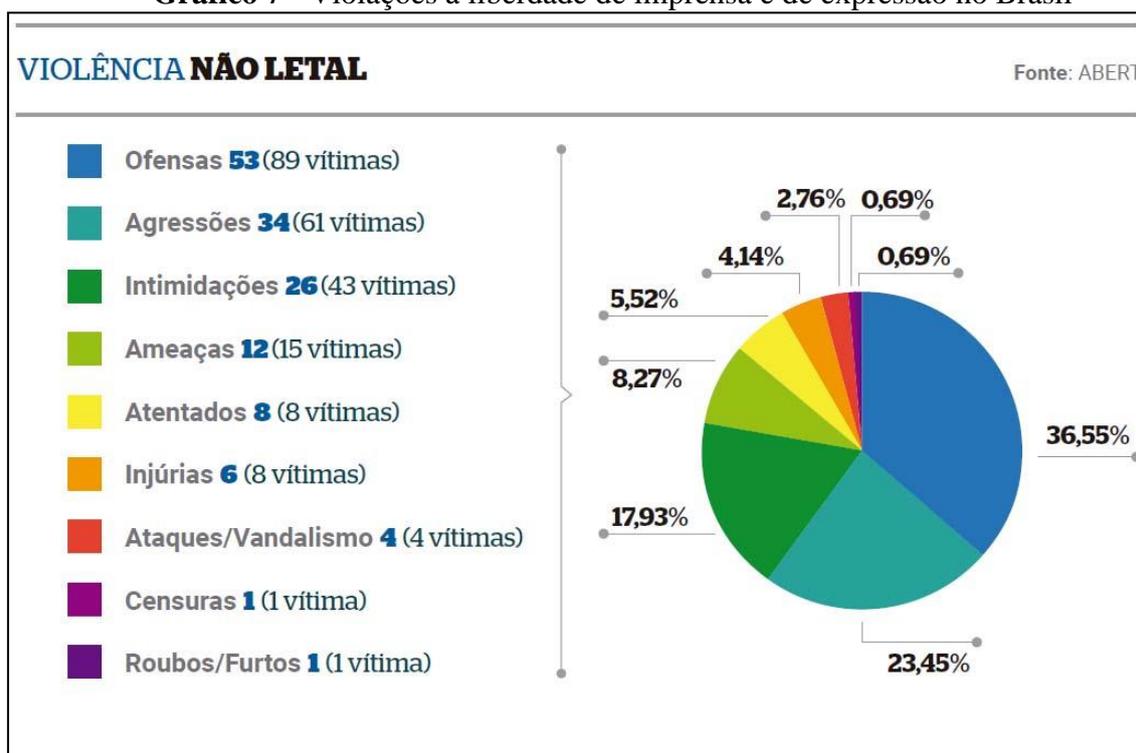
contra comunicadores tem duplo efeito: viola o direito individual e o da sociedade, promovendo uma corrosão democrática.

Se há restrição de maneira abusiva à liberdade de expressão, também ficam limitadas a plena luta pelo direito à saúde, à educação, à moradia, porque, para que se lute pela garantia desses direitos, é fundamental contarmos com a estrutura propiciada pela liberdade de expressão e informação (Dossiê FENAJ/ ObjETHOS, 2022, p. 24).

3.4.2. Relatório ABERT

O Relatório Anual “Violações à Liberdade de Expressão” da ABERT (2021) registrou 145 casos de violência não letal, que envolveram pelo menos 230 profissionais e veículos de comunicação, número 21,69% maior que em 2020. As ofensas tiveram o maior registro de casos em 2021, com 53 ocorrências, as agressões com 34 casos e as intimidações com 26 casos.

Gráfico 7 - Violações à liberdade de imprensa e de expressão no Brasil



Fonte: Relatório ABERT 2021, p. 13

Houve um aumento de 100% no número de atentados contra comunicadores brasileiros em relação ao ano de 2020. Na análise do relatório, isto evidencia que os comunicadores estão na mira de pessoas que enxergam o trabalho da imprensa como uma ameaça. “Os autores agem com clara intenção de dar fim à vida dos profissionais da imprensa. Em 50% dos casos, foram

usadas armas de fogo e a maioria das vítimas eram homens que foram atacados por criminosos não identificados” (ABERT,2021, p.16).

O relatório revela também que as agressões físicas como chutes, pontapés, socos e tapas estão presentes no cotidiano dos profissionais de imprensa. Os homens representaram a maioria das vítimas e em 62,22% dos casos, equipes de TV foram as mais atingidas. No segundo ano da pandemia, em 2021, as agressões se deram em maior número na cobertura de manifestações contra o *lockdown* e nos protestos a favor do atual governo. Repórteres, fotojornalistas e cinegrafistas estão mais vulneráveis às agressões. Os agressores destacados foram manifestantes, policiais, seguranças e políticos ocupantes de cargos públicos. A região sudeste, onde se concentra a cobertura da mídia brasileira, foi considerada a mais perigosa.

Foram 53 registros de ofensas com agressões verbais e xingamentos dirigidas a 89 profissionais da imprensa e veículos de comunicação. Um aumento de 30,88% do número de vítimas em relação a 2020. As palavras de baixo calão partiram em quase cem por cento de políticos ou ocupantes de cargos públicos. Os veículos alvos foram os jornais Folha de São Paulo, O Globo, O Estado de São Paulo, além da TV Globo e do site O Antagonista.

As intimidações aumentaram 43,33% a mais do que no relatório anterior. As tentativas de impedimento da cobertura jornalística com ataques hostis seguiram sendo proferidas por manifestantes e políticos. O documento da ABERT destaca a forma como alguns profissionais sofreram represálias: em muitas situações, os jornalistas foram intimidados a depor sobre as reportagens feitas. “Tratar a imprensa como *inimiga* da população e cercear a liberdade de expressão é também uma tentativa de negar ao cidadão brasileiro o direito à informação sobre assuntos de interesse público” (ABERT, 2021, p.22).

As ameaças de morte foram as mais presentes, seguidas de ameaças de agressão e de disparo de tiros, mesmo estando previsto no artigo 147 do Código Penal Brasileiro que ameaçar alguém verbalmente, por escrito, por telefone ou por gestos é crime. Os jornalistas que atuam na cobertura de pautas de política e de cidades, das emissoras de TV e sites sofreram mais com as ameaças.

O Relatório “Violações à Liberdade de Expressão” da ABERT (2021) também revelou com preocupação casos de injúria, alertando para a questão do aumento da intolerância por orientação sexual e racial. O documento revelou ainda um aumento de 100% nos casos de ataques/vandalismo. “Em uma das situações, um vereador invadiu um estúdio de rádio no Ceará, quebrou uma cadeira ao atirá-la contra a parede e agrediu um entrevistado que criticava a atuação do político” (ABERT, 2021, p. 28). O cerceamento do direito de informar, realizado

com censura sobre a cobertura jornalística, é visto com preocupação, assim como os pedidos de retirada de informações do ar, proibição de citação de nomes, prática comum na justiça brasileira.

Os ataques virtuais analisados sobre conteúdos com a combinação das palavras jornalismo, jornalista, imprensa e mídia apareceram em 28 milhões de postagens no Facebook, Twitter e Instagram contra 42 milhões do ano anterior. Xingamentos, expressões depreciativas com palavras de baixo calão estiveram presentes em 1,46 milhões de postagens. Apesar da queda em relação ao ano anterior, o levantamento aponta que, em 2021, a imprensa sofreu cerca de 4 mil ataques virtuais por dia, ou seja, 167 ataques por hora e quase três agressões por minuto. O curioso no relatório da ABERT é que o nome do presidente Bolsonaro só aparece como menção no quesito ataques virtuais e, diferente de todos os demais relatórios de organizações nacionais e internacionais, não nomeia o chefe maior do estado, seus filhos e aliados políticos como responsáveis pelas agressões.

A censura voltar a figurar como a maior das agressões no relatório da FENAJ 2021, e foi criada a categoria descriminalização da imprensa desde a pesquisa de 2019, porque foi o quesito que mais vem se destacando no período do governo Bolsonaro (2019-2022). Essas são evidências que também se destacaram nos relatórios internacionais e nacionais apresentados neste capítulo. Mas o que mais tem chamado a atenção e atraído organizações internacionais para esta análise tem sido a responsabilização direta do presidente da República Jair Bolsonaro nas acusações e agressões à imprensa e aos jornalistas, assim como de seus aliados políticos e seguidores. É uma violação de direito que tem crescido exponencialmente e que, se não for cessada, colocará em risco a liberdade de expressão no Brasil.

4 CASOS DE VIOLÊNCIA E ATAQUES CONTRA JORNALISTAS MULHERES

O corpo está no centro de toda relação de poder.
 Mas o corpo das mulheres é o centro, de maneira
 imediata e específica.
Perrot (2005, p.447)

Este quarto capítulo exhibe a tensão entre o privado e o público do corpo feminino, o sentido de posse enraizado no poder do patriarcado e o quão violento essas ações têm se mostrado no cotidiano das profissionais da imprensa. Destaca, ainda, o fato único do *ser mulher* denotar acusações específicas, em sua maioria, sobre seu corpo, sua índole e raramente sobre seu desempenho profissional. Tem sido assim ao longo de muitas décadas, e podemos fazer, aqui, um marco: desde a Idade Média. Surpreendentemente, ainda seguimos reféns de tanta violência.

A tensão entre um corpo feminino diabolizado e um corpo masculino *endeusado* vem desde a Antiguidade, porque, de início, na Idade Média, o corpo foi renunciado. Controlar a sexualidade feminina, seus gestos, suas práticas, sua conduta na sociedade passaria a ser uma questão mediada pela Igreja e aceita pela sociedade. Mesmo assim, o próprio corpo feminino, não deixou de também viver *tensões* entre o bem – procriação, virgindade de “Maria”, castidade e cuidado com a família; e o mal – sexualidade, prostituição, luxúria e perversão da alma, porque “o culto do corpo da Antiguidade cede lugar, na Idade Média, a uma derrocada do corpo na vida social” (ROIZ, 2009, p.37).

Igualmente importante, foram os tabus construídos pela instituição religiosa sobre os fluidos corporais, como o esperma e o sangue.

[...] a religião cristã institucionalizada introduz uma grande novidade no Ocidente: a transformação do pecado original em pecado sexual. Uma mudança que é uma novidade para o próprio cristianismo, já que, em seus primórdios, não aparece traço algum de tal equivalência, assim como nenhum termo dessa equação figura no Antigo Testamento da Bíblia. O pecado original, que expulsa Adão e Eva do Paraíso, é um pecado de curiosidade e de orgulho (ROIZ, 2009, p.49).

Essa relação de desigualdade de gênero encontra-se calcada, portanto, no homem posto como ser antagônico à mulher. Ele é exatamente o oposto dela, como o falo é o oposto da vagina. Nesta polarização, o sexo masculino se atribui como forte, dominador, racional, chefe de família, enquanto que o sexo feminino é o sexo frágil, dominado, domesticável, emotivo e dócil. Percebe-se, portanto, que os valores da sociedade moderna se encontram como caracterizadores do masculino, e que o discurso colonizador está presente nestas relações de

gênero. A partir da ideologia sexista, o homem, tal como foi construído, é que sabe o que é melhor para a mulher, a família e a sociedade. Olha-se o corpo como um território de jurisdição, símbolo da posse masculina e “a violência se escreve no corpo como uma vitrine, um quadro branco a céu aberto, para comunicar ao resto a capacidade viripotente de fazer sofrer e controlar” (NATHANSON, 2020, p.16).

O patriarcado é, por conseguinte, uma especificidade das relações de gênero, estabelecendo, a partir delas, um processo de dominação-subordinação, o que só pode, então, se configurar em uma relação social. Pressupõe-se, assim, a presença de pelo menos dois sujeitos: dominador (es) e dominado(s). Enquanto sujeitos, são sempre atuantes. A ideologia sexista, portanto, está corporificada nos agentes sociais de ambos os polos da relação de dominação-subordinação.

O regime patriarcal se sustenta em uma economia domesticadamente organizada, sendo uma maneira de assegurar aos homens os meios necessários à produção diária e à reprodução da vida. Ele se estabelece como um pacto masculino para garantir a opressão de mulheres, as quais tornam-se seus objetos de satisfação sexual, reprodutoras de seus herdeiros, da força de trabalho e de novas reprodutoras.

O poder deve ser analisado como algo que circula, ou melhor, como algo que só funciona em cadeia. [...] O poder funciona e se exerce em rede. Nas suas malhas os indivíduos não só circulam, mas estão sempre em posição de exercer este poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. Em outros termos, o poder não se aplica aos indivíduos, passa por eles. [...] Efetivamente, aquilo que faz com que um corpo, gestos, discursos e desejos sejam identificados e constituídos enquanto indivíduos é um dos primeiros efeitos de poder. Ou seja, o indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos. O indivíduo é um efeito do poder e simultaneamente, ou pelo próprio fato de ser um efeito, é seu centro de transmissão. O poder passa através [sic] do indivíduo que ele constituiu” (SAFFIOTI, 1981, p. 183-4).

Quando se pensa em desigualdades construídas a partir de diferenças, logo se percebe que é sobre os gêneros que se opera a primeira diferenciação dos sujeitos. A nomeação do sexo, dada desde seu nascimento, desencadeia todo o processo de fazer desse corpo masculino ou feminino.

Um processo que é baseado em características físicas que são vistas como diferenças e às quais se atribui significados culturais. [...] O ato de nomear o corpo acontece no interior da lógica que supõe o sexo como um ‘dado’ anterior à cultura e lhe atribui um caráter imutável, a-histórico e binário. Tal lógica implica que esse ‘dado’ sexo vai determinar o gênero e induzir a uma única forma de desejo [sexual] (BUTLER, 1997, p. 85).

É, portanto, no campo da cultura e do simbólico, e não do biológico, que as desigualdades se produzem. A denominação do sexo biológico traz implícita a expectativa sobre o gênero dos indivíduos, sobre os modos através dos quais se deverá ser e estar na cultura: formas de viver, de vestir, de sentir, de falar (ou de calar), de agir, de se comportar, etc. Esses modos estão relacionados ao que foi convencionado como padrão normativo em uma sociedade em que o medo é sentido de maneira diferente por diferentes corpos e “a vulnerabilidade envolve um tipo particular de relação corporal com o mundo. O medo encolhe o corpo, restringe sua mobilidade” (AHMED, 2004, p. 102).

As distinções de gênero não raro se transformam em relações desiguais entre o masculino e o feminino em todos os campos da vida social: nos corpos, nos discursos, nos conhecimentos, nas leis, nas práticas sociais, nas famílias, e até mesmo nas notícias, como veremos mais adiante. É a partir dos símbolos culturais hegemônicos, produzidos nas instâncias de poder, que se operam os sentidos entendidos como legítimos sobre o que significam masculino e feminino, indicando, também, seus lugares sociais. “A relação entre os objetos que são temidos é moldada por histórias que *grudam* como os estereótipos, fazendo alguns objetos parecerem mais assustadores do que outros” (AHMED, 2004, p. 72)

No Ocidente, o padrão social predominante parte do pressuposto de que os sujeitos nascem homens ou mulheres – e com isso têm seus gêneros orientados respectivamente para seus atributos equivalentes (homens/fortes, mulheres/sensíveis, por exemplo) – e são, essencialmente, heterossexuais. A partir dessas primeiras *certezas*, construídas como inatas, as conformações das relações sociais se forjam e se estabelecem como um padrão que prevê, entre outras coisas, relações afetivas e sexuais entre sexos diferentes (e com funções sexuais e sociais distintas), sustentadas em relações conjugais formais (civis e religiosas) e monogâmicas, com objetivos procriativos e de constituição de parentescos baseados em laços de sangue. A esse padrão, alguns estudiosos têm chamado de heteronormatividade, cuja base fundadora é a heterossexualidade compulsória (BUTLER, 2003a).

Para Judith Butler, “a diferença sexual [...] não é, nunca, simplesmente, uma função de diferenças materiais que não sejam, de algum modo, simultaneamente marcadas e formadas por práticas discursivas” (BUTLER, 2006, p. 47). Levando em conta a heteronormatividade, percebe-se que nas relações de gênero e poder “o masculino se constitui como condição primeira, que subordina o feminino em relação hierárquica. Criam sentimentos de vulnerabilidade e medo moldando os corpos das mulheres, bem como a forma como esses corpos habitam o espaço (AHMED, 2004). Os modos masculinos coincidem com a norma

mais geral; recrudescem sua posição reafirmando o feminino como desvio, inadequação, falta (FRAGA, 2003, p. 102). Isso impacta em todas as relações sociais e econômicas de uma nação.

Relatório de 2020 da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (Cepal)²⁴, intitulado “A autonomia das mulheres na mudança de cenários econômicos”, defende que a igualdade de gênero e autonomia das mulheres devem ser a base do novo modelo de desenvolvimento para a região. O relatório evidencia que as desigualdades de gênero são um obstáculo ao desenvolvimento sustentável na medida em que aumentam assim como a pobreza. Na região, a situação de pobreza (que inclui 18 países) aumentou de 105 mulheres para cada 100 homens em 2002 – para 113 mulheres para cada 100 homens em 2018 (CEPAL, 2020). Isso significa que cerca de um terço das mulheres da América Latina dependem inteiramente de outros para sua subsistência, o que se soma ao fato de serem maioria em situação de pobreza.

O relatório da Cepal se refere também à pesquisa sobre violência contra mulheres realizada em 2019 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública que mostrou que 27,4% das brasileiras com 16 anos ou mais sofreram algum tipo de violência nos últimos 12 meses. Entre elas, quase uma em cada dez (8,2%) relatou que o episódio mais grave ocorreu pela internet. Os dados são, significativamente, superiores aos registrados na pesquisa de 2017, quando apenas 1,2% das mulheres afirmou que sofreu algum tipo de violência pela internet.

As mulheres também têm pouca representatividade nos campos de ciência, tecnologia, engenharia e matemática, o que limita suas possibilidades de melhor inserção econômica e, em um contexto global de crescente expansão e volatilidade dos mercados financeiros, impõe condições desfavoráveis de acesso ao crédito. Os *designs* e desenvolvedores de tecnologia continuam tendo um lugar androcêntrico num ambiente de companhias de engenharia e grupos de pesquisas universitários. De acordo com o Censo de Educação Superior do Ministério da Educação de 2018, a taxa bruta de matrícula nas universidades subiu de 16% para 28% e as mulheres predominam. Já na análise gênero, por área de conhecimento, os homens são maioria nas áreas de Engenharia, Produção e Construção; de Ciências, Matemática e Computação; e de Agricultura e Veterinária.

Mas no Instituto de Matemática e Estatística nem sempre foi assim. As mulheres representavam 70% da primeira turma de bacharelado em ciência da computação, em 1974. Naquela época, a computação era um desdobramento do curso de matemática, tradicionalmente com mais mulheres. No início, a computação tinha laços com o curso de

²⁴ Disponível em: <https://nacoesunidas.org/agencias/cepal/>. Acesso em: 10 jun. 2020.

secretariado e processamento de dados. A equipe que programava o Eniac, o primeiro computador da história, era formada por mulheres. Elas conectavam cabos em uma estrutura de uma sala para que a máquina calculasse trajetórias balísticas. A partir da década de 80, porém, quando os computadores viraram um negócio bilionário, com *mainframes* em todas as empresas e a proliferação dos PCs, o cenário mudou e os homens passaram a dominar esse mercado.

Um estudo da Universidade de Nova York (2015) realizado com adultos e estudantes do ensino elementar de 79 países identificou que o sentimento de que os homens têm sido mais brilhantes que as mulheres é marcado pela falta de ocupação de mulheres em carreiras de prestígio. A pesquisa “Ele é brilhante. Ela não é” de Daniel Storage e Andrei Cimpian²⁵ identificou que as mulheres são sub-representadas em carreiras percebidas como de alto nível de genialidade porque não são reconhecidas como intelectualmente talentosas no mesmo nível que os homens e, portanto, não estão aptas a terem o mesmo sucesso que eles.

Este *gap* vertiginoso de acesso ao conhecimento tem consequências como a constante inviabilização das mulheres nas carreiras das exatas, engenharias e tecnologias *hackers*, comumente associadas como sendo masculinas, ou seja, em áreas privilegiadas do conhecimento em status na sociedade e em remuneração do mercado de trabalho. Os preconceitos vão se enraizando, começam na infância quando o menino que desmonta o carrinho é elogiado por todos, “vai ser engenheiro”, já as meninas quando arrancam a cabeça das bonecas são repreendidas, o que Natansohn (2013) denomina como uma espécie de *habitus* tecnológico binário, hierárquico e altamente desfavorável às meninas.

A educação diferenciada de meninos e meninas, os estereótipos e preconceitos que enfrentam as mulheres engenheiras da computação, os vieses sexistas empregados na linguagem e em condutas que tentam perpetuar o *status quo* são os motivos pelos quais as mulheres procuram menos as carreiras das exatas. Maffia (2005) entende que

[...] a expulsão das mulheres das ciências é algo mais estrutural, que prevê o impedimento da participação das mulheres nas comunidades epistêmicas que constroem e legitimam o conhecimento, e a expulsão das qualidades consideradas “femininas” de tal construção e legitimação, inclusive por considerá-las como obstáculo” (apud NATANSOHN, 2007, p. 17).

As mulheres representam apenas 17% das programadoras, segundo a Sociedade Brasileira de Computação (2016). Das meninas, 74%, manifestam interesse em ciência, tecnologia, engenharia e matemática, mas são desestimuladas no Ensino Médio. O problema é

²⁵ Disponível em: <https://science.sciencemag.org/content/347/6219/262.abstract>. Acesso em: 12 jun. 2020.

que apenas 30% das pesquisadoras do mundo são mulheres, segundo a ONU (Organização das Nações Unidas). Pesquisa de 2018 do site de recrutamento Catho, com a consultoria UPWIT²⁶, mostrou que 51% das 1.000 entrevistadas da área relatam discriminação no trabalho por gênero, sendo que 46,6% delas consideram as chances de crescer em suas empresas ruins ou péssimas. “Desigualdade social, heranças históricas e até diferenças culturais e geográficas podem causar desafios de representatividade. Algoritmos são um reflexo do comportamento humano e certos vieses podem ser influentes no comportamento do sistema”, escreveu a cientista de dados Carolina Bigonha, cofundadora da empresa de recrutamento de seleção Catho (NIC.br/2020).

A plataforma Coding Rights²⁷ analisou dois tipos de anúncios no Facebook: os que tinham produtos para bebês e os relacionados à palavra *fertilidade*. Na pesquisa, ainda que algumas propagandas fossem direcionadas pelos anunciantes para *pessoas*, o algoritmo optou por mostrá-los majoritariamente para mulheres. Se você é mulher, está na faixa dos 30 anos, começa a receber propagandas de roupas ou artigos para bebê nas suas redes sociais. Isso acontece mesmo que você ainda não seja ou não tenha planos de ser mãe, mesmo que não acompanhe páginas sobre o assunto ou mesmo que informe a plataforma de que não tem interesse nesse assunto.

É como se os algoritmos dissessem que já está na hora de você ser mãe, conclui a pesquisa. “Embora rode a partir de um processo matemático, o algoritmo traz embutido juízo de valor, inclusive sobre o que é considerado ‘feminino’ e ‘masculino’”, de acordo com Joana Varon, diretora-executiva da organização. Quando as regras são elaboradas baseadas no histórico que temos, o algoritmo perpetua esse histórico desigual “esvaziando completamente os direitos dos cidadãos de representação e participação significativas” (GURUMITH & BARTHUR, 2018, p.48).

4.1.O crescimento da violência *online* e *offline* contra mulheres

A questão é que, tanto no mundo virtual quanto no presencial, a violência contra as mulheres tem aumentado. De acordo com o Atlas da Violência 2021 do Ipea²⁸, o número de

²⁶ Disponível em: <https://www.catho.com.br/carreira-sucesso/colunistas/noticias/mesmo-com-maior-grau-de-escolaridade-mulheres-ganham-menos-que-homens/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

²⁷ Disponível em: <https://www.codingrights.org> . Acesso em: 12 jan. 2020.

²⁸ Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmninnibpcjpcglclefindmkaj/https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf> Acesso em: 10 jul. 2020.

feminicídio diminuiu em 2019: 3737 mulheres foram assassinadas, enquanto em 2018 este número foi de 4519. No entanto, a redução aparente não deve ser comemorada, é o que alerta a pesquisa, devido ao aumento expressivo do número de mortes violentas por causa indeterminada, um crescimento de 35,2% de 2018, o que pode indicar uma subnotificação na categoria violência contra mulher.

Efetivamente, a questão se situa na tolerância e até no incentivo da sociedade para que os homens exerçam sua força-potência-dominação contra as mulheres, em detrimento de uma virilidade doce e sensível, portanto mais adequada ao desfrute do prazer. O consentimento social para que os homens convertam sua agressividade em agressão não prejudica, por conseguinte, apenas as mulheres, mas também a eles próprios. A organização social de gênero, baseada na virilidade como força-potência-dominação, permite prever que há um desencontro amoroso marcado entre homens e mulheres (SAFFIOTI, 2011, p. 75)

Nas décadas de 1960 e 1970, quando a reflexão feminista sobre as tecnologias nasceu, no auge da chamada *segunda onda* do movimento, havia uma utopia que a internet seria um território livre. A proposta era subverter as Engenharias, Ciências e Tecnologia como oposição ao sexismo e androcentrismo, refletidos na prática científica e na reflexão teórica sobre as mesmas. E ao avançarem por estes territórios, marcadas por suas origens militares, masculinas e brancas, os grupos coletivos – movimentos de mulheres – passaram a ser monitorados, atacados virtualmente, com reações conservadoras e misóginas.

As exclusões digitais de gênero, classe, raça, gerações – entre outras – na produção, circulação e uso das tecnologias de informação e comunicação, as violências de gênero no e pelos meios digitais, a invasão de privacidade, o monitoramento e o controle dos corpos são todos temas sensíveis ao feminismo pois as mulheres negras, cis e trans são as mais afetadas (GOLDSMAN & NATANSOHN, 2016, p. 20).

As mulheres têm sofrido o retrocesso de forma mais intensa, já que as demandas como feministas, mulheres negras, trans e de movimentos urbanos e rurais têm sido abafadas não só pelo silenciamento cotidiano, mas principalmente pela cultura da intolerância, demonização e criminalização dos movimentos reproduzidas na rede. “A tecnologia não é neutra. Estamos dentro daquilo que fazemos e aquilo que fazemos está dentro de nós. Vivemos em um mundo de conexões – e é importante saber quem é que é feito e desfeito” (HARAWAY, 2004, p. 32).

As redes têm sido ao mesmo tempo um espaço hostil e imbuído de riscos extremos para as mulheres na análise das pesquisadoras Valente & Neri (2018, p.108). As formas de violência contra as mulheres na internet são múltiplas e multifacetadas de acordo com as autoras, elas são desproporcionalmente atingidas por *trolls*, agressividade virtual e práticas de violência de gênero como a disseminação não consentida de imagens íntimas.

Allucquère Rosane Stone considera que “a introdução do corpo no espaço virtual gera significados imprevistos através de articulação de diferenças entre corpos e não-corpos, espaços e não-espaços” (STONE, 2007, p. 12). A coexistência destas esferas públicas na internet não é transparente. Sua amplitude se confronta com suas pegadas rastreadas pelos algoritmos. Segundo Anita Gurumurthy & Deepti Barthur (2018), os algoritmos definem a informação a ser trabalhada, engajam-se em ordenação social e criam repertórios autônomos de ação e reação. Os algoritmos governam porque eles têm o poder de estruturar possibilidades (GURUMURTHY & BARTHUR, 2018) e complementar, de perpetuar preconceitos, estereótipos, viralizar ataques, disseminar violências.

Em manifesto, Alnaz & Akhmatova (2018) enfatizam que os corpos, a internet e os algoritmos são um território em disputa.

Que os algoritmos, como qualquer operação matemática, reconheçam os movimentos do interno, prova e erro. Que os canais de entrada e saída, assim como cada um de seus procedimentos e variáveis de estado e tempo, estejam em chave de código aberto. Que a repetição de imagens e informações em nossos feeds se convertam em ritmos expressivos: não mais em consumo impositivo. Queremos deixar nossos corpos só ao que nos dá prazer. Que passado e presente não cedam ao controle de nossa memória e a promessa de futuros empacotados em forma de previsões, recomendações e propaganda. Nunca mais mandatos de comportamento sobre como se apresentar, reagir, responder e narrar. Queremos corpos que disfrutem, não que se carcomam de ansiedade (ALNAZ & AKHMATOVA, 2018).

Ao aumentar os espaços de interação social, a conectividade não só reflete a violência contra as mulheres que acontece no “mundo real”, como também a potencializa, porque “o código leva inscrito certos valores e faz possível outros. Nesse sentido, constitui também um elemento de regulação, do mesmo modo que arquiteta um espaço real” (LESSIG, 2009, p. 209). Também calcados no desrespeito em relação às decisões das mulheres e em expectativas sobre o que seria um *comportamento feminino adequado*, os espaços virtuais reproduzem discriminações construídas socialmente e podem ser componentes para reforçar violências contra as mulheres, como a violência sexual, quando, por exemplo, um estupro é gravado e a ameaça de divulgação do conteúdo vira chantagem para que não haja denúncia.

O espaço virtual é ilimitado: a distribuição do conteúdo acontece em efeito cascata e com velocidade, e o alcance que a mensagem com violência pode atingir é difícil de controlar e ser revertido. Com isso, novas formas de violência contra as mulheres e meninas têm surgido a cada instante no espaço virtual, com explosão de categorias. Atualmente, temos nomeada a pornografia de vingança, ou o *revenge porn*, quando um ex-namorado ou alguém que teve acesso a uma foto íntima erótica de uma pessoa a divulga sem consentimento. Há o

hackeamento de informações pessoais, por exemplo, no caso do aplicativo de táxi e há ainda o assédio pela internet, com a difamação *online*.

Como explica Fernanda Bruno (2013), a internet se constitui em um imenso, distribuído e polivalente sistema de rastreamento e categorização de dados pessoais que, por sua vez, alimenta estratégias de publicidade, segurança, desenvolvimento de serviços e aplicativos, dentro e fora destas plataformas. Quando a comunicação é digital, a vigilância se encontra em seu núcleo.

Os sistemas de monitoramento não são espiões maquiavélicos mal intencionados. Ao contrário, são parte integrante do modelo de eficiência das plataformas que rastreiam, arquivam e analisam as informações disponibilizadas pelos usuários e comunidades de modo a otimizar seus serviços tanto como as relações entre usuários (BRUNO, 2013, p. 44).

A internet está submetida ao setor privado, aos monopólios e a um vazio legal para definir as bordas e uso do seu território. A rede se converteu em espaço privilegiado de interesses corporativos, de vigilância e de manipulação política. Transformou-se em cenário de dois tipos de violências: uma, muito discutida, localizada no plano das interações (*doxing*, assédio moral, extorsão, ameaças, roubo de identidade, alteração e publicação de fotos e vídeos sem consentimento); e, outra, mais invisível, localizada na arquitetura da rede, pois ao propiciar um sistema gigantesco de rastreamento e análises de dados pessoais para alimentar o modelo de negócios da internet, se instaura um potente sistema de vigilância por parte do estado e das corporações que monopolizam o tráfico de dados na rede, o que pode afetar os direitos das mulheres via rastros digitais. (NATANSOHN, 2015, p. 11)

De acordo com o “Dossiê Violência *Online*” do Instituto Patrícia Galvão²⁹, duas formas de extensão da violência contra as mulheres pela comunicação têm chamado atenção: a pornografia de vingança e o *cyberbullying*. A *cyber vingança* ou *pornografia de vingança* pode ser definida como o compartilhamento de fotos e vídeos íntimos pela internet, sem autorização de todos os envolvidos ou com o propósito de causar humilhação à vítima. Já o *cyberbullying* é o uso de ferramentas do espaço virtual, como as redes sociais e os celulares, para alastrar comentários depreciativos. Pode atingir qualquer pessoa, mas, geralmente, essa forma de violência mobiliza sistemas discriminatórios, como o sexismo, o preconceito de classe, o racismo e a homofobia. Nos dois casos, o alcance da mensagem e a cumplicidade de conhecidos e desconhecidos que a repassam adiante intensificam o poder de agressão.

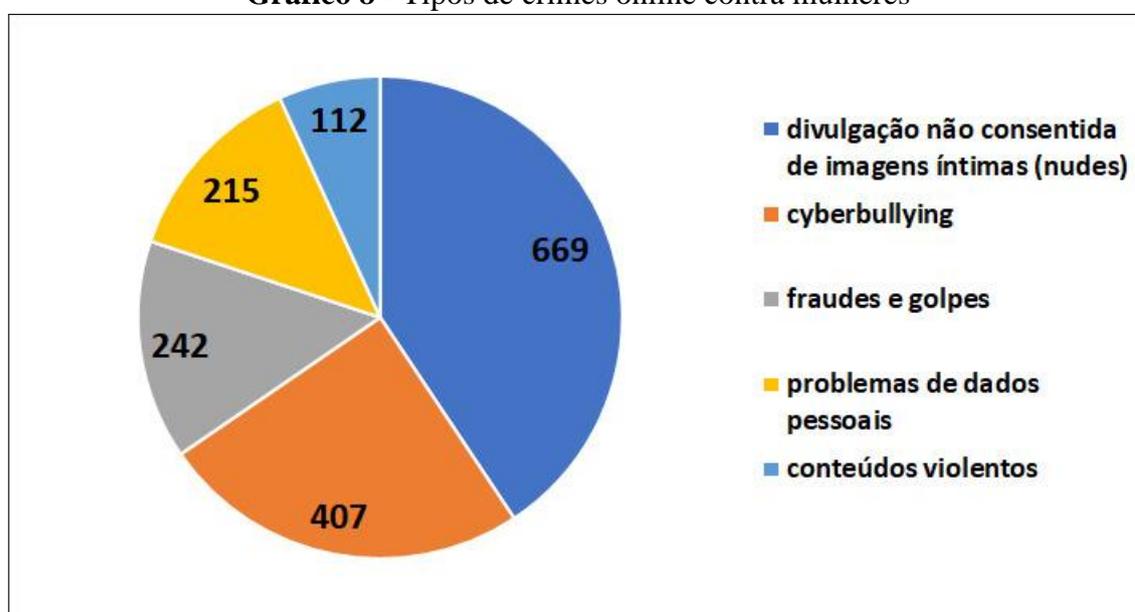
²⁹ Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/>. Acesso em: 15 set. 2020.

No caso de mulheres jovens, a forte inserção do espaço virtual no cotidiano e nas redes sociais torna a mensagem praticamente permanente. A pesquisa “Percepção dos Homens sobre a Violência Doméstica contra Mulher”, realizada pelo Data Popular e o Instituto Avon³⁰, em 2013, revelou que 28% dos homens ouvidos afirmam ter repassado imagens de mulheres nuas, aparentemente produzidas sem autorização, recebidas pelo celular, sejam fotos ou vídeos (DATA POPULAR & INSTITUTO AVON, 2013).

A SaferNet é a única organização no Brasil que sistematiza dados em escala nacional sobre violência na rede, mas não enfocam apenas no gênero nem detalham ataques ou discriminam por orientação sexual, raça, território, idade ou qualquer outro marcador social das agredidas. Utilizam uma categoria única (violência ou discriminação contra mulheres em plataformas corporativas) e realizam somente um balanço anual, à exceção deste ano atípico, quando fizeram o balanço em abril de 2020.

A SaferNet Brasil havia publicado em fevereiro de 2020, quando se comemorou o Dia Mundial da Internet Segura, dados de uma pesquisa sobre denúncias de crimes *online* contra mulheres durante 2019, antes da pandemia. Foram 16.717 denúncias registradas, o que significa um aumento de 54% em relação a 2018.

Gráfico 8 - Tipos de crimes online contra mulheres



Fonte: SaferNet Brasil, 2020.

³⁰ Disponível em: https://assets-compromissoeatitude-ipg.sfo2.digitaloceanspaces.com/2013/12/folderpesquisa_instituto22x44_5.pdf. Acesso em: 15 set. 2020.

Dos casos atendidos pelo Canal de Ajuda de SaferNet Brasil, as cinco principais categorias de delitos foram: divulgação não consentida de imagens íntimas (*nudes*), 669 casos; *ciberbullying*, 407 casos; fraudes e golpes, 242 casos; problemas de dados pessoais, 215 casos; e conteúdos violentos, 112 casos.

A quantidade de casos atendidos sobre divulgação de “nudes” e “sextorsão” cresceu 131,49% apenas em um ano. Casos de *ciberbullying* e intimidação virtual aumentaram de 13,4% em relação a 2017, sendo as mulheres, as mais afetadas (68%) e a maioria é de mulheres de mais de 25 anos (60%). As principais agressões desse tipo são os constrangimentos (importunações) morais e psicológicos, exposição não consentida de imagens e vídeos íntimos, estupro virtual, perseguição obsessiva, *stalking* e *sextortion* (ameaça ou chantagem mediante materiais ou atos sexuais), assédio sexual em redes sociais e golpes (SAFERNET, 2020).

Em “A Voz das Redes: O que elas podem fazer pelo enfrentamento das violências contra as mulheres”, pesquisa do Instituto Avon de 2018, comprovou que a agressão contra a mulher no ambiente virtual é sistêmica, cresceu 26.000% entre 2015 e 2017, e a ocorrência mais frequente é a divulgação do conteúdo íntimo. A legislação brasileira ainda não tipifica o *stalking* como crime.

Em situações nas quais são usados dados sigilosos de um serviço digital para perseguir a vítima, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) – Lei no. 13.709 pode ser acionada. A Central de Ajuda SaferNet³¹ registrou, em 2018, 669 denúncias relacionadas ao vazamento de nudes ou *sextortion* (crime em que o agressor usa material íntimo da vítima ou faz propostas sexuais para chantageá-la). O *sextortion* é classificado como estupro virtual, com base no artigo 213 do Código Penal, com pena de prisão de seis a dez anos.

Ainda segundo a pesquisa, o número de relatos de divulgação de imagens não consentidas aumentou 2.300% em dez anos. Pelo Marco Civil da Internet e a Lei de Importunação Sexual (Lei Federal nº 13.718/2018) que altera o Código Penal, a divulgação de “fotografia, vídeo ou outro registro audiovisual que contenha cena de estupro ou de estupro de vulnerável ou que faça apologia ou induza à sua prática, ou sem o consentimento da vítima, cena de sexo, ou nudez ou pornografia”, tornou-se crime.

O ambiente *online* tem sido utilizado para espalhar, rapidamente, sofisticados ataques que aumentam a misoginia, o sexismo, o racismo, a homofobia, a intolerância religiosa e outros ataques de ódio. Os jornalistas têm usado as mídias sociais, cada vez mais, para produzir e distribuir conteúdo, o que acaba deixando-os ainda mais em risco a perseguições e ataques. No

³¹ Disponível em: <https://new.safernet.org.br/helpline>. Acesso em: 15 set. 2020.

caso das mulheres jornalistas, as ameaças recebidas no Twitter, no Facebook e em outros canais *online* são naturalmente sexistas, arquitetadas para intimidar.

4.2. Jornalistas mulheres são alvos de ataques

A pesquisa da Unesco “The Chilling: Global trends in *online* violence against women journalists”³² (2021) é um estudo interdisciplinar coordenado pelo International Center for Journalists (ICFJ) que entrevistou 901 jornalistas de 125 países e ainda realizou 173 entrevistas em profundidade com jornalistas e expertos. A pesquisa identificou que as jornalistas mulheres estão mais vulneráveis à violência *online* e destaca que a mudança na forma de trabalhar – imposta pela pandemia, quando as profissionais ficaram mais dependentes da comunicação digital e dos canais das mídias sociais – as deixou ainda mais expostas.

A violência *online* é definida aqui como uma combinação entre ataques misóginos, abusos e ameaças a privacidade digital. Campanhas coordenadas de Fake News promovendo a misoginia e o discurso de ódio têm aumentado o risco da violência física associada à violência virtual. De acordo com a pesquisa, a violência *online* contra jornalistas se manifesta de forma variada, mas têm um número de características em comum. São sempre organizadas, coordenadas e orquestradas. Pode ser patrocinada por alguém do governo/estado, ato de *troller* patriótico e envolva campanhas de ódio espalhadas por celular, mas também podem ser causados por pessoas individualmente movida pela misoginia. E isso tem atingido familiares e colegas.

As intimidações são pessoais e direcionadas. Chegam pelo telefone celular pela manhã e terminam à noite e são sempre altamente sexualizadas. Podem ser intensas como *tsunami*, *avalanche*, *bombardeio* de mensagens. Também podem ter o estilo moderado e constante que causa um desgaste cumulativo. Há um aumento evidente da violência *online* se movendo para o *offline* (ICFJ, 2021).

O crescimento assustador dos números de violências contra mulheres, feminicídios e assédios comprovam este alinhamento. O documento “Compreendendo a violência contra mulheres comunicadoras no Brasil”³³, produzido pela organização não governamental Artigo

³² Disponível em: <https://en.unesco.org/publications/thechilling>. Acesso em 19 set 2021.

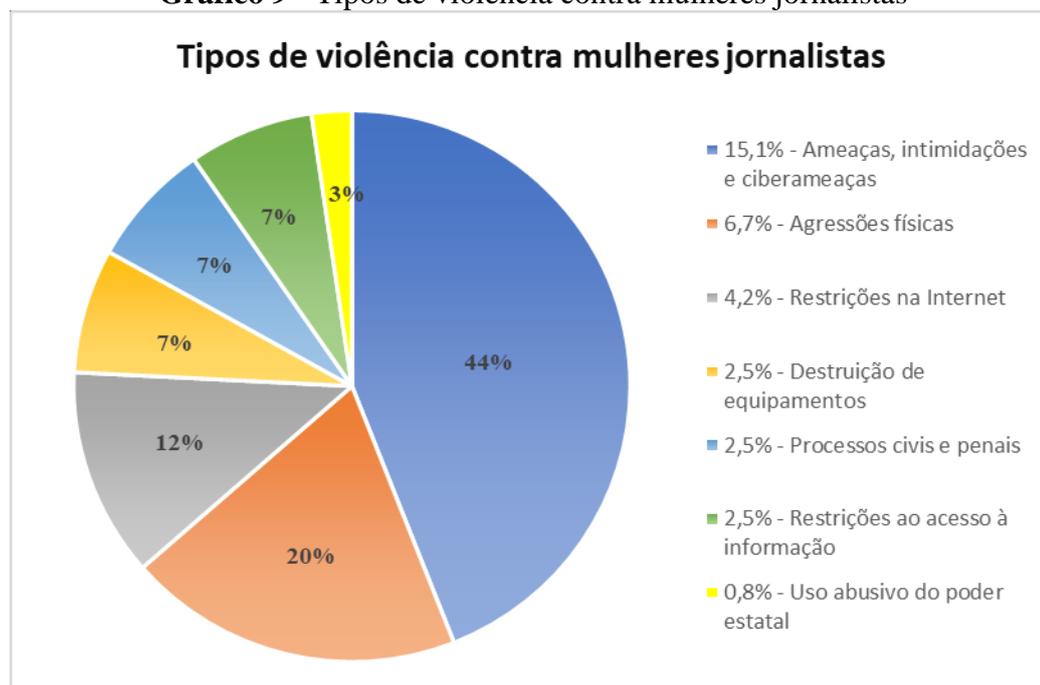
³³ Disponível em: chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/documentacao_e_divulgacao/doc_biblioteca/bibli_servicos_produtos/bibli_boletim/bibli_bol_2018/Bol12_01.pdf Acesso em: 10 jan. 2020.

19, comprova que as investidas se relacionam e elogios ao corpo, à estética da comunicadora, causando constrangimentos, convites diretos, com a negativa criando empecilhos de ter acesso à fonte. Ao convergir com os ataques da extrema direita brasileira a mulheres, homossexuais e negros, principalmente pela rede, o medo entra de novo em cena na conservação do poder para garantir as normas sociais do presente (AHMED, 2004, p. 101).

Por meio desta geração de ameaça, o medo trabalha para alinhar os corpos com e contra os outros, segundo Ahmed (2004, p. 101). Quando esta voz *dissonante* é de uma mulher, jornalista, o atributo da investigação jornalística meticulosa, então, é colocado à deriva. Há uma aderência ao machismo patriarcal, e são proferidos discursos de ódio aos corpos femininos e sua índole.

A pesquisa “Violência de Gênero Contra Jornalistas”, realizada pela Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e a Rede Voces del Sur, confirma: em 2020, 37,5% dos 367 ataques a jornalistas e profissionais da imprensa foram direcionados a mulheres. De acordo com o estudo, os números apontam que, ao exercer seu trabalho, as jornalistas foram alvos constantes de agressões (44,3%), restrições na internet (34,4%), discursos estigmatizantes (16,4%) e processos judiciais (4,9%). Na análise dos dados, divulgadas pela ABRAJI, cada forma de violência buscou diminuir, humilhar e silenciar as vítimas – o que representa, de maneira clara, uma violação da liberdade de imprensa e do direito democrático à livre expressão.

Em plena pandemia do Covid-19, 119 jornalistas foram atacados. Isso significa que, em média, ocorreu um ataque a cada três dias do ano de 2020, e 79% das ameaças continham discurso que buscavam constranger e difamar as mulheres, ataques à moral e à reputação das jornalistas, além de ataques homofóbicos e transfóbicos, revela o estudo. Os termos mais utilizados foram expressões machistas, misóginas e homofóbicas, empregados para humilhar as profissionais por sua sexualidade e aparência, tais como “vagabunda”, “puta”, “fofoqueira”, “feia”, “velha”, “biscate”, “queima rosca” – e a supostos vieses ideológicos das jornalistas – “militante”, “esquerdista” e “comunista”, entre outros (ABRAJI, 2021).

Gráfico 9 - Tipos de violência contra mulheres jornalistas

Fonte: ABRAJI /2021

O estudo conclui que 60% dos ataques foram motivados por cobertura jornalística de natureza política e 52% dos agressores identificáveis foram estatais. Os principais autores dos ataques foram, respectivamente, Jair Bolsonaro, Carlos Jordy, Carlos Bolsonaro, Tercio Arnaud, Eduardo Bolsonaro e Rodrigo Constantino, dois deles filhos do Presidente da República, um parlamentar da base do governo, um assessor presidencial e um comentarista político bolsonarista. Também foram registrados dois casos de violência física.

Em campanhas sistemáticas de ataques *online* foram 60,6% e 4,3% de campanhas de desinformação. De acordo com o pesquisador David Nemer (2022, p. 56), um algoritmo nada mais é do que uma série de prescrições de como lidamos com a tecnologia, ou seja: “ela dita como a utilizamos. Nada mais é do que a opressão embutida em código” e, neste caso, para dar alcance ao ataque e ter sustentabilidade no discurso patriarcal da família. O autor se baseia na teoria do oprimido de Paulo Freire para fazer tal defesa, “a opressão nada mais é do que quando o opressor prescreve o comportamento do oprimido”.

Nesse cenário, os promotores da desinformação, inimigos da transparência e da liberdade de expressão, instrumentalizam valores e normas de gênero para silenciar jornalistas e calar o jornalismo crítico, criando um ambiente hostil e de desconfiança. Longe de ser produto espontâneo das dinâmicas das redes sociais e de seus usuários, a violência tem nos atores estatais seis principais perpetradores ou instigadores. A própria democracia fica comprometida em um ambiente em que os sistemas de verificação dos fatos são constantemente colocados em xeque e suas profissionais, atacadas e assediadas (ABRAJI, 2021, p. 6)

Os ataques foram mais recorrentes na região sudeste, com 66,4% dos casos. Na apuração nacional da ABRAJI (2021), 47% das respondentes atuam em televisões não identificadas se públicas ou privadas; 20,1% de jornal impresso; 14% jornal na internet; 9,2% de rádio; e 5,9%, o que caracterizaram como *outros*. A pesquisa identificou que 37,8% dos casos são ataques de gênero, dos quais 71,1% são ataques à reputação e à moral, à sexualidade ou a traços sexistas de personalidade para agredir. As demais situações envolvem agressões físicas e censura na internet.

A violência contra mulheres jornalistas pode oscilar entre ataques de grande escala e ameaças extremas até uma espécie de fritura lenta, que envolve abusos constantes. “Globalmente, repórteres investigativos que expõem corrupção e abusos de direitos humanos têm sido alvos frequentes de intimidação e assassinato por governos e atores paraestatais” (WAISBORD, 2020, p. 5).

A pesquisa da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo faz algumas recomendações em sua conclusão: 1- é preciso que as organizações ofereçam treinamento em segurança digital, invistam em formação de equipes e adotem ferramentas tecnológicas de monitoramento e proteção; 2- é preciso cobrar das plataformas digitais que façam mais investimentos na moderação de conteúdos, investindo em funcionários com treinamento em igualdade de gênero e direitos humanos; 3- alterações legislativas e medidas jurídicas de regulação também devem ser consideradas; 4- as e os jornalistas precisam usar ferramentas de trabalho seguras e encriptadas, criar contas pessoais e profissionais separadas, apagar informações pessoais em sites e reportar os ataques à sua organização e à polícia; e 5- as organizações jornalísticas podem adotar ferramentas tecnológicas de moderação automática, softwares de identificação de ataques (ABRAJI, 2021).

O documento recomenda ainda ao Estado brasileiro a atualização da política de proteção, para adequá-la ao atendimento de jornalistas, levando em conta as especificidades de gênero: 1- prever medidas de proteção para ataques *online*, que é a forma de agressão mais recorrente; 2- incluir a proteção de jornalistas que cobrem temas relacionados à política; e 3- apoiar a iniciativa por parte da vítima, incentivando as denúncias e a busca pela proteção do Programa de Proteção para Defensores de Direitos Humanos.

4.2.1. Elvira Lobato

Em dezembro de 2007, o Jornal Folha de S. Paulo publicou a matéria “Universal chega aos 30 anos com império empresarial”³⁴ denunciando o vasto patrimônio do multimilionário do líder da Igreja Universal e presidente do Grupo Record, Edir Macedo. Em uma apuração de Elvira Lobato, a reportagem contou como, em 30 anos, a Universal construiu um império na área de telecomunicações, com 23 emissoras de televisão e 40 de rádio, além de mais 19 empresas de áreas correlatas à comunicação.

O esquema utilizado pelos bispos da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) para garantir que as empresas não saiam do controle da organização é o seguinte: quando um bispo se torna sócio de uma empresa ligada à IURD, assina também outro contrato com a igreja, afirmando que tem uma dívida fictícia para com a instituição, no valor das ações de que se torna proprietário. Caso entre em conflito com a igreja e abandone a instituição, vê-se obrigado a passar as suas participações nas empresas para outro bispo (LOBATO, 2007)

O projeto político partidário está *amarrado* entre a Igreja Universal, a TV Record e o Partido Republicano Brasileiro segundo as pesquisadoras Janaine Aires e Suzy Santos (2017, p.166). Elas reconhecem que “há notória indissociabilidade entre as plataformas comunicacional e partidária, sendo a Rede Record uma plataforma privilegiada de ascensão política” (2017 p. 166). E mais:

Os candidatos que ascendem à Câmara dos Deputados estão, em sua maioria, associados às emissoras locais, próprias da rede, especialmente aquelas localizadas na região sudeste. A estrutura da rede é não somente determinante no processo eleitoral, como também molda a plataforma política escolhida. Isso acontece especialmente pelo padrão tecnoestético implementado pela emissora nacional” (AIRES & SANTOS, 2017, p. 167).

O objetivo da emissora, segundo o líder religioso Macedo, é utilizar o que consideram incompatível com sua fé para mostrar outro caminho à sociedade. A cúpula da emissora decidiu mostrar para as pessoas que o cristão não é fanático, ele pensa, é inteligente e também faz parte da sociedade (AIRES & SANTOS, 2017 p. 144). Além de ultrapassar qualquer direito para prevalecer seu ponto de vista. A IURD não quis se pronunciar à época da publicação da matéria, segundo a jornalista Elvira Lobato. Em seguida, ela começou a receber inúmeras notificações de ações na justiça, do juizado especial, do juizado de pequenas causas de lugares onde o Jornal Folha de S. Paulo não chegava e nem tinha internet.

³⁴ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1512200730.htm> Acesso em: 15 maio 2021.

Foram 111 ações divididas em blocos e com o mesmo texto: um cara ia passando e abordava o outro “você não leu o que a sua igreja está fazendo na Folha de S. Paulo? Você é um babaca”. Eram ações abertas por fiéis ou pastores iniciantes. Elvira relatou em entrevista à Agência Pública de notícias que, num mesmo dia e hora, tinha audiências em Porto Alegre, Mato Grosso e Piauí. “Foi uma estratégia pensada maquiavelicamente, infernal” desabafou a jornalista à época.

As ameaças se intensificaram. Num domingo à noite, no programa Domingo Espetacular, da Rede Record, a emissora veiculou um programa de 20 minutos, no qual mostrava a imagem da repórter e incitava as pessoas a entrarem com ações contra Lobato.

Eu dizia: eu vou ser apedrejada na rua. Os fiéis vão achar assim: aquela mulher é um demônio. Como uma jornalista e repórter por 39 anos, eu achava o seguinte: uma reportagem correta é o escudo protetor do jornalista. Aquela série de ações mostrou que eu estava errada. Eu vivia a ilusão de que a verdade é um escudo protetor do jornalista. E ela não é este escudo tão protetor assim” relatou Elvira Lobato (APUBLICA, 2017).³⁵

A declaração de Lobato, de que “(...) psicologicamente é um impacto terrível, (...) eu não podia mais cobrir esta pauta, a imparcialidade estava comprometida”, é corroborada por Sarah Ahmed ao afirmar que, através desta geração de ameaça, o medo trabalha para alinhar os corpos com e contra os outros (2004, p. 70). O Jornal Folha de S. Paulo montou uma força tarefa para atender as demandas judiciais e a IURD perdeu todas as ações. Mesmo a jornalista Elvira Lobato tendo declarado que não acredita que a perseguição a ela foi também porque é uma mulher, vale a pena conhecer um exemplo de como a Igreja Universal contra-atacou a denúncia de enriquecimento ilícito feita pela profissional.

A TV Record está presente em todos os estados brasileiros, com emissoras próprias em oito estados (São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia, Pará, Rio Grande do sul, Goiás e Distrito Federal) e tem como sócios bispos e empresas ligadas à Igreja Universal do Reino de Deus. No livro *Plano de Poder: Deus, cristãos e a política*, o pastor Edir Macedo argumenta que a política estaria atrelada a um projeto cultural mais amplo onde a comunicação assume posição estratégica no processo de retomada do plano divino: romper com o contexto de opressão atribuído ao povo evangélico (AIRES & SANTOS, 2017).

Macedo compara a “opressão contemporânea” ao preconceito e à escravidão imposta aos hebreus e busca explicar a importância da cultura e da comunicação no projeto

³⁵ Disponível em: <https://apublica.org/2017/08/e-quando-o-jornalista-e-vitima-de-perseguiacao> . Acesso em: 15 jan. 2020

político, lembrando que o curto percurso entre Egito e Israel demorou 40 anos para ser cumprido, uma vez que, somente após a lapidação de costumes, o acesso dos hebreus à Terra Prometida foi liberado. Assim, a obra conclui defendendo que as transformações necessárias para levar o povo evangélico ao poder estariam sustentadas em quatro pilares: a fé, a ação (sem a qual a primeira seria inoperante), a ética e a cultura (AIRES & SANTOS, 2017 p. 161).

Em momento de alto índice de desemprego, denúncias de corrupção e falta de perspectivas vindouras é preciso ter fé, segundo Rancière (2014) e os governantes sabem e se utilizam disto. A Igreja Universal do Reino de Deus (IURD) tem desenvolvido seu plano de angariar fiéis no universo político midiático, utilizando o que considera incompatível com a sua fé para mostrar outro caminho à sociedade. A perseguição à jornalista Elvira Lobato é apenas um dos inúmeros exemplos de que a IURD não medirá esforços para alcançar sua meta, infringindo a laicidade de qualquer canal de comunicação que é uma concessão pública e atingindo também a liberdade de expressão.

Em democracias ameaçadas, a imprensa tem sido atacada constantemente, em especial os e as jornalistas, que sofrem ameaças, com sua vida e a de seus familiares muitas vezes postas em risco e, como consequência para todos, alterações na sua forma de trabalho diante das censuras. Os pesquisadores Moreira e Alonso, integrantes do time mundial do Worlds of Journalism Study (WJS)³⁶, que investiga o jornalismo e a prática profissional especialmente na América do Sul, já ressaltavam as características desse contexto díspar em que atuam os profissionais da imprensa.

(...) tipos distintos de governos autoritários e ditatoriais; mudanças abruptas de influências e tendências políticas; transições de regimes totalitários para democráticos nas últimas décadas; baixo nível de desenvolvimento democrático; acentuada assimetria ideológica e política; caráter inter/multicultural e cultura híbrida/ mestiça; liberalização econômica com tentativas parciais e isoladas de emancipação; grandes desafios sociais a serem superados – como crises recorrentes, desigualdade endêmica, violência endógena, corrupção, segregação, polarização etc.; exclusão tecnológica e analfabetismo digital; e clientelismo, instrumentalização e concentração de mídia, entre outras (MOREIRA & ALONSO, 2018, p. 317).

Nos Estados Unidos, pesquisas sobre jornalistas e trauma têm sido desenvolvidas há 20 anos no Centro para Jornalistas e Trauma na Universidade de Columbia em Nova York. Tais pesquisas estão focadas em estresse pós-trauma em repórteres e fotógrafos na linha de frente de zonas de conflito e estudam os sintomas psicológicos desenvolvidos após vivenciarem terror, medo, violência exacerbada. O aprofundamento dos distúrbios, porém, tem se expandido e é urgente ter consciência do que constitui saúde mental para jornalistas, é o que advertem os

³⁶ Disponível em: <https://worldsofjournalism.org> _Acesso em: 12 jan. 2020.

pesquisadores ao observarem o crescimento do adoecimento com manifestações de *burnout* e distúrbios psíquicos. Uma pesquisa da universidade americana (2015)³⁷ identificou que os repórteres *millennials* têm mais problemas de saúde mental do que as gerações anteriores.

4.2.2. Patrícia Campos Melo

A jornalista Patrícia Campos Mello, da Folha de S. Paulo, tem 25 anos de profissão e foi correspondente de guerra na Líbia, Afeganistão, Síria e Iraque, e atualmente trabalha na redação da Folha em São Paulo. Em entrevista concedida à historiadora e antropóloga Lilia Schwarcz pelo Instagram em julho de 2020 (@liliaschwarcz), contou como tem sido mais difícil ser jornalista mulher no Brasil, um país democrático, do que em países em guerra, onde seu gênero permitia acesso a outras mulheres e às famílias, mesmo para falar da vida de outra metade da população que tem um cotidiano em meio a conflitos: “Esse espaço é mais difícil aos jornalistas homens, que costumam não ter acesso por serem países conservadores”. Mello revelou as dificuldades em ser jornalista hoje no país e que, por ser mulher, tem sido alvo de ataques misóginos.

A saga de perseguição à jornalista teve início depois da sua primeira reportagem investigativa sobre empresários brasileiros, por terem investido recursos não declarados em disparos de mensagens contra o Partido dos Trabalhadores e ao então candidato à presidência da República, Fernando Haddad, publicada em 18 de outubro de 2018.

A série de matérias continuou quando teve acesso ao processo trabalhista, que é público, movido por Hans River contra a empresa de publicidade Yakos, que publicizou para a profissional as tabelas com uma série de *chips* de telefones celulares e CPFs de pessoas idosas, utilizados para envio de mensagens em massa. A partir da matéria publicada em 3 de dezembro de 2018, a jornalista começou a receber ameaças contra sua integridade física. Muitas das mensagens falavam que a jornalista era comunista, utilizaram uma fotomontagem dela com o candidato Fernando Haddad e divulgavam eventos públicos para os quais a profissional estava convidada a participar.

A Folha de São Paulo contratou um guarda-costas para proteger a jornalista. Foi a partir de fevereiro de 2020 que as ameaças se intensificaram e passaram a ter um cunho sexual, pornográfico, com montagens de imagens que foram enviadas para o celular de seu filho de sete anos. A misoginia perdurou, com mensagens recebidas no seu celular, dizendo que ela

³⁷ Disponível em: <http://www.themillennialminds.com/survey>. Acesso em: 20 jun. 2020.

deveria ser estuprada. Patrícia de Campos Mello está processando criminalmente o Presidente da República por ofensas à sua honra, por ter publicado em suas redes sociais que a jornalista ofereceu sexo em troca das informações de Hans Heever (@liliascwarcz, 2020) O processo também inclui o filho do Presidente, deputado Eduardo Bolsonaro, por ter repetido as injúrias e difamações.

Na entrevista a Lilia Schwarcz, a jornalista revelou que nunca havia processado ninguém, mas que resolveu fazê-lo porque um governante não pode atacar a imprensa, a ciência e o poder judiciário, desqualificando as instituições e ofendendo as pessoas, para que isto não seja naturalizado como *normal*. Em outras ocasiões, Jair Bolsonaro já havia dito a um jornalista que ele tinha cara de homossexual, mandado outro calar a boca e, em entrevista pública, falado jocosamente que Patrícia Mello queria *dar o furo*.

A jornalista revelou que tem sido muito difícil atuar na profissão frente a estas máquinas de disparos – os disparos de mensagem por *robots*, porque a velocidade em que as mesmas circulam é muito maior do que a produção jornalística e há uma grande parcela da população que só se informa pelo que recebe em seus grupos de WhatsApp. Disse também que os frequentes disparos de desinformações criam um ambiente de polarização, criam inimigos, favorecem candidatos extremos, “um tipo de autoritarismo que vai minando o Estado por dentro” (idem).

A Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) se posicionaram à época, considerando a fala do presidente desrespeitosa à imprensa e ao seu trabalho essencial à democracia. A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) chamou a agressão de *covarde* e pediu a Procuradoria Geral da República que denunciasse a quebra de decoro de Bolsonaro. O Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo afirmou que a fala do presidente poderia ser classificada como injúria e passível de responsabilização criminal. A FENAJ, em nota assinada pela Comissão Nacional da Mulher, declarou o episódio como machista, sexista e misógino.

Devido às sucessivas reportagens do Jornal Folha de S. Paulo sobre disparos em massa de mensagens falsas no período eleitoral de 2018, o Tribunal Superior Eleitoral proibiu o uso desta modalidade. Este engendramento de quem produz notícias falsas, associadas a *bots*, *trolls* e a uma parcela da população que acredita nelas, são o combustível às sucessões de ataques, ameaças e injúrias sofridas por jornalistas. Em 2019, a Federação Nacional dos Jornalistas divulgou um crescimento de 36% de registros de violência contra jornalistas no ano anterior.

Segundo a Corte Interamericana de Direitos Humanos, “o exercício jornalístico só pode acontecer livremente quando as pessoas que o realizam não são vítimas de ameaças ou de agressões físicas, psíquicas ou morais, ou de outros atos de hostilidade” (Corte Interamericana de Direitos Humanos, 2008).

O Conselho Nacional dos Direitos Humanos (CNDH) aprovou por unanimidade uma recomendação sobre medidas legislativas de combate às *fake news* (notícias falsas) e sobre a garantia do direito à liberdade de expressão, ao acesso à informação, à liberdade de imprensa e a outros direitos na internet. O documento aprovado recomenda ao Congresso Nacional que a elaboração e tramitação de quaisquer iniciativas legislativas que tenham por objeto o tema *fake news* observe o respeito aos padrões internacionais de direitos humanos, com atenção à liberdade de expressão e à informação, à promoção da diversidade na internet por meio do fortalecimento da comunicação plural, diversa e qualificada, ao invés de legislar com enfoque na lógica de criminalização dos usuários ou na responsabilização das plataformas e de intermediários.

O CNDH reforça a necessidade de realizar audiências públicas, seminários e espaços de participação social, abertos a expertos, sociedade civil, jornalistas e usuários da internet diretamente interessados no tema. É importante refletir sobre: 1) o combate às ferramentas externas aos serviços de mensageria privada, voltadas ao encaminhamento em massa de mensagens; 2) a transparência; 3) a não criação de novos tipos penais genéricos e punitivistas, que possam ter efeitos nocivos à liberdade de expressão; 4) e a responsabilidade dos entes públicos e privados quanto ao financiamento de sites, páginas e perfis que reiterada e deliberadamente difundam conteúdos desinformativos que violem direitos humanos e propaguem ódio contra minorias (2020).

4.3. Os ataques avançam no governo Bolsonaro (2019-2022)

A organização não governamental Artigo 19 divulgou uma nota pública³⁸ denunciando que, nos cinco primeiros meses da pandemia no Brasil, foram registrados 82 ataques a jornalistas e comunicadoras que realizam coberturas relacionadas à pandemia e às recomendações de prevenção da Organização Mundial de Saúde. Diz a nota:

Quase 10% destes casos ocorreram durante coberturas em hospitais e comércios que permaneceram abertos contrariando Decretos municipais e estaduais, bem como as políticas de prevenção contra o vírus. Estas, em sua totalidade, foram interrompidas, por vezes contando com agressões físicas e verbais, colocando em risco a segurança dos jornalistas ali presentes. Destaca-se, também, que 72% dos ataques registrados foram realizados diretamente por membros do Governo Federal, pelo Presidente da

³⁸ Nota Pública Artigo 19. Disponível em: https://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2020/08/NOTA-PUBLICA_-ataques-contra-jornalistas-e-pandemia-de-Covid-19-no-Brasil_final.pdf Acesso em: 15 set. 2020.

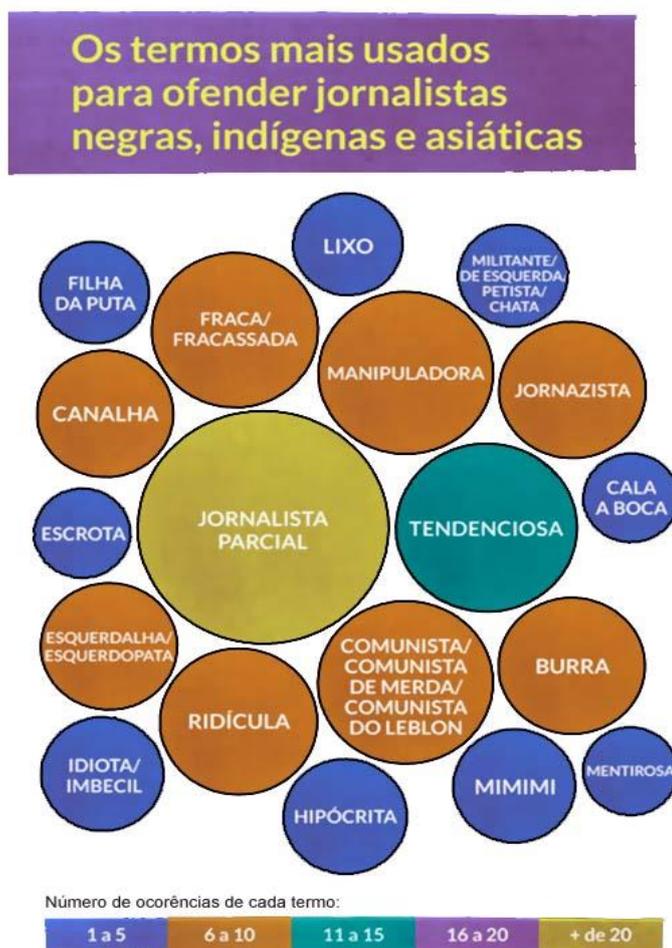
República e políticos associados, de forma que o descrédito da informação e as agressões contra jornalistas são abertamente incentivadas por membros do governo. A ARTIGO 19 destaca que, paralelamente, o Governo Federal, por meio de seus representantes e políticos associados, incentiva quase que cotidianamente o descrédito do trabalho da mídia e o ataque aos meios de comunicação que fazem oposição ao governo e às suas políticas de saúde e combate ao COVID-19 (ARTIGO 19, 2020)

Outras formas de ataques à liberdade de imprensa também foram registradas na cidade do Rio de Janeiro durante a pandemia. Em 31 de agosto de 2020, por exemplo, a TV Globo denunciou o esquema chamado *Guardiões do Crivella* (em menção ao prefeito do Rio de Janeiro Marcelo Crivella (Partido Republicano Brasileiro), com grupos de pessoas pagos pela Prefeitura da Cidade para fazerem *plantão* em frente aos hospitais públicos e intimidarem os cidadãos que denunciasses a má prestação de serviços à imprensa.

Comprovantes com pontos de presença nos postos de trabalho foram registradas em *selfies* dos próprios guardiões, enviadas em grupos de WhatsApp, que também gravaram as intimidações como prova da tarefa cumprida. Em entrevista ao vivo para o Telejornal Bom Dia Rio, da TV Globo, em 20 de agosto de 2020, no Hospital Rocha Faria, uma senhora cobrava a transferência da mãe que tem câncer, mas não conseguiu terminar a conversa com a repórter Nathália Castro, porque dois homens começaram as agressões verbais e a gritar *Bolsonaro!*. Episódios de intimidação e censura como estes foram frequentes e aconteceram em vários hospitais públicos municipais na cidade do Rio de Janeiro.

Além da misoginia e violência de gênero da qual são alvos apenas por serem mulheres, as jornalistas que se posicionam no Twitter estão sujeitas a ataques que tentam descredibilizar lutas antirracistas e lutas pela garantia de direitos constitucionais de povos indígenas. É o que mostra a investigação de dados feita pela Revista AzMina, InternetLab e Núcleo Jornalismo em conjunto ao Volt Data Lab e ao INCT.DD, com apoio do International Center for Journalists (ICFJ) realizada em 2021.

Figura 10 - Termos mais usados para ofender jornalistas negras, indígenas e asiáticas



Fontes: Revista AzMina, InternetLab e Núcleo Jornalismo (2021)

Os termos ofensivos usados foram classificados nas seguintes categorias: outras ofensas (52,12%); ofensas à atuação profissional (28,57%); racismo (7,34%); descrédito intelectual (6,95%); machismo (2,32%); e assédio sexual (0,39%). Foram consideradas 2455 postagens com termos potencialmente ofensivos entre 1 de maio a 27 de setembro de 2021, direcionadas à 24 jornalistas negras e indígenas com pelo menos um engajamento (RT e/ou like).

Os termos mais incidentes se dividem em categorias como racismo, xingamentos pessoais, ofensas à atuação profissional, descrédito intelectual, machismo, ameaça física e assédio sexual. Os xingamentos “jornalista parcial”, “tendenciosa” e “manipuladora”, “comunista”, “fracassada” e “ridícula” foram os mais frequentes. O uso de frases misóginas para descredibilizar e silenciar as profissionais continham mensagens ofensivas como “vá lavar louça”, “vá cuidar da família”, “mal-amada”, “mal resolvida”, “louca”, “burra”, “doente”, por

exemplo. Os ataques acontecem sempre quando um usuário discorda da informação ou ponto de vista publicado pelas jornalistas.

Em 2021, a jornalista Flávia Oliveira, comentarista da Globo News e colunista nos jornais O Globo e CBN, postou um tuíte repercutindo o episódio em que a estátua de Borba Gato havia sido incendiada em São Paulo. A jornalista, que é uma mulher negra, recomendou na mensagem a leitura do livro “Escravidão 2”, de Laurentino Gomes, para que as pessoas conhecessem quem foi a figura alvo do protesto antirracista. Flávia Oliveira foi atacada com uma série de ofensas racistas e misóginas, e o conteúdo continua no ar.

A investigação também destacou que a medida que as mulheres indígenas começam a falar de suas vivências, práticas sociais e culturais por meio das redes sociais, e ao denunciar injustiças e violações, tornaram-se alvo de ataques ofensivos. O relatório destaca que a jornalista indígena Alice Pataxó é alvo de ataques quando faz a cobertura de eventos que discutem o acesso aos direitos fundamentais de povos indígenas. Usuários criticam, inclusive, a jornalista ter aparelho celular, reforçando um preconceito.

Quando o profissional da comunicação é mulher, as ameaças costumam atingir seus corpos agora estendidas ao mundo virtual com insultos machistas e misóginos. Na internet, continua a existir a relação de poder, e o medo tem papel importante na conservação deste poder também no ambiente virtual, possibilitando movimentos de expansão de alguns corpos e contendo outros (AHMED, 2004, p. 71). Maquiavel já nos antevia que o medo é um seguro instrumento de poder para punição, e que nunca falha (apud AHMED, 2004. p. 71).

“Os corpos não são completamente nossos. Mesmo que a gente cuide muito dele, do seu lugar, da maquiagem, do desenvolvimento, faça carinho, beije, e todo o resto, os corpos são nossos, mas não completamente. É quando a estória se torna política” (BUTLER, 2015, p.14). Para Judith Butler, o corpo humano deriva do outro desde o início, num percurso anterior à individualidade, nós somos predefinidos pelo outro e o resultado é a vulnerabilidade social dos nossos corpos. Esta predefinição é o caminho simbólico que determina o que a sociedade espera dos corpos, um organismo, uma imagem, um sexo, uma idade, um gênero, um discurso (BUTLER, 2005, p.43)

A construção dessa ambiência sexista que autoriza o ataque aos *corpos* daquelas que ocupam posições públicas, como as profissionais da comunicação, vem de longe e tem se intensificado, principalmente quando as assertivas são proferidas pela autoridade maior do país, o presidente da República, e seus aliados políticos.

"Cala a boca, vocês são canalhas!". Em 21 de junho de 2021, o presidente Jair Bolsonaro (sem partido) tratou dessa maneira a repórter Laurene Santos, da TV Vanguarda, quando ela participava de uma entrevista coletiva, concedida pelo presidente em Guaratinguetá – São Paulo. As agressões não pararam por aí. O Presidente da República disse que ela *fazia um jornalismo canalha* e tirou a máscara, estando próximo à repórter, clara violência verbal e abusiva em meio à pandemia.

A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo publicou uma nota de desagravo à atitude do presidente, destacando a misoginia e o machismo com objetivo de intimidar as profissionais.

A Abraji repudia a forma pela qual a mais alta autoridade do país se dirige às mulheres em geral e às jornalistas em particular. É vergonhoso que ele e outras figuras públicas apelem ao machismo e à misoginia para intimidar mulheres e tentar retirá-las do espaço público, conquistado após décadas de luta dos movimentos feministas. Quem não aceita o contraditório não aceita as regras do jogo democrático. A cada estocada, Bolsonaro destila preconceito e revela seu autoritarismo e sua falta de civilidade. Mas os jornalistas não desistirão e seguirão cumprindo seu papel de informar à sociedade, direito garantido pela Constituição (Diretoria da Abraji, 26 de junho de 2021).

A ameaça à liberdade da imprensa e à democracia, com requintes de fascismo, se mostra ainda mais violenta quando não estão diante das câmeras. A jornalista e colunista do portal de notícia Uol, Dai Paiva, foi intimidada pelo advogado da família do presidente ao revelar conexões diretas de Jair Bolsonaro com um esquema de entrega de salários de seus ex-funcionários na Câmara dos Deputados. A mensagem enviada por Frederick Wassef dizia o seguinte: "Faça lá o que você faz aqui no seu trabalho, para ver o que o maravilhoso sistema político que você tanto ama faria com você. Lá na China você desapareceria e não iriam nem encontrar o seu corpo".

A Associação Brasileira de Imprensa se colocou à disposição para apoiar a jornalista com adoção de medidas de proteção que se fizessem necessárias, assim como a Federação Nacional dos Jornalistas (FENAJ) e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro: "Não aceitaremos que o presidente e seus apoiadores sigam ameaçando jornalistas e colocando suas vidas em risco. Exigimos dos órgãos responsáveis imediata apuração da ameaça e proteção à jornalista" (Comissão Nacional de Mulheres da FENAJ).

Nesse contraponto, a jornalista Bianca Santana ganhou, em segunda instância, ação contra o presidente Jair Bolsonaro, que a acusou em cadeia nacional de propagar *fake news*. A jornalista destacou em sua conta no Instagram, em agosto de 2021, ter ficado emocionada com o parecer do relator em defesa da liberdade de expressão:

O dano moral em si, ao contrário do dano material, é de difícil comprovação, por atingir bem material. Tem a ver com o estado psíquico, com os direitos da personalidade, com a estrutura emocional, com o abalo e sofrimento causados pela ofensa. Por isso que certos danos, por sua natureza, dispensam prova, por não deixar dúvida de sua ocorrência. São os danos denominados *in re ipsa*, inerentes à condição humana, cuja ocorrência é presumida. Dizer em rede nacional que determinada jornalista divulga *fake News* é tirar dela o bem mais valioso ao exercício da profissão: a credibilidade. Sendo o autor da ofensa o Presidente da República, mandatário do Estado, o impacto moral é inegável e dispensa prova, máxime tratando de inverdade lançada em desfavor de profissional que goza de boa reputação, com larga trajetória no mundo acadêmico, em que atua como professora, além de manter vínculos com algumas das principais empresas de comunicação. Dizer que se trata de ato corriqueiro da vida – ofender a honra da vida alheia – de quem objetiva se aproximar do povo mediante programas transmitidos ao vivo pelo *YouTube* apenas reforça o desprezo à honra alheia e viola um dos fundamentos da República presidida pelo réu, exatamente a dignidade da pessoa humana, como anunciado logo no artigo 1º. da Constituição da República.

Há uma degradação da democracia brasileira, com o aumento dramático de abusos contra os direitos humanos, aumento de crimes violentos, violência policial, perseguições. A democracia política no Brasil não tem sido suficiente para assegurar direitos civis de cidadania ou produzir uma democracia baseada nas regras da lei, pois, ao perder sua legitimidade e eficácia, abre espaço para a violência, a injustiça e a impunidade serem sempre as normas. Segundo Caldeira & Holston: “Isto aparece não somente com significado de um frame de interação social como também um modo de governar” (CALDEIRA & HOLSTON, 1999, p.692).

As evidências vão se avolumando no Governo Bolsonaro e chegam ao ápice quando, no debate com os candidatos à presidência da República da TV Globo no dia 29 de agosto de 2022, o presidente, ao se sentir intimidado com a pergunta sobre o descaso e a demora na compra das vacinas da Covid-19, sai em ataque à jornalista Vera Magalhães. Disse que ela é uma vergonha para o jornalismo brasileiro e ainda completou dizendo que Vera devia dormir pensando nele, em mais uma ofensiva machista e misógina, reafirmando um posicionamento adotado em seu governo de que mulheres devem ser subalternas e jamais poderiam questionar um presidente da República.

A organização não governamental Repórteres Sem Fronteiras contabilizou 2,8 milhões de ataques a jornalistas somente no primeiro mês de campanha eleitoral e a esmagadora maioria foi deferida contra mulheres como Vera Magalhães, Mônica Bergamo, Andreia Saadi, Amanda Klein e Mírian Leitão.

Segundo Vera Magalhães em entrevista à antropóloga e historiadora Lilia Schwarcz no seu canal do Instagram, os ataques estão mais violentos como este ao vivo. E, também, no ocorrido na plateia do debate promovido pela Rede Bandeirantes, com os candidatos ao

Governo de São Paulo no dia 13 de setembro, quando o deputado Douglas Vieira partiu para cima da jornalista propagando o valor do seu salário como âncora do Programa Roda Viva da TV Cultura.

Os bolsonaristas içaram uma foto da jornalista contendo a mesma frase – Você é uma vergonha para o jornalismo brasileiro – em um guindaste, durante as manifestações pelo 7 de setembro na Praia de Copacabana. Na análise de Vera Magalhães em sua coluna do Jornal O Globo, publicada em 16 de setembro, os ataques às mulheres jornalistas é uma ação calculada.

Trata-se de uma campanha de intimidação e apossamento permanente, brutal, não por acaso concentrada em mulheres, na expectativa de que nós, jornalistas, nos atemorizemos e, assim, consciente ou inconscientemente, nos autocensuremos, adotemos uma contenção ditada pelo medo físico e psicológico de exercer nosso ofício (Vera Magalhães)³⁹

Sociedade e Estado são ambíguos, não dicotômicos: a esfera civil se diferencia da sociedade desde o sistema político pela defesa da formalização dos abusos mais recentes, de acordo com Teresa Caldeira & James Holston. No entanto, isso também integra as duas, por utilizarem o poder do estado para confrontarem as relações de iniquidade e dominação dentro da própria sociedade, ou para modelar as pessoas em certo tipo de cidadania-subjetiva. No senso comum, democracia civil depende da capacidade do estado de impor sanções, mas o crime violento e o medo têm marcado o cotidiano dos cidadãos brasileiros.

A violência policial e a resposta inadequada do sistema judiciário colocam a população em estresse considerável.

Our argument is that the response of a significant part of the Brazilian elite to this perceived destabilization has been to criminalize the poor – by campaigning against human rights, by flooding the media with narrativized crime stories, by investing in private security and private “justice”, by retreating to fortified enclaves – and that this criminalization also contributes significantly to the propagation of violence. (CALDEIRA & HOLSTON, 1999, p. 699).

De acordo com a pesquisa “Sob Risco: Como superar as falhas dos programas de proteção a jornalistas na América Latina” (RSF, 2022), no Brasil, 92% das mulheres jornalistas já ouviram piadas machistas no ambiente de trabalho, 83% sofreram abuso psicológico nas redações e 64% foram abusadas por autoridades e fontes. Na Colômbia, 6 em cada 10 jornalistas denunciaram ser vítimas de violência de gênero em seu local de trabalho. Duas, em cada dez,

³⁹ Artigo do Jornal O Globo. Disponível em <https://oglobo.globo.com/blogs/vera-magalhaes/coluna/2022/09/quando-jornalista-vira-pauta-algo-vai-mal.ghtml>. Acesso em: 16 set. 2022.

vítimas de violência sexual. E somente três em cada dez disseram que contam com espaço para denunciar esses crimes no veículo em que trabalham.

Em 2020, no total de agressões a profissionais da imprensa no México, mais de 52% foram dirigidas a mulheres. Os ataques foram cometidos principalmente por agentes do Estado, em práticas de assédio e intimidação institucional, além de campanha de deslegitimação de comunicadoras. Em Honduras, a violência contra jornalistas mulheres disparou durante a pandemia (RSF, 2022 p. 98).

Gênero e sexualidade têm ocupado a agenda política e imposto um cabo de forças em uma intrincada arena de disputas como bem nomeou Correa (2017, p.2). Quanto mais se formalizava uma política de reconhecimento às diferenças, mais se esboçava uma reação conservadora na esfera do Legislativo federal. A bancada majoritariamente religiosa reagiu às decisões do STF sobre a lei de biossegurança que permitiu o uso de embriões humanos para gerar células-tronco em 2008, sobre a antecipação de parto de anencéfalo em 2012, e do reconhecimento da união estável de homossexuais em 2012.

A enquete sobre a definição de família atrelada ao Projeto de Lei Estatuto da Família (PL-6583/13) de autoria de Anderson Ferreira (PR/PE), deputado evangélico ligado à Assembleia de Deus), também foi outra reação nesse sentido, ao definir a família como formada somente por homem e mulher, dizendo-se com base no texto (literal) da Constituição Brasileira. Segundo Correa, esse embate conservador contra as conquistas e a visibilidade de movimentos de minorias parece constituir, hoje, um dos principais obstáculos para a garantia dos direitos fundamentais de uma série de sujeitos.

O foco na moral sexual da agenda conservadora tem tomado como alvo especialmente os direitos relacionados à equidade de gênero e à diversidade sexual e de gênero. Por um lado, decorrente da crescente pluralidade religiosa do Brasil, e de uma diversidade de visões e interpretações da laicidade do Estado, atores cristãos têm conseguido uma expressiva representação pública. Marcando uma virada a respeito das formas clássicas de influência da Igreja Católica, lideranças do campo evangélico pentecostal têm se lançado massivamente à política e disputando cargos eletivos (CORREA, 2017, p. 5).

A criação do Programa Escola sem Homofobia, que previu a elaboração de material didático para combater a homofobia, sob supervisão do Ministério da Educação, da Global Alliance for LGBT Education, a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, tornou-se catalisadora de diversas e poderosas forças de resistência, ao que posteriormente passou a ser conhecido como a *ideologia de gênero* na educação nacional (BALIERI, p. 41). Apelidado pejorativamente de *kit gay*, este material pedagógico de combate

à homofobia no ambiente escolar tornou-se o alvo maior das críticas ao Programa Escola sem Homofobia, em especial, oriundas da chamada *bancada evangélica* e de parlamentares conservadores e ultraconservadores.

Desse grupo, destacaram-se os discursos inflamados e amplamente difundidos pela mídia e nas redes sociais do deputado Jair Bolsonaro (PP-RJ), que acusavam que o conteúdo do *kit* faria “apologia ao homossexualismo e à promiscuidade”. Como deputado reeleito, e o mais votado do Estado do Rio de Janeiro, Jair Bolsonaro ocupou a presidência da Comissão de Direitos Humanos e Minorias, fazendo coro com a bancada evangélica para perseguição à primeira presidente do Brasil. Dilma Rousseff cedeu às pressões e vetou a implementação do programa de combate a homofobia.

De acordo com Duriguetto e Cisne, o Estatuto do Nascituro (PL-478/2007); o Movimento pela Vida (contra a legalização do aborto); a Marcha da família com Deus pela liberdade; a responsabilização das mulheres vítimas de estupro pela violência sofrida; a presidência na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, ocupada por um pastor (Marco Feliciano do PSC-SP), não são fatos casuais, tampouco dissociados: “São reveladores de uma conjuntura permeada por fundamentalismos e conservadorismos que, cotidianamente, vem atacando a garantia da laicidade do Estado e naturalizando violências múltiplas” (DURIGUETTO e CISNE, 2015, p. 23), ratificam as autoras.

Viana e Lowenkron fazem uma análise instigante ao pontuar que onde gênero aparece como polo desestabilizador, o Estado parece ser chamado a ocupar – e não raras vezes ocupa – a materialização dos esforços de estabilização e regramento (2017, p. 5). Já dizia Simone de Beauvoir: “Bastará uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos nunca são adquiridos. Deverão ficar sempre alerta durante toda a nossa vida”.

Não só a elite brasileira e as Jornadas de Junho de 2013⁴⁰ mostraram isso quando, mais do que um movimento contra o aumento das passagens de ônibus, as manifestações denunciavam o cerceamento ao direito à cidade, a gentrificação promovida pelas obras executadas em parceria público-privadas, o que promoveu a expulsão de centenas de milhares de pessoas em prol dos megaeventos, e o sucateamento dos serviços básicos de saúde, enquanto estádios eram construídos para abrigar as partidas da Copa do Mundo de 2014.

⁴⁰ As Jornadas de Junho de 2013 foram manifestações populares que aconteceram em mais de 500 cidades brasileiras com várias reivindicações de melhorias sociais e com muita repressão policial em diversos Estados.

Mesmo sendo esta pauta historicamente de esquerda, um número grande de pessoas, as quais não estavam organizadamente vinculadas a movimentos e organizações sociais, muito menos a partidos políticos, aproveitaram a catarse para manifestar sua indignação com os rumos políticos do país. “A água entra em ebulição, nos queima. Tal qual na distopia de Artwood, começamos a ferver. Esse processo se deu de forma lenta e gradual”, explica Vasquez (2019, p. 602).

Nos organizamos, protestamos: todas contra meu corpo, minhas regras, pela legalização do aborto, pela vida das mulheres. Entretanto a regressão de direitos parecia tão risível, tão descabida, que não percebemos que já nos queimavam. Propostas pautadas em argumentos puramente religiosos. Sabemos da força dos valores cristãos na sociedade patriarcal. Sabemos que o avanço das pautas feministas esbarra – e sempre esbarrou – na forma como estes valores estruturam as sociedades...Sabemos, sempre soubemos. Mas, talvez tenhamos subestimado o avanço religioso no Congresso Nacional, a capilarização dos valores cristãos no tecido social, em especial a partir de um trabalho de base feito pelas Igrejas Petencostais e Neopentecostais há décadas nas periferias brasileiras. (VASQUEZ, 2019, p. 602).

A criação do Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos, com a nomeação da pastora evangélica Damares Alves (que seria eleita em 2022 como senadora pelo DF) para o cargo, reforça e assegura o enaltecimento da família tradicional e de valores conservadores cristãos defendidos e propagados pelo presidente Jair Bolsonaro em sua campanha eleitoral. A ministra é militante contra o aborto, defende a vida a partir da concepção e rechaça a ideologia de gênero, reforçando papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Apoiada pela Frente Parlamentar Evangélica, que defende o Estatuto da Família e a Escola sem Partido, que ganhou extrema força em 2014, quando a bancada evangélica atacou o Plano Nacional de Educação, sugeriu que isso estaria incentivando a *ideologia de gênero* nas escolas, banindo qualquer debate sobre o tema e criando um terreno fértil para instituição do conservadorismo.

O plenário do Senado aprovou, em 17 de dezembro de 2013, o substitutivo ao projeto de lei retirando da redação do inciso III do artigo 2º do Plano Nacional de Educação o seguinte trecho: “...promoção da igualdade racial, de gênero e de orientação sexual”. Não satisfeito, o deputado pastor Marcos Feliciano entrou com um Projeto de Lei, o 3236/2015, solicitando excluir o que ele classificou como promoção da ideologia de gênero por qualquer meio ou forma do Plano Nacional de Educação, justificando que desta forma será vedado o estímulo a “propagação maléfica da doutrina de gênero, por qualquer meio ou forma, por conta do conflito dessa doutrina com as convicções morais e religiosas dos educandos ou de seus pais ou responsáveis”. Miskolci resgata a história ao apontar que foi depois da “IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher”, realizada em Beijing, em 1995, que intelectuais laicos, assim

como lideranças religiosas católicas, cunharam a noção de *ideologia de gênero* para explicar a divergência entre o pensamento feminista e seus interesses.

O crescimento da bancada evangélica no Congresso levou a grande mídia a propagar essa campanha, sendo protagonizada por esta ala, mas os estudos de Miskolci apontam o quanto o tema veio sendo debatido nas conferências episcopais, apresentando-se como uma ameaça a concepções idealizadas sobre a família e seu papel social, e como “para agnósticos com interesses políticos ou econômicos à direita, representaria uma agenda oculta de doutrinação marxista” (2018, p. 53).

O espectro ideologia de gênero delimita um campo discursivo de ação que podemos reconhecer como unindo imaginariamente uma suposta ameaça de retorno do comunismo ao pensamento acadêmico feminista estabelecendo um enquadramento da política em torno do medo de mudanças na ordem das relações entre homens e mulheres e, sobretudo, da extensão de direitos a homossexuais. Discussões macropolíticas são substituídas por uma retórica que traz à opinião pública o diagnóstico de que a origem de problemas sociais resulta de mudanças comportamentais que precisariam ser combatidas (MISKOLCI, 2018, p. 53).

A subordinação das mulheres é o efeito amplo das formas de controle que tanto o poder estatal quanto a dominação masculina engendram. O Estado é entendido por Wendy Brown (2006, p.13) como veículo importante da dominação masculina na modernidade tardia. Nessa lógica patriarcal, o papel masculino de protetor garante uma posição de subordinação, de obediência e de dependência. O Estado representa esse papel de homem corajoso, responsável, virtuoso e protetor. A subordinação feminina, nessa lógica, não se baseia na submissão a um homem autoritário e violento, mas na gratidão de sentir-se protegida por um homem viril e disposto a encarar os perigos do mundo para garantir a segurança de sua família onde meninos vestem azul e mulheres vestem rosa.

De acordo com Brown, à medida que os cidadãos de um Estado democrático permitem aos seus líderes adotarem esse papel, eles passam a ocupar um status subordinado, como o de mulheres e crianças na unidade doméstica (2006, p. 13). Bolsonaro sacraliza a família aos moldes tradicionais, com a família designando o conjunto das terras, escravos, mulheres e crianças, tudo submetido ao poder (então sinônimo de propriedade) do chefe da família. “Família é o conjunto dos indivíduos que devem seu trabalho a um chefe” (Delphy, 2015 p. 104).

A maior autoridade pública do país é contra o aborto e acha que as mulheres devem ganhar menos por terem um direito trabalhista a mais, a licença maternidade. Fruindo as palavras de Hitler: “Por mais que se alarguem os campos de atividades da mulher, o fim último

de uma evolução orgânica e lógica terá de ser sempre a constituição da família. Ela é a menor, mas a mais valiosa unidade na construção de todo o Estado” (apud VASQUEZ, 2019, p.603).

Ao analisar o fenômeno da ascensão do fascismo na Alemanha dos anos 1930, Reich afirma que o discurso fascista não se baseia na argumentação, na apresentação de propostas, centra-se apenas em um objetivo final, normalmente explorando o sentimento do descontentamento da população, manejando as emoções dos indivíduos nas massas e evitando ao máximo uma argumentação objetiva (REICH, 2019, p. 48). O fascismo tem um discurso nacionalista, mostra-se como única solução para os problemas do país, geralmente através de um líder autoritário, bem como com forte apelo ao militarismo, desprezo aos direitos humanos e às minorias. Reich sinaliza ainda a eleição de um grande inimigo comum, ao qual responsabiliza pelos principais problemas nacionais (REICH, 2019, p.48).

Todas essas características podem ser constatadas na realidade brasileira atual. As Jornadas de Junho arrefeceram, mas os ecos e seus clamores têm rebatimentos profundos até hoje e vêm exibindo seus traços fascistas a ganharem vulto, principalmente a partir da pauta anticorrupção, corroborando para o fortalecimento de grupos de extrema-direita que tinham suas pautas contempladas no discurso de alguns políticos.

Estatuto do Nascituro (PL 478/2007); Movimento pela vida (contra a legalização do aborto); Marcha da família com Deus pela liberdade; a responsabilização das mulheres vítimas de estupro pela violência sofrida; a presidência na Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, do pastor Marco Feliciano (PSC-SP), autor de públicos pronunciamentos machistas e homofóbicos; Jair Bolsonaro (PP-RJ), como o terceiro deputado mais votado do país e o primeiro do Rio de Janeiro; assassinatos por homofobia; feminicídio e mortes por abortos clandestinos não são fatos casuais, tampouco dissociados.

Todos esses projetos prescindem de uma orientação ideológica da Frente Parlamentar Evangélica que, aliada aos setores de extrema direita, mostrou toda sua força ao impedir o debate sobre o Plano Nacional de Educação, ao sugerir que esse PNE estava incentivando a ideologia de gênero nas escolas e acusando os professores de promoverem doutrinação marxista nas escolas. Ao banir o debate, instaura-se um ambiente propício para a consolidação do conservadorismo que ratifica papéis determinados de gênero. Para a autora, esta institucionalização dos papéis, a exclusão da oportunidade do debate crítico sobre estes papéis constituídos, com crianças e adolescentes, cria bases para legitimação da violência contra a mulher (2019, p.603). Esses fatos são reveladores de uma conjuntura permeada por

fundamentalismos e conservadorismos que, cotidianamente, vem atacando a garantia da laicidade do Estado e naturalizando violências de múltiplas ordens.

Tal violência historicamente acomete as mulheres do país e agora são *legitimadas* pelo próprio presidente: a misoginia. Quase 15 anos e um cargo de presidente da República separam o discurso abaixo de seu autor, o na época deputado federal pelo PP do Rio de Janeiro Jair Bolsonaro.

O que pesou, com certeza, para que Sua Excelência ocupasse esse Ministério foi seu passado de integrante da quadrilha que assaltou, no Rio de Janeiro, a casa de uma mulher muito íntima a Adhemar de Barros, levando dois milhões e meio de dólares (...). Depois desse elogio a Dilma Rousseff, até para desqualificar a assaltada, quero tachá-la de amante de Adhemar de Barros. Dilma Rousseff, por enquanto, não falarei do seu passado nesta Casa. Se tentar reagir, exporei seu passado. A tortura que S. Ex^a. sofreu foi fruto de abstinência (Conselho de Ética da Câmara dos Deputados/2005).

A declaração atacando Dilma Rousseff foi proferida na Câmara, em março de 2005, durante uma sessão solene que prestava homenagem a militares mortos na Guerrilha do Araguaia, no momento em que Dilma assumia o Ministério da Casa Civil do governo Lula, substituindo José Dirceu.

O discurso de 2005 poderia ter sido enquadrado pelo ensejo à tortura e seus torturadores da ditadura civil-militar ou, ainda, pela própria violência contra a ministra pelo fato de ser uma mulher. A mesma violência da qual foi vítima, depois de assumir a presidência, até ser deposta por um golpe jurídico parlamentar e midiático em 2016. A questão é que este entrelaçamento entre a honra de Estados e o agir corretamente já ultrapassou e muito o nível do desconforto no governo Bolsonaro, e não atinge, obviamente, apenas mulheres ou mesmo homens, mas claramente as mulheres estão sendo o alvo principal. O estreitamento do foco das violências nos danos centrados no corpo e na sua compreensão como parte das *violações de direitos humanos* têm impacto significativo. Para Ausser, “O feminino é interpretado como o potencial desestabilizador da ordem social e política” (AUSSER, 2007, p. 77).

Na cartilha “Os Cristãos e os Desafios do Nosso Tempo”⁴¹ distribuída na escola dominical da Assembleia de Deus, durante o período eleitoral das eleições presidenciais brasileiras de 2022, o feminismo é associado à zoofilia, pedofilia e ao incesto, e a esquerda associada ao diabo. As 124 páginas atacam quem eles acreditam ameaçar a tradicional família cristã, o criador da ideologia de gênero, do abortismo (forma como a cartilha se refere para falar

⁴¹ Disponível em: <https://theintercept.com/2022/09/20/as-vesperas-da-eleicao-assembleia-de-deus-usa-cartilha-de-odio-para-doutrinar-fieis-contralula-feministas-e-lgbts/> Acesso em: 20 set. 2022.

da interrupção de gravidez), relegando o papel da mulher a não participação cidadã e política na sociedade.

O feminismo representa uma das maiores armadilhas do mundo contemporâneo, levando a sociedade a um nível de depravação e perdição inimaginável. Como toda ideologia mundana, tomou proporções inimagináveis, financiando coisas sórdidas como: pedofilia, zoofilia, sexo desregrado, homossexualidade e diversas outras perversidades. O feminismo é uma aberração nascida no mais profundo inferno, produzindo divisão, briga, promiscuidade, homossexualidade e todo tipo de sordidez (ASSEMBLEIA DE DEUS, 2022, p. 113).

Mouffe critica esse modelo de democracia deliberativa, ao reproduzir um aspecto do pensamento liberal que visa reduzir a política à moralidade, sem apreender a verdadeira natureza da política democrática, sempre pungente e aberta a contestações. Chantal Mouffe afirma: “Esse é o ponto que, por vezes, é negado ou afastado: a verdadeira democracia pode ser um regime que se apresentará, em muitos momentos, como desconfortável para se viver, sendo o descontentamento o seu elemento essencial” (MOUFFE, 2003, p. 19). A autora defende que o modelo deliberativo reduz a política à ética e, assim, se afasta da especificidade do político que inclui, necessariamente, o conflito e a divisão em seu centro (idem, 2003, p.19).

As democracias têm se tornado mais numerosas e variadas desde 1970, incluindo aquelas com eleições regulares, mas acompanhadas de restrições, pobreza, desigualdades e autoritarismo, com elevados graus de violência e grandes desafios para manter a ordem pública, de acordo com Hughes et al (2017). Os autores argumentam que democracias inseguras apareceram após o estabelecimento ou reestabelecimento de uma política liberal competitiva ou de regimes autoritários sem qualquer esforço para promover justiça econômica e social. E, ainda que, na transição de regimes autoritários ou coloniais, governos eleitos têm um *gap* de capacidade institucional para reformar ou implementar o poder de fato, fazendo uso de facções políticas locais, forças de segurança antiprofissionais e organizações criminosas (HUGHES et. al. p. 2)

Democracias vulneráveis são mais perigosas para os jornalistas, por causa do seguinte contexto, como elencam os autores: 1- eleições são um mecanismo formal para contestar o poder político em nível nacional, mas evidencia a fraqueza, as desigualdades e restrições do governo e das forças de segurança; 2- eleições são superimpostas, acima de extrema iniquidade econômica; 3- outros atores democráticos (funcionários públicos, polícia especializada e judiciário, organizada e pacífica sociedade civil); 4- a efetividade da aderência da polícia e do judiciário às normas democráticas são desiguais, mudam pelos territórios, temas e grupos

sociais; e 5- atores potencialmente violentos podem residir dentro ou fora do estado (HUGHES et. al. p.3)

O trabalho dos jornalistas é extremamente impactado nas democracias vulneráveis, quando a violência social está geograficamente próxima ao jornalista e é perpetrada, em parte, por atores do Estado, incluindo políticos e forças de segurança, enquanto os profissionais cobrem esses atores, segundo a classificação dos pesquisadores.

5 OS RISCOS PARA JORNALISTAS MULHERES NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Este capítulo apresenta e analisa os resultados da pesquisa empírica que usou como estratégia a aplicação de questionário a mulheres jornalistas em atividade nas redações da cidade do Rio de Janeiro. O objetivo foi, com base no método do estudo de caso, entender os principais desafios profissionais enfrentados, em especial os riscos e a violência no exercício da profissão. Descrevemos o percurso da pesquisa empírica e as tentativas, erros e acertos de rota na produção deste material.

Inicialmente, a tese se propunha a trabalhar com os dados da pesquisa “Estresse, Superação e Resiliência dos Jornalistas”, estudo realizado em parceria pelas Universidade de Miami (EUA), Universidade Federal de Juiz de Fora e a Universidade do Estado do Rio de Janeiro entre 2018 e 2020. O percurso da tese e o foco em uma cidade determinou alterações nesse caminho. Assim, foi elaborado um questionário próprio, com número menor de questões, focado nos ataques e na violência contra jornalistas.

O primeiro desafio foi como ter acesso aos endereços eletrônicos das jornalistas que atuam nas redações dos veículos de imprensa na cidade do Rio de Janeiro. Foi feita uma solicitação ao Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro, explicando se tratar de uma pesquisa científica de doutorado, mas nenhuma resposta foi obtida. A solução veio pela parceria estabelecida com duas assessorias de comunicação privadas que cederam suas listas de contato de profissionais da imprensa para a pesquisa: a Pulso Conteúdo e a Viveiros de Castro, agências de abrangência nacional, sediadas, respectivamente, no Espírito Santo e em São Paulo. As listagens cedidas foram, então, sobrepostas para minerar os dados e identificar possíveis endereços repetidos.

O primeiro tratamento dos dados identificou que das 126 jornalistas na base do *mailing* da assessoria de comunicação Viveiros de Castro (que utiliza o *mailing* pago da *MaxPress*), 53 endereços não constavam no *mailing* da Pulso, que dispõe de conta de acesso aos dados de jornalistas de todo país por meio de assinatura do portal “Comunique-se”. Neste tratamento, priorizou-se a busca por jornalistas da cidade do Rio de Janeiro e a coleta realizada nas 88 páginas disponíveis, por ordem alfabética.

O primeiro filtro foi identificar em quais veículos essas profissionais trabalham. Foram encontrados os seguintes canais de TV aberta: Globo, Record, SBT, EBC, Band, CNN, Rede TV; os canais de TV por assinatura: GloboNews, Jornais O Globo, Extra, Meia Hora, O Dia,

Valor Econômico, Sucursal Rio de O Estado de São Paulo; portais de notícias como Uol e G1; e as rádios CBN, Tupi, JB, 94 FM, Globo, 94 FM Roquete Pinto, O Dia, Rio de Janeiro, Melodia, Transamérica e 93 FM.

Alguns meios periféricos da mídia tradicional também foram identificados como os canais de TV por assinatura: Futura, TV Câmara, canais universitários TV PUC e TV UVA; o jornal Folha Dirigida; os portais de notícias *The Intercept*, SRZD, Cidadão da Maré, Diário do Rio, Correio do Brasil, Colabora e a revista Piauí. Com esta seleção chegamos ao número de 450 nomes/contatos válidos.

No segundo tratamento dos dados, foi necessário acrescentar 61 e-mails identificados na plataforma *MaxPress*, que não constavam no *mailing* do *Comunique-se*, compondo o universo de 510 e-mails de jornalistas mulheres da Cidade do Rio de Janeiro, o que serviu como base da amostragem.

5.1. O método do questionário e a coleta de dados em ambiente de trabalho

Entre os dias 14 e 28 de julho de 2021, foram disparados, para os 510 endereços coletados, um e-mail com o questionário *online*⁴², contendo 44 questões. As mensagens foram enviadas em horário comercial, sempre de segunda a quinta-feira, já que sexta-feira sempre é um dia mais movimentado, pois é necessário produzir matérias também para o fim de semana. O convite (ANEXO 2) para responder a pesquisa apresenta o projeto colaborativo internacional *Worlds of Journalism Study*, que está sendo aplicado em 111 países, parceria com as universidades brasileiras e coordenação da Profa. Dra. Sonia Virgínia Moreira, e com o link do questionário.

Até 31 de agosto de 2021, apenas sete jornalistas responderam ao questionário. Algumas hipóteses foram consideradas para entender a baixa taxa de resposta: o número de perguntas (44 questões) do questionário, o que demanda tempo para resposta; o acúmulo de tarefas dos profissionais nas redações, tendo que produzir para mais de um veículo; e, somado a esses fatores, a precariedade de tempo nas redações.

Duas novas estratégias foram traçadas a partir desta baixa resposta: 1) reenviar o questionário para a mesma base dos 510 endereços no mês de setembro de 2021, o qual não obteve êxito; 2) paralelamente, elaborar um novo questionário mais enxuto em número de

⁴² Disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/1uXPVcwfYKQDKXgMaXJ61AqeWHWb0bEJiExt4UMOefdQ/edit?pli=1>.

questões, de 44 para 15 questões⁴³, mais focado na hipótese da pesquisa de identificar as ameaças às mulheres jornalistas cariocas.

Antes do envio do questionário reduzido, foi feita uma análise da base de dados dos endereços de e-mails de jornalistas coletados de forma a classificá-los. Do total de endereços, 52,7% são de televisões privadas e 4,11% de TVs públicas; o segundo maior percentual ficou com jornal, 23,7%; as rádios privadas vieram em terceiro lugar, com 11,3% do total de endereços, enquanto as rádios públicas ficaram com 0,98%; e as televisões universitárias ficaram com 0,3%.

A pouca infraestrutura da universidade nesse processo de coleta de dados também é um fator a ser considerado. A aplicação do questionário da pesquisa foi feita por meio de uma plataforma proprietária de mídia como o Google, utilizando o *Googleforms*, colocando à disposição toda a produção científica à mercê das grandes corporações. Outro problema é a falta de acesso a ferramentas livres de disparos, e de acompanhamento desses envios, o que tornou o trabalho de coleta extremamente manual.

As 15 questões foram elaboradas no intuito de mapear a violência contra jornalistas, identificar o meio utilizado, saber a frequência e descrever os ataques narrados, coletados no período de 23/janeiro/2022 a 23/fevereiro/2022. Mas o desafio mesmo foi aprovar o instrumento de coleta de dados da pesquisa pela Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ. A submissão ocorreu em setembro de 2021 com sucessivas solicitações para ajustes de documentos, como a exigência de identificar o risco para o entrevistado ao responder a pesquisa, colocando-a na mesma categoria que um experimento científico.

A parecerista da Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ fez um primeiro questionamento sobre por que a pesquisadora não estava utilizando os dados do banco do Sindicato dos Jornalistas do Rio de Janeiro. A resposta de se ter tentado, feito o contato com o sindicato e não ter recebido resposta foi registrada na plataforma. A próxima exigência foi a comprovação de aceite da cessão de dados de *mailing* de jornalistas pelas assessorias: Agência Pulso Conteúdo e Viveiro de Castro Assessoria de Comunicação, as quais foram anexadas aos documentos do processo.

O questionário só foi aprovado pela Comissão de Ética em Pesquisa da UERJ em meados de janeiro de 2022. Em seguida, foi feita a formatação do formulário do Google, e estabelecida a seleção aleatória de 50 endereços de jornalistas de redações na Cidade do Rio,

⁴³ Disponível em:

<https://docs.google.com/forms/d/1uXPVcwFYKQDKXgMaXJ61AqeWHWb0bEJiExt4UMQefdQ/edit>

constantes na listagem dos 510 contatos. O objetivo foi trabalhar com 10% desta base, no intuito de tentar ser mais assertiva na coleta. Uma triagem de profissionais de rádios públicas e privadas, mídias independentes e sucursais foi feita na listagem dos cinquenta endereços.

A nova versão do questionário foi enviada no domingo 23 de janeiro de 2022, para que as jornalistas pudessem lê-lo assim que abrissem suas caixas de e-mail das redações na segunda-feira. O primeiro envio tinha o seguinte texto no cabeçalho: Pesquisa Mulheres Jornalistas sob Ameaça – assédio e violência contra mulheres jornalistas. O questionário estava acompanhado de um texto falando do aumento dos números de assédio e violência contra mulheres jornalistas e da dificuldade para as profissionais de comunicação em compartilhar suas experiências, além da justificativa da coleta fazer parte da pesquisa de tese da autora.

A meta era tentar atingir pelo menos 20% de respostas para os 50 endereços enviados. Depois de 24 horas de envio apenas uma jornalista respondeu. Faltando dez dias para completar um mês do primeiro envio, mais um disparo foi feito para toda a base dos cinquenta e-mails de jornalistas com um novo apelo que não iria tomar mais do que 15 minutos para responder as questões, considerando a importância do tema. Apenas mais um questionário foi respondido.

A nova estratégia foi solicitar apoio a 10 colegas jornalistas que enviassem para, pelo menos, uma profissional de seu relacionamento que atua em redação. Vale ressaltar que o perfil desses dez colegas que atuam como *hubs* são jornalistas que atuam na grande imprensa carioca e outros que são donos de assessorias e agências de comunicação, e todos se relacionam diariamente com as redações. Assim que esta rede de atuação como *hubs* se prontificou nessa força-tarefa, obteve-se melhor resultado.

No dia seguinte, já havia uma resposta e, à medida que os colegas que atuaram foram sendo contatados neste reforço aos disparos eletrônicos, as respostas foram chegando, perfazendo a soma de 12 respondentes. Todos os dez colegas enviaram o pedido com o *link* para resposta ao questionário por mensagens de WhatsApp. Até o encerramento do período de um mês – prazo estabelecido para a coleta de dados – com o questionário *online* aberto, obteve-se um total de 14 respondentes.

Ter solicitado a esses colegas jornalistas, os *hubs*, fez com que o reforço no envio produzisse um primeiro enviesamento em alguns resultados da pesquisa, no que tange ao quesito idade e, por conseguinte, a quantidade de anos no exercício da profissão. A pesquisadora está com 54 anos e seus colegas jornalistas de redação ou de assessorias de imprensa também estão nesta faixa etária. Outro ponto importante a destacar, também, é a

predominância de veículos do sistema Globo na cidade e a perseguição e campanha direta ao sistema de televisão, realizada pelo governo Bolsonaro que criou a *tag* #GloboLixo.

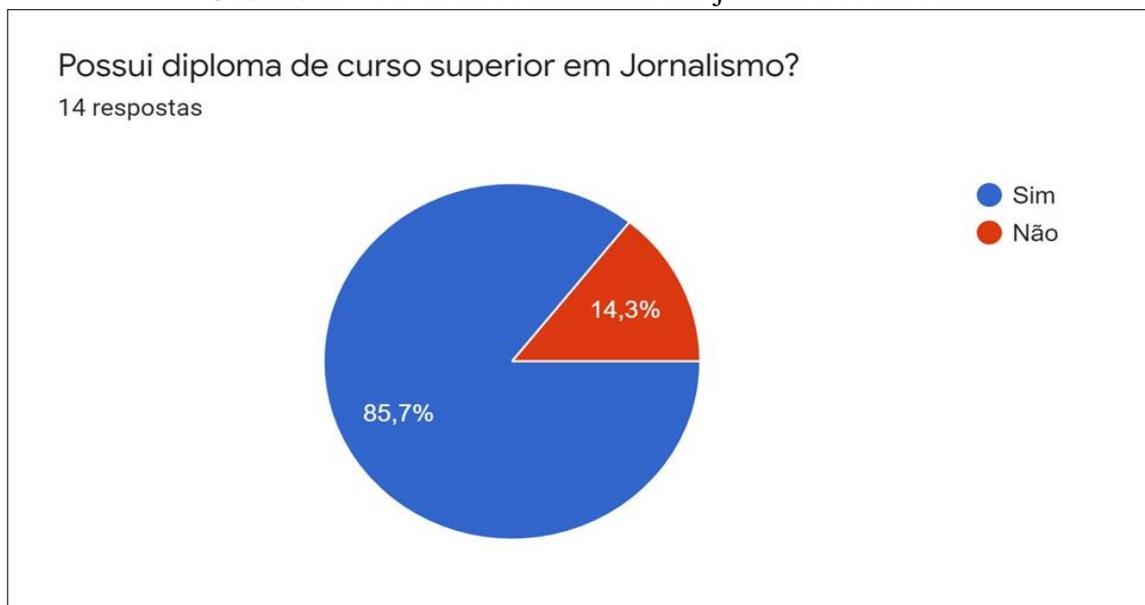
Após o recebimento das respostas, o formulário do *Google* contabilizou os resultados e os gráficos gerados foram analisados, assim como as respostas qualitativas, para comprovar a hipótese de que as mulheres jornalistas cariocas têm sido vítimas de ataques e ameaças ao seu exercício profissional.

5.2. Análise dos resultados da pesquisa

Oitenta por cento das jornalistas que se prontificaram a responder sofreram algum ataque, assédio ou violência enquanto trabalhavam. Medo, mudança de hábitos, estresse e prejuízos emocionais foram relacionados nas respostas. A maioria das respondentes atua em televisão e o aumento e constância dos ataques têm gerado impactos no desempenho cotidiano do trabalho.

Do universo pesquisado, os dados demográficos mostram que 14,3% das respondentes têm 43 anos, a mais jovem tem 25 anos e a com a maior idade, 65 anos. Em relação à etnia, 78,6% brancas, 21,4% se autodeclararam pardas e nenhuma negra. A grande maioria (85,7%) declarou ter curso superior em jornalismo e 35% também respondeu ter diplomas em outras áreas.

Em relação a tempo de atuação na profissão, a maioria (35,7%) atua como jornalista há 20 anos. Uma das jornalistas entrevistadas declarou trabalhar em redações há 36 anos e a com menos tempo, cinco anos de experiência. As profissionais que participaram da pesquisa ocupam os seguintes cargos nas redações dos veículos de mídia da cidade do Rio de Janeiro: são repórteres de cidade, de polícia, de cultura, atuam como produtoras de reportagens, como roteiristas, em edição, como chefe de produção de jornalismo televisivo, são redatoras, colunistas de política e atualidades, analistas política, na edição de texto, na produção executiva e como produtoras de reportagens na área de projetos especiais. Apenas 14,3% não têm diploma de jornalista, a maioria (85,7%) possui curso superior em Jornalismo.

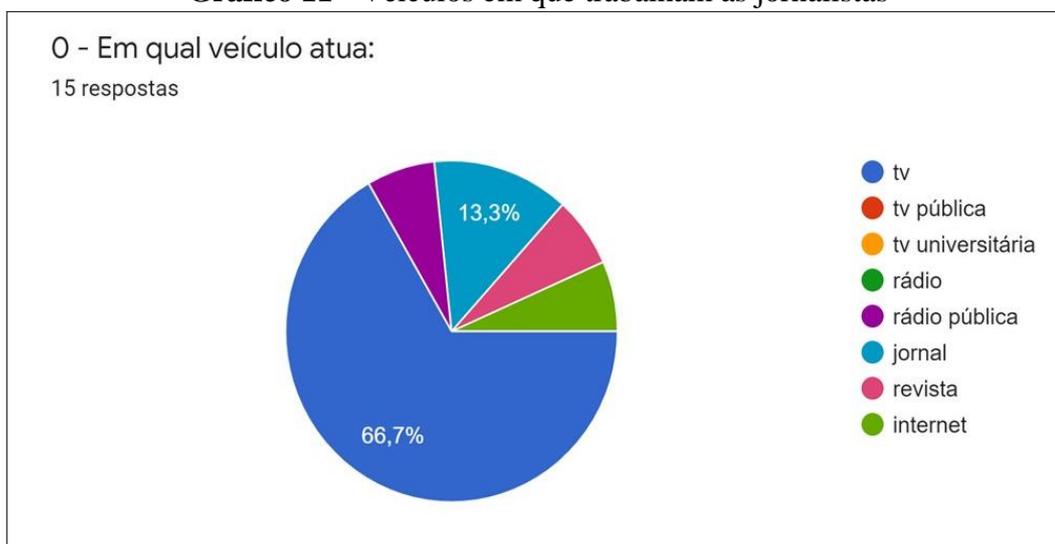
Gráfico 10 - Nível de escolaridade das jornalistas cariocas

Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre *Jornalistas Mulheres Sob Ameaça*, 2022.

A primeira pergunta do questionário procura identificar em qual veículo a profissional atua, já que o principal critério para responder ao questionário era estar atuando em redações de produção diária de informativos noticiosos. A maioria das respondentes (66,7%) atua em televisões privadas; 13,3% em jornais de circulação diária; e 20% estão em rádios públicas, revistas e internet, como mostra o Gráfico 11.

A opção de resposta “atuar com internet” fica comprometida quando veículos de rádio, televisão e jornais impressos têm convertido suas produções para o digital, como comprovado nos gráficos de alcance de leitores e audiência no Capítulo 2 desta pesquisa.

Outra questão é que esta categoria de resposta acaba abarcando também a das profissionais que atuam em portais de notícias como Uol, *The Intercept* e que também receberam o questionário.

Gráfico 11 - Veículos em que trabalham as jornalistas

Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre Jornalistas Mulheres Sob Ameaça, 2022.

A concentração de respondentes de televisão vai impactar nas demais respostas da pesquisa, ao mesmo tempo em que ratifica a vulnerabilidade destas profissionais de exercerem sua profissão em veículos desta natureza.

No dia 24 de fevereiro de 2022, por exemplo, a jornalista Branca Andrade e o repórter cinematográfico Edson Santos do SBT faziam uma entrada ao vivo no jornal SBT Rio sobre a greve dos motoristas do BRT no Rio de Janeiro quando dois homens entraram na frente da câmera, de costas, para tapar a imagem da profissional e ainda pisaram no cabo de áudio do equipamento para cortar o som. A intimidação foi gravada em vídeo e levada ao ar pelo canal. A emissora de televisão SBT divulgou nota de repúdio contra a intimidação à sua equipe externa de reportagem, reafirmando que “o jornalismo presta um serviço essencial para a população e não deve sofrer nenhum tipo de censura”.⁴⁴

Os relatórios da FENAJ, ABRAJI e ABERT identificam esta maior vulnerabilidade dos profissionais que atuam em televisões por estarem mais expostos e, ainda, por haver uma campanha nas redes sociais contra a própria imprensa, mais incisivamente contra os canais da Rede Globo de Televisão.

⁴⁴ Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2022/02/4988550-reporter-do-sbt-e-intimidada-ao-vivo-durante-reportagem-no-brt-do-rj.html#:~:text=%E2%80%9CO%20SBT%20repudia%20veementemente%20a,sofrer%20nenhum%20tipo%20de%20censura>. Acesso em: 01 mar. 2022

Sem contar a explosão de casos de violência contra jornalistas, denunciadas em 2020, houve um aumento de mais de 100%, colocando o país na 111ª posição no Ranking Mundial de Liberdade de Expressão.

Gráfico 12 - Casos de ameaças ou agressões



Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre Jornalistas Mulheres Sob Ameaça, 2022.

A segunda pergunta do questionário, que indaga se a profissional já recebeu ameaças ou foi agredida pelo seu trabalho como jornalista – ameaça aqui considerada como qualquer fonte possível de risco ou dano – recebeu 80% de respostas afirmativas. Isso representa quase a totalidade das respondentes e pode ter sido esta a motivação para que colaborassem com o estudo.

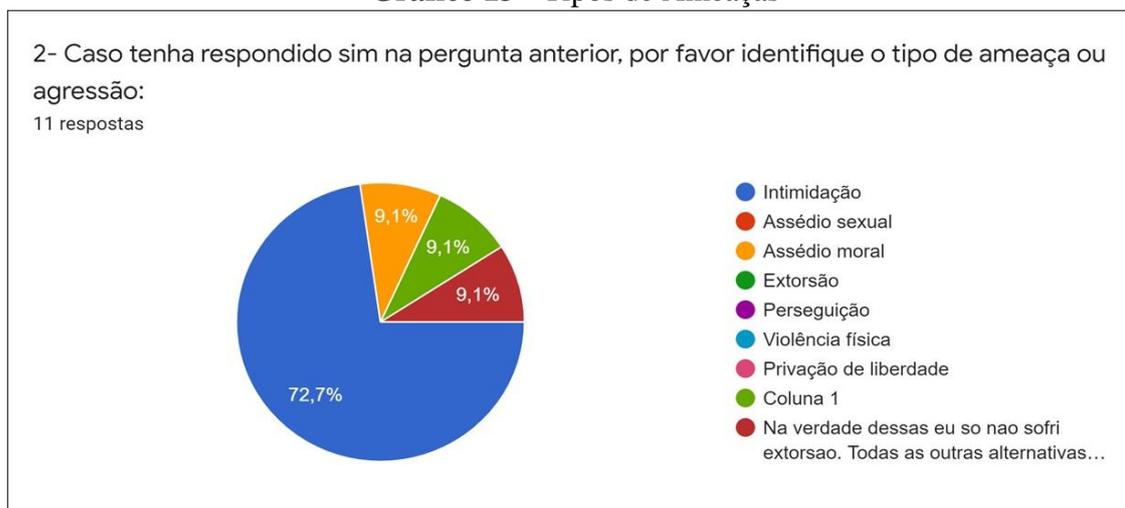
A relação patriarcal, machista e misógina relatada nos estudos nacionais e internacionais, apresentadas no Capítulo 3, é confirmada nas respostas ao questionário desta pesquisa. A escalada da violência não se reduziu com a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº. 11.340), sancionada em agosto de 2006 no governo Luiz Inácio Lula da Silva, tipificando como crime as ameaças e violências contra mulheres. Paralelamente a esta conquista, ocorre uma onda crescente de conservadorismo, com um aumento excepcional de crimes e perseguições a grupos minoritários e questionamentos sobre a eficácia e menosprezo às consequências legais não só dessa lei, mas também das conquistas de garantias de direitos humanos, enraizando-se em todas as esferas de poder como nas bancadas da bala, da bíblia e do boi⁴⁵ dos deputados e senadores.

⁴⁵ Este foi o nome criado para identificar deputados e senadores provenientes de: militares, com a bancada da bala – seus esforços na promoção e liberação das armas; evangélicos, com a bancada da bíblia – suas pautas

O assassinato da vereadora em exercício de mandato, Marielle Franco, em março de 2018, é um exemplo de como os corpos femininos estão sendo atingidos. Crime até agora (novembro de 2022) sem solução. O espaço público não é considerado lugar para as mulheres e, tampouco, para expressar as denúncias das jornalistas cariocas em seu cotidiano profissional. O medo e a autocensura aparecem nos relatos das respostas qualitativas da pesquisa, o que já representa indícios de risco à democracia com o cerceamento à informação e à liberdade de expressão.

Como anteriormente relatado e já televisionado, para que não reste dúvida da constância dos casos de intimidação, 72,7% já sofreram esse tipo de ameaça. As intimidações se espriam em todas as estruturas. São distribuídas por grupos autoritários que engendram ódio e ações persecutórias, exibindo esse pensamento patriarcal, machista e misógino das democracias em declínio ou ainda não consolidadas, como a brasileira.

Gráfico 13 - Tipos de Ameaças



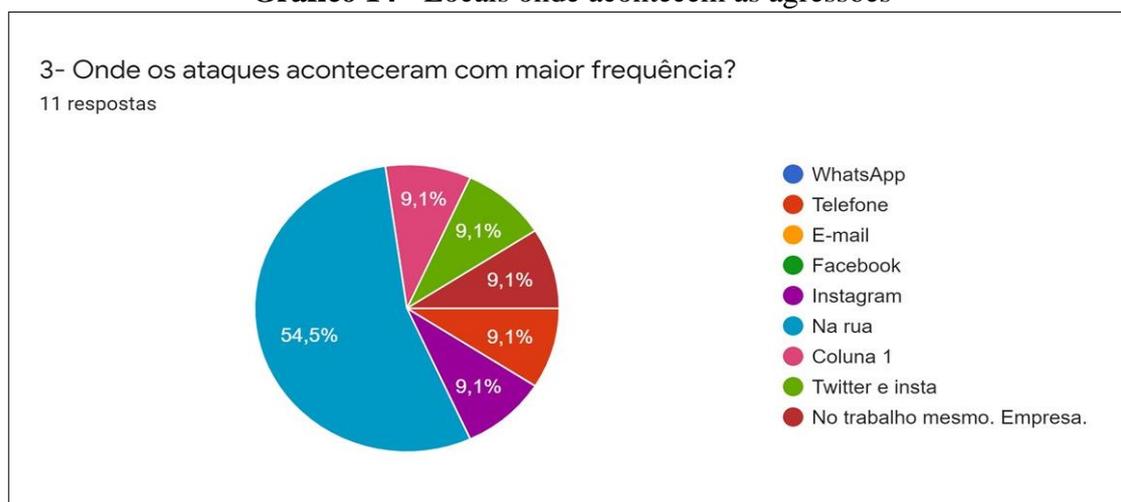
Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre *Jornalistas Mulheres Sob Ameaça*, 2022.

As intimidações têm o intuito de fazer parar, interferir no trabalho, impedir ou dificultar a publicação e/ou veiculação da informação. As intimidações têm ocorrido *online* e *offline*, como mostra o gráfico a seguir. O objetivo claro é amedrontar na tentativa de interromper a apuração de determinada denúncia, descredibilizar o trabalho da imprensa, pôr em xeque a veracidade do veículo e a capacidade da profissional. Ao conectar habitações, o virtual potencializa o encontro corpo a corpo, expõe novamente o público do privado.

conservadoras; e ruralistas, com a bancada do boi – seus posicionamento a favor do desmatamento desmedido em benefício próprio na criação de gado (livre explicação da autora).

Os casos de assédio moral, extorsão e assédio sexual vieram em seguida, em proporções iguais de 9,1% cada. A categoria de assédio sexual não é citada na maioria das pesquisas apresentadas no Capítulo 3, e os assédios no próprio ambiente de trabalho são pouco explorados.

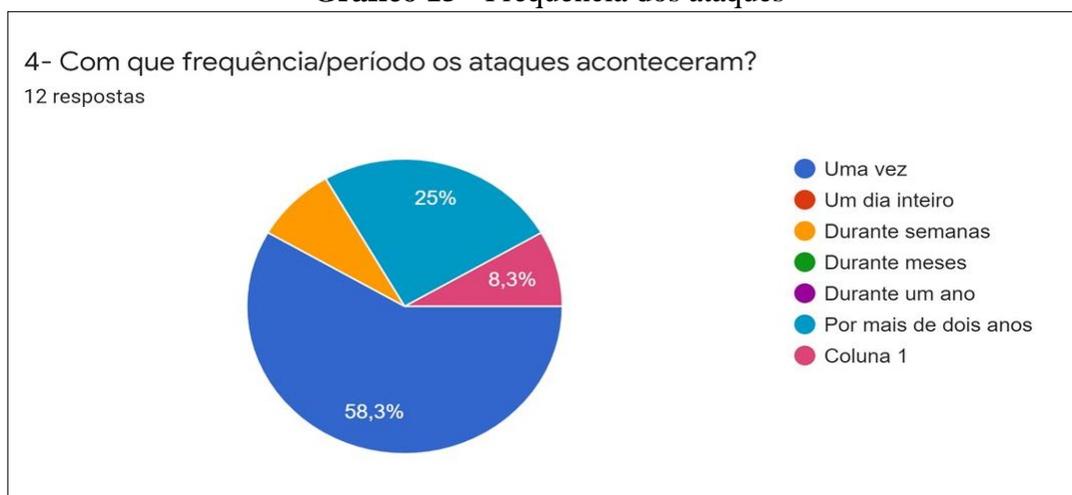
Gráfico 14 - Locais onde acontecem as agressões



Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre *Jornalistas Mulheres Sob Ameaça*, 2022.

Como a maioria das respondentes trabalha em televisão, a resposta “na rua” demonstra que não estejam em seu lar ou em outro local seguro, mas no exercício da profissão, gravando uma passagem, fazendo uma entrevista ou em uma ação “ao vivo” para o canal de tv, o que explica o percentual de 54,5% de agressões ocorridas na rua.

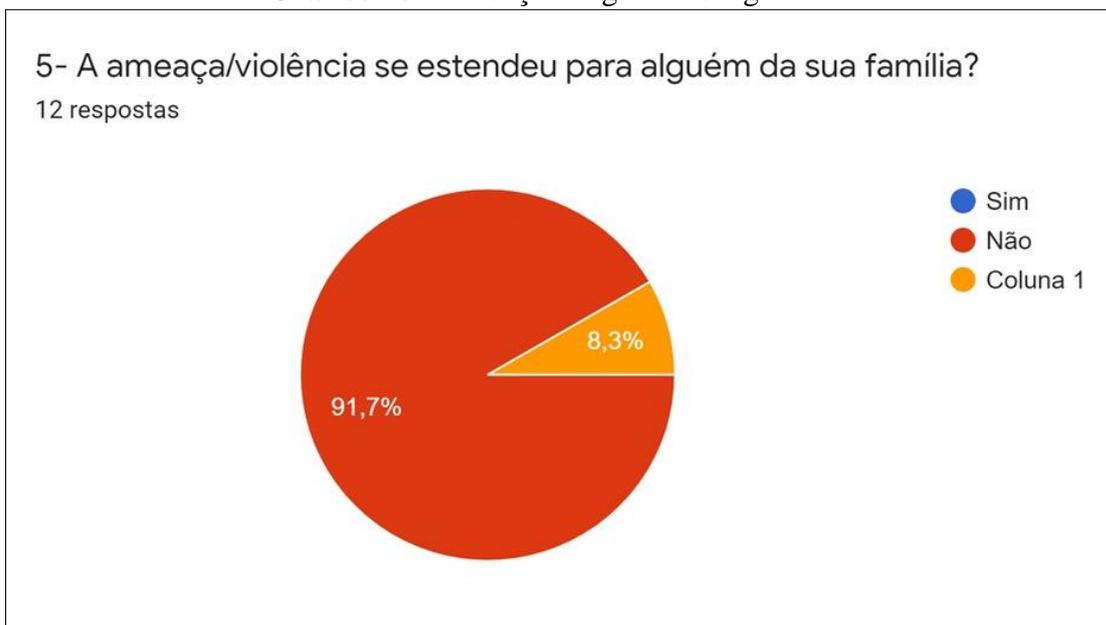
Já em segundo lugar (36,4%), ficaram os ataques pelas “redes sociais” como Facebook, Instagram e no Twitter. Enquanto 9,1% responderam que a violência sofrida se deu “pelo telefone”.

Gráfico 15 - Frequência dos ataques

Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre *Jornalistas Mulheres Sob Ameaça*, 2022.

No quesito periodicidade, 58,3% declarou ter sofrido ataque e violência pelo menos uma vez; 25% por mais de dois anos; e 8,4% durante semanas. O índice da persistência dos ataques é bem alto, se somado chega a 33,4%. Os números também não traduzem a intensidade dos ataques, lacuna que ficará longe de ser preenchida neste estudo, mas que vale aprofundamento, e que, por alguns relatos, parecem ser iguais aos ataques contra defensores de direitos humanos.

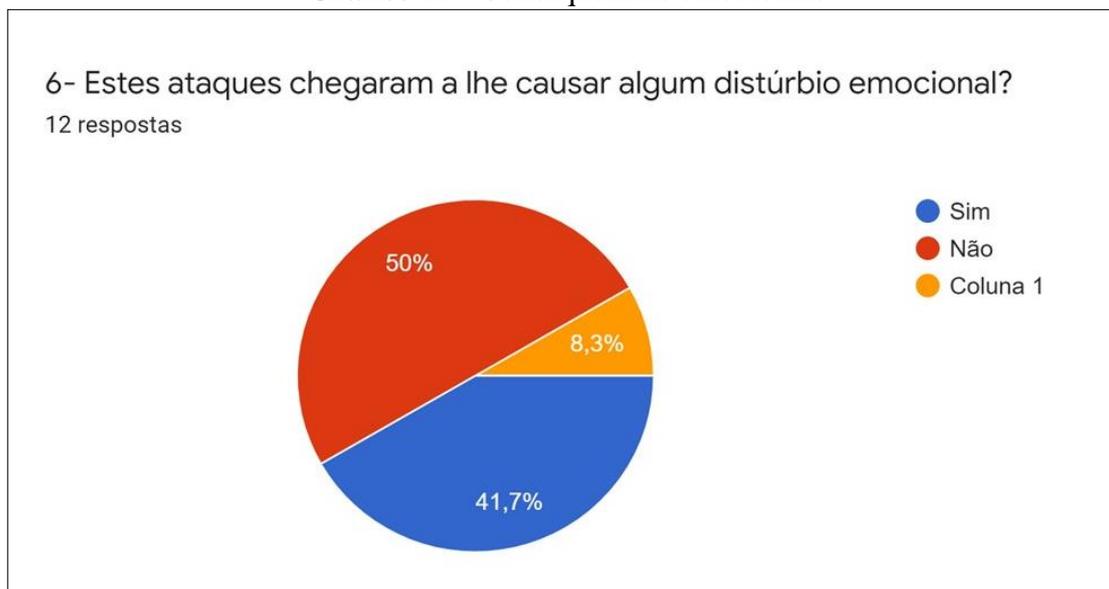
Entende-se como violência tudo aquilo que não é desejado pelo outro e que lhe é imposto pela força concreta ou simbólica (falta do necessário à vida). A filósofa e professora emérita da Universidade de São Paulo Marilena Chauí acredita na violência não como violação e transgressão, mas como a conversão de uma diferença hierárquica, com fins de dominação e opressão, que ocorrem juntamente com a passividade e o silêncio dos sujeitos (1985). Aqui, este silêncio tenta ser imposto pelas intimidações e pela frequência dos ataques.

Gráfico 16 - Ameaça atingiu mais alguém da família

Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre *Jornalistas Mulheres Sob Ameaça*, 2022.

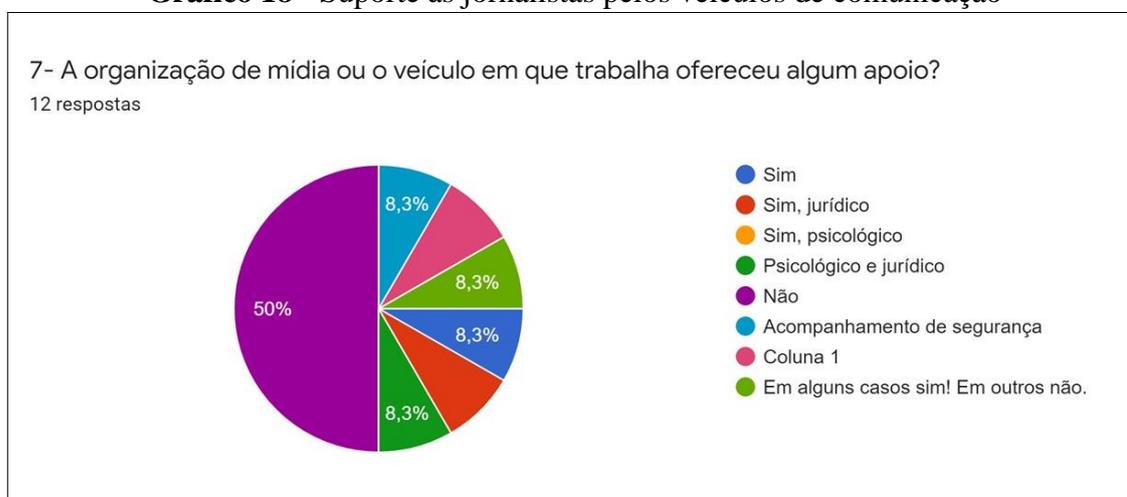
Nessa amostra, não houve extensão dos ataques aos familiares das jornalistas, pois 91,7% responderam que nenhum ente foi atingido. Essa tem sido uma tática de ataque aos defensores de direitos humanos, quase sempre com perseguições estendidas a filhos, sobrinhos, companheiros, companheiras, pais e mães, e com ameaças à integridade física, sequestro e invasão de privacidade por meio digital. Um exemplo foi o envolvimento do filho da jornalista Patrícia Melo nos ataques recebidos. A segurança das jornalistas está em risco.

Especificamente nesta amostragem, não foi mencionado casos de vítimas de ações de crimes organizados que, geralmente, têm esta prática de estender as ameaças à familiares. O fato, porém, tem sido relacionado em outras regiões do país, como aponta a pesquisa de *Repórteres Sem Fronteiras*, que destaca Brasil e México como os países mais violentos para os jornalistas na América Latina. Ambos estão no ranking dos 10 países com o maior índice de crimes não solucionados contra jornalistas (*Repórteres Sem Fronteiras*, 2021).

Gráfico 17 - Consequências emocionais

Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre Jornalistas Mulheres Sob Ameaça, 2022.

Isso, contudo, não significa que essas agressões não tenham causado risco à saúde, pois 41,7% responderam terem sofrido danos emocionais devido a violência sofrida no exercício da profissão. Esse é um relato que teve grande destaque na Pesquisa Perfil dos Jornalistas Brasileiros, que destrinchou este quesito em várias categorias como distúrbio digestivo, baixa autoestima, sentimento de tristeza, cansaço extremo e stress, perturbações relatadas no Capítulo 2. O adoecimento pela imposição de violências ora na própria redação, ora na relação com as fontes, precisa ser observado com atenção pelas empresas, que devem ser corresponsáveis pelo devido suporte aos profissionais.

Gráfico 18 - Suporte às jornalistas pelos veículos de comunicação

Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre Jornalistas Mulheres Sob Ameaça, 2022.

A falta de apoio dos veículos de imprensa para enfrentar esses casos e prestar assistência às profissionais ainda é tímida, 50% com declarações de que “em alguns casos sim e em outros não”. Apenas uma dos demais respondentes recebeu apoio jurídico, outra declarou ter recebido ajuda psicológica e jurídica. Uma profissional precisou de acompanhamento de segurança e outra só marcou que recebeu apoio, mas não justificou de que forma.

Apenas duas respondentes não consideram que o fato de ser mulher, ou fazer parte de uma minoria sexual ou de gênero, faz com que esteja mais vulnerável a situações de ataques, intimidações e violências como a que experimentou. “Acredito que os ataques são feitos a jornalistas, independentemente do gênero, mas acho que nós mulheres ficamos mais vulneráveis. O tipo de assédio envolve xingamentos de cunho sexual” (depoimento colhido da respondente 11 da pesquisa).

Na crença patriarcal, o corpo feminino tem um dono que determina ou induz seu comportamento, como o mais adequado, para a imposição de regras que beneficiam uma relação de poder controlada por toda a esfera de instituições representadas como masculinas.

As demais acreditam que é devido ao machismo, que por ser mulher os agressores ficam mais à vontade para falar atrocidades, pois consideram as mulheres um alvo fácil, mais vulneráveis. Os xingamentos são de cunho sexual, os assédios são sexuais e morais e o fato de ser mulher é, sim, um fator de risco no exercício do ofício de jornalista. “Os assédios morais e sexuais, certamente sim! Os físicos também foram por ser mulher, com certeza. Mulheres ainda são vistas como mais fracas, e os homens são machistas mesmo” (depoimento de respondente não identificada na pesquisa).

Ao abordarem as formas de ataques, as jornalistas descreveram pessoas gritando e mandando que elas saíssem do local onde estavam gravando a matéria, teve ameaça de morte, de porrada, e xingamentos em tentativa de impedir a realização do trabalho. Já outra declarou ter sofrido ataques coordenados.

Em geral, partem de uma figura pública, político ou influenciador, e chegam como uma avalanche. São xingamentos, ameaças de violência sexual, assédio moral. Já tive ataques que começaram por causa de *posts* do presidente e de parlamentares (depoimento colhido em resposta não identificada na pesquisa).

Além das intimidações recebidas pela cobertura de denúncias contra o agronegócio, uma profissional, que afirmou ter mais de 23 anos de profissão, disse já ter vivido *muita coisa ruim*. “Eu já sofri um pouco de cada um. Cartas de ameaças, enviadas por bandidos à

emissora. Assédios morais e sexuais por superiores no trabalho, assédio físico em entrevistas e reportagens... Infelizmente, falta respeito!”. Apenas nesta resposta quatro tipos de violências foram relatadas por uma única profissional da imprensa.

Ao questionar sobre como essas ameaças e ataques afetaram o seu trabalho como jornalista, o medo e a autocensura são narrativas que imperam nas respostas “Você se sente muito mal como pessoa e com muita raiva de não conseguir expor o seu trabalho dignamente sem ser interrompida.”

Impressiona o tom das repostas pelo nível de estresse causado. “Me impediram de exercer a minha profissão, me hostilizando e me tirando do lugar onde eu tinha o direito de estar. Minha reportagem ficou incompleta ou feita de um jeito que não era o ideal”. Há o relato de caso de desencadeamento de depressão, necessidade de medicação e a necessidade de licença médica para o tratamento, como também de quem construiu caminhos para o enfrentamento.

No começo, em 2018, quando a agressividade aumentou, eu ficava muito abalada. Mas o objetivo desses grupos é minar a resistência e silenciar vozes que se posicionam. Aos poucos, fui aprendendo a lidar com os ataques e a minimizar os efeitos causados por eles (depoimento não identificável coletado na pesquisa).

Há violências que são impostas por um *modus operandi* do local do fato, que interfere no exercício profissional. De acordo com o relato a seguir, não aconteceu especificamente por a profissional ser mulher, mas exibe o controle de territórios por facções criminosas, que impõem suas próprias ordens e controlam o ir e vir nas comunidades, uma violência cotidiana imposta nos grandes centros urbanos, em especial na cidade do Rio de Janeiro.

Estávamos numa comunidade fazendo uma pauta sobre acidentes na linha férrea, mas os traficantes não teriam sido avisados da reportagem pela associação de moradores, que “liberou” nossa entrada. Armados com fuzis, questionaram o que estávamos fazendo ali e disseram que “iam meter bala”. Explicamos sobre o que era o nosso trabalho e eles deixaram que saíssemos do local, ilesos” (depoimento colhido em resposta não identificada da pesquisa).

O jornalismo é uma atividade de alta exposição. Por estarem sempre transitando em zonas de confrontos, ficam sujeitos a condições insalubres, exaustivas e estressantes. De acordo com Christofolletti & Torres, “Jornalistas exploram a lógica adversarial de pessoas e grupos poderosos e, muitas vezes, ficam na linha de tiro que as separa. A exposição pública e o contato com ameaças diversas tornam a profissão tão fascinante quanto arriscada” (CHRISTOFOLETTI & TORRES, 2018, p. 7).

Gráfico 19 - Pensou em mudar de profissão em função dos ataques

Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre Jornalistas Mulheres Sob Ameaça, 2022.

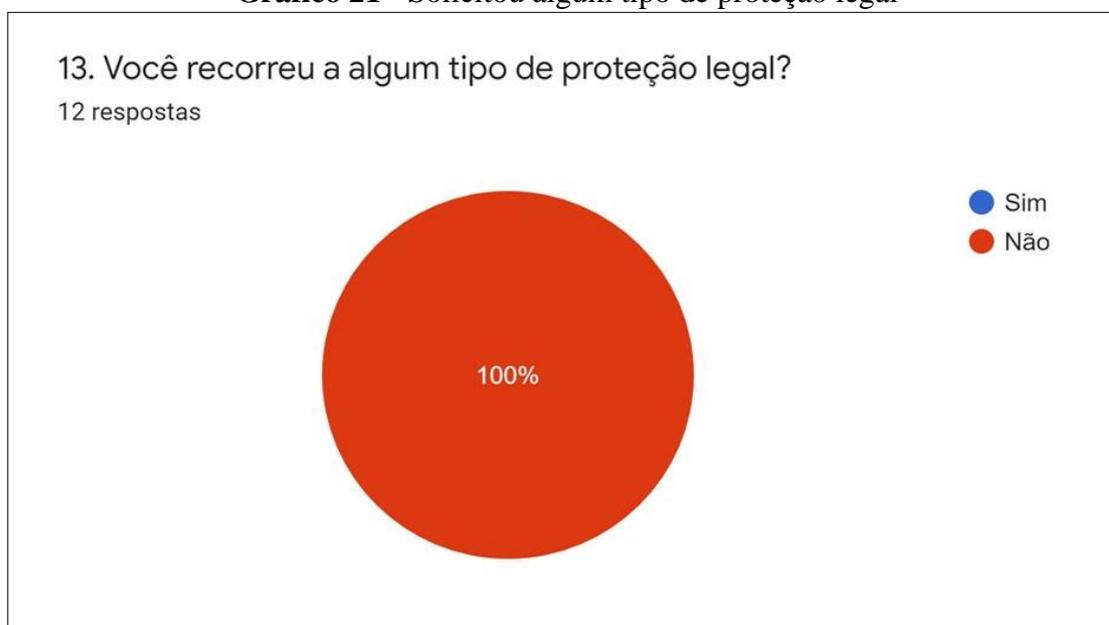
Boa parte das respondentes (41,7%) pensou em mudar de profissão em função dos ataques. O medo está presente nas narrativas das curtas respostas abertas do questionário, o que, claro, impactou na mudança de algum hábito e/ou rotina em função das intimidações, perseguições e ataques.

Gráfico 20 - Mudanças de hábitos por causa dos ataques

Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre Jornalistas Mulheres Sob Ameaça, 2022.

Nenhuma das profissionais buscou ajuda jurídica ou qualquer apoio legal. Para tal unanimidade dessa resposta, tenho algumas suposições, como a falta de suporte das empresas e do ambiente de trabalho, que não costumam ter ou dar qualquer suporte. Há falta de conhecimento de em quais locais solicitar ajuda e suporte, além do desconhecimento de poder acionar o Estado, o que por si só é temeroso diante da avalanche de ataques promulgados pelo próprio governo.

Gráfico 21 - Solicitou algum tipo de proteção legal



Fonte: Gráfico gerado pelo *Googleforms* da pesquisa da autora sobre *Jornalistas Mulheres Sob Ameaça*, 2022.

As duas últimas perguntas investigavam se a jornalista considera sua profissão de risco e, caso tenha respondido positivo, foi solicitado que justificasse a resposta. Tivemos 92,3% das respostas afirmativas, em tom uníssono de que ser jornalista “é dar luz ao que desejam que fique no escuro e, quando isso acontece, incomoda e vira um risco para a profissional”.

O nível de agressividade nas redes sociais é tão grande que não é mais uma questão “se” alguma jornalista será agredida fisicamente, mas de “quando” será. Todos os dados de organizações internacionais mostram a escalada da violência contra jornalistas e principalmente contra as mulheres. Não tenho dúvida de que somos alvo (depoimento não identificável colhido na pesquisa).

O presidente Jair Bolsonaro foi citado como disseminador e difamador de intimidações contra jornalistas, apontando que sempre foi difícil, mas que, com o atual governo, esses ataques se agravaram, aumentando o risco para as jornalistas mulheres, pelo

simples fato de estarem ocupando essas funções. “Na medida em que a intimidação e as ameaças partem de grupos ou de pessoas que não medem esforços e ódio pra prejudicar o trabalho do jornalista e que estão dispostos a usar de violência, a nossa função fica sob constante risco”.

Teve profissional que declarou ter medo de apanhar na rua ou ser verbalmente agredida e outra que acredita que nada mudou: “Eu acho que sempre corremos riscos. O tempo passou, mas não avançamos” (depoimento não identificável colhido na pesquisa).

Uma profissional destacou o discurso de ódio e a propagação de *fake news* como um agravante da situação. O processo de promover a desinformação se estabelece da seguinte forma, na classificação de Amadeu (2021): “a informação é repassada descontextualizada, o que pode comprometer totalmente seu entendimento, além de ter a negação dos fatos que ocorreram, a invenção de fatos nunca ocorridos, a negação da ciência e as Fake News”.

“Os jornalistas viraram alvo de criminosos, de políticos e de qualquer um que não queira que a verdade venha à tona” (depoimento não identificável colhido na pesquisa). A atuação em área de risco, na produção de matérias investigativas, também foi destaque nas repostas, e também caracteriza uma faceta dos grandes centros e, especificamente, da violência da cidade do Rio de Janeiro.

Trabalhamos em áreas conflagradas, de extrema pobreza e violência. Trabalhamos tarde da noite ou de madrugada, percorremos vários pontos da cidade. Estamos expostos, na rua, a todo tipo de maluco ou bandido. Nosso trabalho é público e as pessoas sentem-se no direito de criticar, falar mal (depoimento não identificável colhido na pesquisa).

Dar visibilidade aos ataques e violências contra profissionais de imprensa e especificamente contra mulheres jornalistas é um fator fundamental para que se assegure o direito ao exercício do ofício, sua condição física e emocional, para que se garanta um bom trabalho. É importante que se estabeleçam canais e mecanismos de denúncia e apoio, além de uma política de suporte das empresas e dos governos.

5.3. Correlação dos dados com pesquisas nacionais e internacionais

As culturas profissionais do campo jornalístico são amiúde descritas pela literatura especializada como construções simbólicas, que operam a partir de uma perspectiva masculina, imposta como norma (DAMIAN-GAILLARD *et al.*, 2009). Conforme Leite (2017), “a figura

do jornalista vista de uma forma abstrata, neutra, universal remete às categorias masculinas” (p. 16). Nesse sentido, os imaginários de isenção e imparcialidade, valorizados pelos códigos deontológicos da área, se aproximam muito mais facilmente de um *habitus* masculino, supostamente forjado na racionalidade e na retenção emocional (NEVEU, 2000). Para Nilsson (2010, p.1), as “*hard news*, as fontes masculinas, a posição de objetividade/neutralidade, e os critérios de qualidade e ética, definidos pela profissão, são apreendidos como parte de uma lógica masculina dominante”.

No Brasil, o ambiente de perseguição à imprensa, no período 2018 até o momento (novembro/2022), foi perpetrado pelo próprio presidente da República, Jair Bolsonaro, seguidos por seus filhos e outros agentes públicos. Somado à escolha das palavras, o tom sempre jocoso e ameaçador tem imposto um aumento crescente desses ataques e violências contra as jornalistas, como também observado neste estudo de caso. Os enfrentamentos e afrontas acontecem de forma pública pelo presidente do Brasil, sem a menor cerimônia de reforçar seu preconceito escamoteado no discurso de garantia *pela liberdade de expressão e pelo bem da família*. Segundo Amado, quando o poder emite acusações como esta, recorre a uma operação metafórica.

É uma metonímia que sinaliza o veículo no lugar do jornalista que escreveu a mentira mencionada. Em uma operação semelhante, mas na direção oposta, o jornalista é sinédoque do sistema quando as ameaças que recebe são ameaças à imprensa em geral. Em ambos os casos, as metáforas atribuem funções ao jornalismo: dizer a verdade é o que o mentiroso não faz, a liberdade de imprensa é comprometida quando se dificulta o trabalho de qualquer jornalista (AMADO, 2019, p.12).

Os ataques do presidente Jair Bolsonaro e de seus aliados se estendem aos direitos humanos e à liberdade de imprensa, reforçados por disparos em massa de Fake News, como, por exemplo, contra a Rede Globo de Televisão e o Jornal Folha de São Paulo. Essa é característica de um líder autoritário, que elege inimigos comuns, os quais responsabiliza sobre os problemas nacionais, “normalmente explorando o sentimento de descontentamento da população, manejando as emoções dos indivíduos nas massas” (REICH, 2001, p.48).

A perda de autonomia põe em risco a credibilidade do trabalho jornalístico, seu maior valor, o que também foi comprovado em uma pesquisa realizada com jornalistas colombianos. Reich and Hanitzch apud Garcès-Prettel et al (2020, p. 3) definem *autonomia* como a liberdade para decidir o ângulo de contar as histórias, os *frames* da notícia. A pesquisa realizada pelos autores. com 546 jornalistas colombianos, revelou que as relações políticas, individuais e organizacionais são as que mais influenciam na autonomia.

A pesquisa de Garcès-Prettel et al (2020) relaciona dois grandes pilares que influenciam a autonomia dos jornalistas. No primeiro, o Estado é considerado o maior inimigo da liberdade de imprensa e, no segundo, o mercado é o sistema que garante a liberdade de expressão que autoriza a pluralidade das vozes (2020, p. 4). Na análise de Hamada, referente à coleta em 65 países, o maior perpetrador de violência contra jornalista é o Estado que, direta ou indiretamente, estabelece um ambiente inseguro para coleta de informações e reportagens (2021, p. 9).

O aumento dos ataques *online* foram também destacados nos resultados das pesquisas das organizações Artigo 19, FENAJ e Repórteres Sem Fronteiras. apresentadas no Capítulo 3. Tais ataques acontecem pelas redes sociais das profissionais, começando sempre com intimidações, assim como no *offline*, principalmente para as profissionais que atuam em televisão e têm suas imagens expostas.

A pesquisa da UNESCO retrata que as mulheres jornalistas são mais frequentemente atacadas *online*. Os abusos são em sua maioria sexualizados, baseados não no conteúdo do seu trabalho, mas nas características físicas da jornalista, seu *background* cultural e a sua vida privada. Os ataques são pessoais, ao corpo, ao privado, com intuito de impactar sua ética e seu desempenho profissional.

A leitura intersubjetiva que Habermas (*apud* Blota, 2013, p.15) propõe parte da tese de que não é possível fundamentar a validade e a universalidade de outro modo que um acordo democrático entre todos, os reais e os virtualmente afetados, no que diz respeito à natureza, à extensão e às formas de garantia dessas liberdades.

O silenciamento da grande maioria dos casos, a não delação, é recorrente, como citam pesquisas internacionais identificadas por Waisbord (2020, p.9), em que a maioria das jornalistas mulheres não leva esses incidentes ao conhecimento de seus chefes ou da polícia e, raramente toma medidas legais. Este fato está relacionado à cultura do silêncio das organizações jornalísticas, à falta de protocolos, de legislação e de estrutura para lidar com os casos de violência, conclui a pesquisa ABRAJI (2022, p.13), fato que precisa ser revisto urgentemente.

Uma hipótese a ser considerada são os abusos de poder, intimidação verbal ou escrita e ameaças de difamação e humilhação na empresa em que foram contratadas, sobretudo no espaço físico da redação, como apontou o relatório da International Women's Media Foundation (2014), quando 64,8% das participantes declararam terem sofrido estas violências pelos chefes em 31,7% dos casos. Mais da metade dos agressores citados eram homens, 63,6%.

Casos de assédio moral foram destacados por quase metade das participantes (47,9% da amostra), a maioria ocorrendo na redação (42,2% do total). Mais da metade dos ofensores eram colegas e superiores (55,3%), e em 93,8% dos casos tratavam-se de homens.

No tocante à violência sexual no trabalho, 14,3% das jornalistas entrevistadas pela pesquisa assinada por Alana Barton e Hannah Storm (2014), indicaram terem sido indevidamente tocadas por chefes e/ou colegas, enquanto outras foram expostas a atos obscenos e vítimas de estupro. Em 24,5% dos casos a agressão, eles ocorreram na redação, sendo que 18,9% delas foram cometidas por colegas e 15,3% por chefes e supervisores. Em 95,6% das ocorrências registradas no *survey* que mencionaram o gênero do *perpetrador*, este se tratava de um homem.

Em contexto nacional, os dados do levantamento, com comunicadoras brasileiras, realizado em 2016 pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal, repercutem os resultados em nível global: das 535 respondentes, 77,9% alegaram terem sofrido assédio da chefia ou de colegas de empresa. Nathanson explica como o corpo é afetado por todas essas violências, como território de jurisdição que, quando expõe seu sofrimento, expõe a capacidade de controle (2015, p.8).

Um estudo com 18 jornalistas, em uma média cidade do Maranhão chamada Imperatriz, revelou que as profissionais estavam sendo vítimas de *bullying*, assédio sexual *online* ou quando estão fazendo suas reportagens (BUENO, CARVALHO & AMORIM, 2020). A pesquisa identificou os assediadores como predominantemente homens, usualmente em posição de liderança ou chefia nas redações, o que foi citado por apenas uma das respondentes deste estudo de caso.

A violência é um dispositivo de poder, composto por diversas linhas de realização, utilizando a força e a coerção para isso, produzindo, assim, prejuízo social (SANTOS, 2002), como risco eminente à segurança das jornalistas. A Assembleia Geral da ONU, a UNESCO e representantes do Conselho Europeu de Liberdade de Imprensa estão definindo políticas e medidas que possam dar suporte a essas profissionais. Há um investimento em ferramentas de segurança digital, linhas de denúncia e um investimento para desenvolvimento de um centro de coleta de dados, com intenção de identificar *trolls* e desinformação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diariamente, temos acordado no Rio de Janeiro com um caso de feminicídio estampado na capa dos jornais. Houve um aumento de 73% nos últimos cinco anos no Estado. O levantamento do Instituto de Segurança Pública (2022) apurou também que, apenas de janeiro a maio de 2022, foram 52 mulheres mortas. Em 2017, neste mesmo período, foram 30 casos. As tentativas de feminicídio também aumentaram neste período, 128 casos, 20% a mais do que em 2017. O estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (2022) mostra que, em 2021, uma mulher era assassinada a cada sete horas no Brasil, só pelo fato de ser mulher. Números assustadores depois de 16 anos da Lei Maria da Penha e de sete anos da criação da tipificação deste tipo de homicídio no Código Penal.

Os feminicídios quando são noticiados em reportagens não vão além dos números e da descrição do caso em sua maioria. Perde-se aqui inúmeras oportunidades de se debater exaustivamente esta violência contra as mulheres, em todas as esferas, como uma questão de saúde pública, atrevo afirmar. Outro ponto importante a ressaltar é que à frente dos cargos de chefia nas redações, em sua maioria, estão homens brancos e que o marcador do Ibope indica queda de audiência no noticiário caso o assunto seja desdobrado, tendo pico somente durante a reportagem sobre o feminicídio. Justificativa dada à autora por um editor do jornal primeira edição da TV Globo, comprovando o interesse do meio de comunicação privado, focado apenas no lucro e não no debate de interesse público.

Quase três décadas se passaram da V Conferência das Mulheres em Pequim (1995), quando as questões de gênero passaram a ser reconhecidas como *direitos* pela ONU, e o que se tem presenciado é um aumento da violência contra as mulheres e uma escalada de mortes. O aprendizado da autora ao participar da Conferência é que muito ainda era preciso se fazer para esta garantia de direitos e que seria essencial debater esta relação de poder que se estabeleceu dos homens sobre as mulheres. Ter como objetivo deste estudo investigar se – e como – ocorrem assédios, ameaças e casos de violência contra jornalistas mulheres que trabalham em redações da Cidade do Rio de Janeiro é uma das formas de provocar este debate.

Para Gramsci, formar a opinião pública é uma operação ideológica “estritamente ligada à hegemonia política, é o ponto de encontro entre a sociedade civil e a sociedade política, entre o consenso e a força” (apud Aliaga & Santos, 2017, p.10), o que traz consigo a carga patriarcal e misógina atravessada por sentidos que impactam na vida dos jornalistas e no exercício do seu

trabalho, como comprovou o estudo de caso da pesquisa “Jornalistas Mulheres Sob Ameaça: Riscos para o exercício da profissão na cidade do Rio de Janeiro”.

As ameaças atingem os corpos femininos como se fossem propriedades do macho, do homem, e suas consequências extrapolam para o *off-line*, interferindo no seu cotidiano pessoal e profissional. Isso acontece intimidando, impondo uma cultura do medo. O medo entendido aqui como crucial para a formação da coletividade, como tecnologia de governança que distingue aqueles que estão ameaçados daqueles que ameaçam. Ahmed (2004) explica que quando os corpos temem, eles se encolhem, com medo do mundo e de uma lesão futura, o que impacta também como uma forma de violência no presente.

A vulnerabilidade do estado democrático de direito, os abusos de poder e a corrupção ameaçam o direito fundamental da liberdade de expressão e de imprensa no mundo, indispensável para a existência de uma sociedade mais justa e equânime. Infelizmente, esse retrocesso tem ocorrido e aumentado em vários países. Dois terços da população mundial vivem hoje com sua liberdade de expressão totalmente ou parcialmente cerceada. Afeganistão e Hong Kong – com o incremento do controle chinês, estão no topo da lista.

Desde os anos 80, a América Latina tem se destacado em um cenário no qual democracias não combatem a violência, a insegurança e o agravamento das iniquidades têm se intensificado, com destaque para Colômbia, Brasil, Honduras, Venezuela e Equador (RSF, 2022). Desde 2014, o Brasil deixou de ser um dos países com maior pontuação mundial em liberdade de expressão para ser considerado uma democracia em crise, de acordo com a organização Repórteres Sem Fronteiras. O relatório da UNESCO (2021) classifica a situação do Brasil como uma “perfeita avalanche contemporânea de problemas de liberdade de expressão: populismo, autocracia, desinformação, desigualdade severa e controle tecnológico”.

Quando o Estado é considerado o maior inimigo da imprensa, ele põe em risco a credibilidade da imprensa e, por conseguinte, dos jornalistas. Além disso, interfere diretamente em sua autonomia, seu maior valor ético de exercício profissional. Ameaças, intimidações e volume cada vez maior de ataques, evidenciados nas pesquisas nacionais e internacionais no Capítulo 3, impõem o medo, cerceia a liberdade, vai minando a credibilidade da imprensa e reforçando a fragilidade em que se encontra a democracia brasileira que vive um momento histórico de embate com a desinformação proposital, sendo produzida, divulgada e monetizada fazendo uso de discursos de ódio.

Jair Bolsonaro é classificado como “predador” pela pesquisa da Repórteres Sem Fronteiras (2022), por causas de seus insultos, humilhações e ameaças vulgares. A rejeição às

regras democráticas do jogo, como por exemplo a recusa em reconhecer o papel da ciência na pandemia do Covid-19, os constantes ataques à justiça, a produção de Fake News – criando desinformação para desacreditizar as instituições, ludibriar a população, atacar minorias exercida pelo governo Bolsonaro e seus aliados – ratificam os três principais indicadores do comportamento autoritário, indicados por Levitsky & Zilbart (2018): a negação da legitimidade dos oponentes políticos; a tolerância ou encorajamento à violência; e a propensão a restringir liberdade de imprensa.

A paralisação das rodovias brasileiras por grupos bolsonaristas (apoiadores do governo Bolsonaro) – um dia após as eleições de 2022 que elegeu Luiz Inácio Lula da Silva presidente do Brasil – com total conivência da Polícia Rodoviária Federal é um dos exemplos. A imagem que circulou nas redes no dia primeiro de novembro de 2022 de um grupo de apoiadores bolsonaristas comemorando a prisão do Ministro do Tribunal Superior Eleitoral Alexandre de Moraes, delírio coletivo alimentando por uma rede de Fake News, é mais um exemplo que, aparentemente, pode ser engraçado, mas, ao mesmo tempo, preocupante, pelo tamanho do abismo que acaba implicando a todos os brasileiros. A perseguição a jornalistas como Patrícia Campos Mello, Vera Magalhães, Mariliz Pereira, como relatadas no Capítulo 4, reforçam o risco à liberdade de imprensa e ao exercício da profissão.

O primeiro dia de posse do presidente Jair Bolsonaro, ao confinar jornalistas em espaços determinados sem a menor condição de trabalho, sem cadeira, sem água e restringir espaços na cobertura, deixou claro todo o desprezo que se seguiria. O chefe de estado brasileiro, seus filhos e aliados políticos reverberam uma violência moral de representação e dirige sua ira contra grupos minoritários com ataques misóginos, homofóbicos.

Os desmandos acontecem em todas as esferas de poder, num jogo duro de combate institucional cujo objetivo é colocar toda a população à deriva, sem a proteção do Estado, como o atraso na compra de vacinas contra a Covid-19, os cortes de verbas para universidades, para o combate ao câncer, cortes nos direitos trabalhistas, sem se preocupar com a continuidade do jogo democrático.

O discurso utilizado contra qualquer crítica ao governo populista atua sob um monopólio moral de representação, apontando sua ira contra grupos minoritários. Mulheres: como os ataques a ex-candidata Manuela D'Ávila; negras: como a filósofa Djamila Ribeiro; ativistas e cientistas: como Marcia Tiburi, Débora Diniz; e jornalistas: como também comprovado nos relatos deste estudo de caso registrados no Capítulo 5, têm sofrido esse

retrocesso de forma mais intensa, suas vozes abafadas, não só pelo silenciamento cotidiano, mas, principalmente, pela cultura da intolerância, demonização e criminalização.

O ódio contra a imprensa não é uma característica nova no Brasil, remonta desde os tempos do Império e ainda segue em plena democracia, como vimos nos Capítulos 2, 3 e 4. O cerceamento à liberdade de imprensa se intensificou no Brasil e no mundo, durante a pandemia do Covid-19, sendo considerado em nível alarmante pela Alta Comissária de Direitos Humanos da ONU, Michele Bachellet em 2020.

O fluxo da informação passou a ser controlado por governos interessados mais em controlar a narrativa em torno da pandemia do que controlar a pandemia em si. Curran (2002) já nos alertava, no início deste século, que a emergência de um novo poder central “linkado” a uma nova forma de comunicação, tenderia a provocar tensões sobre as estruturas de poder. Enquanto Foucault (2000) prenunciava que este poder se apoiaria mais nos corpos e em seus atos.

Oitenta por cento das jornalistas que responderam ao questionário da pesquisa relataram ter sofrido violências, ataques, xingamentos no exercício da sua profissão e que a quantidade e a frequência aumentaram no período do Governo Bolsonaro (2019-2022). A intimidação foi a principal ameaça relatada, ações ocorridas *offline* e *online*. A hipótese de que os assédios e os ataques contra jornalistas mulheres cariocas ocorrem majoritariamente *online* não foi comprovada com o estudo de caso desta pesquisa.

Entretanto, as intimidações ocorreram presencialmente durante coberturas ou produção de reportagens de TV, um fator que pesa ainda mais para as jornalistas que atuam para o grupo Globo, devido à campanha na internet contra a emissora que se espalhou nas redes com a *tag* #GloboLixo. As variáveis são diversas, mas todas convergem para o cerceamento à liberdade de expressão, ao acesso à informação, a ameaça à democracia brasileira frente ao fascismo que se instaurou no Brasil, e a persistência de padrões patriarcais, discriminatórios e de violência contra as mulheres, presentes na escola, nos meios de comunicação, e na institucionalidade política, cultural e econômica.

Com denúncias de gabinetes do ódio⁴⁶, do uso de robôs para disparo de *Fake News*, se observa a amplitude e visibilidade de grupos fundamentalistas, ultraconservadores e

⁴⁶ Gabinete do ódio é o termo dado a milícia digital implementada para desmoralizar as instituições democráticas como apontou relatório da Polícia Federal entregue ao Supremo Tribunal Federal em fevereiro de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/11/pf-confirma-a-existencia-de-gabinete-do-odio-em-relatorio-enviado-ao-stf-leia-o-documento>. Acesso em: 20 out. 2022

antidireitos, que protagonizam campanhas contra a igualdade de gênero e dos direitos das mulheres.

As repórteres assediadas pelas fontes frisam que a prática é corriqueira no contato com membros de instituições públicas ou dentro das próprias redações, impostas por colegas homens, que geralmente ocupam cargos de chefia, e que variam do desrespeito e da intimidação verbal às ameaças de encarceramento, difamação, chantagem, vigilância forçada e sequestro de familiares.

A violência *online* invade a vida *offline*, a privacidade. Seus corpos e sua identidade são expostos na praça pública da internet, principalmente nas redes sociais e em grupos de WhatsApp para intimidar, coagir, insultar. Segundo Nathanson (2017), o corpo feminino é um território de jurisdição, símbolo da posse masculina, o corpo violentado é como uma vitrine para comunicar a capacidade viripotente de fazer sofrer e controlar.

De fato, não é possível fazer uma correlação entre a violência contra as jornalistas com a violência da cidade do Rio de Janeiro. A resposta qualitativa colhida na pesquisa diz respeito a ameaças sofridas em áreas consideradas de risco na cidade, o que impõem esta truculência a qualquer pessoa, independentemente do gênero. O fato é que o Brasil ocupa a quinta posição mundial no ranking de países com maior taxa de feminicídios, chega a 4,8% a cada cem mil mulheres. Isso evidencia o consentimento social para que os homens convertam sua agressividade contra as mulheres, o que acaba impactando na impunidade.

Como hipótese correlata, o ambiente *online* é facilitador dos ataques, desde a sua construção, que é desenvolvida por homens que dominam o setor de tecnologia da informação. Segundo o Infobase⁴⁷, em 2018 apenas 17% das programadoras no mundo são mulheres. No Brasil, em 2020, somente 18% dos graduados em ciências da computação e 25% dos empregados na área são mulheres e, em 21% das equipes de tecnologia da informação no país, havia sequer uma mulher – mostram dados que confirmam esta afirmação. [Isso é um paradigma inadmissível no início da internet, quando se acreditava que o ambiente, por si só, seria democrático.

Amadeu (2019) pontua que não há nada que garanta que o compartilhamento de arquivos e distribuição massiva de conteúdos ampliem o apreço por democracia e liberdade, o que foi plenamente comprovado pelo uso das redes sociais nas eleições presidenciais brasileiras nos anos de 2018 e 2022 e durante todo o mandato do presidente Jair Bolsonaro (2019-2022).

⁴⁷ Disponível: <https://infobase.com.br/por-que-as-mulheres-sao-minoria-na-area-de-tecnologia/> Acesso em: 20 out. 2022

Não coincidentemente, o Fórum Brasileiro de Segurança e a organização SaferNet registrou, a partir de 2018, aumento vertiginoso de violência *online* contra mulheres. As redes têm sido ao mesmo tempo um espaço hostil e imbuído de riscos extremos para as mulheres, reforçando o pensamento de Donna Haraway (1988) que a tecnologia não é neutra.

Esses ataques interferem na vida pessoal e envolvem familiares. Além de mudar a rotina pessoal, causam sérios prejuízos psicológicos e, por consequência, também atingem a vida profissional das jornalistas. Os ataques têm tido fluidez, do *offline* para o *online*, e têm aumentado, como comprovam todas as últimas pesquisas da FENAJ (2018/2022), ABRAJI (2022), Repórteres Sem Fronteiras (2018/2022), UNESCO (2022) e Artigo 19 (2021).

As jornalistas têm sido achincalhadas nas redes sociais, sofrem extorsões sexuais, pornografia de vingança, são desmerecidas em seu lugar público de fala, como relatado nos estudos que servem de referência a esta pesquisa, registrados no Capítulo 3. Os atentados *online* são violentos, tem conteúdos sexistas e são utilizados para descredenciar a profissional, sua reputação e lhes impor silêncio.

Quase três décadas depois da IV Conferência das Mulheres de Beijing, quando foram pactuadas medidas para promoção da equidade de gênero, o Brasil só tem recuado, de acordo com o relatório da REBRAPD (Rede Brasileira de População e Desenvolvimento). “As mulheres estão perdendo em escala, seus meios de vida, espaços e oportunidades de trabalho” (REBRAPD, 2020) com o aumento da pobreza onde são as mulheres negras as mais atingidas, com o aumento da violência e a histórica diferenciação salarial, as mulheres recebem 77,7% dos recebimentos dos homens ocupando a mesma função de acordo com o IBGE (2019).

A maior parte desta violência acontece em um contexto de total impunidade, envolvendo anonimato, baixíssima proteção e apoio, com um “rosário” de xingamentos: fracassada, safada, vagabunda, puta, ridícula, idiota, arrombada e imbecil, comunista, mal-resolvida, louca, burra, doente, mal-amada. Há os casos das jornalistas Patrícia Campos Melo e de Elvira Lobato, citados no Capítulo 4 desta pesquisa, que contaram com apoio jurídico do Jornal Folha de São Paulo. A construção dessa ambiência sexista é deferida pelo presidente da República, que endereça os maiores números de ataques, ao extremo de mandar uma jornalista “calar a boca” durante uma entrevista coletiva.

Se esta violência compromete a apuração da informação, impõe-se uma troca de cobertura de editoriais, caso a direção do veículo seja sensível ou, ao menos, o afastamento da jornalista de seguir com a apuração da denúncia que motivou a perseguição e a necessidade de

identificar se há apoio na segurança física, emocional e jurídica fornecida pela empresa de comunicação empregadora.

Em pleno século XXI, os corpos das mulheres ainda são subjugados a uma condição “abaixo de”, que convém manter quietos, para não ter voz nem vez. Tanto no público quanto no privado são “apenas” considerados corpos, e o intuito é de fragilizar, intimidar e calar. Os ataques contra os corpos das jornalistas e sua moral carregam a marca do patriarcado e evidenciam machismo e misoginia em uma relação desproporcional de poder.

No Brasil, esta política inflamatória vem se configurando com um ativismo conservador, que considera família como uma categoria de governo haja vista o *slogan* do presidente Jair Bolsonaro para sua reeleição “Deus, pátria, família e liberdade”, articulando alianças em prol do desmantelamento de conquistas de direitos já estabelecidos. É um projeto político fascista que começou desde a infiltração de políticos religiosos nas Comissões de Direitos Humanos e de Segurança e Família e seguiu com a Frente Parlamentar Evangélica, emergindo debates como cura gay, ideologia de gênero, escola sem partido entre outros. Tudo isso reforça uma apropriação da gramática dos direitos humanos e coloca como perigosa e contagiosa ações de movimentos feministas, LFBTQIA+, pondo em xeque o papel da escola e das universidades.

Se formos comparar a situação das jornalistas cariocas à análise de Hamada (2004), que classifica a liberdade de imprensa servindo a três propósitos para alcançar a autonomia (como instrumento de realização da verdade; instrumento democrático de autogovernança; aspecto de autorrealização da dignidade humana), todos estão sendo subjugados, na medida em que as mulheres jornalistas são coibidas de exercer a profissão sendo intimidadas e causando prejuízos psíquicos, sociais e, às vezes, até econômicos, como relatado pela jornalista Gizele Martins da favela da Maré no Rio de Janeiro que foi demitida de um veículo após sofrer uma série de ataques, tendo que lidar com as ameaças e o desemprego.

A combinação entre ataques misóginos, abusos e ameaças cada vez mais organizados, coordenados e orquestrados necessitam serem investigados, ter ferramentas de apoio às jornalistas, com orientações para que as denunciem, e também capacitações em cibersegurança, e políticas claras de suporte por parte das empresas, se possível, jurídica e psicológica. Com uma participação cada vez maior de mulheres jornalistas (brancas, solteiras, com até 40 anos) nas redações, de acordo com a pesquisa Perfil do Jornalista Brasileiro apresentada no Capítulo 2, ter uma política da categoria que considere esta maioria é essencial para garantir isonomia e assegurar condições dignas de trabalho.

A conclusão da pesquisa qualitativa reforça as constatações da pesquisa da Unesco *The Chilling: Global trends in online violence against women journalists* (2021) que identificou que as jornalistas estão muito mais expostas à violência *online*, uma combinação entre ataques misóginos, abusos e ameaças cada vez mais organizados, coordenados e orquestrados. Sendo a categoria majoritariamente feminina no Brasil, é preciso formular políticas com perspectiva de gênero nas empresas privadas de comunicação, assim como nas entidades de classe. O passo seguinte à constatação precisa ser dado em relação a garantir segurança, bem-estar e proteção às jornalistas, visando garantir sua integridade física e profissional e assegurar o acesso à informação fidedigna aos cidadãos e cidadãs. Outro indicativo é a necessidade de estabelecer uma rede de proteção legal e de acolhimento para as profissionais que têm sua vida ameaçada.

A histórica falta de mobilização da categoria de jornalistas não colabora para o enfrentamento do problema, mas sempre há tempo para se mobilizar, organizar e defender o exercício da profissão e o direito das mulheres. O momento também é oportuno para que os jornalistas reflitam o *modus operandi* que reforça a perpetração do patriarcado e do machismo dentro e fora das redações, mas principalmente na condução e abordagem dos fatos e das reportagens.

Esta pesquisa trata de um problema contemporâneo que ratifica o quanto a comunicação está imbricada no desenvolvimento histórico de produção da vida em sociedade, cravada nas disputas e nas lutas entre as classes sociais (FIGARO, 2018). O enfrentamento das ameaças que põem em risco a liberdade de imprensa e de jornalistas, mas, principalmente, garantir o direito do exercício do ofício para mulheres jornalistas, precisa e deve ser perseguido como prioridade na democracia brasileira.

A eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva traz de volta a esperança de um chefe de estado que já demonstrou respeitar o trabalho da imprensa e dos jornalistas. Porém, como a campanha de difamação e descredenciamento da imprensa imposta pelo presidente Jair Bolsonaro e seus correligionários foi imensa, será preciso debater e criar redes de proteção aos jornalistas.

REFERÊNCIAS

ACANDA, Jorge L. *Sociedade civil e hegemonia*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

ACOSO.ONLINE. *Domestic violence and its online manifestations in the context of a pandemic*, June 2020. Disponível em: <https://acoso.online/ar/>. Acesso em: 15 mai. 2020;

AGUIÃO, Silvia. Quais políticas, quais sujeitos? Sentidos da promoção da igualdade de gênero e raça no Brasil (2003-2015). *Cadernos Pagu* no. 51. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2017.

AHMED, Sarah. *The Cultural Politics of Emotion*. NY: Routledge, 2004, p.62-81.

ABERT Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão. *Violações à liberdade de expressão 2021*. Brasília: ABERT, 2022.

ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. *Agressões a comunicadores em contextos político, partidário e eleitoral.*, 2018. Acesso em: <https://docs.google.com/spreadsheets/d/1fP6owOQTOT4bdgCrCbDz9piYkAk6QEPTOofvmJ2EYMs/edit-gid=1508221017> Acesso em: 01 ago 2020.

ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. *Dados sobre os ataques com viés de gênero e casos que vitimaram mulheres no Brasil em 2021*, fevereiro de 2022. Disponível em: <https://violenciageneroornalismo.org.br>. Acesso em: 25 fev. 2022.

ALIAGA, Luciana & SILVA, Andressa Lima. Opinião Pública, hegemonia e cultura nos Cadernos do Cárcere de A. Gramsci. Feira de Santana – Bahia. *Revista Sísifo* no. 5, vol.1, 2017. Disponível em: <http://www.revistasisifo.com/2017/05/opiniao-publica-hegemonia-e-cultura-nos.html>. Acesso em: 01 ago. 2020.

AMADEU, Sergio. A internet em crise. In: *E agora Brasil?* Organizador: Emir Sader. Rio de Janeiro. Laboratório de Políticas Públicas da UERJ, 2019.

AMADEU, Sergio. Expropriação da vida, ultra positivismo e a nova eugenia. Estamos sob ataque tecnologia de comunicação na disputa das subjetividades [livro eletrônico] Falas do III Simpósio Nacional Psicologia e Compromisso Social. São Paulo [organização Marcos Ferreira, Ana Rock e Maria da Graça Gonçalves.] Instituto Silvia Lane, 2021.

AMADO, Adriana. As metáforas do jornalismo: identidades implícitas para uma profissão mutante. *Lumina*, v. 13, n. 2, mai/ago 2019, p. 11-23.

AMADO, Adriana. Los periodistas latinoamericanos en el siglo XXI: más allá del debate de la posverdad. *Contratexto* n° 27, enero-junio 2017, p. 17-38.

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica> . Acesso em: 15 de maio de 2020.

ARAÚJO, D.; PRADO, D.; KANASHIRO, M. *Lavits-Covid19-#11: Violências contra as mulheres e o entrelaçamento com as tecnologias: complexidades e reconfigurações no contexto das crises e da pandemia de COVID-19*, 2020.

ARENDDT, Hannah. *Sobre a Revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ARTIGO 19, *Relatório Global de Liberdade de Expressão 2021*. Disponível: <https://artigo19.org/2021/07/29/relatorio-global-de-liberdade-de-expressao-2020-2021/> Acesso em: 01 ago. 2021.

BALIEIRO, Fernando F. “Não se meta com meus filhos”: a construção do pânico moral da criança sob ameaça. *Cadernos Pagu* nº 53, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001.

BIANCHI, Bernardo; CHALOUB, J.; RANGEL, P.; and WOLF, F. *Democracy and Brazil. Collapse and Regression*. London: Routledge, 2021.

BUENO, Thais; CARVALHO, Michelly; AMORIM, Janaina. *Assédio nas plataformas digitais: estudo das relações de trabalho das jornalistas do Maranhão*. Revista Esferas, 2020.

BUTLER, Judith. Gender is burning: Questions of appropriation and subversion. In A. McClintock, A. Mufti, and = E. Shohat, (Eds.). *Dangerous liasons: Gender, nation, and postcolonial perspectives* (pp. 381-395). Minneapolis, MN: University of Minnesota Press. (1997).

BUTLER, Judith. *Giving an account of oneself*. New York, NY: Fordham University Press, 2015.

BUTLER, Judith, *Gender trouble: Feminism and the subversion of identity*(3rd ed.) New York, NY: Routledge, 2006.

BUTLER, Judith. *El género en disputa*. Barcelona, Paidós, 2007.

BUTLER, Judith. Regulação de gênero. *Cadernos Pagu* nº 42 . Campinas, São Paulo. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/ Unicamp, 2014.

BRETON, Philippe. *A manipulação da palavra*. São Paulo: Edições Loyola, 1999. p.167

BRUNO, Fernanda. *Máquinas de ver, modos de ser*. Vigilância, tecnologia e subjetividade. Editora Sulinas. 2013.

BRUNO, Fernanda, KANASHIRO, Marta & FIRMINO, Rodrigo (Organizadores). *Vigilância e visibilidade*. Espaço, tecnologia e identificação. Editora Sulinas. 2010.

BOBBIO, Norberto. *O Futuro da democracia*. Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro/São Paulo. Editora Paz e Terra, 2017.

CADERNOS ADENAUER XXII, n. 2. Direitos humanos e desigualdades no Brasil. Rio de Janeiro: Fundação Kinrad Adenauer, julho 2021.

CALDEIRA, Teresa & HOLSTON, James. *Democracy and violence in Brazil*. Cambridge. 1999.

CARNEIRO, Sueli, *Mulheres negras e violência doméstica: decodificando os números*. 1 ed. São Paulo: Geledés Instituto da Mulher Negra, 2017. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/wp-content/uploads/2017/03/e--BOOK-MULHERES-NEGRAS-e-VIOL%C3%80NCIA-DOM%C3%89STICA-decodificando-os-n%C3%BAmeros-isbn.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2021.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais; Takano Cidadania. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, Coleção Valores e Atitudes, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A Sociedade em Rede*. São Paulo. Editora Paz e Terra, 2000.

CASTELLS, Manuel. *Poder da Comunicação*. England, Oxford University Press, 2009.

CEPEDA-ROBLEDO, Dulce Alexandra. *Violentómetro Periodístico del Sur de Tamaulipas*. CEPEDA. 2018 – 196-204

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

CETIC.BR. Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação. *Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos domicílios brasileiros - TIC Domicílios 2015*. Disponível em <http://www.cetic.br/publicacao/pesquisa-sobre-o-uso-dastecnologias-de-informacao-e-comunicacao-nos-domicilios-brasileiros-tic-domicilios-2015>. Acesso em: 03 fev. 2018.

CHAUÍ, M. *Participando do debate sobre mulher e violência*. Perspectivas Antropológicas da mulher. Rio de Janeiro: Zahar, 1985, p.25-62.

CHIZZOTTI, Antonio. *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Rio de Janeiro. Editora Vozes, 2006.

CHRISTOFOLETTI, R & TORRES, R.J. Jornalistas expostos e vulneráveis: ataques digitais como modalidade de risco profissional. Florianópolis. *Revista FAMECOS/ UFSC*, 25(3), 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2018.3.29210>

COCKBURN, Cynthia, ORMROD, Susan. *Gender and technology in the making*. London, Thousand Oaks: Sage, 1993.

CODING RIGHTS; INTERNETLAB. *Violências contra mulher na internet: diagnóstico, soluções e desafios*. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017. Disponível em: http://www.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Relatorio_ViolenciaGenero_ONU.pdf. Acesso em: 15 mar. 2020.

COELHO, Maria. A democracia no Brasil não é um mal-entendido. *Civitas*, Porto Alegre, - v. 14, nº 1, p. 126-136, jan.-abr. 2014

CORRÊA, Mariza. Repensando a família patriarcal brasileira. São Paulo. *Cadernos de Pesquisa*. São Paulo nº 27: 5-16. UNICAMP. 1981.

CORRÊA, Sonia. A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu* nº 53, Campinas, São Paulo, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.

CURRAN, James. *Media and Power*. London. Routledge, 2002.

DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; FRISQUE, Cégolène; SAIITA, Eugénie. *Le journalisme au prisme du genre: une problématique féconde. Questions of communication*, Metz, v. 15, julho 2009 p. 175-201.

DAMIAN-GAILLARD, Béatrice; SAIITA, Eugénie. Feminização e transformações das práticas jornalísticas: o exemplo do jornalismo político na imprensa diária francesa. *Parágrafo*, São Paulo, v. 4, nº 2, p. 127-137, jul./dez. 2016.

DA EMPOLI, Giuliano. *Os engenheiros do caos*. São Paulo. Vestígio, 2019.

D`ARAÚJO, Maria Celina & RIBEIRO, Guilherme. Perspectivas sobre desenvolvimento democrático e qualidade da democracia: Brasil e América Latina. Goiânia. *Sociedade e Cultura*, jul/dez, 2015, v 18. N. 2. P. 61-77.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *Comum: ensaio sobre a revolução no século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2017. p.663

DELPHY, Christine. O inimigo principal: a economia política do patriarcado. Brasília. *Revista Brasileira de Gênero e Política*, nº 17, maio-agosto 2015, pp.99-119.

DRAGIEWICZ, M., BURGESS, J., MATAMOROS-FERNÁNDEZ, A., SALTER, M., SUZOR, N., WOODLOCK, D., BRIDGET, H. Technology facilitated coercive control: domestic violence and the competing roles of digital media platforms. *Feminist Media Studies*, 2018,

DURIGUETTO, Maria & CISNES, Mirla. Feminismo e radicalização da democracia: desafios em tempos de recrudescimento do conservadorismo no Brasil. *SER Social*, Brasília, v. 17, nº 36, jan.-jun, 2015, p. 13-30,

FACHINI, Regina & SIVORI, Horácio. Conservadorismo, direitos, moralidades e violência: situando um conjunto de reflexões a partir da Antropologia. *Cadernos Pagu* nº 50. Campinas, São Paulo, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/ Unicamp, 2017.

FARRERA, Ramón Abraham Mena & PABLOS, Esperanza Tuñón. Gênero y uso de tecnologías de información: ¿ Nueva subordinación o alternativa de empoderamiento? *SUR* 27 – v.15 n.105 -119, 2018.

FENAJ. Federação Nacional dos Jornalistas. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. 2019 Disponível em: http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2019/01/relatorio_fenaj_2018.pdf Acesso em: 20 ago.2020.

FENAJ-objETHOS. *Dossiê ataques ao jornalismo e ao seu direito à informação*. Florianópolis: UFSC, Observatório da Ética Jornalística da Universidade Federal de Santa Catarina, 2022.

FELINTO, Erick. *A religião das máquinas – ensaios sobre o imaginário da cibercultura*. Porto Alegre. Editora Sulina. 2005.

FERRIER, Michelle & GARUD-PATKAR, Nisha. *TrollBusters: Fighting Online Harassment of Women Journalists*. J. R. Vickery, T. Everbach (eds.). Mediating Misogyny, Palgrave McMillan, 2018.

FIGARO, Roseli. Comunicação e trabalho: implicações teórico-metodológicas. São Paulo, Galaxias online. No.39, set-dez, 2018 p. 177-189. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/gal/a/3fjwtpkq4M9y9VZJvytFcyk/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FIGARO, Roseli (Coordenação) Relatório dos resultados da pesquisa : como trabalham os comunicadores em tempos de pandemia da Covid-19. São Paulo: ECA-USP, 2020.

FIGARO, Roseli (Coordenação) Relatório da pesquisa recurso - Como trabalham os comunicadores no contexto de uma ano da pandemia de Covid-19:...1 ano e 500 mil mortes depois. São Paulo: ECA-USP: Centro de Pesquisa em Comunicação e Trabalho, 2021.

FLEW, Terry, WAISBORD, Silvio. The ongoing significance of national media systems in the context of media globalization. *Media, Culture & Society*, FEB 2015, p1-17.

FRASER, Nancy. O Feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. Londrina. *Mediações*, v.14, nº 2, Jul/Dez, 2009, p. 11-33.

FREEDMAN, Dês. *Paradigms of Media Power*. Communication, Cultures & Critique. International Communication Association. 2015, p.273-289.

FONSECA, Fernanda Padovesi. O potencial analógico da cartografia. *Boletim Paulista da Geografia*, São Paulo, nº 87, 2007, p. 85-110.

FOUCAULT, Michel. *Em defesa da sociedade* Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Petrópolis, Vozes, 1987. p.288

Fórum Brasileiro de Segurança Pública. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública*. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/anuario-brasileiro-seguranca-publica> . Acesso em: 15 de maio de 2020.

GALLOWAY, Alexander. *Protocol – How control exists after decentralization*. the The MIT Press Cambridge, Massachusetts London. England, 2004.

GILL, Rosalind, ROTTENBERG, Catherine e BANNET-WEISER, Sarah. *Postfeminism, popular feminism and neoliberal feminism?* In *Feminist Theory – Department of American and Canadian Studies*. University of Nottingham, UK. 1-22, 2019.

GLOBAL GENDER GAP REPORT – Disponível em:
[//efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf](https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf)
 Acesso em: 06 jun. 2022.

GOFFMAN, Erving. *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes, 1983.

GOLDANI, Ana Maria. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cadernos de Pesquisa* nº 91, São Paulo, 1994, p. 7-22.

GOLDSMAN, Florencia; NATANSOHN, Graciela. *Violencia contra las mujeres en red, vigilancia y derecho a la privacidad*. In: Anais do IX Simpósio Nacional da ABCiber, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 8, 9 e 10 de dezembro de 2016. Disponível em: <http://abciber2016.com/anais-eletronicos/textos/>. Acesso em: 03 fev. 2018.

GOLDSMAN, Florencia e NATANSOHN, Graciela. Violencia de género expandida: vigilancia y privacidad en red. *Fronteiras Estudos Midiáticos*. Disponível em <http://revistas.unisinos.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2018.203.10>. Acesso em: 01 ago. 2020.

GOLDSMAN, Florencia. Trolls Pandémicos. *Pikara*. 13 mai. 2020. Disponível em: <https://www.pikaramagazine.com/2020/05/trolls-pandemicos/> Acesso em: 15 jul. 2020.

GOMES, Fernanda. Masculino, o gênero do jornalismo. *Cadernos Pagu* nº 52, Campinas, São Paulo. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.

GROSSBERG, L; WARTELLA, E; WHITNEY, D.C; WISE, J. M. *Media Making*. Mass media in a popular culture. Thousand Oaks (CA): Sage, 2006.

GORDANO, Cecilia. Construyendo sentido sobre internet en el espacio de la diáspora: mujeres latinas inmigrantes en Granada. *Feminismo/s* 14, 2009, pp. 143-162.

GURUMURTHY, Anita & BHARTHUR, Deepti. Democracia e a virada algorítmica. *SUR* 27 – v.15 nº 27 -41-52, 2018.

HACHE, Alexandra & MARTINEZ, Mayeli Sanchez. Pesquisa Corpos de Mulheres em Campos de Batalhas Digitais: redes de informação e apoio a ativistas pelo direito a decidir na América Latina. Disponível em: www.mulhereseajudam.org. Acesso em: 20 set. 2021.

HAESBARTH, Rogério. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, ano IX, nº 17, p.19-45, 2007. Disponível em:
<http://www.geographia.uff.br/index.php/geographia/article/view/213/205>. Acesso em: 20 ago. 2020.

HAMADA, B.I. *Determinants of journalists' autonomy and safety: evidence from the worlds of journalism study*. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/17512786.2021.1871861>.
Published online: 21 jan. 2021.

HARAWAY, Donna. Situated knowledges: The science question in feminism and the privilege of partial perspective. *Feminist Studies* 14(3), 575-599. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/3178066>, 1988. Acesso em: 27 ago. 2020.

HARAWAY, Donna. *Simians, cyborgs, and women: the reinvention of nature*. New York, NY: Routledge, 1991.

HARAWAY, Donna. *Manifesto ciborgue*. Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2000.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. In: *Cadernos Pagu* nº 5, 1995. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773>. Acesso em: 03 fev. 2018.

HARAWAY, Donna. *Modest_Witness @Second_Millennium*. FemaleMan_Meets. OncoMouse : Feminismo y Tecnociencia, Barcelona: UOC. 2004.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. São Paulo. Paz e Terra, 2000.

HEROLD, Andrew. *Scale*. London: Routledge, 2011.

HOLBERT, N. *Bots for tots: Building inclusive makerspaces by leveraging 'ways of knowing.'* In Proceedings of The 15th International Conference on Interaction Design and Children (pp. 79–88). New York: NY: Association for Computing Machinery. South End Press, 2016, pp. 145–56

HUGHES, S., MELLADO, C., ARROYAVE, J., BENITEZ, J.L., DE BEER, A., GARCÉS, M., LANG, K., & MÁRQUEZ-RAMÍREZ, M. Expanding Influences Research to Insecure Democracies, *Journalism Studies*, 2017, 645-665.

HUGHES, S. & RAMIREZ, Miréia M. Examining the practices that Mexican journalists employ to reduce risk in a context of violence. *International Journal of Communication* 11, 2017, 499–521

HUGHES, Sallie & MOREIRA, Sonia V. Preparando o cenário: dos obstáculos aos riscos e resiliência no jornalismo latino-americano. *Lumina*, v. 13, nº 2, mai/ago. 2019, p. 1-10.
INNIS, Harold A. *Empire and Communication*. Lanham (MD): Rowman & Littlefield Publishers, Inc., 2007.

IGF - INTERNET GOVERNANCE FORUM. *Best Practice Forum (BPF) on Online Abuse and Gender-Based Violence Against Women*. 2015.

INTRONA, Lucas D. *The algorithmic choreography of the impressionable subject*. Algorithmic Cultures – Essays on meaning, performance and new technology. Robert Seyfert and Jonathan Roberge (ed.). New York: Routledge, 2016.

IPEA – Atlas da Violência 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 20 jan. 2022.

KALSNES, Bente & LARSSON, Anders O. *Understanding news sharing across social media*. Journalism Studies, 2017.

LAGOS, Claudia & MELLADO, Claudia. Professional roles in news content? analyzing journalistic performance in the Chilean national press. *International Journal of Communication* 8: 2014, p. 2090-2112.

LATIN AMERICA IN A GLIMPSE. *Derechos Digitales/APC*, 2017. Disponível em: <https://www.derechosdigitales.org/publicaciones/latin-america-in-a-glimpse-2017>. Acesso em: 20 ago. 2021.

LATINOBAROMETRO, 2021. Disponível em: www.latinobarometro.org. Acesso em: 20 jul. 2022.

LEITE, Aline. Editoras, repórteres, assessoras e freelancers: diferenças entre as mulheres no jornalismo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 47, nº 163, jan./mar. 2017, p. 44-68.

LELO, Thales Vilela. A Feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. *Revista Estudos Feministas*, vol. 27, nº 2, June 27, 2019.

LESSIG, L. *Code on other laws of cyberspace*. Basic Books, 1999.

LEVITSKY, Steven & ZIBLATT, Daniel. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 2018.

LUNA, Naara. A criminalização da “ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre diversidade sexual na Câmara dos Deputados em 2015. *Cadernos Pagu* nº 50. Campinas, São Paulo. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2017.

MATOS, Marlise & PARADIS, Clarisse. Desafios à despatriarcalização do Estado brasileiro. *Cadernos Pagu* nº 43. Campinas, São Paulo. Núcleo de Pesquisas de Gênero-Pagu/Campinas, 2014.

MELO, José M. *História do Jornalismo*. Itinerário crítico, mosaico contextual. São Paulo. Editora Paulus, 2012.

MELO, Seane & GOMES, Mayra. Atentados à liberdade de expressão? Uma análise dos casos de violência contra jornalistas no Brasil. *Estudos em Jornalismo e Mídia*. Vol. 11. nº 1 Janeiro e Junho/2014.

MENDOZA, Piscila Astudillo. *Gênero, poder y herramientas de comunicación online: relaciones sexoafectivas de pareja en los discursos jovens en Cataluña*. Teknocultura 15 (2) 2018: 259-274.

MISKOLCI, Richard. Exorcizando um fantasma: os interesses por trás do combate à “ideologia de gênero”. *Cadernos Pagu* n° 53, Campinas, São Paulo, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.

MISKOLCI, Richard. Quem tem medo de Judith Butler? A cruzada moral contra os direitos humanos no Brasil. *Cadernos Pagu* n° 53, Campinas, São Paulo, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.

MIÈGE, Bernard. *As indústrias culturais e mediáticas: uma abordagem socioeconômica*. São Paulo. Revista Matrizes. 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. *Consenso e conflito na democracia contemporânea*. São Paulo. Editora UNESP, 2017.

MIGUEL, Luis Felipe. *O colapso da democracia no Brasil*. Da Constituição ao golpe de 2016. São Paulo. Editora Expresso Popular. Fundação Rosa Luxemburgo, 2019.

MOUFFE, C. *Sobre o político*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2015.

MOUFFE, C. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. Florianópolis: UFSC. *Revista Política & Sociedade*, nº3: 11-26, 2003.

MOY, Laura. *A Taxonomi of polic technology´s racial inequity problems*. University of Illinois, 2021.

MORAES, Denis. *A Batalha da Mídia – Governos Progressistas e Políticas de Comunicação na América Latina*. Rio de Janeiro. Pão e Rosas, 2009.

MOREIRA, Sonia V. *Geografias da Comunicação: espaço de observação de mídia e de culturas*. São Paulo. Intercom 2012.

MOREIRA, Sonia V. *Country report journalists in Brazil* . Worlds of Journalism Study . January, 2017.

MOREIRA, Sonia V. & ALONSO, Martín O. *Os jornalistas nas redações: funções, influências e mudanças na prática do jornalismo*. Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo, 2018. DOI: <https://doi.org/10.25200/BJR.v14n2.2018.1146>

MORIN, Edgar. Um Festival de Incertezas. Editora Gallimard, como parte da série Tracts de crise, 21-04-2020. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/599773-um-festival-de-incerteza-artigo-de-edgar-morin?fbclid=IwAR2IIEm7scxgEUNScnwaeVrrILaIlxV2oWPa2fFgdwnwqHldnbfuae24MQY>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MOSCO, Vincent. *The Digital Sublime. Myth, Power and Cyberspace*. Cambridge, Massachusetts, London, England. The MIT Press, 2005

MOSCHKOVICH, Marília. “Gênero”, em português. *Cadernos Pagu* n° 49, Campinas, SP. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2017.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia*. Por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo. Companhia das Letras, 2019.

NATANSOHN, Graciela & PAZ, Monica. *Entre usos y apropiaciones de tecnologia digital*. XXVII Encontro Anual da Compós, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte –MG, 05 a 08 de junho de 2018.

NATANSOHN, Graciela, ROVETTO, Florencia. ST 037. *Feminismos y ciberculturas: transformaciones y desplazamientos*. In: 13th Women's Worlds Congress & Seminário Internacional Fazendo Gênero 11, 2017. Disponível em http://www.wwc2017.eventos.dype.com.br/simposio/view?ID_SIMPOSIO=65. Acesso em: 20 jul. 2020.

NATANSOHN, Graciela, BRUNET, Karla Schuch & PAZ, Monica. Mulheres na cultura digital: perspectivas e desafios. XII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Maceió – AL – 15 a 17 de junho 2011. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação.

NATANSOHN, Graciela & PAZ, Mônica. *Empoderamiento económico y político, para buscar empleo y para el debate de controversias online*. XXVII Encontro Anual da Compós, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: www.compos.org.br/anais_encontros.php. p. 5

NATANSOHN, Graciela (Organizadora). *Internet em código feminino*. Teorias e práticas. Editora La Crujía. Buenos Aires, 2013.

NEMER, David. Tecnologia do Oprimido. *Desigualdade e o mundano digital nas favelas do Brasil*. Editora Milfontes, Vitória, 2021.

NEUMAN, María Isabel. Construcción de la categoría “apropiación social”. *Quórum Académico*, Venezuela Vol. 5, nº 2, jul-dec 2008, pp. 67-98.

NEVES, Raphael. “Joga pedra na Judith”: discursos de ódio e populismo. *Cadernos Pagu* nº 53 Campinas, São Paulo. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.

NEVEU, Érik. Le genre du journalisme. Des ambivalences de la féminisation d'une profession. *Politix*, Paris, v. 13, n. 51, jul./set. 2000, p. 179-212,

NILSSON, Monica. Thinkings' and 'doings' of gender. *Journalism Practice*, Cardiff, v. 4, n. 1, janeiro 2010, p. 1-16.

NILSSON, Monica; ÖRNEBRING, Henrik. Journalism Under Threat. *Journalism Practice*, Cardiff, abril 2016, p. 1-11.

NOSTY, B. D., García, R. A. F. (2017). Asesinatos, hostigamientos y desapariciones. La realidad de los periodistas latinoamericanos en el s. XXI. *Revista Latina de Comunicación Social*, 72, 1418-1434. doi 10.4185/RLCS-2017-1226.

OLIVEIRA, Guacira, DORDEVIC, Jelena. Cuidado entre ativistas, tecendo redes para a resistência feminista. *CFEMEA*, 2015.

ONU MULHERES. Declaração Pequim. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2014/02/declaracao_pequim.pdf. Acesso em: 09 set. 2021.

PEDRO, Joana & ZANDONÁ, Jair. *Feminismos & democracias*. Belo Horizonte. Fino Traço, 2019.

PENHA, M & VELOSO, M.S., Sob fogo cerrado: Assassinatos de jornalistas no Brasil, de 2003 a 2013. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XVI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – João Pessoa - PB – 15 a 17/05/2014.

PEREIRA, Pedro. Resenha do livro de Rita Segato – Las estructuras elementales de la violencia. *Cadernos Pagu* n. 29, julho-dezembro de 2007, p.459-468. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cpa/n29/a18n29.pdf> Acesso em 20 jan. 2021.

PERIFÉRICAS, GIG@/UFBA. Projeto “Covid 19 – Violencia digital de género en Brasil durante la pandemia”, coordenado por @Periféricas-SSA e o Grupo de Pesquisa Gig@/UFBA, com apoio do *Fondo de Respuesta Rápida* da ONG *Derechos Digitales*. 2020.

PIERSKALLA, J. H. & HOLLENBACH, F. M. *Technology and Collective Action: The Effect of Cell Phone Coverage on Political Violence in Africa*. *American Political Science Review*, 107 (2), 207 – 224. <https://doi.org/10.1017/S0003055413000075>, 2013.

PISCITELLI, Adriana. Jóias de Família. *Gênero e parentescos sobre grupos empresariais brasileiros*. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2006.

POSSENTI, Sírio. A misoginia como condicionante do golpe de 2016 no Brasil. *Discurso & Sociedad*, Vol.12(3), 2018, p. 581-593.

PRETTEL, M. G. , CABRERA, J. A., MORENO, A.B *Professional Autonomy and Structural Influences: Exploring How Homicides, Perceived Insecurity, Aggressions Against Journalists, and Inequalities Affect Perceived Journalistic Autonomy in Colombia*. *International Journal of Communication* 14, 2020.

PRETTEL, Miguel & CABRERA, Jesús. *Autonomía profesional riesgos de seguridad de los periodistas em Colombia*. México, Perfiles Latinoamericanos, núm. 49, jenero-junio, 2017, pp. 1-19.

PURCELL, Darren. The Internet. IN: ADAMS, Paul; CRAINE, Jim; DITTMER, Jason (orgs). *The Ashgate Research Companion to media geography*. Londres: Ashgate Publishing Limited, 2014, p. 137-152.

RAFFESTINI, Claude. *Por uma Geografia do Poder*. São Paulo. Editora Ática, 1993.

RANCIÈRE, Jacques. *O Ódio à Democracia*. São Paulo. Editora Boitempo , 2014.

REBRAPD. Relatório Brasil 25 anos da IV Conferência Mundial sobre a Mulher – 5 Anos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2020).

REICH, William. *Psicologia de Massas do Fascismo*. São Paulo. Martins Fontes, 2019.

RSF. Reporteros Sin Fronteras (2018). *Informe Anual*. Recuperado de: <https://www.informeanualrsf.es/> Acesso em: 20 jul. 2020.

RSF. Sob Risco. Como superar as falhas dos programas de proteção a jornalistas da América Latina (Brasil, Colômbia, Honduras e México). Fevereiro, 2022.

ROBERGE, Jonathan & SEYFERT, Robert. *What are algorithmic cultures?* San Diego. Routledge, 2017.

ROCHA, Cássio. Um pequeno guia ao pensamento, aos conceitos e à obra de Judith Butler. *Cadernos Pagu* nº 43. Campinas, São Paulo. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/ Unicamp, 2014.

ROIZ, Diogo da Silva. A história do corpo feminino e o masculino no ocidente medieval. *Cadernos Pagu* nº 33 Campinas July/Dec. 2009

SAFFIOTI, Heleieth, I. B. *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo. Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANCHEZ, Beatriz. Teorias feministas da democracia: embates entre Chantal Mouffe e Seyla Benhabib. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

SANCHO, Guiomar Rovira. *El devenir de la acción colectiva: las redes digitales y la política de prefiguración de las multitudes conectadas*. Teknocultura. ISSN: 1549-2230. Ediciones Comlutense, 2018.

SANTOS, J. V dos. Microfísica da violência, uma questão social mundial. In: *Ciência e Cultura* (on line). São Paulo, v. 54, n.1, Jun-Set 2002, p.22-24. Disponível em: <http://www.cienciaecultura.bvs.br/scielo>. Acesso em: 28 set. 2007.

SANTOS, João Guilherme Bastos dos; ALDÉ, Alessandra; SANTOS, Karina. *Redes de Grupos do WhatsApp Interconectados: estrutura de rede e fluxos de notícias falsas nas eleições presidenciais de 2018*. TCP/UERJ & INCT:DD.

SANTOS, Geisa, NATANSOHN, Graciela, SOUZA, Joana & NEVES, Thiane. *Diálogos feministas sobre violência digital de gênero no Brasil durante a pandemia de Covid-19 no ano de 2020*. Bahia, Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura/Gig@ UFBA, 2020.

SANDOVAL, Chela. *Nuevas ciencias: feminismo cyborg y metodología de los oprimidos*. In:

HOOKS, B. *et al. Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. Disponível em: http://biblio3.url.edu.gt/Libros/2012/otra_Ina.pdf. Acesso em: 01 fev. 2018.

SARDENBERG, Cecília. Negociando gênero em desenvolvimento: os feminismos brasileiros em destaque. *Cadernos Pagu* (52) Campinas, São Paulo. Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, 2018.

SCOTT, Joan. Gender: Still a useful category of analysis? *Diogenes*, Vol. 57, nº 225, 2010.

SCOTT, Russel Parry & QUADROS, Marion. Desenvolvimento, poder, gênero e feminismo. *Cadernos Pagu* nº 52, Campinas, São Paulo. Núcleo de Estudos de Gênero/Unicamp, 2018.

SEGATO, Rita. *Contra-pedagogías de la crueldad*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2018. *Transsexual antropología, el psicoanálisis y los derechos humanos*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2010.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. 1a. reimp. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SPARROW, Elijah. *Digital surveillance*. Giswatch. Communications surveillance in the digital age. 2014. Disponível em: <http://giswatch.org/2014-communications-surveillance-digital-age>. Acesso em 17 out. 2017.

STONE, Alcuquere Rosane. *The empire strikes back: a postsexual manifesto*. Routledge. England. 2007.

STRAUBHAAR, Joseph D. *Global, Hybrid or multiple? Cultural identities in age of satellite tv and the internet*. Austin. University of Texas, 2008.

THUSSU, Daya K. *Media on the Move – global flow and contra-flow*. London: Routledge, 2007.

TREBAT, Thomas, BORGES, Teresa, PEREIRA, Isabella & NORA, Laura. *Liberdade de expressão sob ataque: experiências globais e lições para o Brasil*. Rio de Janeiro, Columbia Global Centers, 2020.

UNESCO. Intensified attacks, new defences – developments in the fight to protect journalists and end impunity. Disponível em: unesco.org/themes/fostering-freedom-expression/mdp Acesso em: 20 jan. 2022.

UNESCO. *The Chilling: Global trends in online violence against women journalists*. Research discussion paper, 2021. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000377223>. Acesso em: 07 jun. 2022.

VALENTE, Mariana & NERIS, Natália. Elas vão feminizar a internet? O papel e o impacto para o ativismo online para os feminismos no Brasil. *SUR* 27 – v.15 nº 105 -119, 2018.

VAZQUEZ, Ana Carolina Brandão. Fascismo e o Conto de Aia: a misoginia como política de Estado. Florianópolis. *R. Katàl*, v. 22, nº 3, p. 597-606, 2019.

VIANNA, Adriana & LOWENKRON, Laura. O duplo fazer de gênero e do Estado: interconexões, materialidades e linguagens. *Cadernos Pagu* nº 51, Campinas, São Paulo, Núcleos de Estudos de Gênero-Pahu/Unicamp, 2017.

VIRILIO, Paul. *Vitesse et information: alerte dans le cyberspace!* Le Monde Diplomatique, Août, 1995.

ZAFRA, Remedios. *Subject and network: potential and political limits of the (un)making of bodies online*. *Cadernos Pagu* nº 44, janeiro-junho 13-30, 2015.

ZDEBSKYI, Janaína, MARANHÃO, Eduardo & PEDRO, Joana. a histórica e as belas, recatas e do lar: misoginia à Dilma Rousseff na concepção das mulheres como costela e dos homens como cabeça da política brasileira. Rio de Janeiro. *Espaço e Cultura* (38), p. 225-250, Jul/Dez/ UERJ, 2015. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/>. Acesso em: 25 mar.2021.

YIN, Robert K. *Estudo de caso planejamento e métodos*. Porto Alegre. Bookman, 2010.

WAISBORD, Silvio. *Mob Censorship: online harassment of US journalists in times of digital hate and populism*. Digital Journalism, set. 2020.

WAJCMAN, Judith. *El tecnofeminismo*. Madrid: Cátedra, 2006.

WAJCMAN, Judith. *Feminist theories of technology*. Cambridge Journal of Economics. 2009.

WINSECK, Dwayne. *The political economies of media – the transformation of the global media*. New York: Bloomsbry USA, 2011.

WORLD WIDE WEB FOUNDATION. *Women's rights online: translating access into empowerment*. 2015. Disponível em: <http://webfoundation.org/about/research/womens-rights-online-2015>. Acesso em: 20 jan.2020.

APÊNDICE A — Questionário da pesquisa

Este questionário tem como objetivo conhecer e documentar situações de violência contra jornalistas mulheres cariocas, assim como as práticas e estratégias para superá-las. Sabemos como esses temas são delicados e como é difícil, para os profissionais da informação, falar sobre e compartilhar suas experiências. Por isso, garantimos que sua participação e suas respostas são absolutamente confidenciais, não identificáveis, porque os resultados do questionário são trabalhados de modo agregado. Os dados coletados fazem parte da tese de doutorado da jornalista Silvana Lemos de Almeida, sob orientação da Profa. Dra. Sonia Virgínia Moreira no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UERJ. O trabalho acadêmico está vinculado à pesquisa Worlds of Journalism Study, da qual faço parte como integrante da equipe Brasil. Suas respostas nos ajudarão a entender, analisar e divulgar o contexto da violência entre jornalistas do Rio de Janeiro, e a desenhar projetos e redes de apoio. Desde já, o nosso obrigado pela participação.

0 Em qual veículo atua:

- tv
- tv pública
- tv universitária
- rádio
- rádio pública
- jornal
- revista
- internet

1 Você já recebeu ameaças ou foi agredida pelo seu trabalho como jornalista? (Ameaça aqui é considerada como "qualquer fonte possível de risco ou dano").

- Sim, uma vez
- Sim, várias vezes
- Não
- Prefiro não responder

6 Caso tenha respondido sim na pergunta anterior, por favor identifique o tipo de ameaça ou agressão:

- Intimidação
- Assédio sexual
- Assédio moral
- Extorsão
- Perseguição
- Violência física
- Privação de liberdade
- Outros. Pode apontar? _____

7 Os ataques aconteceram com maior frequência por qual canal?

- WhatsApp
- Telefone
- E-mail
- Facebook
- Instagram
- Na rua

8 Com que frequência/período os ataques aconteceram?

- Uma vez
- Um dia inteiro
- Durante semanas
- Durante meses
- Durante um anos
- por mais que 2 anos

9 A ameaça/violência se estendeu para alguém da sua família?

- Sim
- Não
- Quem: _____

- 6 Estes ataques chegaram a lhe causar algum distúrbio emocional?
- Sim
- Não
- 7 A organização de mídia ou o veículo em que trabalha ofereceu algum apoio?
- Sim
- Não
- Não sei / não lembro
- 8 Caso a resposta tenha sido afirmativa, quem ofereceu apoio dentre e fora das organizações:
- Família
- Amigos
- Colegas de redação
- Chefia/Superintendência da redação
- 9 Considera que o fato de ser mulher, ou fazer parte de uma minoria sexual ou de gênero, faz com que esteja mais vulnerável a situações como a que experimentou? Por quê?
-
-
-
-
- 10 Você precisou alterar algum hábito em função dos ataques?
- Sim
- Não
- Não sei/não lembro
- 11 Pode nos dizer de que forma essas situações afetaram, no geral, o seu trabalho como jornalista?

12 Você pensou em mudar de profissão em função dos ataques?

Sim

Não

13 Poderia descrever como foi ou foram os ataques que sofreu?

14 Você recorreu a algum tipo de proteção legal?

Sim

Não

Qual: _____

15 Ser jornalista se tornou uma profissão de risco?

Sim

Não

Justifique: _____

Perguntas complementares – Demografia

Qual o seu ano de nascimento:

Não quero informar

Possui Diploma de curso superior em jornalismo? Sim Não

Possui Diploma de curso superior em outras áreas? Sim Não

Etnia / raça: _____

Quantos anos trabalha como jornalista? _____

Qual a sua editoria e função atual? _____

AGRADECEMOS MAIS UMA VEZ A SUA CONTRIBUIÇÃO!

Você desejaria receber uma cópia digital da versão final aprovada da tese?

Sim Não

APÊNDICE B — Mensagem enviada para convidar jornalistas a responderem a pesquisa

Prezada Jornalista,

Esta pesquisa pretende identificar os riscos e as incertezas que hoje se apresentam para os jornalistas – fora e dentro das redações. É um projeto colaborativo internacional – *Worlds of Journalism Study* – que está sendo aplicado em 111 países. A sede do projeto está na Universidade LMU Munique.

No Brasil, a coordenação é da Profa. Dra. Sonia Virgínia Moreira, minha orientadora de doutorado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UERJ. Sou Silvana Lemos de Almeida, jornalista e pesquisadora, e faço parte da equipe do projeto. O meu objetivo com esta coleta é fazer um recorte na análise de dados para entender o contexto da violência contra mulheres jornalistas da Cidade do Rio de Janeiro.

Garantimos que sua participação e suas respostas são absolutamente confidenciais. Os dados coletados não são identificáveis porque os resultados do questionário são trabalhados de modo agregado.

Contamos com você. Acesse o link para responder ao questionário:

<https://forms.gle/BYrYYNRzmBiyDYuD7>

Desde já, o nosso agradecimento pela participação.

Atenciosamente,

Silvana Lemos

21-994881834